

# O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

E OUTROS ENSAIOS



# O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

E OUTROS ENSAIOS

Oliveira Lima

Organização, Estudo Introdutório e Notas  
ANDRÉ HERÁCLIO DO RÊGO



REITOR  
Vahan Agopyan  
VICE-REITOR  
Antonio Carlos Hernandes



PRÓ-REITORA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado  
PRÓ-REITORA ADJUNTA  
Margarida Maria Krohling Kunsch



DIRETOR  
Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron  
VICE-DIRETOR  
Alexandre Morelli



EDITOR  
Plinio Martins Filho  
EDITORA ASSISTENTE  
Millena Santana



## Sumário

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação  
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP)

---

R343

O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios / organizador: André Heráclio do Rêgo. - São Paulo: Publicações BBM, 2021.

352 p. : il. ; 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-87936-05-5

1. Descobrimento do Brasil. 2. Brasil Colônia. 3. Independência do Brasil. 4. História do Brasil. I. Organizador. II. Título

DD: 981.03

---

Bibliotecária: Jeanne B. Lopez, CRB-8/7268

Direitos reservados à

BIBLIOTECA BRASILEIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN  
Rua da Biblioteca, 21 – Cidade Universitária, São Paulo, SP  
11 2648-0310 | 11 3091-1154  
bbm@usp.br  
www.bbm.usp.br

Printed in Brazil 2021

Apresentação - *Alexandre Macchione Saes* - 7

Estudo Introdutório - *André Heráclio do Rêgo* - 9

1. FORMAÇÃO - 9

2. A DIPLOMACIA - 13

3. O ESTILO, A PESQUISA E AS FONTES - 20

4. UMA VISÃO INTEGRADORA DA HISTÓRIA - 22

5. HISTORIADOR DA FORMAÇÃO NACIONAL E DA INDEPENDÊNCIA  
BRASILEIRA - 27

6. O LEGADO - 32

7. ESTA EDIÇÃO - 43

8. CRITÉRIOS DESTA EDIÇÃO - 58

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - 58

### O DESCOBRIMENTO DO BRASIL E OUTROS ENSAIOS

1

O Descobrimento do Brasil - Suas Primeiras Explorações e Negociações  
Diplomáticas a que Deu Origem - 65

NOTAS DO ORGANIZADOR - 110

2

A Nova Lusitânia - 117  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 158

3

A Conquista do Brasil - 171  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 193

4

O Brasil e os Estrangeiros - 205  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 229

5

O Papel de José Bonifácio no Movimento da Independência - 233  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 255

6

Euclides da Cunha - (*Recordações Pessoais*) - 259  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 274

7

Aspectos da História e da Cultura do Brasil - 277  
NOTAS DO ORGANIZADOR - 342

---

## Projeto 3 X 22

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM/USP tem a satisfação de apresentar a obra *O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios de Oliveira Lima*, organizado por André Heráclio, como parte da Coleção 3 X 22.

O projeto 3 X 22, constituído a partir do Conselho Deliberativo da BBM/USP em 2017, tem como objetivo precípuo a produção e disseminação de conhecimento em torno dos temas do bicentenário da Independência, do centenário da Semana de Arte Moderna e dos desafios de nosso tempo. Isto é, por meio do cruzamento dos “três” 22 – 1822, 1922 e 2022 –, o projeto estimula a reflexão de conceitos norteadores de nossa formação nacional, tais como os de soberania e modernidade, para tentar responder as provocativas questões lançadas sobre nossa sociedade no contexto das celebrações do bicentenário de 1822 e do centenário de 1922: o que comemorar?; por que comemorar?; e, como comemorar?

As obras selecionadas para compor a Coleção 3 X 22 refletem o vigor de nossa produção acadêmica contemporânea. Ao explorar novas temáticas, dimensões de análise e fontes de pesquisa, como também iluminar novos personagens, eventos e narrativas, as obras da presente coleção problematizam as versões canônicas de nossa história, desafiam interpretações tradicionais sobre a constituição da sociedade brasileira e abrem novos horizontes para pensarmos o futuro do país.



Ao reiterar uma de suas principais finalidades – a de promover e disseminar estudos de assuntos brasileiros –, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin espera que a Coleção 3 X 22 possa estimular a permanente reflexão sobre nosso passado, respondendo aos temas e problemas que nos provocam no presente, nos auxiliando na construção de uma nova sociedade brasileira mais justa, democrática e inclusiva. Boa leitura.

ALEXANDRE MACCHIONE SAES  
*Coordenador do Projeto 3 X 22*  
*Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*

---

## Estudo Introdutório

*André Heráclio do Rêgo*

### I. FORMAÇÃO

Um dos traços distintivos de Oliveira Lima em relação aos seus contemporâneos do meio intelectual brasileiro, sobretudo no que se refere aos historiadores, foi, principalmente, o fato de não ter sido um autodidata. Contrariamente a Capistrano de Abreu, que não tinha formação superior, e a Rio Branco e a Nabuco, que a tinham na área jurídica, o historiador e diplomata pernambucano frequentou o Curso Superior de Letras, em Lisboa. Aqui não vai, absolutamente, nenhuma crítica ao trabalho historiográfico dos três primeiros, sobretudo o de Capistrano, essencial na definição de uma historiografia brasileira no século XX; também Nabuco e Rio Branco têm muitos méritos no fazer historiográfico, o primeiro pela sua capacidade de observação e pelo seu estilo, o segundo pela sua imensa capacidade de desentranhar fatos e argumentos dos arquivos. Mas o fato é que sua formação não contou com os benefícios de um curso superior organizado segundo padrões acadêmicos bem definidos, e sob a orientação de mestres de comprovado saber teórico – e prático – como foi o caso dos estudos de Manuel de Oliveira Lima.

Com efeito, o então jovem pernambucano, filho de português, ao frequentar o Curso Superior de Letras, ministrado nas dependências da

Academia de Ciências de Lisboa, da qual José Bonifácio de Andrada e Silva havia sido secretário perpétuo antes de ser o Patriarca da Independência, teve aulas com grandes mestres dos estudos humanistas lusitanos do final do século XIX: Teófilo Braga, pioneiro no estudo do folclore português, que posteriormente viria a ser presidente da República; Consiglieri Pedroso e Pinheiro Chagas, entre outros<sup>1</sup>. Nesse curso de Letras, que na verdade tinha um caráter pioneiramente multidisciplinar, Oliveira Lima entrou em contato com a cultura histórica e geográfica alemã, estudando a obra de autores como Ranke, Mommsen, Curtius, Ortfried Müller e Teufel, pelas mãos do seu professor Consiglieri Pedroso<sup>2</sup>. Acabou tendo, assim, uma dupla formação, nas áreas de História e de Literatura, mas com aproximações também aos campos da Sociologia e da Geografia<sup>3</sup>.

Não se pode esquecer, também, na formação de Oliveira Lima, a importância de outro Oliveira, o Martins, que, apesar de não ter sido seu mestre no Curso Superior de Letras, teve importância fundamental nos anos formadores do historiador e diplomata pernambucano. Tal influência se deu essencialmente em questões teórico-metodológicas e pela admiração do “compreensivo talento literário” do Oliveira português<sup>4</sup>. Com efeito, para os dois Oliveiras, e nesse caso a primazia cabe ao português, o ofício historiográfico deveria basear-se na associação entre ciência e arte. O historiador deveria ter estilo adequado, para facilitar a compreensão e para ser capaz de entreter o leitor, o que significava possuir “correção, clareza, propriedade vocabular e disposição dos argumentos para assegurar à obra histórica categorias próprias da obra ficcional, isto é, coerência, verossimilhança, cadência, sugestão, sonoridade”<sup>5</sup>. Oliveira Martins possuía estes predicados,

1. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, Bauru/Edusc; São Paulo/Fapesp, 2001, p. 52.
2. *Idem*, p. 55.
3. *Idem*, p. 73.
4. *Idem*, p. 68; Antonio Arnoni Prado, *Dois Letrados e o Brasil Nação – A Obra Crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*, Editora 34, 2015, p. 332.
5. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, p. 69.



Oliveira Lima em Lisboa, c. 1888. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.

admirando-o o Oliveira brasileiro pela sua “agudeza” e pela sua “intuição imaginária”, apesar da sua parca “vocação documental”, o que teria levado o historiador português a cometer injustiças históricas. Para Arnoni Prado, Oliveira Lima mesclava admiração e discordância diante de Oliveira Martins, sobretudo no que se refere ao tratamento dado a Dom João VI, e este seria um dos motivos pelos quais se havia decidido o pernambucano a resgatar e a revalorizar a figura histórica do primeiro monarca europeu a cruzar a linha do Equador<sup>6</sup>. E para fazer isso beneficiou-se do fato de que, contrariamente a Oliveira Martins, dispunha, além do grande talento literário, de uma “vocação documental” que o levou, pioneiramente, aos arquivos documentais do Brasil, de Portugal, da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, nas suas vertentes histórica e diplomática.

Para completar esse pequeno quadro das influências sofridas por Oliveira Lima na sua fase de formação, mencione-se o aprendizado que teve com o debate sobre a decadência portuguesa, muito forte nos finais do século XIX, sobretudo após o “ultimato britânico”<sup>7</sup>, em que intelectuais de várias tendências discutiram o passado glorioso, a data de início da decadência lusitana e as soluções para esta, às vezes democráticas, às vezes autoritárias. Entre estes intelectuais pontificava o escritor Eça de Queirós, o dos “Vencidos da Vida”<sup>8</sup>, em

6. Antonio Arnoni Prado, *Dois Letrados e o Brasil Nação*, p. 332.

7. Em 11 de janeiro de 1890 o governo britânico, chefiado pelo Primeiro-ministro, Lord Salisbury, entregou memorando que exigia de Portugal a retirada das forças militares do território compreendido entre Moçambique e Angola (nos atuais Zimbábue e Zâmbia), o que se convencionou denominar “ultimato britânico”. A zona era reclamada por Portugal, que a havia incluído no famoso Mapa Cor-de-Rosa, reclamando a partir da Conferência de Berlim uma faixa de território que ia de Angola à contracosta, ou seja, a Moçambique. A submissão de Portugal às exigências britânicas foi vista como uma humilhação nacional pelos republicanos portugueses. O ultimato britânico inspirou a letra do hino nacional português, “A Portuguesa”.

8. “Vencidos da Vida” é o nome por que ficou conhecido um grupo informal integrado por personalidades intelectuais do maior relevo da vida cultural portuguesa das últimas três décadas do século XIX. O nome do grupo, ao que parece, foi adotado por sugestão de Oliveira Martins e decorre claramente da renúncia dos seus membros às aspirações da juventude. O grupo reunia-se para jantares e convívios semanais no Café Tavares, no Hotel Bragança, em Lisboa, ou nas casas dos seus membros, tendo-se mantido ativo entre 1887 e 1894. Os “Vencidos da Vida” foram definidos pelo escritor Eça de Queirós – um dos seus

cuja *Revista de Portugal*, por ele editada durante três anos, Oliveira Lima colaborou<sup>9</sup>.

## 2. A DIPLOMACIA

Caracterizada a formação intelectual de Oliveira Lima, com suas influências, passemos agora a comentar o complexo equilíbrio em que viveu, dividido entre suas três dimensões: diplomata, historiador e colecionador, não obrigatoriamente nessa ordem.

Tristão de Ataíde escreveu, certa vez, que “Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima constituíram a trilogia máxima de nossa diplomacia nesse século”, referindo-se evidentemente ao século XX<sup>10</sup>. E poderíamos complementar que, acrescentando-se a figura de Capistrano de Abreu e restringindo-se a análise às décadas iniciais do século XX, esta afirmação pode ser aplicada também no que se refere à História brasileira.

Não resta dúvida que as relações com essas duas figuras, Rio Branco e Nabuco, moldaram a trajetória de Oliveira Lima, seja para o mal, seja para o bem. Começemos por Nabuco. Na sua juventude ele o admirou pela sua atuação na causa abolicionista. Mais tarde, mesmo com a progressiva deterioração das relações pessoais entre ambos, Nabuco exerceu influência grande no pensamento estético e político do historiador pernambucano, levando-o a uma concepção mais tradicional da cultura e à revalorização da herança lusitana na formação brasileira<sup>11</sup>.

No que se refere a Rio Branco, houve compartilhamento de informações e observações no início, mas o que predominou foi uma influência negativa, relativa sobretudo à carreira diplomática. Isto se não considerarmos,

membros tardios – como um grupo “jantante”. O grupo assumia o caráter de uma sociedade exclusivista, congregando vultos da literatura, da política e frequentadores das rodas mundanas e aristocráticas.

9. Júlio Cesar de Oliveira Veloso, *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento. Oliveira Lima e a Construção de uma Narrativa da Nacionalidade*, USP/IEB, 2015, pp. 56, 92 e 196. (Tese de Mestrado).

10. Tristão de Ataíde, contracapa do livro de Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima: Uma Biografia*, Recife, Cepe, 2002.

11. Antonio Arnoni Prado, *Dois Letrados e o Brasil Nação*, p. 23.



de forma cínica e irônica, que um dos principais impulsionadores da obra historiográfica de Oliveira Lima foi o barão, ao deixá-lo em disponibilidade durante largos períodos, sem funções, o que lhe proporcionou mais tempo para suas pesquisas e para seus escritos.

Uma boa síntese das relações entre esses personagens e das expectativas e do modo de pensar de Oliveira Lima em relação à sua dupla condição de diplomata e historiador está contida no seguinte trecho de seu “Elogio a Varnhagen”:

A carreira diplomática [...] ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. [...] O estudo da história pátria é, pois, muito mais do que uma tarefa simpática e agradável; é a satisfação de uma tendência da alma nacional. O passado não só envolve a tradição, como gera o incentivo da ação pela lembrança dos feitos gloriosos de outras gerações. [...] As letras e a diplomacia faziam naqueles tempos como hoje muito bom consórcio, e da mesma forma que presente-mente apontamos para um Joaquim Nabuco e um Rio Branco, na representação exterior brasileira de então eram numerosos os homens como Varnhagen, Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano da Silva, Azambuja, que se aproveitavam das facilidades oferecidas pelos cargos que exerciam para estudar nas fontes a nossa história e reivindicar nossos direitos territoriais<sup>12</sup>.

Referindo-se a outro grande diplomata e historiador, Francisco Adolfo de Varnhagen, Oliveira Lima, inconscientemente, ou conscientemente, revelava o que ele próprio pretendia fazer, o que o próprio Barão do Rio Branco fizera durante certo período de sua carreira diplomática: “usar as facilidades da vida diplomática, de preferência em algum posto europeu, para continuar pesquisando e escrevendo”<sup>13</sup>. Para Oliveira Lima, a função de representar, ou seja, sua função diplomática, também podia e devia ser exercida através de seus escritos<sup>14</sup>.



*Graça Aranha* *Silvino do Amaral* *Joaquim Nabuco* *Domicio da Gama* *Oliveira Lima*

*Martin Jacobette*



QUEEN'S GALLERY, SOUTH KENSINGTON & NORTH BRIDGE HOUSE, LONDON.

Joaquim Nabuco, ao centro, ladeado por Graça Aranha e por Oliveira Lima. Em pé, da esquerda para a direita, Silvino do Amaral e Domicio da Gama. Londres, c. 1900. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.

12. Manuel de Oliveira Lima, “Elogio a Vanhanen”, em Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971, pp. 531-557.

13. Paulo Roberto de Almeida, “Oliveira Lima e a Diplomacia Brasileira no Início da República”, *Remate de Males*, Unicamp/IEL, 2004, pp. 121-137.

14. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, p. 176.

A questão é que o Barão do Rio Branco, o então poderoso Ministro das Relações Exteriores, aparentemente não pensava assim. E, a esse respeito, quem parece ter mudado de opinião foi Rio Branco, e não Oliveira Lima. Júlio César de Oliveira Veloso, em sua instigante dissertação de mestrado<sup>15</sup>, indica que, na primeira fase de sua carreira, Oliveira Lima era fundamentalmente um diplomata, suas atividades como historiador sendo subsidiárias e voltadas para o aumento de suas credenciais no meio diplomático. A segunda fase, com as desavenças com Rio Branco, teria levado o historiador pernambucano a se desencantar com a carreira, levando a que a sua atividade como historiador, antes subsidiária, passasse a ser a principal<sup>16</sup>. O ano da “grande virada” foi o de 1902. Nesta data, que marca a ascensão do Barão do Rio Branco ao posto de chanceler, as trajetórias dos dois diplomatas de certa forma se inverteram; Rio Branco, até alguns anos antes um cônsul brasileiro em Liverpool que residia em Paris e, garantida sua sobrevivência pela renda consular – que à época revertia para o cônsul – dedicava-se aos estudos históricos, que inclusive o levariam a ser chamado pelo governo republicano para defender – brilhantemente – os interesses brasileiros em questões de limites, deixava de escrever a História para fazê-la, na condição de chanceler mais importante da história da diplomacia brasileira, abandonando, portanto, sua carreira historiográfica. Oliveira Lima, até 1902 jovem diplomata ambicioso que buscava utilizar seus dotes de historiador como forma de ser bem aceito no meio e como forma de ascender na carreira<sup>17</sup>,

15. Júlio César Veloso, *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento*.

16. *Idem*, p. 122.

17. O fato de não ter seguido o caminho tradicional nem dos historiadores nem dos diplomatas brasileiros, se de um lado garantiu a Oliveira Lima uma maior “profissionalização”, de outro dava margem à acusação, feita nos meios políticos e diplomáticos brasileiros, de ser ele um “estrangeiro”, pouco afeito ao Brasil e a sua gente. Uma das formas de reagir a essa acusação era a de se tornar um historiador, profundo conhecedor dos fatos e das coisas nacionais. Outra, a de provar a sua brasilidade pelos vínculos afetivos e culturais com o Brasil, sobretudo por meio dos hábitos alimentares, os quais considerava o último traço do patriotismo, durante a sua fase de formação em Lisboa. A terceira, uma “elaborada construção da nacionalidade”, que incluía a sua ascendência por parte de mãe, pertencente a uma família de senhores de engenho da Mata pernambucana, e sobretudo o casamento com dona Flora Cavalcanti de Albuquerque, pertencente a uma das mais antigas e tradicionais famílias pernambucanas, conquanto totalmente decadente.

passava a se dedicar com mais vigor ao seu fazer historiográfico, produzindo grandes obras, entre as quais se destaca o *Dom João VI no Brasil*, cuja pesquisa atingia sua fase mais importante justamente nessa época. Oliveira Lima, ao contrário de Rio Branco, firmou sua importância para a posteridade como historiador, e não como diplomata<sup>18</sup>.

A terceira dimensão de Oliveira Lima é a de colecionador, essencial tanto quanto as outras duas, de diplomata e historiador, para a boa compreensão da sua vida e da sua obra. Com efeito, nele essas três dimensões são fundamentais, estando sempre presentes e em relação com as outras duas, ora predominando uma, ora outra. Assim, graças a sua carreira diplomática, ele conseguiu pesquisar em diversos arquivos e bibliotecas e fazer aquisições que possibilitaram a formação de uma das maiores “brasileiras” em mãos privadas. A sua condição de historiador, por outro lado, garantiu-lhe protagonismo na carreira diplomática. E a sua faceta de colecionador, ademais de possibilitar-lhe escrever grande parte de sua obra consultando fontes próprias, permitiu-lhe também criar um centro de referência de estudos ibero-americanos, hoje em vias de revalorização, como parte fundamental de seu legado.

Lima está absolutamente consciente de que ele é (e será) sua biblioteca que, ao lado de sua casa/salão, materializa e impõe seu poder de atração e seu papel de centro referencial para todos aqueles que, nos EUA ou no mundo, se interessem por estudos ibero-americanos<sup>19</sup>.

Oliveira Lima, se não passou à posteridade como um diplomata da importância de Rio Branco e Nabuco, por outro lado deixou para trás essas duas figuras – e aqui não vai nenhum demérito a elas, cuja obra historiográfica é fundamental – no que se refere à produção historiográfica e ao colecionismo. Com efeito, ele, como se verá a seguir, foi o grande historiador da Independência e da formação nacional brasileira, influenciando uma legião de seguidores.

18. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, pp. 41 e 43.

19. Ângela de Castro Gomes (org.), *Em Família: A Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*, Campinas, Mercado de Letras, 2005, p. 30.





Oliveira Lima em sua biblioteca, já doada à Universidade Católica de Washington, acompanhado de representantes da Universidade. Década de 1920. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.



Flora de Oliveira Lima. Washington, c. 1899. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.

Foi, por outro lado, o historiador com o maior acervo da época, hoje abrigado na Universidade Católica de Washington, e o único colecionador desse porte que foi também um dos maiores historiadores brasileiros.

Comente-se, para finalizar, que o historiador pernambucano também era um jornalista, polemista e missivista de mão cheia, e de língua ferina, o que lhe valeu inúmeros desafetos. Essas qualidades também se manifestaram na sua dimensão de memorialista, em que traçou retratos às vezes bem cruéis dos contemporâneos.

### 3. O ESTILO, A PESQUISA E AS FONTES

Uma das características marcantes da obra de Oliveira Lima é a aproximação entre História e Literatura. Ele, tendo essa dupla formação no Curso Superior de Letras de Lisboa, atuava tanto como historiador quanto como crítico literário.

Nesse contexto, o estilo do autor exerceu influência fundamental na obra. No seu caso, este fugia “aos padrões da solenidade acadêmica de sua época”, sendo “inovador em relação à linguagem da historiografia de seu tempo”, “quase anticonvencional”<sup>20</sup>. Esse estilo inovador, segundo Max Fleiuss, já estava presente desde o início, no *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*, que incluía “fatores econômicos e sociais na explicação histórica”, bem como uma “visão de crítica filosófica”, sem deixar de ser uma história científica<sup>21</sup>. Ademais do estilo inovador, aponta-se nos seus livros clareza e imparcialidade admiráveis, não se vislumbrando argumentos facciosos<sup>22</sup>, o domínio da língua e a precisão sendo um dos traços fortes do historiador<sup>23</sup>.

Esse estilo se caracterizava também por uma rara capacidade de síntese, que em livros como a *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne* dá margem a “um resumo dos fatos da formação nacional do Brasil, mais rico

dos traços essenciais dessa formação e escrito de forma mais capaz de iniciar o brasileiro ou o estrangeiro no conhecimento do passado luso-americano”, diria Gilberto Freyre<sup>24</sup>. Oliveira Lima, desse modo, havia conseguido traduzir em “linguagem elevada, porém clara, as linhas-fortes do processo histórico da formação do Estado-Nação”<sup>25</sup>. Seu estilo, entretanto, não é objeto de elogio unânime, sendo criticado, pelo menos na fase inicial de sua obra, “justamente pelas características de sua escrita, que contemplavam parcamente as exigências de comprovação empírica metódica, e privilegiavam o esforço de construção de uma narrativa literariamente elaborada”. Nesse sentido, “suas vinculações ao romantismo levaram-no a uma narrativa mais literária do que expressiva de rigor metodológico”<sup>26</sup>.

O historiador pernambucano por outro lado beneficiou-se de um acesso à documentação raro entre seus contemporâneos, graças às suas andanças pela Europa e pelas Américas. Não bastava, entretanto, ter acesso facilitado a esta documentação, que o tinha, inclusive à que havia reunido na sua coleção; mister era saber consultá-la, saber utilizá-la com inteligência e bom senso, saber fazer o que se denomina hoje uma “crítica documental” – os documentos nunca sendo imparciais, sabendo enfim transformar todo esse material bruto em uma narrativa coerente, elegante, pedagógica e, se possível, agradável. Desses atributos Oliveira Lima gozava à saciedade, e a eles acrescentava a capacidade de intuir e descobrir novas fontes, que não as tradicionais. Ele, como poucos, “dominava a informação, cultivando os documentos de variada ordem que fundamentavam sua interpretação”<sup>27</sup>.

Assim, em livros como o *Dom João VI no Brasil*, utilizou pioneiramente a correspondência diplomática de diversos representantes estrangeiros como fonte. Além dessa, fez uso, também pioneiramente, como Capistrano de Abreu, dos relatos dos viajantes estrangeiros, uns mais conhecidos, outros menos, como Maria Graham, Tollenare, John Mawe, Spix e

20. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, *História e Contra História*, São Paulo, Globo, 2010, pp. 83-110.

21. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, pp. 272 e 273.

22. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, em Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*, pp. 17-131.

23. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, pp. 90 e 91.

24. Gilberto Freyre, “Prefácio à Edição Brasileira”, em Manuel de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 11-16.

25. Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima: Uma Biografia*, p. 183.

26. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, p. 76.

27. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, em Alberto da Costa e Silva, *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, Brasília, Instituto Rio Branco, 2001, pp. 180-196.



Martius, Eschwege, Koster, Saint-Hilaire, Debret, James Prior, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, entre outros<sup>28</sup>. A esse respeito, ele próprio comentava que os “escritores estrangeiros da época são preferíveis aos de língua portuguesa, porque os não prendia a cortesia nem o receio de exprimir a verdade”<sup>29</sup>.

Não obstante, não deixava de prestar atenção também aos autores de língua portuguesa, sendo responsável pela divulgação da correspondência do sempre insatisfeito funcionário da Chancelaria-mor do Reino, Joaquim dos Santos Marrocos<sup>30</sup>.

Outra fonte utilizada por Oliveira Lima de forma pioneira foi a literatura de ficção, o que guarda perfeita consonância com seus interesses e com suas preferências estilísticas no fazer historiográfico, como explicitado páginas atrás. José Veríssimo captou perfeitamente essa característica metodológica inovadora do historiador pernambucano:

Utilizando copiosa e sabiamente as narrações de numerosos viajantes estrangeiros, que nos tem visitado e estudado desde nossos começos, substituiu judiciosamente as opiniões e impressões nacionais, talvez suspeitas. [...] Demais, a literatura brasileira de ficção lhe serviu para notar ou provar certos traços de nossos costumes ou de nosso caráter nacional, que lhe permitiram completar [...] a fisionomia particular de nosso país e de nossa gente...<sup>31</sup>.

#### 4. UMA VISÃO INTEGRADORA DA HISTÓRIA

Manuel de Oliveira Lima é o autor de uma obra vasta, multidisciplinar, da qual fazem parte estudos sobre a História do Brasil e de Portugal, uma *História da Civilização* de caráter didático, livros de crítica literária, relatos de viagem, artigos de jornal, memórias, e até mesmo uma peça de teatro.

28. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, p. 53.

29. Manuel de Oliveira Lima, *O Reconhecimento do Império*, Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901, pp. 65 e 66.

30. Guilherme Pereira das Neves, “Dom João VI no Brasil”, em Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil*, São Paulo, Senac, 2001, pp. 143-166.

31. José Veríssimo, “Prólogo” (Um Diplomata da Atualidade), em Manuel de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, pp. 21-30.

Seu horizonte alongava-se principalmente para os fenômenos sociais, de economia, e de relações entre os povos que aspirava a aproximar [...] em sua abundante colaboração jornalística, sempre teve por assunto o Brasil e a América inteira; por meta, fortalecer e desenvolver sua solidariedade natural, traçada por todos os fatores antropogeográficos [...] nunca se desviou desse polo atrativo: a integralidade das Américas, idênticas e diversas, evoluindo conjuntamente para um ideal comum de entendimento e de cultura, malgrado os tropeços da estrada [...]<sup>32</sup>.

Essa apreciação de Pandiá Calógeras diz bem dos múltiplos interesses de Oliveira Lima. Com efeito, ele não se contentou com o aspecto meramente factual da História, privilegiando uma abordagem multidisciplinar dos fatos. Para tanto, fazia uso das então ditas “ciências auxiliares”<sup>33</sup>. Entre essas destacavam-se a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Arqueologia e até mesmo a Psicologia, o que lhe valeu a classificação, dada por Gilberto Freyre entre outros, de “historiador sociológico”. O historiador pernambucano demonstrava assim estar ao par das mais recentes evoluções do meio científico, que garantiram uma maior abrangência analítica aos estudos, e que desembocariam na formação da Escola dos *Annales* anos depois<sup>34</sup>. Foi ele ademais o introdutor desses elementos econômicos e sociais como fatores de interpretação<sup>35</sup>.

Essas características, presentes em toda sua obra, adquirem maior relevo em sua obra máxima, o *Dom João VI no Brasil*, “excelente e magistral panorama de todo o Brasil em começos do século XIX”. Nele, “informações sociológicas, apreciações econômicas, cenas de costumes, aspectos da vida de família”, somam-se para realçar o quadro, que iria constituir uma obra clássica na historiografia brasileira<sup>36</sup>.

Na análise que fez desta obra, Guilherme Pereira das Neves comenta que nela havia, em capítulos absolutamente originais, desde

32. João Pandiá Calógeras, “Oliveira Lima, Diplomata”, em *Res Nostra*, São Paulo, Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1930, pp. 199-203.

33. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, *op. cit.*, p. 21.

34. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, p. 77.

35. *Idem*, p. 153.

36. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, p. 52.



considerações de caráter mais econômico ou social, como aquelas sobre o tráfico de escravos e sobre o tratamento dos índios, até comentários de natureza antropológica e cultural, como aqueles dos capítulos XXV e XXVI, tratando de “O Espetáculo das Ruas” e de “As Solenidades da Corte”. Outra característica, segundo Pereira das Neves, é a capacidade de Oliveira Lima de “distinguir uma personalidade ou uma situação num só traço”, surpreendendo pela informalidade da linguagem e pelo uso inusitado do diminutivo – no que se antecipa, como em tantas outras coisas, a Gilberto Freyre<sup>37</sup>. Tal estilo se contrapõe diretamente à “maneira pedestre e quase exclusivamente informativa” do visconde de Porto Seguro<sup>38</sup>.

*Dom João VI no Brasil*, assim, rompeu com a tradição biográfica, não se fixando em uma perspectiva única, linear, antes constituindo um estudo de época, tanto na esfera internacional quanto na dimensão de uma história social, política e de costumes<sup>39</sup>. É, desse modo, o retrato de uma época em forma de drama, no qual Dom João VI assume o papel de protagonista<sup>40</sup>.

O que fascina, neste livro, é menos os meandros de uma história política e diplomática [...] que os seus subtextos sociológicos e culturais, quando ele reconstrói a sociedade local, mostrando um complicado jogo de transformações e de permanências que vão além do choque de duas culturas [...] no caso da vinda de Dom João VI para o Brasil, tanto o colonizador quanto o colonizado espelhavam-se um no outro, vendo-se simultaneamente como estrangeiros e como donos da terra. [...] ainda estamos longe de aquilatar as implicações simbólicas da vinda da corte portuguesa para o Brasil. Sabemos que temos gosto pelos carnavais e pelos ritmos de inversão hierárquica, mas ainda não relacionamos esses pendores com esse movimento de reversão histórica que fez desembarcar no Rio de Janeiro esse rei e sua corte enfatizada [...] fazendo com que Portugal virasse temporariamente, “um Brasil” e o Brasil passasse a ser “um Portugal”<sup>41</sup>.

37. Guilherme Pereira das Neves, “Dom João VI no Brasil”, *Introdução ao Brasil*, p. 146.

38. *Idem*, p. 155.

39. Fernando Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima*, p. 184.

40. Guilherme Pereira das Neves, “Dom João VI no Brasil”, p. 165.

41. Roberto Damatta, “O Globo”, 29.6.96. *Fortuna Crítica*, em Manuel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, contracapa.

O objetivo a que Oliveira Lima se propunha, portanto, era o de alcançar uma visão integradora da História, que levasse em consideração não somente o brilho, pela “lantejoula das glórias militares”, dos feitos de guerra e dos acontecimentos políticos<sup>42</sup>, mas também a história do povo, a atmosfera moral em que vivia, com as relações de dependência entre senhores e escravos, entre funcionários e naturais, entre fazendeiros e agregados, enfim, a história geográfica da conquista do território e a crônica íntima das “relações incessantes entre as autoridades da Metrópole e as populações do ultramar, modelando um novo organismo político”, ou seja, a história social, como bem definiu em seu artigo “O que Deve Ser uma História do Brasil”, escrito em Bruxelas em agosto de 1909<sup>43</sup>.

Essa visão integradora da História reflete-se também na proficiência com que ele pôs em prática seus estudos de história comparada. Para tanto, ele fez uso de seu invejável conhecimento da história portuguesa, mesmo pós-Independência do Brasil, e da história dos vizinhos latino-americanos – e por consequência da Espanha, e dos Estados Unidos.

No que se refere a Portugal, Oliveira Lima utilizou seu sólido conhecimento da história lusa, adquirida em seu período formativo em Lisboa, em livros como *Dom Pedro e Dom Miguel* e *Dom Miguel no Trono*, que retratam uma época em que os destinos dos dois países continuavam entrelaçados, constituindo-se “uma história inseparável, uma história por assim dizer xifópaga, a exigir operações cirúrgicas que completassem o trabalho de emancipação”; recíproca, acrescentaria eu a esse comentário de Barbosa Lima Sobrinho<sup>44</sup>. Mas não só aí. Também na obra-prima, no *Dom João VI no Brasil*, que, nas exatas palavras de Júlio César Veloso, é um “livro de alma dupla”, sendo também uma história de Portugal<sup>45</sup>.

42. Manuel de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, p. 97.

43. “O que Deve Ser uma História do Brasil”, em Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*, pp. 696-699.

44. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, pp. 61 e 62.

45. Júlio Cesar Veloso, *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento*, p. 131.

O Brasil representa a grande obra portuguesa e não deve ela ser esquecida. [...] Para isto é, contudo, mister que se perca o sestro de fazer consistir a história principalmente numa sequência de guerras, desprezando-se empreendimentos fecundos e incomparavelmente mais interessantes pelo fato de não falarem muito à imaginação [...]”<sup>46</sup>.

No que se refere à história comparada entre os países do Novo Mundo, Carlos Guilherme Mota observa que, nos seus livros sobre o Império e sobre a análise comparativa entre a América Portuguesa e as Américas Espanhola e Inglesa, “o historiador consegue oferecer uma visão de conjunto em que as inter-relações entre as histórias nacionais trazem um sentido moderno de contemporaneidade, ou de história como sistema”. Nesse sentido, complementa Mota, Oliveira Lima teria percebido, “em suas andanças e leituras, o patamar e o tom em que se movimentavam e escreviam os grandes historiadores de seu tempo, desprezando a solenidade banal, o historicismo simplista, os determinismos redutores, o psicologismo barato, a história-crônica”<sup>47</sup>.

Já no *Movimento da Independência*, são constantes as comparações entre os procedimentos históricos na América Hispânica e na Península Ibérica. No *América Latina e América Inglesa*, por sua vez, a concepção de América tripartite e a comparação entre o Brasil e seus vizinhos o havia levado à consagração da monarquia brasileira como regime político que teria evitado o caudilhismo e a desagregação<sup>48</sup>.

Oliveira Lima, no entanto, também faz apreciações de conjunto sobre o continente. É o caso da que se refere ao conceito de raça, em que estabeleceu um vínculo entre os atributos negativos pelos quais se construía uma imagem unificada da América Latina e a pequenez atávica da mentalidade do povo, agravado pelo passado colonial ibérico, “cenário por diversos fatores propício para o desenrolar do drama [...] de um processo civilizatório de-

46. Manuel de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, Universidade de Lisboa – Cátedra de Estudos Brasileiros, Livrarias Clássica Editora, 1923, p. 38.

47. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, pp. 88 e 89.

48. Manuel de Oliveira Lima, *América Latina e América Inglesa*, Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, 1913-14; Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, p. 201.

sencaminhado pelo estigma inferiorizante da miscigenação”. Outra apreciação diz respeito à “imaginação”, que, entendida como verbosidade excessiva, constituía outro elemento de identificação negativa da América Latina, mas convertia-se em fator positivo, associada à noção de idealismo<sup>49</sup>.

Ainda no âmbito da história comparada, ele se permite, quando em vez, afirmações mais polêmicas, como aquela segundo a qual “toda a América ibérica realizou a sua emancipação política, por si própria, num espírito de reação contra a Revolução Francesa”, e que tal emancipação constituiria “uma manifestação de fidelidade à Monarquia e à Igreja católica”. Nesse sentido, ainda segundo ele, “colônias e mãe-pátria julgavam-se ligadas por um laço pessoal, que encarnava o monarca, e a falta desse laço pela eliminação do soberano tradicional conduzia logicamente à Independência”. Assim, prossegue ele no seu raciocínio, no Brasil a aspiração nacional corporificou-se no “representante da dinastia que a terra albergara numa hora de provação, e este caráter fez com que mais depressa se irmanassem os sentimentos da população”<sup>50</sup>.

Nesse contexto, com sua capacidade de adaptação a novos ambientes, Oliveira Lima conseguiu fazer da sua estada na Venezuela um observatório para o conhecimento da América Espanhola. Ampliou sua biblioteca nesse sentido. Pode-se dizer que conquistou, no novo posto, uma visão americana, que não abandonaria mais, no conhecimento de novos ambientes e de novas pressões e realidades, que compunham o quadro da América Latina. As letras e a política da América Espanhola se incorporaram ao seu panorama e ao seu pensamento. Assim, uma carreira diplomática iniciada em Lisboa e continuada em Berlim, para prosseguir depois em Washington e Londres, completara-se, de certo modo, com a nomeação para a Venezuela. Porque aí as impressões da América Portuguesa, da América Inglesa e da América Espanhola forneceriam os elementos necessários para uma visão de conjunto, através de impressões pessoais, em ambientes diferenciados<sup>51</sup>.

49. Hélder Gondim da Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*, pp. 214 e 238.

50. Manuel de Oliveira Lima, *O Movimento da Independência 1821-1822*, São Paulo, Melhoramentos, 1922, pp. 30 e 192.

51. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, pp. 100 e 110.

Para ele, a sequência de acontecimentos políticos entre a partida do rei e a proclamação do Império tornava-se mais compreensível à luz dos sucessos hispano-americanos, sobretudo platinos, e na penumbra das sociedades secretas, da maçonaria. Nesse sentido, a vantagem manifesta do Brasil em relação aos vizinhos foi que, adotando a solução monárquica, não procurou nem governante nem regime político alheio às suas tradições: apenas adaptou a monarquia aos novos princípios<sup>52</sup>.

No meandro dessas histórias comparadas, o Brasil sempre foi, no entanto, o seu ponto de referência. Assim, para ele, o regime brasileiro foi, de certa forma, a sábia realização das ideias de Bolívar, que seriam mais difíceis de realizar no meio falsamente democrático das repúblicas latino-americanas que no Império brasileiro<sup>53</sup>:

[...] no levantamento de suas coordenadas o Brasil estava sempre presente, como um ponto de referência constante e até mesmo obsessivo. Não o seduzia a novidade ou a originalidade em si mesma, mas antes e acima de tudo sua relação com os costumes e as tendências do Brasil<sup>54</sup>.

Assim, o caminho percorrido por Oliveira Lima para definir a nação brasileira teve a peculiaridade de expressar cânones historiográficos brasileiros e portugueses, entre outros. Nesse sentido, sua interpretação da História, original e integradora, permitiu-lhe, ao fazer uso de disciplinas auxiliares e ao praticar a História comparada, um alcance e uma abrangência inusitados. Este alcance e esta abrangência da sua visão historiográfica são, sem dúvida, seus maiores legados para a posteridade.

##### 5. HISTORIADOR DA FORMAÇÃO NACIONAL E DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Oliveira Lima pode ser caracterizado, no contexto de sua imensa obra historiográfica, como historiador da formação nacional e da

52. Manuel de Oliveira Lima, *O Movimento da Independência 1821-1822*, pp. 22, 24, 63 e 80.

53. Manuel de Oliveira Lima, *La Evolución Histórica de la América Latina*, p. 248.

54. Alexandre José de Lima Sobrinho, "Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra", pp. 77 e 78.

Independência. No primeiro caso, ele tratou, "em linguagem elevada, porém clara, das linhas fortes do processo histórico do Estado-nação"<sup>55</sup>, em conferências nas quais Gilberto Freyre identificou uma "filosofia da História do Brasil"<sup>56</sup>. Essas conferências, que deram origem ao volume *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, caracterizam-se pela síntese bem acabada da história política do Brasil até o Segundo Reinado, com destaque para este último período, em que o Brasil aparece "como modelo de paz, ordem e prosperidade diante da caótica América hispânica, onde a ausência de reis constituíra empecilho à união"<sup>57</sup>. Com efeito, essa "narrativa da formação da nacionalidade", como a qualifica Júlio César Veloso, implicou sempre na alteridade, em outros modelos, que seriam os Estados Unidos e a América Espanhola<sup>58</sup>.

Essa "narrativa da nacionalidade", no entanto, não se limita às conferências acima mencionadas, mas perpassa praticamente toda a obra limiana, com destaque para três de seus componentes: *Dom João VI no Brasil, O Movimento da Independência e O Império Brasileiro*<sup>59</sup>. Nesse caso, merece destaque o contraponto que Oliveira Lima faz à maioria dos intelectuais do início da República, e aqui valho-me mais uma vez da excelente obra de Júlio César Veloso, ao afirmar que, ao contrário do que pensavam estes últimos, "a nacionalidade não estava por se fazer no início do século XX, pelo contrário o Brasil já era um país distinto, com características marcadas, uma nacionalidade, afinal"<sup>60</sup>, contrapondo-se por conseguinte, ao pessimismo quase institucional com o passado imperial e lusitano do Brasil.

Ainda segundo Júlio César, a dupla autoconstrução de Oliveira Lima como historiador da nacionalidade brasileira e como intérprete da cultura lusa no mundo, teve um momento decisivo quando ele doou à Universidade Católica de Washington sua enorme brasiliana, "jun-

55. Carlos Guilherme Mota, "Oliveira Lima e Nossa Formação", p. 89.

56. Gilberto Freyre, "Prefácio à Edição Brasileira" em *Formação histórica*, p. 13.

57. Teresa Malatian, *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, pp. 232 e 233.

58. Júlio César Veloso, *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento*, p. 203.

59. *Idem*, p. 65.

60. *Idem*, p. 122.

tada em uma vida inteira de bibliofilia e colecionismo apaixonados”, “a própria composição da biblioteca e da coleção diz bastante a respeito deste tipo de intersecção da história brasileira e da portuguesa”<sup>61</sup>.

No contexto mais amplo de historiador da nacionalidade brasileira, Oliveira Lima destaca-se também como o historiador, por definição, da Independência do Brasil. Nesse sentido, ele parte do pressuposto de uma certa continuidade entre Portugal e Brasil, que teria evitado rupturas mais radicais<sup>62</sup>. Assim, se o Brasil se havia separado de Portugal, fizera-o conservando o mesmo regime político e mais, a mesma dinastia reinante, o que era sua diferença principal em relação às outras nações do continente.

Nas palavras do próprio, a Independência do Brasil havia sido um desquite amigável, mas não completamente: haviam subsistido rusgas, incompatibilidades e desavenças – como numa família de verdade –, enfim, um relativo ressentimento entre as duas partes, que levou ao alheamento progressivo – também como numa família de verdade<sup>63</sup>.

Revolucionário nas ideias, o movimento da Independência no Brasil foi conservador nos seus processos, contrapondo-se a falta de violência com que ele se ultimou à guerra pertinaz que nos países hispano-americanos sustentaram os independentes contra a Espanha<sup>64</sup>.

A Independência do Brasil, como já dito, seria desse modo mais uma manifestação de fidelidade à monarquia e ao catolicismo –consubstanciada na manutenção da dinastia de Bragança e do padroado, entre outros, do que um produto da Revolução francesa. Da França viria mais bem a inspiração para classificar o movimento da Independência em termos teatrais:

61. *Idem*, p. 198.

62. Guilherme Souza Carvalho da Rocha Freitas, *Oliveira Lima e a Divulgação do Brasil no Exterior*, USP-IEB, 2017, p. 49. Tese de Mestrado.

63. Manuel de Oliveira Lima, *O Reconhecimento do Império*, p. 7.

64. Manuel de Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, p. 34.

O drama da Independência foi mais rigorosamente o que se chama em linguagem teatral francesa uma alta comédia, porque do drama teve as paixões, mas quase não teve as violências; não é uma peça clássica, porque falta-lhe, para a lei das três unidades, a unidade de lugar<sup>65</sup>.

Nesse sentido, a grande contribuição do período joanino para o Brasil teria sido a construção da nacionalidade, já que o príncipe regente, ao chegar em terras brasileiras, teria encontrado um todo desagregado e dividido em capitanias estranhas umas às outras. A presença e a ação da Corte teriam conseguido unir as províncias em torno de um poder forte e centralizador. Oliveira Lima, no *Dom João VI no Brasil*, expõe esse período, sem deixar de considerar relevante a ação dos indivíduos, mas dando ênfase aos processos na construção da nacionalidade, processos esses analisados em quadros dispostos numa admirável noção de conjunto.

Ele, desse modo, referindo-se ao processo de miscigenação, esclarece que o próprio elemento branco já era resultado de um longo processo histórico de mistura racial entre iberos, celtas, godos e berberes, entre outros; espanhóis e portugueses, mais estes, menos aqueles, entregando-se com maior facilidade ao contato íntimo com as mulheres “inferiores”, seja na África, seja no Brasil, seja na Ásia, o que as condições iniciais da colonização, associadas ao meio tropical, haviam favorecido de modo decisivo. Nem por isso deixou de reconhecer a extrema violência desse processo, que historicamente marcara as relações de toda ordem de brancos e não-brancos nas Américas espanhola e portuguesa; nem por isso também, deixou de concluir que “nestes conflitos cruéis e sangrentos podiam avivar-se ódios de raça, mas o desprezo de raça desvanecia-se nos amplexos sensuais que lhes serviam de intermédio e nos quais se gerou essa multidão de mestiços”<sup>66</sup>. Observe-se como esse trecho poderia ter sido escrito por Gilberto Freyre.

Nessa imagem em perspectiva proposta, esses males da formação transmitiam-se por “hereditariedade” aos países independentes da América Latina, “produzindo como principal sintoma a desordem crô-

65. Manuel de Oliveira Lima, *O Movimento da Independência*, p. 255.

66. Manuel de Oliveira Lima, *América Latina e América Inglesa*, p. 174.



nica do organismo público...”. Diante desse dilema, a monarquia seria o “possível remédio institucional, não apenas para este país [o Brasil], mas para todo o subcontinente...”<sup>67</sup>.

Oliveira Lima, no entanto, não pode ter seu papel limitado ao de historiador da Independência e mesmo da formação da nacionalidade; isto levaria, como acertadamente notou Júlio César Veloso, a uma “certa esquizofrenia interpretativa, que retrata o historiador pernambucano ora como francamente americanista, ora como antinorte-americano intempestivo; ora como liberal admirador da democracia dos Estados Unidos, ora como iberista radical e conservador; ora como republicano, ora como monarquista...”<sup>68</sup>.

Oliveira Lima é muito mais. Ele é o responsável, nas palavras de Carlos Guilherme Mota, por dar forma e sentido a matrizes histórico-culturais que definem a própria existência do Brasil como nação e do brasileiro como povo. Matrizes que ele explicitou, prossegue Mota, e que ainda permanecem nas formas de pensamento, em ideias do Brasil, que se prolongaram no século XX, “pois a imagem construída em nosso imaginário deve muito à formulação geral do pernambucano”<sup>69</sup>.

Este é sem dúvida o principal legado de Oliveira Lima, que será estudado com mais atenção a seguir.

## 6. O LEGADO

Com seus modos e ideias nem sempre convencionais, a formação luso-brasileira, interesse pelas culturas alemã [...] e inglesa, balanceado pela admiração à cultura e à mentalidade norte-americanas, Oliveira Lima representa o fim de uma época. [...] que cede passo para um novo tempo, que se anuncia na figura de um jovem pernambucano a quem o historiador marcou profundamente. Trata-se do jovem Gilberto Freyre, que, desde 1917 até o falecimento de Oliveira Lima em 1928, absorveu a percepção limiana e sua sensibilidade histórica. Uma particular consciência do Brasil enfim,

67. Helder Gondim da Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima*, Porto Alegre, Edipucrs, 2003, p. 229.

68. Júlio César Veloso, *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento*, p. 16.

69. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, p. 88.

haurida sobretudo quando de sua temporada nos Estados Unidos. Oliveira Lima passaria para ele sua ideia geral de Brasil e, embora informe ainda, de cultura brasileira<sup>70</sup>.

Essas palavras de Carlos Guilherme Mota, que elevam Oliveira Lima praticamente ao papel de precursor de uma época, de verdadeiro arauto de uma nova idade, dizem bem do legado do historiador pernambucano. Ainda segundo Mota, ele sintetizaria bem o longo século XIX brasileiro naquilo que ele teve de melhor: um século que se despedia do rançoso legado político-cultural institucional que foi responsável pela construção do Estado Nação imperial e seria o precursor de Gilberto Freyre, “homem-ponte entre o grupo-geração de Oliveira Lima e o seu próprio”, representante de uma recém-chegada “modernidade ambígua, inquieta, ensaísta, curiosa e algo atrasada do século XX nos seus albos”<sup>71</sup>.

Gilberto Freyre é assim o seu principal e primeiro discípulo, responsável, de certa forma, pela preservação e pela ampliação de seu legado, por meio da própria obra. Freyre, tão vaidoso, reconhece sua dívida para com o mestre, colocando-o ao lado de Franz Boas entre essas influências, e à frente de Varnhagen e de Capistrano de Abreu no que se refere aos “historiadores-fundadores da nacionalidade”<sup>72</sup>:

“Nenhum mestre, exceto [Franz] Boas”, nos dirá Gilberto Freyre, “exerceu tão poderosa influência sobre minha formação quanto Oliveira Lima, inclusive nos estudos em que me especializaria: os do patriciado rural e da miscigenação no Brasil”. A esse “mestre inconfundível”, de quem confessa haver assimilado “todo um conjunto de valores que dificilmente teria adquirido de livros de viagens ou professores internacionais”, e ao qual reverencia como verdadeiro sábio, “homem do mundo no melhor sentido da expressão”, é que Freyre atribui grande parte das bases hermenêuticas com que ele próprio se propôs a renovar a sociologia brasileira nas primeiras décadas do século XX<sup>73</sup>.

70. *Idem*, pp. 85 e 86.

71. *Idem*, p. 86.

72. *Idem*, *ibidem*.

73. Antonio Arnoni Prado, *op. cit.*, p. 333.

Por outro lado,

Na sua obra de historiador, animado do sentido sociológico da História [...] são poucos os entendidos no assunto que atualmente se recusam a reconhecer o que de mais alto, de mais amplo e de mais sistemático realizou, nesse setor, um brasileiro do século XIX. Considerada no conjunto, como obra de historiador sociólogo [...] nenhuma outra, do século passado e do começo do atual, a supera: nem mesmo a de Joaquim Nabuco, notável como estudo, magnificamente bem composto, de sociologia política – quase que apenas política – do Segundo Reinado. Ou a de Capistrano de Abreu – admiravelmente lúcida mas fragmentária; sem a amplitude do esforço sistemático que a obra de Oliveira Lima representa<sup>74</sup>.

Gilberto Freyre propõe-se, assim, a continuar e a ampliar o caminho aberto por Oliveira Lima. Luís Costa Lima identifica bem essa “continuidade” entre Lima e Freyre, e mesmo com outros nomes da historiografia e da sociologia brasileiras do século XX. Assim, *Dom João VI no Brasil* seria uma antecipação do que hoje se chamaria uma história da vida cotidiana, com uma análise percuciente do dia a dia do Rio de Janeiro em 1808. Oliveira Lima é, desse modo, um “reconstituídor da paisagem histórico-sensível”, um “Debret das palavras”, transmitindo-nos os cheiros, os ruídos, os tons da natureza para cuja reconstituição soubera contar com o testemunho dos viajantes.

Oliveira Lima pagará caro por não saber aonde o levava seu salto interpretativo. Não é sua hesitação que encontramos na flexibilidade com que Gilberto Freyre interpretará a conduta do homem colonial quanto ao homem de cor? E a quebra de fronteiras não se relaciona com o domínio da cordialidade com que Sérgio Buarque via a inexistência de um espaço público, tradicional no Brasil? Se o termo “cordialidade” não aparece em Oliveira Lima – e mesmo porque o sentido específico que o termo assumirá em Sérgio Buarque dependia de uma fonte, Carl Schmitt, inexistente para Oliveira Lima – nele é bastante explícito o elemento que lhe serve de fonte articuladora, a prática do favor. É na prática do favor que se sustenta a experiência do “homem cordial”<sup>75</sup>.

74. Gilberto Freyre, *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*, pp. 39 e 40.

75. Luís Costa Lima. “D. João VI no Brasil”, em João Cezar de Castro Rocha (org.), *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*, pp. 325-334.



Dom João VI e dona Carlota Joaquina. Óleo sobre tela de Manuel Dias de Oliveira. Início do século XIX. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Com efeito, outro de seus livros, o *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, “uma das “primeiras grandes sínteses da história do Brasil”, é o marco inicial de toda uma historiografia da formação do Brasil, em que pontificam, além de Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, autores como Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Antônio Cândido e Celso Furtado<sup>76</sup>.

Oliveira Lima assim deixou sua marca e sua influência nas gerações de cientistas sociais e historiadores que lhe sucederam, e foi responsável por algumas brilhantes antecipações, termo muito do agrado de um de seus discípulos, Gilberto Freyre, que por ele queria significar uma espécie de influência indireta, de “antecipação” em relação a descobertas importantes no campo das ciências sociais feitos por terceiros. Nesse sentido, sua influência estendeu-se além do cenário brasileiro, como se verá a seguir.

No que se refere a Sérgio Buarque de Holanda, o historiador Guilherme Pereira das Neves, em resenha sobre *Dom João VI no Brasil*, comenta:

Num diagnóstico que faz pensar no Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil*, escrito quase trinta anos mais tarde [Oliveira Lima] considerava que a “hipocrisia [...] é um traço pouco peculiar à raça latina, mas no Brasil a sua carência não significava infelizmente franqueza e rjeza de caráter. Denunciava pelo contrário escassez de sólidas qualidades, a inconsciência do mal, a falta de uma alavanca moral que não fosse a pura superstição religiosa, a ignorância comum numa sociedade que não só não tinha ainda ao seu alcance os meios de se ilustrar, como revelava geral antipatia ao ensino e limitada sede de angariar conhecimentos<sup>77</sup>.

E o mesmo autor, a seguir, comenta que o historiador pernambucano acrescenta um “outro eco antecipado do Sérgio Buarque de Holanda de “O semeador e o ladrilhador” [um dos capítulos de *Raízes do Brasil*], ao considerar que “o português é por temperamento muito mais um explorador do que um colonizador”. É ainda Guilherme Pereira das Neves que, após afirmar que o “vasto panorama dos anos que antecederam a Independência”,

76. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, p. 106.

77. Guilherme Pereira das Neves, “Dom João VI no Brasil”, *Introdução ao Brasil*, p. 84.

traçado em *Dom João VI no Brasil* “antecipa quase todos os temas e interpretações dos mais importantes trabalhos posteriores sobre o período, como os de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Maria Odila Silva Dias, de José Murilo de Carvalho e de Valentim Alexandre”, faz um comentário que, se à primeira vista pode parecer ousado, revela-se plenamente justificado com a explicação que se lhe segue:

Reveste-a [a estada de Dom João VI no Brasil] com a dimensão de um conflito de culturas – entre a cerimônia oficial e a festa popular; entre a etiqueta cortesã e a expressão espontânea da população [...] do qual nasceria um país independente. Revela-se, dessa forma, um precursor da ideia de “processo civilizatório” proposta por Norbert Elias; ao falar de “aparelho de aquisição mental”, intui o que Lucien Febvre quis dizer com o conceito de instrumentos mentais [*Le Problème de l’Incroyance au XVI Siècle: La Religion de Rabelais*]; e mostra-se sensível aos menores detalhes do cotidiano que posteriormente iriam deleitar Gilberto Freyre.

O historiador Raimundo Arrais, também numa análise de *Dom João VI no Brasil*, concorda com esse reconhecimento da figura de precursor em Oliveira Lima: para ele, muitas das interpretações ali apresentadas foram desenvolvidas em “obras seminais” da interpretação da história brasileira, citando o exemplo de *Os Donos do Poder* (de Raimundo Faoro), “que, enfatizando o peso do estamento burocrático da formação do Estado brasileiro, invoca-o largamente no capítulo em que trata da transmigração da corte e das características do Estado no período”.

Encerro esse breve recenseamento das análises da influência da obra de Oliveira Lima sobre outros autores, brasileiros e estrangeiros, com o comentário de Américo Jacobina Lacombe sobre um livro menos conhecido do nosso autor, *América Latina e América Inglesa – A evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Para Lacombe, este livro deveria ter contribuído, embora não fosse expressamente mencionado, para o trabalho do professor Charles Griffin, “Unidade e variedade na história americana”, que faria parte dos *Ensaio Sobre a História do Novo Mundo*.



Esses comentários, retirados de vários pequenos ensaios sobre Oliveira Lima da autoria de uma gama de autores, sobretudo a propósito do *Dom João VI no Brasil*, viram-se confirmados pelas minhas próprias observações. Assim, por exemplo, a análise que Oliveira Lima faz da importância das câmaras municipais e da autonomia municipal em trechos da *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira* e da *América Latina e América Inglesa*, seria retomada pelo autor de um dos maiores clássicos da ciência política brasileira, *Coronelismo, Enxada e Voto*, de 1949, cujo próprio subtítulo, *O Município e o Regime Representativo no Brasil*, dá bem uma ideia da importância que Victor Nunes Leal, seu autor, atribui à instituição municipal na formação histórica brasileira. Vejamos alguns trechos do historiador pernambucano sobre o tema:

Se as liberdades municipais que, no século XVI, tinham sido outorgadas no Brasil, eram iguais àquelas que ainda lembravam em Portugal o domínio romano [...] ofereciam, no século XVII, a aparência de um visível declínio, cujo aspecto era igual em toda a vida comunal europeia ou de caráter europeu. Os primeiros golpes desfechados contra as franquias locais dataram no Brasil [...] da superposição do Estado com tendências unitárias às capitânicas privadas. [...] A unidade administrativa e militar, ensaiada pela metrópole, foi consolidada pela união, produzida pelo movimento geral contra o inimigo holandês [...] e pelo movimento geral da colonização espontânea. [...] O efeito da coesão que disso deveria resultar constituiria o corretivo para a tendência fortemente dispersiva dos primeiros agrupamentos de colonização, que se haviam tornado, cada qual deles, um ciclo de atividade.

Conquanto Oliveira Lima não seja mencionado no livro de Nunes Leal, estas ideias fazem-se presentes nos capítulos segundo e terceiro do *Coronelismo, Enxada e Voto*, que tratam, entre outros, do apogeu das câmaras coloniais, da reação da Coroa a esse apogeu e da eletividade das câmaras municipais no período colonial.

Em *América Latina e América Inglesa*, Oliveira Lima comenta que a “célula inicial” da organização das novas nacionalidades ibero-americanas foi a “instituição municipal romana transplantada para a América pelos fundadores do Novo Mundo latino” e que

As câmaras municipais do Brasil e os cabildos da América Espanhola foram com efeito a sementeira colonial das franquias liberais [...] constituíram o terreno onde aquelas franquias germinaram e acabaram por florescer [...] tais corporações [...] foram pelas duas metrópoles outorgadas [...] no século XVI, quando semelhantes organismos ainda refletiam na Península uma [...] relativa autonomia. Fazia-os caminhar o impulso adquirido apesar da barreira oposta pelo trono à sua pujança.

Esses conceitos, com destaque para a tensão permanente entre centralismo e particularismo, estão presentes nos mesmos capítulos da obra máxima de Victor Nunes Leal e, mais recentemente, no estudo *O País das Alianças – Elites e Continuismo no Brasil*, de Marcel Burstyn, de 1990, sobretudo na sua primeira parte, embora Oliveira Lima mais uma vez não constasse da bibliografia dessa obra.

Ainda no *América Latina e América Inglesa* antecipa-se, com as mesmas ressalvas feitas quando se tratou aqui da mesma antecipação presente no *Dom João VI no Brasil*, qual seja a de que Oliveira Lima não havia utilizado expressamente o conceito de “cordialidade”, o Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil* e, em certa medida, de *Visão do Paraíso*. Senão vejamos:

[...] a natureza mais afetuosa ou, se preferis o termo, mais expansiva da raça meridional, completava bem aquele aspecto da legislação [que favorecia os indígenas], o aspecto mais atraente da civilização espanhola ou melhor dito ibérica no Novo Mundo, é o formado pela sua simpatia para com a raça indígena, simpatia que não exclui abusos, nem violências, nem perseguições, nem tiranias, [...] porém que comporta um elemento progressivo e regenerador como o podia ser o instinto da igualdade espiritual daquela raça, [quando] a realidade tomar todo o campo hoje ocupado pela imaginação, manifestando-se na verbosidade, e [que] constitui o princípio de uma síntese afetiva que [...] representa uma tradição e encerra uma das melhores garantias dessas terras de civilização hispano-portuguesa.

Se trocarmos as palavras “afetuosa”, “expansiva”, “simpatia” e “afetiva” por “cordial” ou “cordialidade”, poderemos observar ecos no Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil*, obra publicada em 1936, sobretudo do capítulo cinco, intitulado “O Homem Cordial”; esta “cordialidade”,



claro, deve ser tomada no sentido de “fundo emotivo”, de sentimento que vem do coração, seja ele positivo ou negativo, o que combina bem com o sentimento de “simpatia” dos colonizadores pelos indígenas descritos por Oliveira Lima, que não excluiria abusos, nem violências, nem perseguições, nem tiranias. Acrescente-se a esse sentimento a imaginação, que faz parte também da cordialidade, mas que se revela sobretudo uma antecipação dos temas tratados por Sérgio Buarque em *Visão do Paraíso*, sobretudo no capítulo 1, “Experiência e fantasia”.

Antecipação dessa “visão do Paraíso” também pode ser encontrada no seguinte trecho de *América Latina e América Inglesa*:

Não admira que a Espanha se dessangrasse para sustentar o seu Império ultramarino, uma fonte de tão grande opulência – opulência embora mais aparente do que real [...] a glória conquistadora [...] falava mais de perto à fantasia popular, de feição céltica, e aos instintos batalhadores de uma nação de tradições guerreiras [...] com quanto entusiasmo se armava na Espanha, desde a primeira metade do século XVI, as expedições desse gênero, como tocavam elas a imaginação de fidalgos e plebeus, com que ímpeto animal se arrojavam todos ao assalto e ao saque das riquezas desconhecidas ou fabulosas [...].

Nesse pequeno trecho estão presentes muitos dos elementos tratados por Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visão do Paraíso*: o fabuloso que os espanhóis – mais do que os portugueses – esperavam encontrar no Novo Mundo, as expedições guerreiras, herdeiras daquelas características da Reconquista, a esperança de enriquecimento fácil com a conquista de riquezas desconhecidas e fabulosas, como por exemplo o ouro do Eldorado, embora, mais uma vez, Oliveira Lima não constasse da bibliografia.

Em um estudo posterior, o historiador pernambucano nos fornece uma outra antecipação especialmente interessante, e desta vez de autor não-brasileiro. Trata-se da conferência *Aspectos da história e da cultura do Brasil*, proferidas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1923, da qual transcrevo o seguinte trecho:

Os fatores essenciais da civilização brasileira no período colonial são em número de três: o colono, que se devotou ao amanho das terras e que era puramente português; o bandeirante, que em bom número era mameluco ou mestiço de português e índio, e que subiu rios e galgou montanhas em busca de metais preciosos e pedras finas [...] e o missionário, que incutiu certa disciplina no colono e reprimiu os excessos cruéis dos bandeirantes [...].

Oliveira Lima, com sua enorme capacidade de síntese, antecipou-se aqui à obra de um dos maiores medievalistas franceses, Georges Duby, que em seu livro *Les Trois Ordres ou l'Imaginaire du Féodalisme*, da década de 1970, retoma essa caracterização tripartite, só que para a explicação da ordem feudal: “uns são dedicados particularmente ao serviço de Deus; outros a conservar o Estado pelas armas; outros a alimentá-lo e a mantê-lo pelos exercícios dos tempos de paz”.

Essa concepção tripartite, retirada por Duby do *Traité des Ordres et Simple Dignitez*, de Charles Loyseau caracterizava a ordem social e a ordem política da França medieval e do Antigo Regime. Três ordens complementares que sustentavam o Estado: a do sacerdote, a do camponês, a do soldado (“celle du prêtre, celle du paysan, celle du soldat”), os que rezam, os que trabalham, os que guerreiam.

Essa concepção trifuncional, devidamente adaptada, é a que Oliveira Lima atribui à sociedade colonial brasileira, que ele considerava feudal sob certos aspectos. O camponês seria o colono; o sacerdote, o missionário, encarregado da conversão das almas dos gentios; e o guerreiro o bandeirante, que assumiu sob múltiplos e variados aspectos funções militares e foi responsável não somente pela defesa do Estado, mas também pela sua expansão territorial. Os três a base da sociedade: os que trabalham, os que rezam e pregam, os que guerreiam e conquistam. Homem de grandes e frequentes leituras e bibliófilo que era, Oliveira Lima bem pode ter lido ou ao menos tomado conhecimento do livro de Loyseau – o que seria uma investigação interessante a fazer em sua biblioteca – e adaptado os seus termos à realidade colonial brasileira. O fato que resta inegável, no entanto, é que antecipou, em cerca de cinquenta anos, uma das contribuições básicas de um dos maiores medievalistas france-

ses aos estudos historiográficos, o da sociedade de três ordens. Pena é que, nesse caso como em tantos outros, Oliveira Lima não teve tempo para aprofundar suas sínteses e seus achados, o que acabou sendo feito por outros, conscientemente ou não.

Oliveira Lima, em conclusão, é o ponto de partida da historiografia brasileira “mais influente” no século XX. O seu legado, dessa forma, deve ser reavaliado, e nessa reavaliação deve se dar relevo ao caráter interpretativo de sua obra, que, ademais de se caracterizar pelo profundo domínio da informação documental que fundamentava a sua interpretação histórica, primava pela capacidade de “dar sentido às coisas” e pela “capacidade extraordinária para perceber a força explicativa dos contextos históricos internacionais nos quais estava enredada a história nacional”.

Dessa reavaliação de seu legado deve fazer parte, também, a revalorização de sua trajetória, ressaltando-se, entre outros, as marcas profundas de sua região natal, de Pernambuco, algo como o confessado por Joaquim Nabuco no *Minha Formação*, uma das mais belas “confissões” da língua portuguesa: “o traço todo da vida é para muitos um desenho da criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber...”<sup>78</sup>.

Carlos Guilherme Mota resume bem a sua trajetória, e a influência do seu legado:

Oliveira Lima não viveu muito, mas viveu o bastante para perceber o quanto realizou “de grande”, na acepção mais profunda dessa expressão. Pois quando faleceu em 1928, sua obra já o qualificava como o principal historiador da formação da nacionalidade brasileira. Se o erudito barão do Rio Branco foi o historiador dos tratados e dos limites geográficos que fixaram nossa imagem geopolítica, Oliveira Lima ficará em nossa historiografia como o maior historiador da Independência, o tema fundante de nossa existência coletiva, quando o Brasil pela primeira vez lutou por sua identidade, sua diferença, sua autonomia. Tema essencial e complexo, dadas as vicissitudes e ambiguidades da emancipação política, com o prolongamento da casa reinante no além-mar, fenômeno único na história americana e europeia<sup>79</sup>.

78. Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2004, p. 159.

79. Carlos Guilherme Mota, “Oliveira Lima e Nossa Formação”, p. 87.

## 7. ESTA EDIÇÃO

O objetivo principal da presente edição é trazer de novo à luz obras pouco conhecidas, quase inéditas, de Oliveira Lima, algumas das quais republicadas pela primeira vez agora, mais de um século depois de sua elaboração.

A primeira delas, “O Descobrimento do Brasil: Suas Primeiras Explorações e Negociações Diplomáticas a que Deu Origem”, foi publicada por ocasião das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Trata-se, originalmente, de memória vencedora de concurso patrocinado pela Associação do IV Centenário, que integrou o denominado *Livro do Centenário*. Oliveira Lima produziu este ensaio durante sua estada em Londres, ao mesmo tempo em que trabalhava no *Reconhecimento do Império* e na *Relação dos Manuscritos de Interesse do Brasil Existentes no Museu Britânico*, e que iniciava as pesquisas para o *Dom João VI no Brasil*.

A esse propósito, vale a pena fazer alguns comentários sobre a própria noção de “descobrimento”. Ela se aplica, sobretudo, não ao mero achamento de uma terra ou de um caminho marítimo, mas à “sua revelação, como ato científico, definido no caráter geográfico e econômico e incorporado pela cartografia ao conhecimento geral”. Nesse sentido, ademais do Brasil, os portugueses seriam os verdadeiros “descobridores” do Novo Mundo, já que Colombo, o primeiro a chegar àquelas plagas, o havia feito “sem a verdadeira consciência científica do fato, pois supunha que pertenciam ao Extremo Oriente asiático”<sup>80</sup>.

O Brasil nasceu envolto em complicações diplomáticas, ou melhor, antes mesmo de ser “conhecido”, já era objeto de disputas diplomáticas e de intrigas – processo este que teve sua conclusão no Tratado de Tordesilhas. A primitiva história do Brasil é, assim, toda ela geográfica e, por conseguinte, diplomática. Nesse sentido, o Tratado de Tordesilhas constituiu uma grande vitória diplomática de Dom João II. Oliveira Lima, entretanto, como era do seu estilo, coloca um pequeno grão de sal nesta constatação, ao comentar que “muitos dos sucessos diplomá-

80. Esta argumentação, de Armando Cortesão e de outros, vem mais detalhada nos comentários ao ensaio em questão.

ticos não passam de combinações de circunstâncias felizes”. Referia-se ele ao fato de que a perspectiva de uma “união peninsular”, recorrente, e por fim concretizada em 1580, diminuiria a necessidade de estabelecer a partilha das terras a serem descobertas que, eventualmente, recairiam nas mesmas mãos. Assim, com a ascensão de Filipe II ao trono de Portugal, o Tratado de Tordesilhas praticamente deixou de vigorar. Ele seria retomado após a Restauração portuguesa, em 1640, mas já estava moribundo e era praticamente letra morta. Apesar das consultas e pareceres sobre a linha de Tordesilhas, a realidade dos fatos era que prosseguia sem cessar a obra prática das explorações, que garantiram a Portugal o recuo enorme da mencionada linha, ocupando-se o vácuo que Castela havia deixado em suas possessões americanas. Tal situação viria a ser legitimada em 1750 pelo Tratado de Madri, que consagrou o princípio do *uti possidetis, ita possideatis*.

O Brasil, dessa forma, foi “subtraído ao imperialismo castelhano na maior parte pela dádiva cega de uma linha ideal de demarcação e na menor pelas argúcias que de todo tempo foram o cabedal da diplomacia”. Aqui o elogio à obra de Alexandre de Gusmão é claro e evidente.

A grande disputa diplomática da história colonial brasileira deu-se assim entre Portugal e Espanha, com destaque para a questão da presença portuguesa na margem superior do Rio da Prata que, realidade durante algum tempo, acabou não se concretizando, já após as Independências. Esta foi a grande disputa diplomática das origens do Brasil. Havia outras, não tão importantes, mais do cotidiano, mais do varejo, com os franceses, que primeiro giraram em torno de reivindicações territoriais e depois descambaram em negociações sobre pirataria e indenizações de cargas confiscadas.

A conclusão de Oliveira Lima nesse estudo é que as negociações diplomáticas já coincidiam e alternavam com as disputas armadas, no que para ele consistia na substituição parcial da força armada pela “discussão inteligente”. Este estudo do historiador pernambucano, agora republicado, trata assim, da primeira fase da História do Brasil, que vai de antes do descobrimento até aproximadamente 1530, e que se caracterizou, como ele afirmou, por ser uma História de natureza geográfica e diplomática.

A segunda fase desta História, que vai grosso modo de 1530 até finais do século XVI ou, mais especificamente, 1580, diz respeito ao começo da ocupação e da produção econômica do que seria o Brasil, com ênfase no sistema das capitâneas hereditárias. A esta fase dedicou Oliveira Lima o segundo texto desta coletânea: “A Nova Lusitânia”, publicada originalmente na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, obra monumental feita em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil e que veio à luz em 1924<sup>81</sup>.

A primeira observação a fazer com relação a esse texto refere-se a uma possível comparação com o primeiro livro publicado por ele, em 1895, intitulado *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*. Com efeito, nota-se a esse respeito uma profunda e constante evolução no pensamento do historiador pernambucano no que concerne à revalorização da herança portuguesa. O Oliveira Lima de 1895, republicano convicto e recém declarado *persona non grata* em Portugal, começa por tratar de Pernambuco e, numa evolução constante ao longo dos anos, termina por tratar da Nova Lusitânia, em 1924, já no fim da vida.

“Nova Lusitânia”, denominação aplicada por Duarte Coelho a sua capitania, mas que pode, de certo modo, referir-se a tudo o que seria mais tarde o Brasil, traz em seu bojo uma representação de estabilidade e um espírito maior de ordem política e social, sendo de certa forma uma projeção ultramarina da nacionalidade portuguesa.

Com efeito, a ideia do primeiro donatário era transformar sua capitania num Portugal americano, por meio de uma colonização que não foi guerreira, mas que contou com colonos experimentados na arte da guerra, gente esta nobre e limpa. Aqui vale mencionar a tendência de uma certa historiografia de apresentar uma visão do Brasil como colônia de degredados. Esta visão merece sérios reparos. O primeiro deles, o de que, se isto podia ser verdadeiro em certas partes mais ao sul, não o era nas terras de Duarte Coelho, que sobre os degredados exercia um controle severo, solicitando reiteradas vezes ao soberano que o livrasse de tal peçonha.

81. Mais dados nos comentários ao texto.

O segundo, de que a própria noção de degredado era algo relativa, não sendo ela sinônimo de criminoso ou vagabundo obrigatoriamente. Várias personalidades da História portuguesa, brasileira e mundial foram degredados, a começar por Camões e Ovídio, entre outros. Esses degredados, como mencionado por Oliveira Lima, “com a riqueza foram largando de si a ruim natureza”.

O que Duarte Coelho buscava, assim, era privilegiar sempre a estabilidade entre sua gente, seja ela econômica, seja ela social. É por isso que havia optado pela cultura da cana de açúcar, deixando para melhor oportunidade, que acabou não vindo, a busca de metais preciosos no sertão, o que não impediu seus filhos de percorrerem esses vastos territórios em missão de punição contra os indígenas. Mas o pai preferia consolidar a sua povoação, mais litorânea, não só economicamente, mas também socialmente, por uma endogamia de classe que comportava uma certa miscigenação entre europeus e filhas da nobreza índia, como é o caso paradigmático das relações entre seu cunhado Jerônimo de Albuquerque e a filha do cacique Arcoverde. Duarte Coelho evitava ao máximo a própria exploração do pau-brasil, que pelo seu extrativismo e pela sua falta de fixação ao solo era um elemento socialmente perturbador.

O donatário de Pernambuco, na última fase de sua vida, era a pessoa adequada para esse labor, o de “conquistar a palmas a terra que lhe havia sido dada às léguas”, como dizia ele próprio. Para isso dispunha de uma vontade férrea, de bom senso e de uma natureza rigorosa, mas maleável, o que lhe permitia enfrentar o desconhecido e o problemático com segurança. Havia começado sua vida aventureira e útil com seu pai, Gonçalo Coelho, navegador de atuação destacada na exploração do litoral brasileiro logo após o Descobrimento, embora seu nome não ficasse tão conhecido quanto o de Américo Vespúcio e o de Martim Afonso de Sousa<sup>82</sup>. Seu filho Duarte, após seu *début* junto ao pai nessas explorações, havia exercido um papel fundamental na navegação portuguesa no

século XVI, no Novo Mundo, no Oriente (Malaca e Conchichina, entre outros) e no Atlântico. A esse respeito, é válido estabelecer um paralelo entre sua atuação e a de Martim Afonso de Sousa, exemplos da espantosa mobilidade que explicam o êxito da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI, segundo Gilberto Freyre. Era a pessoa talhada assim para essa “pesadíssima empresa”, não somente no que se refere aos enormes gastos, mas também ao esforço despendido.

Seus filhos, que herdaram o ânimo valente do pai, não possuíam a sua circunspeção e o seu bom senso, que haviam levado Duarte Coelho a desprezar os riscos aleatórios do ouro, cuja pesquisa lhe era recomendada pela Coroa, concentrando-se no ouro branco do açúcar. Graças a ele, a Nova Lusitânia, Pernambuco, era em 1580 a mais adiantada capitania, cercada pelo fracasso de todas as outras. Encerrava-se, nessa época, junto com a tragédia de Alcácer Quibir e o fim da dinastia de Avis, a fase heroica da fundação. Nessa fase, e nesse espaço, o papel de Portugal no Brasil não foi o de conquistador, mas o de colonizador, segundo Oliveira Lima.

A fase da conquista propriamente dita, que se estende desta época até o fim do século XVIII, é o tema do terceiro estudo do presente volume, intitulado “A Conquista do Brasil”, conferência realizada em 4 de abril de 1910, no teatro de la Monnaie, em Bruxelas, com a presença do rei da Bélgica. Esta conferência deve ser considerada em perspectiva e em complemento a outra, “O Brasil e os Estrangeiros”, realizada semanas depois em Antuérpia. As duas foram publicadas em conjunto na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo<sup>83</sup>, da mesma forma que são republicados em seguida agora. Antes de passar ao conteúdo propriamente dito da conferência, vale mencionar que esta constitui um evento multimídia *avant la lettre*: ademais da palestra, contou com trilha sonora – foi uma das audições pioneiras da obra do padre José Maurício Nunes Garcia na Europa, entre outros compositores brasileiros, e contou com projeções luminosas de paisagens e de personalidades da História do Brasil.

82. Ver mais sobre Gonçalo Coelho nas notas do organizador ao ensaio “A Nova Lusitânia”.

83. Mais dados nas notas do organizador aos respectivos ensaios.



A primeira observação que Oliveira Lima faz na sua conferência é a de que ele ia tratar ali não da conquista do Brasil por potências estrangeiras (ocasião que aproveitou para elogiar a imigração europeia ao Brasil), mas da conquista feita pelos próprios brasileiros, melhor dizendo os portugueses que habitavam o imenso território antes da Independência. Tal processo não foi pacífico, já que houve violências como a escravização dos índios, mas foi, para o historiador pernambucano, civilizador. Aqui ele se permite uma comparação que poderíamos qualificar como de ocasião, aproveitando-se da presença do monarca belga. Assim, comparou a conquista do Brasil à conquista do Congo, efetivada pelos antepassados do rei, mas com uma ressalva: ao passo que o processo brasileiro havia sido uma “criação espontânea e insistente de uma raça posta de repente diante do misterioso e do maravilhoso”, e que havia durado séculos, a do Congo havia sido fruto de um processo científico, moderno, alimentado pela vontade de um soberano decidido.

Essa conquista do Brasil havia sido feita apesar da ocupação holandesa no litoral do futuro Nordeste brasileiro, quase em contraste com ela. Era no interior, nos sertões, não obstante, que mais se excitava a cobiça dos luso-brasileiros. Teodoro Sampaio chega a observar que à época havia um sentimento de inércia ou incapacidade, mas nunca de descrença nos tesouros escondidos nos sertões.

Os bandeirantes e os missionários seriam os agentes preferenciais dessa conquista, mas os primeiros foram aqueles “que em sua inconsciência heroica conformaram o Brasil”, em um processo contínuo, progressivo e até certo ponto metódico que tinha sua base em São Paulo. Essa conquista, se por um lado foi também obra do acaso, produto das circunstâncias, e não progressão científica como a dos Estados Unidos, por outro contou ainda assim com uma base mais estável do que a das colônias espanholas. Não foi, não obstante, irrefletida nem intermitente, nem leviana, tendo deixado populações fixas, entregues à agricultura, à pecuária e à mineração. Oliveira Lima atribui aqui um excessivo protagonismo ao papel dos bandeirantes paulistas, esquecendo-se de mencionar outros personagens fundamentais desta epo-

peia, como os criadores de gado e outros sertanistas não oriundos de São Paulo.

Sugestivo, glorioso, ininterrupto e inflexível, esse processo converteu um “país todo de fachada” em um país de vastíssima base territorial, obra esta que pertence a um só povo, sem auxílio estrangeiro, como bem havia notado o historiador alemão Handelmann.

Essa conquista, cujas expedições não deixam de constituir uma história geográfica brasileira nos séculos XVII e XVIII, permitiu que, à época da Independência, houvesse núcleos de população que, se bem que separados por desertos imensos, constituíam pontos de convergência e marcos de continuidade, que viriam a ser a base da nacionalidade. A vinda da Corte, em 1808, e posteriormente o Império, viriam a harmonizar, a uniformizar (no aspecto positivo da palavra) esses pontos de convergência. Mais uma vez Oliveira Lima valoriza a presença da Corte no Brasil, e a importância da monarquia na formação nacional.

A esse estudo se segue, como ocorreu na Bélgica e na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, “O Brasil e os Estrangeiros”. Conferência realizada originalmente na Sociedade de Geografia de Antuérpia, ela, como dito anteriormente, deve ser lida em perspectiva com “A Conquista do Brasil”. Nesse contexto, Oliveira Lima começa por afirmar que os verdadeiros naturais do Brasil são os índios, e que são estrangeiros todos aqueles que desde o século XVI pisaram o solo americano. Mas há diferenças entre esses estrangeiros, entre aqueles que usufruíam do direito de descoberta consagrado por bulas pontifícias e outros documentos, e aqueles que no começo disputavam a presa e depois passaram a contribuir pacificamente para o desenvolvimento do país.

Os portugueses e os espanhóis estão na primeira categoria. As demais nacionalidades europeias na segunda, e é destas que trata o ensaio. Assim, esses estrangeiros da segunda categoria ajudaram a formar o Brasil, seja indiretamente, ao disputar o domínio do solo (isto na perspectiva dos defensores da guerra, segundo os quais esta geraria “as mais nobres tendências” e estimularia o progresso humano), seja diretamen-

te, de modo menos arriscado e mais seguro, ao auxiliar no desenvolvimento material e no aperfeiçoamento moral do país.

Entre esses últimos destacavam-se, desde os primeiros tempos, nomes como os de Hans Staden e Ulrico Schmiedel, viajantes estrangeiros que escreveram relatos que tiveram impacto na construção da imagem do Brasil. Após esses, já no segundo século da colonização, gente como Nassau, Piso, Marckgraf, Plante e Barlaeus, alemães e holandeses que deram a conhecer, pela arte e pela ciência, a primeira imagem do Novo Mundo. Nesse contexto, aponta Oliveira Lima, se a Restauração pernambucana de 1654 teria criado o sentimento nacional no Brasil, ao mesmo tempo teria retardado consideravelmente o desenvolvimento intelectual do mesmo, isto se se confirmasse a hipótese de que os sucessores de Maurício de Nassau possuísem a mesma visão estratégica que ele havia implementado.

Com efeito, a produção intelectual em terras brasileiras no período que vai de 1654 a 1808 seria sobretudo literatura de púlpito e de academias, o que revela um injusto preconceito de Oliveira Lima em relação à obra de Gregório de Matos. Esse período, entretanto, é o da conquista do próprio país pelos seus filhos, numa “carreira obstinada atrás das miragens das minas”, expressão que peca pelo seu reducionismo e pela sua simplificação excessiva do processo de conquista dos sertões brasileiros, ao privilegiar unicamente os bandeirantes e os mineradores. Essa conquista, ao lado do restabelecimento da unidade portuguesa no Brasil em 1654, constituiu-se no fundamento da grandeza nacional.

Com a chegada da Corte, em 1808, os estrangeiros afluíram, atraídos seja pela política, seja pelos negócios, seja pelos estudos da natureza daquele Novo Mundo. O primeiro dentre eles é uma mulher, Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, Imperatriz do Brasil e Rainha de Portugal; junto com ela, após, ou mesmo um pouco antes, aportaram no Brasil nomes que foram em grande parte os responsáveis pela construção de uma imagem do Brasil quer perdura até hoje: Spix e Martius, Naetterer, von Pelzeln, von Eschwege, Lebreton, Debret, Ferrez, Saint-Hilaire, Richard Burton, Bates, Ribeyrolles, John Luccock, John Mawe, Tollenare e Henry Koster, entre outros.

O Brasil foi ajudado inclusive por estrangeiros que nunca puseram os pés aqui, a exemplo de Plante, Barlaeus, Southey e Metternich. Nesse contexto, vale notar a ausência, por todos os títulos notável, de George Canning nessa relação de estrangeiros que ajudaram o Brasil sem nunca o terem visitado. Terá sido um mero esquecimento de Oliveira Lima, que em obra anterior havia composto um extensivo elogio a Canning como responsável pela independência de boa parte do Novo Mundo, ou haveria algum outro motivo?

A conclusão principal de Oliveira Lima neste ensaio é a de que o Brasil é o representante e o continuador da civilização europeia, “a mais substancial e levantada que se há conhecido”. De sua formação fizeram parte, além dos portugueses, outras nacionalidades, cujos descendentes são considerados tão brasileiros quanto se fossem luso descendentes. Ademais dos estrangeiros que deixaram seu nome na História, há toda uma multidão anônima, um mar de estrangeiros cujo estabelecimento fez a grandeza de países como os Estados Unidos e o Brasil.

Foram esses milhões de homens, de todas as raças, e de todas as procedências, impelidos primeiro pela sede ardente e doentia do ouro, da conquista territorial e da supremacia religiosa, em seguida por essas mesmas preocupações sob aspectos menos violentos e mais sãos, enfim pela única ambição utilitária assumindo uma forma moral, que transformaram as regiões selvagens da América, onde tantas rudes batalhas se travaram, num campo pacífico de progresso e de labor humano, a ponto tal que não mais se pode compreender o mundo sem a América.

Essa afirmação, de tom grandiloquente e de vocação aparentemente universalista, ao se referir no seu princípio a homens de todas as raças e de todas as procedências, refere-se sobretudo aos imigrantes de origem europeia; dificilmente um negro africano aí se veria representado. Este é mais um sinal dos tempos, tempos de elogio à imigração europeia como forma de branquear a sociedade.

À fase de conquista, seguiu-se o processo da Independência propriamente dito, representado nesse volume pelo ensaio “O Papel de José Bonifácio no Movimento da Independência”. Trata-se de conferência realizada por Oliveira Lima em 25 de setembro de 1907, em São Paulo, posteriormente

publicada em separata na revista do Instituto Histórico de São Paulo, e republicada na *Obra Seleta* organizada por Barbosa Lima Sobrinho.

Neste ensaio o historiador pernambucano antecipa parte da argumentação utilizada em uma de suas obras mais conhecidas, *O Movimento da Independência*, de 1921. Oliveira Lima dá prosseguimento ao processo de reabilitação histórica da figura de Dom João VI, iniciada no *Dom João VI no Brasil*, tecendo críticas a “historiadores novelistas” (referir-se-ia ao seu mestre Oliveira Martins?) que haviam denegrado a imagem do bom rei, consagrada ao contrário pelo instinto popular<sup>84</sup>.

Seria o caso também de José Bonifácio, consagrado pelo instinto popular como o Patriarca da Independência. A figura do santista era no entanto bem mais complexa. Com efeito, a sua fama como estadista havia eclipsado toda uma vida anterior, de sábio e naturalista, o que foi sem dúvida um fator de aproximação entre ele e dona Leopoldina. José Bonifácio entrara na política no outono da existência, com um nome feito no mundo científico e farta experiência de vida. Sua trajetória pode outrossim ser comparada à de outro santista ilustre, Alexandre de Gusmão, também ele, como Bonifácio, estadista, poeta, diplomata e cortesão.

Oliveira Lima faz nesse ensaio uma interessante comparação entre as díadas Dom Pedro I/José Bonifácio e Vitorio Emanuel/Cavour. Com efeito, a exemplo do que ocorreria na Itália, Dom Pedro I havia sido em certa medida um instrumento precoce nas mãos de José Bonifácio, no desígnio de assegurar a Independência de sua pátria. E vai além, ao comparar a díade brasileira com aquela da Odisseia, em que o Mentor/José Bonifácio (daí a origem do substantivo relativo àquela pessoa mais velha que orienta os mais jovens) era o guia do Telêmaco/Dom Pedro I. Oliveira Lima resume essa relação como uma congregação de duas energias mais do que um encontro entre duas simpatias.

A preocupação principal de José Bonifácio era a própria manutenção de uma nacionalidade coesa, o que somente seria possível com a estabilidade

monárquica e a união nacional. Por isso era um adversário declarado das tendências republicanas, desagregadoras segundo ele. Paradoxalmente, haviam sido os democráticos (denominação coetânea dos republicanos), nas figuras de Gonçalves Ledo e de José Clemente Pereira, os responsáveis imediatos pela instauração do Império, ao precipitar os acontecimentos. José Bonifácio, de seu lado, era o agente conservador, que havia refreado no momento necessário a desordem das ruas, ao passo que também havia contido a desordem dos espíritos, que poderiam ter acarretado a decomposição da nacionalidade.

O próximo texto publicado nesse volume deixa a área da análise histórica e aventura-se pela crítica literária e pela memorialística, nas quais Oliveira Lima também era mestre. Trata-se de sua homenagem ao amigo Euclides da Cunha, objeto de artigos publicados no Estado de São Paulo em outubro de 1911 e depois republicados em 1919, na coletânea *Por Protesto e Adoração – In Memoriam de Euclides da Cunha*.

Neles Oliveira Lima descreve como havia tomado contato com a obra euclidiana: em 1902, no Japão, ao pé de um vulcão, e não à toa a havia considerado *Os Sertões* vulcânico, impetuoso, interessante, a mais notável revelação literária do Brasil. Foi este o início de uma grande amizade, e de uma convivência cotidiana quando Oliveira Lima estava no Rio de Janeiro. A maior parte do tempo, entretanto, a amizade foi epistolográfica, os dois tendo grande talento para o cartear-se. Nessa correspondência, Euclides da Cunha incluía páginas de alta e flageladora ironia, paliativo para a grande dor que sentia ao não ver seu talento melhor aproveitado. Temperamento sincero, em suas cartas Euclides não se furtou a criticar, à maneira do Dom Quixote Gordo, as regalias deste na vida diplomática, ao comparar o horário de trabalho de ambos.

Trata-se enfim, sobretudo, de recordações pessoais do historiador pernambucano relativas ao seu malgrado amigo, um dos escritores mais originais e poderosos da língua portuguesa, “o mais brasileiro de todos os escritores”, para citar Jean Jaurès.

À guisa de conclusão, e de síntese, o presente volume se encerra com o ensaio *Aspectos da Cultura e da História do Brasil*. Trata-se de texto origi-

84. Gilberto Freyre observou que a reabilitação que Oliveira Lima havia feito da figura de Dom João VI era na verdade a reabilitação do próprio povo português e de sua herança.

nalmente publicado em plaquete de 1923, que reunia conferências realizadas nos dias 9, 16, 23 e 30 de junho de 1923, por ocasião da inauguração da cátedra de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa. Esta era a terceira ocasião em que Oliveira Lima inaugurava cátedras desse gênero. A primeira, na Sorbonne, cujas conferências deram origem ao *Formation Historique*; a segunda, em Harvard e outras universidades americanas, que deu origem ao *América Latina e América Inglesa*.

A primeira conferência tratou do tema “A Independência do Brasil como Movimento a um Tempo Conservador e Revolucionário”, e descreveu o processo da Independência como uma transação entre o elemento brasileiro mais avançado – os democráticos ou republicanos – e o elemento reacionário – os integrantes do partido lusitano e os monarquistas. Nesse sentido, para Oliveira Lima, a feição revolucionária pertenceria mais ao trono e a conservadora mais à nação. A Independência do Brasil e de outros países da América Latina não seria assim um produto da Revolução francesa; ao contrário estas emancipações se teriam dado num espírito de reação contra 1789, em uma manifestação de fidelidade à monarquia e à Igreja católica. E o historiador pernambucano continua seu raciocínio, observando que as então colônias e a mãe pátria seriam ligadas por um laço pessoal, que era o soberano. Tanto que, nos momentos iniciais das Independências, a solução monárquica seria a preferida pelos fundadores das novas nacionalidades. O Brasil no entanto foi o único a perseverar nessa solução, em movimento organizado nas lojas maçônicas e que contou com apoio do clero.

Esta solução permitiu ao Brasil conservar sua unidade. Revolucionário nas ideias, o movimento da Independência foi assim conservador nos seus processos, e menos sangrento que o dos vizinhos. Oliveira Lima, mais adiante, faz uma nuance nessa observação, ao comentar que essas ideias eram “revolucionárias” antes na essência do que na sua exteriorização, pois tratava-se de um Império democrático oriundo da vontade popular, com figurino napoleônico, encabeçado por aquele que poderia ter sido apenas o herdeiro da dinastia reinante. E segue-se a caracterização de Dom Pedro I, filho daquele que foi qualificado por Oliveira Lima como o Sancho Pança de uma atraente novela polí-

tica em que Bolívar seria o Dom Quixote: constitucional por vontade, absolutista por instinto; outorgador de duas Constituições, em dois países diferentes, em dois continentes distintos; generoso a ponto de renunciar a duas Coroas, exemplo pouco comum de abnegação política (a esse respeito, o próprio Dom Pedro comentava que havia iniciado sua vida pública como regente do pai, e a havia terminado como regente da filha).

Esse processo de Independência, em que também não pode ser esquecido o interesse material, representado sobretudo pela Inglaterra, tão poderoso quanto as doutrinas filosóficas ou as preocupações sociais, deu origem a um regime que na sua terceira fase, após o I Reinado e o Período Regencial, foi qualificado pelo presidente argentino Mitre como uma “democracia coroada”, sendo o imperador Dom Pedro II comparado por Vítor Hugo a Marco Aurélio.

Concluindo a conferência, Oliveira Lima observa que o Brasil representa uma grande obra portuguesa, característica que não deve ser esquecida. Para tanto, faz-se mister perder o sestro de fazer consistir a história numa sequência de guerras. A América e o Brasil em particular, não haviam aprendido por si o uso a liberdade. A Europa transmitiu ao Novo Mundo a sua cultura, sendo portugueses os fundamentos da civilização brasileira. E é por isso, conclui, que deveria ser instituída uma cadeira de estudos portugueses no Brasil.

A segunda conferência versou sobre o “Caráter da Evolução Histórica Brasileira”. Nela Oliveira Lima especifica que o povo brasileiro possui socialmente um tipo próprio que o distingue dos outros povos, desdobrado em vários aspectos derivados do meio físico e do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, foram fatores essenciais na formação da civilização brasileira no período colonial: o colono, o bandeirante e o missionário, ponto em que ele demonstra seu pioneirismo na caracterização de uma sociedade de três ordens, como Georges Duby viria a fazer décadas depois.

No que se refere à questão racial, ele observa que a solução ibero-americana de fusão de raças era mais promissora que a solução norte america-



na de segregação. Momento importante, mesmo fundador, dessa solução, havia sido a Restauração pernambucana, comparada por Oliveira Martins à *Ilíada*, em que o esforço das três raças havia conseguido expulsar os holandeses. Essa visão um tanto edulcorada, que desembocaria em Gilberto Freyre, não o impediu não obstante de ser defensor, como a maior parte de seus contemporâneos, do branqueamento da população.

Voltando a tratar de temas políticos, Oliveira Lima comenta que o Império do Brasil havia sido uma feliz combinação do princípio da liderança com o princípio da autoridade. A Independência brasileira, nesse sentido, ganha destaque no contraste com os processos respectivos nos Estados Unidos e nos outros países da América Latina. Seguindo Joaquim Nabuco, ele comenta que o Exército havia feito a Independência, a Abolição e a República. No que diz respeito à Abolição, ele a compara com a separação entre Igreja e Estado, com a diferença que, nesse último caso, respeitou-se a propriedade eclesiástica, sendo a propriedade escrava tão *suigeneris* que não mereceria indenização. No que concerne à República, Oliveira Lima, cada vez mais monarquista, comenta que, se ela havia desenvolvido materialmente o país, por outro lado havia aumentado a corrupção...

A terceira conferência tinha por título “Feições da política externa e do desenvolvimento econômico do Brasil”. Oliveira Lima começa por observar que a política externa brasileira seria a herdeira da política portuguesa na América do Sul, e havia resultado de uma situação geográfica em conflito com uma situação diplomática. A política do Império, desse modo, foi a continuidade da política de Dom João VI.

A história diplomática do Brasil é, assim, puramente americana, as relações com a Europa sendo mais econômicas que políticas, conquanto a Independência do Brasil houvesse sido peça importante no tabuleiro diplomático europeu. Nesse contexto, as relações com os Estados Unidos cresciam em importância, havendo poucas questões sérias entre os dois países, entre as quais se destacava a da livre navegação do Amazonas, felizmente resolvida.

Apesar da participação na sangrenta Guerra do Paraguai, qualificada pelo historiador pernambucano como um “delírio militar” de Solano Lo-

pez, o Brasil seria um país fundamentalmente dotado de espírito pacífico. Se a monarquia brasileira tinha espírito combativo, faltava-lhe o espírito militar. Oliveira Lima aproveita a oportunidade para defender o seu pacifismo. Assim, critica a intervenção do Exército na política, defende o desarmamento e critica o imperialismo norte-americano, embora reconheça a “fatalidade” de seu processo expansivo, e defende enfim o pacifismo, a paz constituindo a igualdade jurídica, e a guerra, por seu lado, o avassalamento de outros países.

A quarta e última conferência tratou do “Brasil como potência americana”. Nela Oliveira Lima comenta que o Brasil havia resolvido pelo arbitramento as questões de limites, que são as mais irritantes e perigosas. Nesse contexto, embora o espírito de rivalidade e conquista europeu tenha passado para o Novo Mundo, não se podia comparar o espetáculo europeu com o americano, já que existiam nesta parte do globo elementos de paz em contínua ação, e os elementos de coesão eram mais robustos do que na Europa. A desproporção maior se daria entre os Estados Unidos e a América Latina, e não no interior desta última. Havia não obstante uma certa desconfiança entre a América hispânica e sua constelação de repúblicas e o Brasil, “grande astro imperial”. Os Estados Unidos, por seu lado, desde cedo foram imperialistas, conquanto fossem uma República, ao passo que o Império brasileiro não se podia dar ao luxo de ser imperialista.

Nesse contexto, a doutrina Monroe foi o enunciado de um princípio cardeal da política exterior dos Estados Unidos, a base do seu projetado predomínio político e econômico no Novo Mundo. Doutrina exclusivista, teve desde o princípio um caráter egoísta, ao contrário do altruísmo de Bolívar, mas livrou o continente de agressões externas e intrigas europeias. Desse modo, o pan-americanismo, tal como concebido por Bolívar, precedeu a doutrina Monroe como garantia da liberdade americana, pertencendo ao continente, e não só aos Estados Unidos. Era a expressão purificada e superior da doutrina de Monroe, uma manifestação natural da cordialidade entre os diferentes membros de um grupo de nações com um senso comum de responsabilidade.

Estes sete ensaios, agora republicados, permitem uma visão bastante abrangente do fazer historiográfico de Manuel de Oliveira Lima. Em termos de cronologia, cobrem um período que se inicia antes do século XVI, antes do Descobrimento, e se estende até os albores do século XX. Mas, em termos de compreensão histórica, possibilitam destacar aquela “visão integradora” que Oliveira Lima possuía da História, ao contemplar seus vários aspectos, ao se utilizar da História comparada, ao fazer apelo às “ciências auxiliares”, ao descobrir e explorar novas fontes, ao contemplar uma eventualmente árida análise histórico-documental com o mesmo carinho e com a mesma sensibilidade dedicados a uma obra de ficção.

#### 8. CRITÉRIOS DESTA EDIÇÃO

Os textos agora republicados são provenientes de diversas fontes (revistas, capítulos de livros, plaquetes), que originalmente podiam incluir textos de outros autores, todas elas pertencentes aos acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo. Optou-se por incluir nesta edição apenas os textos de autoria de Oliveira Lima.

De forma a facilitar a leitura, tornando-a mais agradável, foi atualizada a ortografia dos textos, conservando-se no entanto os termos castiços, e com eles o sabor original da escritura.

Quando necessário, vêm entre colchetes, seja no texto, seja nas notas de rodapé, explicações que possam aclarar alguma dúvida.

As notas de rodapé são do autor. As notas do organizador vêm ao final de cada ensaio.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Oliveira Lima e a Diplomacia Brasileira no Início da República: Um Intelectual com Ideias Fora do Lugar ou com Propostas Fora da Época?” *Remate de Males*, n. 1. pp. 121-137, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 2004.

- ARRAIS, Raimundo. “Oliveira Lima: Dom João VI no Brasil”. In: COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente; PATRIOTA NETO, Nelson Ferreira. *Vozes do Nordeste*. Natal, EDUFERN, 2001, pp.57-84.
- ATHAYDE, Tristão de “Contracapa do livro de Fernando da Cruz Gouvêa”. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. 2. ed. Recife, Cepe, 2002, vol 1.
- CALOGERAS, João Pandiá. “Oliveira Lima, Diplomata”. *Res Nostra...*, São Paulo, Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1930, pp. 199-203.
- DAMATTA, Roberto. “O Globo, 29.6.96. Fortuna Crítica”. In: OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, contracapa.
- FREITAS, Guilherme Souza Carvalho da Rocha. *Oliveira Lima e a Divulgação do Brasil no Exterior (1908-1912): Entre a Historiografia, a Crítica Literária e a Política Externa Brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade. Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo, 2017.
- FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Dom Quixote Gordo*. 2. ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em Família: A Correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, Mercado de Letras, 2005.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma Biografia*. 2. ed. Recife, Cepe, 2002, vols. 1 e 2.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “Oliveira Lima: Sua Vida e Sua Obra”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, pp. 17-131.
- LIMA, Luis Costa. “Dom João VI no Brasil”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil Existe – Pequena Enciclopédia*. Rio de Janeiro, UERJ, 2003, pp. 325-334.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *América Latina e América Inglesa – A Evolução Brasileira Comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana – Série de Conferências Feitas em Universidades dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro/Paris, Livraria Garnier, [1913-14].
- \_\_\_\_\_. *Aspectos da História e da Cultura do Brasil – Conferências Inaugurais por M. de Oliveira Lima Precedidas de Discurso de Apresentação por J.M de Queiroz Velloso, Diretor da Faculdade de Letras*. Lisboa, Universidade de Lisboa – Cátedra de Estudos Brasileiros. Livraria Clássica Editora, 1923.

- \_\_\_\_\_. “Elogio a Varnhagen”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, pp. 531-557.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio à Edição Brasileira”. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 11-16.
- \_\_\_\_\_. *História Diplomática do Brasil – O Reconhecimento do Império*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1901.
- \_\_\_\_\_. *La Evolución Histórica de la América Latina – Bosquejo Comparativo – Traducción Castellana de A.C. Rivas*. Madrid, Editorial América, s.d.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento da Independência 1821-1822*. São Paulo, Melhoramentos, 1922.
- \_\_\_\_\_. *O Império Brasileiro: 1822-1889*. Brasília, UNB, 1986.
- \_\_\_\_\_. “O Que Deve Ser uma História do Brasil”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru/São Paulo, Edusc/Fapesp, 2001.
- MOTA, Carlos Guilherme. “Oliveira Lima e Nossa Formação”. In: SILVA, Alberto da Costa e. *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Brasília, Instituto Rio Branco, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Oliveira Lima e Nossa Formação”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *História e Contra-História: Perfis e Contrapontos*, 14. ed. São Paulo, Globo, 2010, pp. 83-110.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2004.
- NEVES, Guilherme Pereira das. “Dom João VI no Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo, Editora Senac, 2001, vol. 2, pp. 143-166.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Dois Letrados e o Brasil Nação – A Obra Crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Editora 34, 2015.
- SILVEIRA, Helder Gondim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre, Edipucrs, 2003.
- VELLOZO, Júlio Cesar de Oliveira. *Um Dom Quixote Gordo no Deserto do Esquecimento. Oliveira Lima e a Construção de uma Narrativa da Nacionalidade*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Sociedade

e cultura na América Portuguesa e no Brasil. Orientador: Paulo Teixeira Iumatti. São Paulo, 2012.

- VERÍSSIMO, José. “Prólogo” [Um Diplomata da Atualidade]. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 21-30.



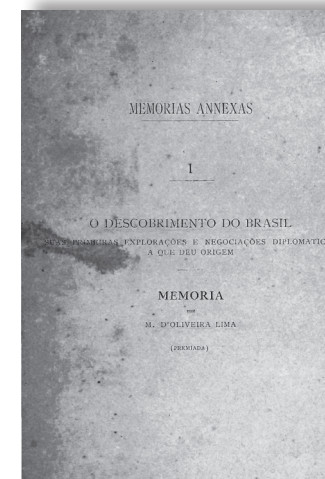
# O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

E OUTROS ENSAIOS



## O Descobrimento do Brasil<sup>a</sup>

SUAS PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES E NEGOCIAÇÕES  
DIPLOMÁTICAS A QUE DEU ORIGEM<sup>a</sup>



O Brasil nasceu envolto em complicações diplomáticas. A esta terra privilegiada da natureza pode ser aplicado o conto que se encontra em vários folclores e no qual, por despeito de não haver sido convidada para o batizado da criança, uma fada raivosa propõe-se frustrar todos os mimos que lhe fizeram as boas fadas. “Terás grandeza, formosura, opulência, glória mesmo – exclamaria ela – mas não terás descanso, porque serás o alvo de constantes ambições territoriais e o pasto de contínuos conflitos militares e políticos.” Assim há acontecido. Antes de surgir como por encanto o *Mundus Novus* de Vespúcio, quando os cosmógrafos ainda de todo o ignoravam, a divisão das terras por descobrir fora objeto de intrigas diplomáticas na corte pontifícia, e o domínio do hemisfério ocidental regulado por um ajuste solene entre as coroas de Portugal e Espanha. Quatro séculos depois, a maior parte das delimitações de fronteiras do Brasil com os países seus vizinhos está por fazer-



-se, penderes umas de decisões arbitrais, tema outras de negociações diretas<sup>b</sup>.

A primitiva história de um país como o Brasil, campo de colonização para nações civilizadas, é naturalmente uma história toda geográfica, quer dizer, de explorações e demarcações, e com estas prende-se intimamente a ação diplomática, que as guia e, por seu turno, delas recebe impulso. A diplomacia coonesta, para assim dizer, o *status* produzido pela invasão audaciosa. Se o conhecimento geográfico do globo tivesse sido no século XV mesmo aquele a que se chegara no fim do século XVI, as duas nações ibéricas poderiam, entretanto, haver chegado a uma conclusão diversa, mais simples, mais definida e mais pacífica<sup>c</sup>.

Portugal iniciara suas empresas marítimas costeando no lado ocidental o continente africano e, após dobrar o cabo das Tormentas, tomara o rumo do Oriente; a Espanha, impelida pela crença de Colombo, pretendia alcançar essas terras maravilhosas pelo Ocidente, mal sabendo do continente duplo que ficava de permeio. A combinação perfeita, de acordo com o exclusivismo da época, teria sido a que reservasse as duas Américas para a Espanha em troca da África e Ásia, atribuídas à conquista portuguesa. Colombo, porém, morreu na ilusão de que realizara suas quatro viagens a porções do continente asiático<sup>d</sup>, e apenas quando Vespúcio percorreu uma grande extensão da costa brasileira se começou a medir a realidade debaixo da forma de uma grande terra situada abaixo do Equador, aproximadamente na posição da Terra Incognita de Ptolomeu, ou melhor, do Mundo Oposto de Pompônio Mela... *novis illis regionibus quas et classe et impensis et mandato istius serenissimi Portugaliae regis perquisivimus et invenimus. Quasque novum mundum appellare licet*<sup>e</sup>.

Quando Colombo regressou de sua primeira viagem e parou em Lisboa a 4 de março de 1493, o rei Dom João II, cheio de zelos, aventou logo que suas descobertas interferiam com terras que à coroa portuguesa haviam sido doadas pela Santa Sé e que na expressão de várias bulas se estendiam até às Índias. São estas bulas as duas de Nicolau V, de 18 de junho de 1492 e 8 de



Brasil – *Mundus Novus*. Atlas de Fernão Vaz Dourado (c. 1520 – c.1580), Biblioteca Nacional de Lisboa. Edição fac-similar de Manuel Moleiro Editor.

1. Texto latino de 1504 da carta de Vespúcio a Lorenzo de Medici, escrita em Lisboa em março ou abril de 1503 e referente à sua terceira viagem.

janeiro de 1454, a de Sisto IV, de 21 de junho de 1481, e a de Inocêncio VIII, de 12 de setembro de 1484; e com efeito concediam à Ordem de Cristo, da qual o infante Dom Henrique, o Navegador, foi grão-mestre e o era o infante Dom Manuel, quando pelos azares da sucessão foi chamado ao trono, jurisdição espiritual sobre todas as terras conquistadas ou por conquistar ao sul do cabo Bojador, *usque ad Indos*. Ora, daí, isto é, das regiões asiáticas julgava precisamente regressar o nauta genovês.

Tendo contudo os reis, que logo depois foram chamados Católicos, feito a devida homenagem ao pontífice das terras novamente achadas por Colombo, Alexandre VI, no interesse da propagação da fé, as garantiu por meio de título ou pequenas bulas – a primeira, *Inter Coetera*, de 3 de maio de 1493 – juntamente com as que ele continuasse a descobrir para oeste e que ainda não estivessem sob a jurisdição de príncipes cristãos. Passava-se isto antes da Reforma e os papas eram reconhecidamente em toda a Europa os dispensadores de territórios desocupados, seja pelo fato de representarem os vigários de Jesus Cristo a autoridade divina, seja por virtude do pretense édito de Constantino<sup>e</sup>, conferindo ao papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do globo<sup>2</sup>. Como, porém, ficariam deste modo em conflito as concessões da Santa Sé aos reis de Portugal e aos de Castela, Alexandre VI fez seguir àquela citada bula *Inter Coetera* e à primeira bula *Eximae Devotionis* que na mesma data (3 de maio de 1493) a confirmava, de outra em data de 4, estabelecendo a tão falada linha divisória pela qual atribuía à coroa de Espanha as ilhas e continentes a oeste de um meridiano traçado cem léguas a oeste dos Açores e Cabo Verde, arquipélagos que ficam, todavia, em longitudes e latitudes diferentes.

Pode-se ter como certo que esta primeira linha de demarcação foi estabelecida a pedido dos Reis Católicos, que teriam implorado em Roma não uma divisão específica do mundo, que o estado das descobertas ainda não permitia, mas uma linha geral obstando por princípio a futuros conflitos; pois era tanto mais natural o ressentimento do Prín-

2. Henry Harrisse, *The Diplomatic History of America. Its First Chapter. 1452-1493-1494*. London, 1897.

cipe Perfeito quanto, como disse, o acontecimento determinante desse compromisso papal bolia essencialmente – e acreditava-se então mesmo que exclusivamente – com a Índia, para a qual convergiam os esforços marítimos de Portugal e que bulas anteriores lhe haviam outorgado. Segundo o cronista Rui de Pina, a primeira intenção de Dom João II foi mandar uma frota a reivindicar os seus direitos sobre as terras recém-descobertas pelas caravelas espanholas; porém, informados de tal resolução, mandaram Fernando e Isabel a Lisboa um enviado a pedir explicações e solicitar o adiamento da execução daquele projeto, enquanto mostravam a justiça que lhes assistia<sup>f</sup>.

A esta expedição se refere certamente a carta escrita de Barcelona a 5 de setembro de 1493 pelos Reis Católicos a Colombo pedindo-lhe que apressasse quanto antes a sua segunda viagem à América (a expressão só seria primeiro usada por Waldseemüller em 1507)<sup>g</sup> sem tocar em Cabo Verde, afastando-se o mais que pudesse das costas de Portugal e de suas ilhas, a fim de não ser detido ou embaraçado na sua derrota, por isso mesmo que os portugueses projetavam, sob outros pretextos, intervir nos descobrimentos das terras do Novo Mundo (esta expressão é igualmente prematura e, como a de América, de responsabilidade do transcritor), e que, na prática que com alguns deles se encetara, se viera no conhecimento que era claro pensarem na possibilidade de haver ilhas e ainda uma terra firme (havia com efeito vagas suspeitas disso, do que se encontram provas nas antigas geografias e mapa-mundis); que acreditavam que seriam muito mais proveitosas e muito mais ricas que todas as outras, situadas no meio da distância que ia da ponta ou cabo da Boa Esperança até a raia que o almirante genovês quisera que viesse na bula do papa Alexandre VI (Colombo supunha o globo muito menor do que é realmente), e que, a ser assim, necessário era emendá-la<sup>3</sup>.

3. “Memória Sobre o Descobrimento do Brasil”, por Joaquim Norberto de Souza Silva, *Revista Trimensal* [do IHGB], tomo XV, 1852, p. 141. A carta referida encontra-se em Navarrete, o qual na sua excelente obra – *Colección de los Viajes y Descubrimientos*, vol. II – publica muitos outros documentos que não deixam a mínima dúvida sobre os temores reinantes em Castela da realidade da expedição portuguesa. O projeto de alteração do meridiano para servir os interesses espanhóis realça o valor da vitória diplomática de Dom João II em Tordesilhas.

O rei de Portugal nomeou por esse tempo embaixadores, um deles o próprio Rui de Pina, para ocuparem-se do momentoso negócio que, entretanto, se tornara muito mais delicado, pois Alexandre VI, a acreditarmos na duvidosa bula de 25 de setembro de 1493, por Harrisse julgada autêntica, apesar de nunca haver sido encontrado o original, quisera emendar a mão na convicção de não ter sido bastante generoso para com a sua pátria (ele era natural de Valência) e, sem respeito pelas passadas bulas ou sequer pela linha fixada na véspera, concedera a Castela as regiões a leste, inclusive a Índia, alcançadas via oeste. Não posso acreditar muito em tão extraordinária concessão, que aliás não exerceu influência histórica apreciável nem modificou a marcha do arranjo diplomático. O que sabemos de positivo é que a primeira embaixada portuguesa nada pôde resolver, não sendo mais feliz uma mandada por Espanha. Em 8 de maio de 1494 nomeava Dom João II nova embaixada, à qual se deve a conclusão do célebre tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho do mesmo ano nesta vila não distante de Valladolid, a cidade onde Colombo viria a expirar depois da sua aventureira existência. Estomagado com a sentença pontifícia, posto a tratos pela fortuna que, por ele desdenhada, fora caber a Fernando e Isabel, o Príncipe Perfeito conservara sangue frio e lucidez bastantes para alcançar uma assinalada vitória, obtendo muito mais do que lhe dispensara a partilha feita pela Santa Sé.

Semelhante resultado não deve, todavia, ser exclusivamente atribuído à superior diplomacia do Príncipe Perfeito ou dos seus enviados, posto que a Dom João II tivesse “cabido a honra de substituir, nas relações portuguesas com o resto da Península, à guerra a diplomacia”; ou mesmo à vontade dos Reis Católicos de pouparem-se a um conflito com o respeitável vizinho. Muitos dos sucessos diplomáticos não passam de combinações de circunstâncias felizes. Nas preciosas notas que deixou para o seu estudo, infelizmente apenas esboçado, sobre Dom João II e que foram inteligente e carinhosamente coordenadas pelo senhor Barros Gomes<sup>4</sup>, deu o ilustre

4. Oliveira Martins, *O Príncipe Perfeito*, Lisboa, 1896.

historiador português, tão cedo falecido, o que podemos de certo modo chamar a chave dessa situação<sup>h</sup>.

O Príncipe Perfeito e o rei Fernando de Aragão, marido e conselheiro da rainha Isabel de Castela, temiam-se e acatavam-se, e partindo deste recíproco estado de alma era-lhes mais fácil entenderem-se depois de haverem competido. Foi o que veio a acontecer em 1490 com o casamento, preliminar da União Ibérica, do herdeiro de Portugal com a herdeira da Espanha e depois, em 1494, em Tordesilhas. O imperialismo<sup>i</sup> estava no ar; era convicção quase geral que havia de receber cumprimento, em favor de Portugal, segundo ambicionavam os reis de Avis e almejava o povo, em favor de Castela segundo pretendiam os reis espanhóis e no desejo mesmo de parte da nobreza portuguesa, cevada por Dom Afonso V e humilhada por Dom João II. A unificação da Península foi o ideal zelosamente perseguido tanto por este grande rei como pelo habilíssimo Fernando de Aragão<sup>j</sup>.

Perante a perspectiva da união peninsular e portanto da reunião debaixo do mesmo cetro das conquistas coloniais no Oriente e Ocidente, deixava de ter a mesma importância a partilha das regiões desconhecidas. É verdade que a visão do predomínio português “a qual entrevira-se nas brumas luminosas do horizonte”, dissipara-se com a morte, no ano de 1491, do príncipe Dom Afonso, mas ia renascer com o enlace de Dom Manoel e o nascimento do príncipe Dom Miguel da Paz, e sua realização conservar-se-ia iminente ou pelo menos muito provável, até consumir-se com a anexação de 1580. O movimento centrípeto que arrastara para um núcleo comum Leão, Castela, Aragão, Navarra e a Andaluzia mourisca não podia, acreditava-se, deixar de arrastar Portugal no seu impulso. Se em 1494 as probabilidades pendiam mais para o lado de Castela como fator de tal efeito, mais explicável se torna ainda a extraordinária concessão de Tordesilhas. O susto da reivindicação dos direitos da *Excelente Senhora*, viva até o reinado de Dom João III, esvaíra-se, malgrado sua ativa intransigência; o mouro em Granada tivera de abater seu pavilhão, e o poderio espanhol ia numa constante progressão tendendo a concretizar o símbolo da esfera armilar dada por Dom João II como brasão a Dom Manuel, o primo e cunhado odiado, a quem a razão de Estado o fizera designar por herdeiro.



Se quase todos os instrumentos diplomáticos se prestam a interpretações diferentes ou pelo menos a cavalações dos profissionais, mais do que nenhum estaria em semelhante caso esse tratado. Já é ponto discutível ou suscetível de sofismas se a anterior bula de demarcação repartia a parte desconhecida do globo terrestre pelas duas coroas ibéricas, ou se lhes atribuía esferas, não de influência como modernamente se inventaram, mas de ação, onde realizar descobrimentos. Depois, a linha divisória da Igreja não determinava onde pelo Ocidente começava o Oriente, previamente concedido a Portugal, e, conquanto a esfericidade da terra fosse convicção corrente, não fora a mesma linha prolongada até o outro lado do hemisfério sul a fim de não reconhecer a existência dos antípodas, formalmente contestada<sup>5</sup>.

Por seu lado o tratado de Tordesilhas, que foi um contrato direto entre as duas coroas e ignorou por completo a bula de demarcação de Alexandre VI, colocou o novo meridiano de repartição 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, sem precisar qual delas<sup>6</sup>, ficando entretanto defeso aos espanhóis navegarem para a parte sul da costa da África. A medição da linha em graus ou léguas devia ser executada *sur place* por pilotos, astrólogos e marítimos das duas nações nos dez meses subsequentes à assinatura do tratado. O plano, porém, gorou, bem como outro para fixá-la teoricamente na Península antes de ter lugar a expedição, permanecendo sem solução este problema e protestando no entanto contra tamanha extensão da linha divisória a voz do descobridor da América<sup>k</sup>.

A 24 de Janeiro de 1506 confirmava o papa Júlio II por bula o tratado de Tordesilhas.

As cartas apostólicas constituíam numa vasta escala, no fim do século XV, o que poderemos chamar o direito dominante na Europa, visto serem baseadas em tradições, assim como em preceitos que eram universalmente tidos por justos ou em todo caso considerados tais por todas as nações europeias<sup>7</sup>.

5. Henry HARRISSE, *The Diplomatic History of America*, 1897, p. 76.

6. Francisco Adolfo VARNHAGEN, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, Rio de Janeiro, Casa de E. e H. Laemmert, 1877, p. 68.

7. Henry HARRISSE, *The Diplomatic History of America*, p. 41.

Não era, contudo, muito provável que monarcas que, embora católicos, no seu foro íntimo se riam das excomunhões e até enristavam com o pontífice, se mostrassem dispostos a respeitar religiosamente suas distribuições de territórios incógnitos. A própria sedução do desconhecido inevitavelmente atrairia a atenção e cobiça dos soberanos desfavorecidos na repartição. Da Inglaterra, onde por volta de 1482, segundo o testemunho de Rui de Pina, o duque de Medina Sidônia já ensaiara armar uma expedição para ir comerciar na Guiné portuguesa – o que motivou uma reclamação atendida de Dom João II a Eduardo IV, partiria o primeiro atentado contra a validade da decisão papal de 1493, numa época anterior à que viu Henrique VIII levantar o pendão do anglicanismo. São bem conhecidas, após vários tentames, as viagens dos venezianos Cabotos às costas setentrionais da América do Norte nas alturas do Labrador e Terra Nova, em maio de 1497 e abril de 1498<sup>8</sup>. Pai e filho haviam recebido em 1497 suas cartas patentes quando chegou o protesto diplomático de Fernando e Isabel, e no fim de julho desse ano estavam de volta a Bristol da sua primeira viagem.

À Coroa portuguesa, que nunca mais perdoara a si própria o haver enjeitado as proposições de Colombo, e que via com crescente ciúme as descobertas espanholas, posto que estas não pudessem absolutamente rivalizar com a riqueza da costa do Malabar, pareceu que a brevidade da travessia dos Cabotos indicava estarem porventura as terras por eles achadas a leste do meridiano de Tordesilhas. Não parece ser outra a explicação das viagens dos infelizes irmãos Corte Real em 1500, 1501 e 1502 às mesmas paragens visitadas pelos Cabotos<sup>9</sup>. No vistoso mapa de Cantino, agente do duque de Ferrara, que se preserva na Biblioteca de Modena, aparece a costa percorrida por Gaspar Corte Real, a qual não é outra senão a da Terra Nova, como terra del Rei de Portugal<sup>l</sup>.

Outros mapas, espanhóis, franceses e italianos, da primeira metade do século XVI – o de Pedro Reinel de 1505, o de Johannes Ruysch de 1508, etc. – oferecem as apelações portuguesas dadas a portos, rios

8. Henry HARRISSE, John Cabot, *The Discoverer of North America, and Sebastian His Son*, London, 1896.

9. Henry HARRISSE, *Les Corte Real et leurs voyages au Nouveau Monde*, Paris, 1883.





Planisfério Português Anônimo, dito de Cantino, 1502. Biblioteca de Módena.



e cabos da costa desde o Labrador até os Estados Unidos de hoje, o que testemunha a frequência e continuidade, durante algum tempo, das expedições portuguesas à América setentrional<sup>10</sup>. Na Terra Nova particularmente fundaram de fato os portugueses uma próspera colônia de pescadores de bacalhau, a cuja pesca afluíram marinheiros bretões, normandos e bascos.

Se a Inglaterra tivesse sido mais apressada na senda dos Cabotos, haveria ensejo para uma séria disputa, pois Portugal não cessou de reclamar a soberania da Terra Nova, sob pretexto de que ficava a leste do meridiano papal, o que não era então fácil desmentir. Esta questão foi, porém, absorvida pelos acontecimentos de 1580, quando a Espanha conquistou e anexou Portugal, e não se passou muito tempo sem que a incapacidade daquela potência para manter seu predomínio no mar abandonasse a riqueza das pescarias da Terra Nova para ser partilhada entre a França e a Inglaterra<sup>11</sup>.

A fixação do meridiano de Tordesilhas era sobremodo difícil, visto discordarem os cosmógrafos do tempo em todos os pontos: discordavam no tocante às dimensões da terra, no tocante ao número de léguas que contém um grau (pois não podendo fazer-se a marcação por léguas, reduziram-se naturalmente as léguas a graus de longitude), no tocante à extensão da própria légua marítima e até da légua comum, a qual variava de Portugal para a Espanha. O meridiano foi, portanto, muito diversamente localizado, o que deu origem a um bom número de problemas de geografia política.

Bem podia de resto consolar-se Portugal de qualquer perspectiva de perda da Terra Nova, se de começo assim se lhe antolhava, quando a série das suas navegações o havia apresentado no mesmo ano de 1500 com os imensos territórios de Santa Cruz, que no momento do seu descobrimento foram batizados por Ilha de Vera Cruz. Quem prognosticaria de seguro, ao ser assinado o tratado de Tordesilhas, que ao sul das Antilhas se estendia um tão vasto continente projetando-se para leste e assim in-



Brasil. Atlas de Fernão Vaz Dourado (c. 1520 - c.1580), Biblioteca Nacional de Lisboa. Edição fac-similar de Manuel Moleiro Editor.

10. P. Gaffarel, *La Découverte de l'Amérique*, Paris, Arthur Rousseau, 1892, vol. II, pp. 254 e 255.

11. John Fiske, *The Discovery of America*, Boston/New York, Houghton, Mifflin and Company/The Riverside Press, 1892, vol. II, p. 23.

vadindo a esfera de ação da coroa portuguesa?<sup>m</sup> Até que ponto estaria, porém, a Terra dos Papagaios, como primeiro a denominaram na Europa, o Brasil, como finalmente se ficou chamando, dentro da concessão das 370 léguas, feita em 1494 pelos reis católicos? Pinzón, ao desembarcar no cabo de Santa Maria de la Consolación, tomara posse da terra em nome da Espanha; mas esta nação veio a reconhecer prontamente e de boa vontade tratar-se de território português. A capitulação assinada em Granada aos 5 de setembro de 1501, pela qual Pinzón obtivera mercê das terras por ele descobertas – desde o referido cabo de Santa Maria de la Consolación até o Mar Doce – ficou praticamente sem efeito; a inteligência entre as duas coroas tornou inútil, no dizer de Washington Irving, a precaução de ali estabelecer-se por aquela forma um posto, para impedir as invasões dos portugueses além da sua esfera de ação. Mesmo não sendo muito cordial a inteligência – e ela o foi particularmente no momento em que o consórcio de Dom Manuel tornou o seu futuro herdeiro, Dom Miguel, herdeiro de Castela e Aragão – a extensão e diversidade das suas conquistas eram bastantes para aconselhar a Espanha a manter-se o mais possível dentro dos limites estabelecidos em Tordesilhas.

Segundo o parecer do cosmógrafo catalão Jaime Ferrer, dado em 1495, as 370 léguas deviam ser contadas a partir da ilha mais central do grupo cabo-verdiano, que é a Ilha do Fogo, a 15° de latitude norte e 24° 25' de longitude oeste, e pelos seus cálculos matemáticos e teorias geodésicas, miudamente explicados no já mencionado trabalho do ilustre americanista Henry HARRISSE, a linha de demarcação passaria em sua esfera na longitude de 42° 25' oeste de Greenwich, equivalente em nossa esfera à longitude de 45° 37' oeste de Greenwich.

Este meridiano corta na nossa esfera a costa setentrional brasileira entre as baías de Maracajú e Piracajú, 85 milhas a oeste da entrada do Maranhão e 120 milhas a leste do rio Pará, e no sul a cerca de 150 milhas a oeste do Rio de Janeiro e cerca de 25 milhas a leste de Santos<sup>12</sup>.

12. Henry HARRISSE, *The Diplomatic History*, p. 97.

A maior parte do Brasil deste modo teria escapado ao domínio lusitano.

A Ilha de Vera Cruz não representava, contudo, o principal objeto de interesse para Portugal, assim como Hispaniola e Isabella o não representavam para a Espanha. A magreza dos resultados das explorações de Colombo e outras que imediatamente se lhes seguiram, contrastava até muito com as riquezas que a Portugal começaram a afluir do Hindustão, desde que Vasco da Gama dali regressou em julho de 1499. Para aproximarem-se pelo ocidente destes ricos países começaram os navegantes espanhóis a dirigir-se todos para o sul, e esta foi, na opinião do historiador americano John FISKE, uma das principais razões por que durante vinte anos se negligenciou a exploração do Golfo do México e chegou a entrar no esquecimento a viagem de Pinzón, Solís e Vespúcio em 1497-98, à parte setentrional do continente, única [razão] que pode explicar a representação mais ou menos exata da Flórida nos mapas de Cantino e Waldseemüller, aquele de 1502, este na edição de Ptolomeu de 1513. A Espanha cuidava, sobretudo, de penetrar no Oceano Índico, e como o caminho oriental lhe estava vedado, buscava outro pelo falado Estreito de Malaca, que se supunha ficar ao sul de Honduras, a oeste da costa das Pérolas, ou talvez a leste<sup>13</sup>. Colombo o procurou a oeste na sua quarta viagem, como também em 1505 o procurariam Vespúcio e La Cosa, e antes deles pode dizer-se que o procurou Pinzón a leste, quando partiu na trilha de Ojeda e Vespúcio, descendo mais para o sul e abordando a costa do Brasil perto de Pernambuco na latitude de 8° sul, ou, como pretende Varnhagen, na Ponta de Mocuripe vizinha do porto de Fortaleza (Ceará). Esta ponta e não o Cabo de Santo Agostinho, seria, pois, o Cabo de Santa Maria de la Consolación: daí regressou Pinzón para o norte e de passagem entrou na bacia do Amazonas, a que chamou de *Mar Dulce*. Mais tarde, em 1508, Pinzón e Solís procurariam de novo a passagem a leste, ou antes ao sul, pois verificara-se que ela só podia achar-se nas alturas do Rio da Prata, senão mais para baixo – como Magalhães veio a confirmar – e, tomando

13. John FISKE, *The Discovery of America*, vol. II, p. 92.



o continente na sua forma a direção oeste, pertenceria a aludida passagem à Espanha, por caber dentro da sua esfera de ação.

Ojeda e Vespúcio haviam singrado no verão de 1499 para a costa setentrional “onde se encontravam as pérolas”, e, atravessando o Equador depois de passadas as ilhas de Cabo Verde, avistaram terra na costa oriental ou do Brasil, na latitude de 4° ou 5°, nas cercanias de Aracati, diz Fiske, no delta do Açu, estado do Rio Grande do Norte, diz Varnhagen. Aproximaram-se então para o norte, por ser difícil a navegação em contrário à corrente equatorial. Simultânea com a descoberta de Pinzón foi a de Diego de Lepe, o qual, partindo de Palos<sup>14</sup> em janeiro de 1500 com duas caravelas, regressou em junho, tendo dobrado o Cabo de São Roque e seguido a costa brasileira até a latitude de 10° sul, reconhecendo sua inclinação para sudoeste<sup>15</sup>.

Não estariam os portugueses possuídos de igual afã, eles particularmente que aspiravam ao monopólio da Índia? Não estaria por acaso a passagem ocidental compreendida na sua esfera de ação? Desde muito antes de Colombo tinham-se os navegantes açorianos infrutuosamente esforçado por encontrar além do arquipélago ilhas e terras ocidentais, o que se prova com as várias doações *in partibus* e contratos para tal fim celebrados. Esse cons-

14. Alexandre de Humboldt, *Examen Critique*, vol. 1v, p. 222.

15. John Fiske, *The Discovery of America*, vol. 11, p. 222. O Instituto Arqueológico de Pernambuco aventou a ideia, em oposição à comemoração do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, da celebração do descobrimento de Pernambuco por Vicente Yañes Pinzón a 26 de janeiro de 1500. Neste intuito foi já publicado pelo senhor Pereira da Costa um folheto contendo numerosos testemunhos em favor da prioridade da descoberta do espanhol, a qual ninguém contesta. A projetada celebração do centenário não visa porém a recordar um acontecimento histórico isolado, um feito de feliz previsão ou de inesperada fortuna: tem um alcance moral muito mais elevado. O senhor Alfredo de Carvalho tocou a verdadeira tecla quando no seio do Instituto Arqueológico opôs-se à proposta de celebração pernambucana, indicando que uma tal celebração devia assumir caráter nacional. De fato vamos festejar, não tanto a chegada do navegador português como a fundação da nacionalidade, que desde então entrou a desenvolver-se, e essa nacionalidade constituíram-na, é indiscutível, os portugueses, cuja tradição histórica nós representamos hoje na América, se bem que possamos ter assumido ou vir a assumir características próprias. Sem as consequências que teve, o feito de Cabral ficaria esquecido como o de Pinzón. O senhor Capistrano de Abreu pusera isto em relevo quando concedeu absoluta prioridade a Pinzón no descobrimento do Brasil, em detrimento até de Ojeda e Vespúcio (1499), e identificou o Cabo de Santa Maria de la Consolación com o de Santo Agostinho, interpretação que o instituto pernambucano faz sua.

tante pensamento, não lhes foi dado realizar: corporizou-se na descoberta de Colombo, o que mais devia contribuir para incitar os brios portugueses. Sendo assim a suposição, não obedeceria Pedro Álvares Cabral, ao partir de Lisboa com seus treze navios e 1,2 mil homens no dia 9 de março de 1500, a instruções secretas, escritas ou verbais, dadas em idêntico intuito, de tentar achar no sul a passagem para a Índia que Gaspar Corte Real no mesmo ano procuraria no norte<sup>16</sup>, e que Gonçalo Coelho partiria a procurar mais tarde ao sul do Cabo de Santa Maria, onde acreditava-se acabar o continente? Antes de partir para esta viagem com Gonçalo Coelho, escrevia Vespúcio ao seu antigo patrão Lourenço de Pier Francesco de Médici que contava ir breve “ao levante, passando pelo sul”<sup>17</sup>. Aos portugueses, que haviam franqueado o caminho oriental para a Ásia semifabulosa, sorriria por certo em extremo topar com o caminho ocidental que a Espanha ensaiava descobrir, e era constante e corrente sua intenção de rebuscarem os mares ocidentais, que a Colombo tinham trazido boa fortuna.

O aparato da expedição de Pedro Álvares é suficiente para indicar que ele indubitavelmente se dirigia à Índia, a prosseguir na obra encetada por Vasco da Gama. Para ir ao Deus dará, em cata do desconhecido, duas caravelas bastariam. Ninguém todavia contesta o final destino com que partia o navegante português. O que apenas alguns supõem verossímil é que de passagem ele se afastasse para o oeste, para evitar as calmarias mas também para tentar o acaso, que estava sendo nesses dias o grande distribuidor de graças. O historiador americano John Fiske, autor do melhor trabalho moderno sobre o descobrimento da América, é de opinião francamente adversa a tal hipótese. Para ele a travessia ocidental do Oceano era fácil nas condições em que se encontrou Cabral, procurando a conselho do próprio Vasco da Gama fugir ao mar da Guiné. “Naquela latitude a costa brasileira demora apenas 10° a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde e a corrente sul equatorial, desconhecida de Cabral, impele fortemente para o lugar

16. Gaffarel, *La Découverte de l'Amérique*, vol. 11, p. 242.

17. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 85.

mesmo onde ele foi dar”<sup>18</sup>. Escritores técnicos e profissionais abundam no mesmo parecer e apresentam uma combinação de ventos e correntes, da qual não podia deixar de resultar a derrota seguida por Pedro Álvares, e, ao cabo dela, a descoberta da terra firme.

É entretanto curioso que um cronista coevo e minucioso como Damião de Góes não fale nem de tempestades nem de calmarias como causadoras do descobrimento, mormente sendo este de todo inesperado. Eis os termos em que relata o acontecimento:

[...] mas vendo que não aparecia (uma nau desgarrada da frota) seguia sua viagem navegando a oeste, aos vinte e três dias (a data de 22 é aceita como a correta<sup>19</sup>) do mês de abril viram terra, do que foram muito alegres, porque pelo rumo, em que jazia, viam não ser nenhuma das que até então eram descobertas, Pedralvares Cabral fez fazer rosto para aquela banda, e como foram, bem à vista, mandou ao seu mestre que no esquife fosse a terra, o qual tornou logo com novas de ser muito fresca e viçosa, dizendo que vira andar gente baça, nua pela praia, de cabelo comprido, corredio, com arcos e flechas nas mãos, pelo que mandou alguns dos capitães, que fossem com os batéis armados ver se era isto assim, os quais sem saírem em terra, tornaram à capitânia afirmando ser verdade o que o mestre dissera. Estando já sob âncora se alevantou de noite um temporal, com que correram ao longo da costa até tomarem um porto muito bom, onde Pedralvares surgiu com as outras naus, e por ser tal lhe pôs nome Porto Seguro<sup>20</sup>.

18. John Fiske, *The Discovery of America*, vol. II, p. 97.

19. Esta data é a do calendário juliano e por alguns irrefletidamente tida como equivalente à de 3 de maio pela correção gregoriana, a qual em 1582 subtraiu dez dias que pelo calendário de Júlio César havia adquirido o ano civil sobre o solar, e começou a ser aplicada pelos historiadores para acontecimentos passados mesmo antes da reforma pontifícia. A diferença dos dez dias devia porém dar como data exata a de 2 de maio. Quer-me antes parecer, de acordo com o que a este respeito acaba de escrever o senhor Miguel Lemos, que a data de 3 de maio, tradicionalmente apontada como a da descoberta, não o foi por motivo do ajuste do novo ao velho calendário, mas sim por ser o dia 3 de maio consagrado pela Igreja Católica à Invenção da Santa Cruz, porventura mesmo pela proximidade daquela festa religiosa. Pela continuação – e como bem diz o senhor Lemos, por efeito do pouco interesse imediato concedido à descoberta de Cabral assim como do costume, geral entre os navegadores, de darem às novas terras os nomes dos santos celebrados nos dias em que elas eram avistadas – as duas datas vieram a confundir-se, prevalecendo a tradição sobre a verdade trazida à luz em 1817 com a publicação da carta de Pero Vaz de Caminha.

20. Damiano de Góes, *Crônica do Sereníssimo Senhor Dom Manoel, Lisboa, 1749*, p. 68.

Note-se que Damião de Góes tinha perfeita consciência do que escrevia. Não era um cronista ignorante ou indigesto: era um homem viajado, de educação superior, correspondendo-se com os primeiros sábios europeus do seu tempo e de espírito tão culto que, como é sabido, padeceu por isso dos rigores da Inquisição. O encargo de escrever a crônica de Dom Manuel foi-lhe oficialmente confiado pelo cardeal Dom Henrique, e ele, que exercia o cargo de guarda maior do Real Arquivo, a escreveu com atenção e visível deleite, tendo à sua disposição os documentos e as fontes. Porque deixa de mencionar, tratando-se de um acontecimento tão saliente como a descoberta do Brasil, possessão cuja importância já então – a primeira edição da crônica é de 1556 – não era mistério, as causas que conduziram Pedro Álvares àquelas paragens? Joaquim Norberto, que convictamente advogava a hipótese intencional, invoca na sua aludida memória o testemunho de muitos outros escritores do século XVI que guardaram silêncio ou explicaram mal e contraditoriamente os motivos da arribada de Cabral, sendo contudo unânimes os coevos em não “mencionar tempestade alguma, nem corrente, cuja fúria ou força arrastasse as suas naus”. O assunto foi depois discutido nas sessões do Instituto Histórico, sustentando o poeta Gonçalves Dias o parecer contrário e replicando o erudito Joaquim Norberto<sup>21</sup>.

Para a história diplomática e mesmo política pouca importância oferece semelhante questão, aliás valiosa e cativante para o estudioso, na atual impossibilidade da sua solução e desde o momento em que a Espanha não contestou o ato de posse efetuado por Pedro Álvares no dia 1º de maio. De uma coisa estamos outrossim certos. O descobridor português do Brasil não duvidou um só instante que a terra onde desembarcara pertencesse de direito ao rei Dom Manuel. Provaram-lhe os cálculos astronômicos de mestre João, o físico do monarca, que ia na expedição e cuja carta ao soberano nos foi felizmente conservada. Levantando sem hesitar a cruz de madeira com a divisa do rei de Portugal,

21. *Revista Trimensal* [do IHGB], tomo XVIII. Essas memórias são todas muito interessantes.

Cabral despachou Gaspar de Lemos a dar conta do ocorrido em Lisboa, comunicando logo por seu turno Dom Manuel para a Espanha a notícia da descoberta.

De fato, adaptando-se mesmo o cálculo do mapa português conhecido por mapa de Cantino, posterior a essa descoberta, e o qual, segundo HARRISSE, faz passar a linha de demarcação na nossa esfera a cerca de 42' e 30', aquela terra, cuja configuração e extensão eram ainda ignoradas, estava no ponto onde fora abordada perfeitamente dentro da esfera de ação portuguesa. A linha de demarcação de Tordesilhas continuaria de resto a ser objeto de consultas e pareceres, variando sua colocação ao sabor das noções contemporâneas e individuais da circunferência da terra e da dimensão da légua marítima, e sendo diversa na Suma ou compêndio geográfico de Enciso (1518), no informe dos peritos de Badajoz (1524), no de Diego Ribeiro (1529) e em Oviedo (1545). A linha de Diego Ribeiro é a única que fica além da foz oriental do Amazonas, cortando a Ilha de Marajó (49° 45' na nossa esfera)<sup>22</sup>. Opina VARNHAGEN<sup>23</sup> que o meridiano de Enciso, para quem o grau de longitude tinha 16  $\frac{2}{3}$  léguas (quando as atuais léguas marítimas contam-se 20°), também passava pela ilha de Marajó, sendo o Maraion desse geógrafo o rio Pará e não o nosso golfo do Maranhão ou baía de São Marcos, o que é, todavia, contestado pelo americanista HARRISSE com argumentos dignos de leitura<sup>24</sup>. Pelo que vemos, acordavam todos em que a linha divisória ficava a leste, pelo menos, da verdadeira foz do Amazonas; porém a insuficiência dos conhecimentos cosmográficos impedia uns e outros de indicarem com precisão e autoridade por onde atravessava ela o continente da América meridional. Eram manifestas na Espanha as dúvidas sobre o bom direito português a todo o território de que se assenhoreara o reino. Numa carta de 22 de janeiro de 1518 escrevia Alonso de Zuazo ao imperador Carlos V que, a partir

22. Henry HARRISSE, *The Diplomatic History*.

23. *Examen de Quelques Points de l'histoire Géographique du Brésil ou Analyse Critique du Rapport de Marie-Armand d'Avezac*, Paris, L. Martinet, 1858, p. 33.

24. *Idem*, p. 120.

do Cabo de Santo Agostinho trinta léguas no máximo pertenciam ao rei de Portugal, e contudo estava este de posse de mais de duzentas, recebendo por ano mais de vinte mil ducados em pau-brasil e escravos.

A viagem em 1519 de Fernão de Magalhães às ilhas das Especiarias ou Molucas, colocando as duas nações frente à frente nos antípodas, daria nova importância à questão do meridiano que em 1523-24 se procuraria resolver na junta de Badajoz. A ida de Fernão de Magalhães inquietava singularmente o rei de Portugal. São conhecidos os esforços por este tentados para fazer malograr a expedição: Navarrete os historia no último volume da sua coleção. Em 18 de julho de 1519, perdidas as esperanças de deter o tenaz navegante, escrevia a Dom Manuel o português Sebastião Álvares, feitor em Andaluzia, o qual bastante trabalhara com Magalhães e Rui Faleiro para reduzi-los ao serviço de Portugal, sua pátria comum:

A rota que se diz que hão de levá-los direitos a Cabo Frio, ficando-lhe o Brasil à mão direita, até passar a linha da partição, e dali navegar ao oeste e noroeste, direitos a Maluco; a qual terra de Maluco eu vi assentada na poma e carta, que cá fez o filho de Reinel, a qual não era acabada quando cá seu pai veio por ele; e seu pai acabou tudo; e por estas terras de Maluco, e por este padrão se fazem todas as cartas; as quais faz Diogo Ribeiro; e faz as agulhas, quadrantes e esferas; porém não vai na armada, nem quer mais que ganhar de comer por seu engenho. Desde este Cabo Frio até as ilhas de Maluco por esta navegação não há nenhuma terras assentadas nas cartas que levam. Praza a Deus todo poderoso que tal viagem façam como os Corte Reais; e Vossa Alteza fique descansado, e seja sempre assim invejado, como é de todo os príncipes<sup>25</sup>.

Pela proposta apresentada na Junta de Badajoz o grau de longitude devia ser considerado igual a 17  $\frac{1}{2}$  léguas, partindo a contagem para a linha do centro da ilha de Santo Antão, a mais ocidental das de Cabo Verde<sup>26</sup>, o que tornava as 370 léguas equivalentes a 22° e quase 9' (46° 36' oeste de Greenwich na nossa esfera), entrando a linha pela baía de Priatinga. Os

25. *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre [do Tombo] acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892, p. 434.

26. HARRISSE escreve por engano a mais oriental, o que além de inexato geograficamente, seria contraproducente, visto constituir todo o fito espanhol incluir em sua esfera as Molucas.



comissários portugueses não chegaram, porém, a acordo com os espanhóis, porque queriam conservar a maior soma de território no Brasil e ao mesmo tempo não sacrificar as Molucas. Por amor destas ilhas veio a assinar-se em Zaragoza aos 15 de abril de 1529 um tratado que fixava uma linha de demarcação em 17° ou 297 léguas a leste das Molucas, sem referir-se à localização do meridiano no Novo Mundo. Esses dezessete graus comprados por Portugal faziam passar o novo meridiano pelas ilhas dos Ladrões ou Marianas e acrescentavam para o Oriente as dimensões da esfera de ação portuguesa.

Se o círculo iniciado em Zaragoza tivesse sido logicamente continuado e fechado, esse meridiano incidiria no mar alto, treze milhas a leste do Cabo Branco, assim virtualmente excluindo Portugal do continente sul-americano. A Espanha e Portugal ficaram, entretanto, neste ponto exatamente onde estavam em 1494<sup>27</sup>.

No tocante às Molucas assinava-se mais em Lisboa em 23 de abril do mesmo ano de 1529 um tratado de posse, navegação e comércio, que Dom João III ratificava em Lisboa no dia 20 de junho de 1530. Carlos V carecia, como sempre mais do que nunca, de dinheiro para suas variadas empresas militares. Pelo tratado obrigou-se Portugal a pagar-lhe 350 mil ducados, obrigando-se por seu lado Castela a restituir esta soma, pela qual era adquirido o direito às Molucas, a todo tempo que se provasse não estarem estas ilhas dentro da sua demarcação, mas da de Portugal<sup>28</sup>. Parece que a escritura de Zaragoza queria provar exatamente isto, que Portugal ganhava no Oriente o que perdia no Ocidente, mas não se deve procurar demasiada lógica nos arranjos da diplomacia, por natureza e necessidade oportunista no sentido de visar o resultado do momento e descrente no contar com o futuro.

Com as Filipinas as coisas tinham-se passado mais expeditamente. Magalhães, navegando para oeste, após atravessar a imensa vastidão deserta do Pacífico, primeiro descobriu esse arquipélago, que ficava dentro da esfera de ação portuguesa. Um erro, acidental ou proposital, dos cartógrafos espa-

27. Henry Harrisse, *The Diplomatic History*, cap. XVIII.

28. Francisco Adolfo Varnhagen, *Historia Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 101.



Brasil. Mapa de João Luís de Albernaz, 1681. Biblioteca Pública de Évora, Portugal.



nhóis, só mais tarde corrigido, colocou-o, contudo, 25° a leste da sua verdadeira posição geográfica, atribuindo desta arte a posse à Espanha<sup>29</sup>.

Não findaria, no entanto, com essas peripécias o fadário da linha de Tordesilhas. Em 1681 concordariam os cosmógrafos das duas nações em fazê-la passar a 22° 13' oeste da ilha de São Nicolau (Cabo Verde), e Ulloa a calcularia em 22° 14' em 1749, no ano anterior ao tratado de 1750, fixando os limites americanos das duas coroas ibéricas<sup>30</sup>. As Molucas, como as Filipinas, ficavam incontestavelmente dentro do hemisfério português, mas “por uma espécie de convenção tácita anterior ao anulado tratado de 1750, subentendeu-se a troca daqueles domínios asiáticos com a extensão que o Brasil adquirira pela terra a dentro”<sup>31</sup>. Alexandre de Gusmão, na resposta às alegações do brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, ex-governador da colônia do Sacramento, relativas aos tratados dos limites da América, negociados em 1750 pelo mesmo distinto diplomata e secretário confidencial do rei Dom João V, reconhece, como não podia deixar de fazê-lo, que Portugal invadira boa parte da esfera de ação espanhola no Ocidente. Tomando os fatos no seu ponto de partida, lembrava Gusmão que Fernão de Magalhães, para demonstrar que as ilhas das Especiarias cabiam de direito a Carlos V e pretendendo abranger até Malaca, “tinha diminuído os espaços, de sorte que defraudou ao mar do sul mais de 40 graus meridianos”, como se pode ver do mapa publicado por Herrera. A verificação não era então fácil, como já disse, e Gusmão recorda mais, que não só até o século XVII nenhuma nação além da espanhola navegou o Mar do Sul (ou Oceano Pacífico), como ignorava-se a observação dos satélites de Júpiter, e outros meios com que depois se facilitou a averiguação das longitudes<sup>32</sup>.<sup>n</sup>

Para questionarem baseavam-se os portugueses sobretudo – o que não era bastante – nos roteiros dos pilotos da carreira da Índia, e a fim

de lhes sair mais vantajoso o cálculo contavam ao tempo das discussões de Saragoça as 370 léguas além do meridiano como situado este na Ilha do Sal, que é a mais oriental das do Cabo Verde. Ao tempo de Alexandre de Gusmão porém, a fim de validarem a posse do máximo do Brasil, contavam as 370 léguas partindo da ilha de Santo Antão, que é a mais ocidental. Da mesma forma que cessara com a anexação de Portugal a contenda sobre a legitimidade do domínio das Filipinas, também deixara de ter importância depois de 1580 a expansão dos portugueses na Amazônia e no sul do Brasil. Com a fusão das duas partes contrastantes deixara de vigorar o tratado de Tordesilhas, realizando-se a solução prevista em 1494°.

A longa e sangrenta disputa sobre a Colônia do Sacramento é posterior à restauração e originou-se na fundação em 1680 de uma fortificação no Rio da Prata, em lugar que se dizia caber dentro da esfera de ação portuguesa. Por causa dela celebrou-se o tratado provisional de 1681 e negociou Alexandre de Gusmão o tratado de 1750, trocando-a, juntamente com as terras usurpadas e ocupadas no Oriente pelos espanhóis, pelo território das Missões e sobretudo pela desistência dos direitos espanhóis sobre as terras usurpadas e ocupadas pelos portugueses na América em violação do meridiano mesmo o mais parcial<sup>33</sup>.

Paralelamente com as discussões teóricas ou acadêmicas a propósito da verdadeira posição do meridiano de Tordesilhas prosseguira a obra prática das explorações, tanto mais ativa quanto já começava ela a ser tradicional, datando da primeira metade do século XV o impulso dado às navegações

29. Justin Winsor, *Narrative and Critical History of America*, Nova York, Sons of Liberty Publications/Land's End Press, 1972, vol. II, p. 592.

30. Francisco Adolfo Varnhagen, *Examen*, Paris, L. Martinet, 1858 p. 44.

31. Francisco Adolfo Varnhagen, *Historia Geral*, tomo I: Notas e Provas, p. 437.

32. *Coleção de Vários Escritos Inéditos Políticos e Literários de Alexandre de Gusmão*, Porto, 1841.

33. Na memória citada explica Alexandre de Gusmão com grande sagacidade todas as vantagens do seu plano de consolidação do poderio português no Brasil, levado a cabo mediante o abandono da Colônia do Sacramento, cuja fortaleza Portugal conservava sem que os espanhóis cedessem o território adjunto estipulado mas não precisamente descrito no tratado de Utrecht... “Considere Vossa Senhoria finalmente se fizemos mau negócio em regular duas mil léguas de fronteira com tal clareza, e por balizas tão certas, e indubitáveis, que em nenhum tempo possamos mais ter por este respeito alteração com os nossos vizinhos, quando até agora estávamos demarcados por uma linha meridiana, que custa muito a determinar com um relógio solar de quatro palmos, quanto mais em tantos centos de léguas, de onde resultava uma contínua e irremediável ocasião de disputas entre esta Coroa e a da Espanha. (*Op. cit.*, p. 182 ).

oceânicas pelo solitário de Sagres e havendo, desde o início dos descobrimentos e sobretudo depois da realização do sonho de Colombo, obtido muitos portugueses concessões de terras por descobrir e partido à aventura. A iniciativa particular era então uma realidade. Não só as expedições francesas eram mistas, a saber, que iam nelas de sociedade o rei e súditos seus. Assim o eram também as expedições portuguesas. Na de Pedro Álvares Cabral algumas das embarcações tinham sido armadas às custas de negociantes<sup>34</sup> e as mais importantes casas comerciais de Sevilha tomaram parte saliente no apresto das primeiras expedições espanholas ao Novo Mundo.

O Brasil nos seus começos mais deveu à indústria privada do que ao zelo oficial. As informações de Vespúcio, ao regressar em 1502 da ousada viagem que o levou até a Geórgia Austral<sup>35</sup>, foram desfavoráveis com respeito à nova possessão do rei de Portugal, “dizendo não haver na terra metais nem mercadoria de aproveitar-se mais que canafístula e o lenho de tinturaria, que a Coroa praticamente abandonou-a à mercê dos especuladores particulares, os quais à porfia começaram a vir a estes portos, principalmente a buscar tão produtivas cargas do tal novo pau-brasil a ponto que dele veio tomar o nome toda a região”<sup>35</sup>. Afluíram pois os especuladores, que eram contratadores ou arrendatários e mandavam naus por conta própria – como a Bretoa da qual Francisco Adolfo Varnhagen publicou o livro de bordo e que, tendo partido de Lisboa a 22 de fevereiro de 1511, fez a viagem redonda à feitoria de Cabo Frio em oito meses, – e também aventureiros franceses, que representaram no século XVI com relação à defesa portuguesa o papel dos holandeses no século XVII e dos castelhanos no século XVIII.

Não é que os espanhóis se não sobressaltassem de quando em vez nos próprios inícios da colonização americana com a atividade dos portugueses naquelas paragens, mas estavam do mesmo modo muito ocupados com suas conquistas para poderem pelejar por elas, e também a diplomacia ia cumprindo sua missão de paz e serenando as desconfianças, como se prova com o trecho seguinte de um documento

34. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 70.

35. *Idem*, p. 84.

recentemente publicado<sup>36</sup>, confirmando o que anteriormente se sabia por outros documentos. Em seis de setembro de 1513 escrevia Dom Manuel de Portugal a Dom Fernando de Aragão que Lobo Furtado de Mendonça, gentil homem da casa do regente de Castela, lhe daria plena informação acerca “dos navios e gente de nossos reinos, que dizes que sois informado que vão a descobrir e entram no que por vosso mandado é descoberto na terra que agora mandastes chamar Castela de Ouro (a província no golfo de Darién), que é pegada com a nossa terra do Brasil”. Do lado de Portugal também havia pretextos de queixas. A viagem de Fernão de Magalhães suscetibilizará muito o reino e sabemos que Dom Manuel quis até obstar pelo assassinato e embaraçou pela intriga a partida do ousado marinheiro, a quem anteriormente desconsiderara.

Os ciúmes provinham todos da possibilidade da descoberta de uma passagem ocidental para o Oriente, que Fernão de Magalhães encontrara muito ao sul, mas que se supunha poder ainda ser encontrada mais ao norte e com menor extensão de mar a atravessar para chegar às terras opulentas das especiarias e das pedras preciosas. Precisamos nunca esquecer que o conhecimento geográfico do globo estava ainda longe de ser completo, sendo particularmente ignorada a grande massa de terra que compõe os continentes norte e sul americano. O descobridor do rio Hudson imaginava, ao subi-lo, ter encontrado a passagem para o mar que banha as praias do Catai, e a esperança de topar com um caminho para a Ásia mais rápido e fácil que o tomado por Magalhães nunca abandonou os navegadores até tornar-se bem conhecida a configuração do Novo Mundo e patentes as dimensões do globo terrestre<sup>36</sup>.

Era por isso sobretudo que em 1531 o embaixador português Álvaro Mendes de Vasconcelos ainda renovava infrutuosamente em Castela, por parte do seu soberano, as instâncias para que se decidisse quem havia descoberto o Rio da Prata, se Dom Nuno Manuel, se João Dias

36. *Alguns Documentos* [...], p. 292.

de Solís, o qual ali encontrara a morte em 1515 às mãos dos índios<sup>37</sup>. Os companheiros de Solís, que regressavam à Europa, quiseram fazer escala pelo Cabo de Santo Agostinho para levarem para Espanha alguma carga de pau-brasil. Deparando-se porém em Pernambuco com uma feitoria portuguesa, não estiveram com meias medidas: aprisionaram os ocupantes e levaram-nos a todos. Perante reclamações do rei os 11 portugueses foram depois trocados por sete castelhanos que estavam presos em Portugal e haviam sido encontrados na Baía dos Inocentes, ao norte de Cananeia<sup>38</sup>.

Era então frequente o caso de abordarem-se navios espanhóis em portos portugueses das possessões, como o era o de navios portugueses irem parar a portos espanhóis, e o tratamento valia-se nos dois lados, cifrando-se na prisão e deportação, quando escapavam os navegantes ao morticínio pelos índios. O exemplo mais patético deste estado de coisas é o do pobre Dom Rodrigo de Acuña, culpado de ter feito parte de uma expedição que se destinava às Molucas pelo Rio da Prata, o qual, depois de mil trabalhos, sofreu uma prolongada prisão na feitoria de Pernambuco.

O quadro da página seguinte mostra a um tempo a rápida sucessão das explorações e a identidade de certa zona percorrida ou visitada por expedições portuguesas e espanholas, simultaneamente, nos anos imediatos ao do descobrimento, em que foi atingida, como é sabido, por quatro diferentes flotilhas.

37. Francisco Adolfo Varnhagen, *Primeiras Negociações Diplomáticas Respectivas ao Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1843.

38. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 98.

Quadro das primeiras viagens feitas às terras do Brasil, extraído e resumido de um quadro geral de viagens espanholas e portuguesas ao sul do trópico de Câncer, na obra de John Fiske. *The Discovery of America*, vol. II, pp. 62 e 63 -, e alterado em alguns dos seus dizeres, segundo outras autoridades. Não tendo sido logo discriminadas as possessões portuguesas e espanholas, por costa brasileira entende-se extensão superior à atualmente apresentada no litoral oriental da América do Sul

NOMES DOS EXPLORADORES	DATAS DA VIAGENS	LUGARES PERCORRIDOS OU ABORDADOS
Ojeda, La Cosa e Vespúcio (esp.)	16 de maio de 1499 a junho de 1500	Ponta na costa setentrional do Brasil, aproximadamente a 5° latitude austral sendo Francisco Adolfo Varnhagen ( <i>História Geral</i> , 2. ed. vol. 1, p. 77).
Pinzón (esp.)	Dezembro de 1499 a setembro de 1500	Costa brasileira na altura de 8° sul e daí na direção noroeste.
Lepe (Diego de) (esp.)	Janeiro a junho de 1500	Costa brasileira até cerca de 10° sul.
Pedro Álvares Cabral (port.)	9 de março de 1500 a julho de 1501	Costa brasileira desde cerca de 12° até 16° 30' sul <sup>1</sup> .
Nuno Manoel (?) e Vespúcio (port.)	14 de maio de 1501 a 7 de setembro de 1502	Costa brasileira desde 5° até 34° sul e daí à ilha da Geórgia Austral, 54° sul.
Gonçalo Coelho e Vespúcio (port.)	10 de junho de 1503 a 18 de junho de 1504	Costa brasileira, Vespúcio até cerca de 23° sul, Coelho até cerca de 40° sul.
Cristóvão Jacques	1503	Costa do Brasil e da Patagônia até cerca de 52° sul <sup>2</sup> .
Pinzón e Solís (esp.)	29 de junho de 1508 a outubro de 1509	Costa do Brasil, etc., até cerca de 40° sul <sup>3</sup> .

#### Notas da tabela

1. Escreve Varnhagen que, soprando a aragem do sul, foi a armada de Cabral felizmente levada do ponto onde lobrigara terra para o norte, onde fica Porto Seguro (16° 30'), evitando assim os baixos

e recifes dos Abrolhos e Itacolomi, que demoram logo ao sul do monte Pascoal. Os pilotos da expedição indicaram bastante precisamente como sendo a 17° sul a latitude de Porto Seguro, e se eles assim podiam determinar quase corretamente a latitude, também deviam poder fixar com mais ou menos acerto a longitude. P. Margry, Cap. – *La Navigation du Capitaine de Gonneville et les Prétentions des Normands à la Découverte des Terres Australes sous Louis xiii*, na obra – *Les Navigations Françaises du xvi Siècle*. Paris, 1867.

2. Varnhagen com toda a plausibilidade faz datar esta viagem de 1526 e supõe que em 1506 saiu de Lisboa uma expedição para o sul do Brasil, tendo por pilotos Vasco Galego de Carvalho e João de Lisboa. Para o norte do Cabo de São Roque também foram expedições, cujas notícias são “mais vagas e escassas”. A data de 1526 para a viagem de Cristóvão Jacques parece com efeito mais verdadeira, pois em 24 de dezembro de 1527 escrevia de Paris a Dom João III João da Silveira, embaixador de Portugal na França, que deste reino tinham enviado cinco naus ao rio que descobrira Cristóvão Jacques na costa do Brasil (“Verrazano vai daqui com cinco naus, que lhe o almirante ordena, a um grão rio na costa do Brasil, o qual diz que achou um castelhano... O rio creio que é o que achou Cristóvão Jacques” – *Alguns Documentos*, etc., p. 490).
3. Esta viagem foi tomada a mal pela Coroa portuguesa. No dizer de Varnhagen não foi empreendida por Castela, mas sim por armadores, parte deles de Antuérpia, como os Haro. João Dias de Solís era português e havia emigrado para Castela por não poder obter o pagamento de quantias que lhe eram devidas. Pelo que se vê de cartas publicadas por Navarrete, o embaixador português na Espanha, João Mendes de Vasconcelos, tratava em 1512 de fazer com que Solís, o qual já então era piloto-mór de Castela, regressasse a Portugal. O rei Dom Manuel escrevera para tal fim ao seu embaixador, dizendo constar-lhe que Solís ia a Malaca ou procurar o caminho ocidental para as ilhas e terras das especiarias do Oriente. Solís, como já disse, foi vítima dos índios no Rio da Prata, por ele senão descoberto, pelo menos primeiramente explorado por ocasião da expedição de 1515, em que perdeu a vida. Esta expedição, aparentemente promovida por armadores, era subvencionada secretamente pela coroa de Castela.

Com os espanhóis a questão era toda de linha divisória, se ficava esta na realidade mais para leste ou mais para oeste. Com os franceses a coisa aparecia cem vezes pior. Estavam de fora dos ajustes diplomáticos e afixavam intenções de arrecadar seus ganhos onde os encontrassem mais fáceis, pirateando à descrição. Num tempo em que os ingleses se revelavam ainda em comparação fracos homens de mar, os franceses entregavam-se a ousados cometimentos marítimos. Alguns dos escritores desta nacionalidade até pretendem que a normandos se deve a primeira descoberta do Brasil, realizada por Cousin, de Dieppe, em 1488, o qual teria sido levado até a foz do Amazonas pelas correntes oceânicas que tão propícias se mostrariam mais tarde a Pedro Álvares Cabral. Tal fato é contestado com bons argumentos, e nada há pelo menos que o prove. A data mais antiga em que se assinala com certeza a presença dos franceses no Brasil é a de 1504, ano em que foram

encontrados traficando com os aborígenes no porto da Bahia e tiveram de sofrer o rude assalto do furor português.

No mesmo ano cita-se também a viagem de aventura marítima do navio *Espoir de Honfleur*, comandado pelo capitão de Gonneville e partido da França em 1503. Das paragens ignotas por ele visitadas teria o capitão trazido um documento vivo na pessoa de um indiozinho com quem mais tarde se casou sua filha, nascendo deste consórcio o abade Paulmier de Gonneville. As terras austrais descobertas por esse marinheiro não teriam sido, como julgaram muitos até tempos recentes, a Austrália, nem a Nova Holanda, nem Madagascar, nem as terras antárticas, porém sim o Brasil, cuja costa acompanhou por 300 léguas sob a ação dos ventos alísios desde o Cabo de Santo Agostinho, de novo abordando-a muito mais abaixo, nas terras dos Goitacases, quando a caminho do Cabo de Boa Esperança foi sua embarcação repelida pelo vento do sul.

Em Dieppe vivia então o famoso armador João Ango, o qual, tão rico quanto empreendedor, costumava mandar seus navios a todas as regiões do mundo recentemente abertas à exploração mercantil. No Brasil a porção mais frequentada da costa entrou a ser entre o Cabo Santo Agostinho e Porto Real, na altura de 12°, zona onde encontra-se melhor e mais abundante pau-brasil<sup>39</sup>. Gaffarel reedita uma extensa lista de embarcações francesas saídas para a costa do Brasil a partir de 1523, e na coleção de viagens de Ramúsio encontra-se uma descrição das nossas terras feita em 1529 por Parmentier, capitão da *Pensée* ao serviço do armador Ango. Haviam-se estabelecido escambos regulares: os selvagens recebiam ferramentas, quinilharias, pentes, espelhos e bugigangas, e os franceses carregavam, além do pau-brasil, parte essencial do negócio, outras madeiras usadas nos estaleiros e marcenarias, algodão, papagaios, macacos, peles de onça, penas de beija-flores, tucanos e outras aves sarapintadas e brilhantes para ornatos de vestuários ricos, óleos medicinais, etc. Os saguins e araras gozaram naquele tempo de uma popularidade jamais excedida, constituindo um deleite da aristocracia, bem como da burguesia e da plebe. Marinheiros normandos

39. Relação do *gran capitano del mare francese*, Jean Parmentier, na Coleção de Ramúsio citada em Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, p. 63.



fixavam-se de bom-grado entre as tribos indígenas, as quais sempre testemunharam marcada predileção pelos franceses, mais amáveis e atraentes que os grosseiros portugueses. Aqueles colonos serviam depois de intérpretes e corretores, tornando-se a profissão não menos rendosa que estimada<sup>40</sup>.

Os próprios indígenas não desadoravam mudar de continente e acompanhar os seus amigos franceses às terras civilizadas da Europa. Depois do filho do cacique Arosca confiado ao capitão de Gonneville na sua hoje autenticada viagem mencionam-se sete que vieram em 1509, e particularmente aqueles de que se ocupou Ferdinand Denis: os cinquenta tupinambás que em 1550 deram em Rouen, perante Henrique II e sua esposa Catarina de Médicis, uma representação dos seus combates e das suas danças. A esta festa pomposa, de cuja feição original relações, uma impressa e outra manuscrita, esculturas em madeira de um palácio e baixos relevos em cantaria de uma igreja de Dieppe conservaram viva a lembrança, e para a qual foi convidado e assistia o embaixador português em Paris, não faltou o simulacro de um combate naval terminado pelo incêndio da embarcação portuguesa, como hoje nos Estados Unidos qualquer representação teatral ou pirotécnica desse gênero inevitavelmente acaba com a destruição da armada de Cervera ou de Montojo<sup>41</sup>.

As disputas franco-portuguesas por motivo da invasão [*sic*] dos direitos lusitanos pelos corsários normandos vieram a tornar-se naturalmente costumeiras, levando o embaixador de Veneza em Paris, Marino Cavalli, a escrever à Senhoria que uma guerra surda existia entre os dois países<sup>41</sup>. As hostilidades no Brasil e entre franceses e portugueses não provinham no entanto de qualquer desinteligência tradicional entre as duas nações. Os marítimos espanhóis e portugueses entretinham até muitas relações com a Normandia. Por seu lado franceses vinham estabelecer-se e negociar em Portugal, e nos séculos XV e XVI privilégios de comércio foram dados e renovados às duas nações ibéricas para traficarem em Harfleur<sup>42</sup>. Muito menos simpatia havia entre portugueses e es-

panhóis e contudo não se guerreavam, porque a dirigir suas navegações existia a autoridade, a sombra que fosse, de uma bula papal e sobretudo do instrumento diplomático de Tordesilhas. A arena estava franca às dilacões e tergiversações profissionais, e entrementes descansavam as armas. Os franceses andavam porém pela força das circunstâncias justificando de antemão o adágio que qualifica de roupa de franceses aquilo sobre que todos se arrogam direitos.

Francisco estranhara muito, como é notório, a partilha feita por Alexandre VI sem consideração alguma pelos seus súditos, os armadores normandos, bretões e gascões, e, na expressão do cronista Herrera, respondera às queixas de Portugal e da Espanha – formuladas as primeiras em 1516 pelo embaixador Jácome Monteiro – “*que él entendia seguir sus conquistas y navegaciones que de derecho le competian como a los otros principes de la Cristiandad...*” Mais tarde, em 1532, quando a gente de Pero Lopes de Sousa deu cabo da feitoria francesa de Pernambuco e apresou o navio francês La Pelérine, o barão de Saint Blancard, general das galeras, questionaria mais afoitamente o direito português àquelas ilhas, *imo gentes eas incolentes plurimos habent regulos quibus more tamen et ritu silvestre reguntur*. E num rompante em latim da decadência, o qual seria liberalíssimo se não fosse muito egoísta, o irado argumentador prosseguiria afirmando que é de todos o Oceano e devem estar abertas à colonização e comércio de todas as nações as ilhas transatlânticas (*imo enim mare sit commune, et insulae prefatae omnibus apertae, permissum est nedum Gallis, sed omnibus aliis nationibus eas frequentare et cum accolis, commercium habere*<sup>43</sup>).

Os portugueses não entendiam as coisas do mesmo modo e desde 1504 havia sido defesa por alvará a confecção de cartas e esferas terrestres com as terras marcadas ao sul de Manicongo e das ilhas de São Tomé e Príncipe, e bem assim proibido pelas ordenações manuelinas o engajamento de pilotos ou marinheiros portugueses por armadores de outras nacionalidades, dupla interdição que nunca foi observada. Pouco depois de subir ao

40. Gaffarel, *Histoire de la Découverte de l'Amérique*, vol. II, cap. X.

41. Ferdinand Denis, *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en 1550*, Paris, 1851.

42. P. Margry, *op. cit.*, p. 123.

43. Marie-Armand d'Avezac, *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, 1857, p. 164 (documento publicado por Francisco Adolfo Varnhagen).

trono em 1521 Dom João III, avisado por portugueses residentes na França de que Verrazzano se oferecera para descobrir no Oriente “outros reinos que os portugueses não tinham descoberto” e de que nos portos da Normandia se faziam prestes armadas “para irem povoar o Brasil”, outrossim levado pelas continuadas queixas contra os corsários franceses, resolveu mandar de embaixador à França João da Silveira. Deixo ao cronista Francisco de Andrada a tarefa de relatar no seu estilo claro e conciso a curta história da primeira fase dessa missão diplomática:

A substância da sua embaixada era pedir ao rei que pois entre eles não havia guerra, antes havia paz e amizade antiga, mandasse dar ordem no seu reino com que cessassem tantos roubos, e tantos danos, quantos os portugueses e os franceses se faziam pelo mar uns aos outros, que era uma guerra tácita e particular entre aqueles que no público e em geral eram amigos, e que tudo o que se achasse nos seus portos que fora tomado aos portugueses, lhe fizesse restituir, porque ele também se nos portos de Portugal achasse coisa que fosse tomada aos franceses lhe fazia restituir logo. E a todos os que viessem requerer nisso sua justiça contra os seus vassallos, lha faria muito inteira e com muita brevidade. E após isto lhe pedisse também que defendesse aos seus vassallos armarem contra os lugares da conquista de Portugal, para os quais nem aos próprios portugueses naturais e vassallos seus era lícito navegarem nem tratarem neles. Chegado João da Silveira à corte da França foi nela bem recebido, porém nas coisas que propôs dos negócios que levava a cargo, lhe respondeu por então o rei indeterminadamente, e com razões mais de aparência que de resolução, que pareciam dadas, não tanto para efetuar os negócios de que se lhe tratava, como para os dilatar, e entreter-lhe o tempo.

A atitude dúbia de Francisco I não era inexplicável: variava de acordo com as notícias que recebia do resultado da missão que por seu lado confiara a Honorato de Cais (ou de Cazes, conforme opina o visconde de Santarém), gentil homem saboiano, o qual em tempo de Dom Manuel já viera a Portugal tratar do casamento da filha do rei de França, a princesa Carlota, com o príncipe herdeiro Dom João. De novo trazia o embaixador mandado de ocupar-se desse casamento e de reafirmar as pazes e amizades com o rei de Portugal. Esta segunda parte das suas instruções pôde ele cumprir sem dificuldade, mas o casamento era assunto mais delicado e importante.

Exigiram-lhe em Lisboa poderes mais largos que aqueles de que o haviam investido. Foi-se de Cais à França e trouxe inteiros poderes. O rei porém continuou entretendo-o ou iludindo-o sob pretexto de que o falecido Dom Manuel lhe deixara ordem de primeiro ocupar-se do casamento da princesa dona Isabel sua irmã. Entretanto morria na França a princesa Carlota e gozava o principal objetivo da embaixada de Francisco I.

João da Silveira julgou um momento chegar ao termo e o mais afortunadamente possível sua missão. No dizer de Francisco de Andrada, o Valois mandou sobrestar o apresto dos navios que se armavam para a Índia e restituir toda a fazenda indevidamente tomada a portugueses, prometendo também atalhar de futuro a obra dos corsários. Estava Dom João III no ponto de dar por finda a embaixada e fazer recolher o embaixador, substituindo-o em Paris pelo licenciado Pero Gomes Teixeira – o qual, ajudado pelo sábio Diogo de Gouvêa, reitor de Santa Bárbara daquela cidade, regularia certos assuntos pendentes da sua fazenda e assistiria nas demandas intentadas por portugueses – quando por aviso de Jácome Monteiro, que lá andava na faina das restituições, se soube em Lisboa estar tudo alterado. Mandara o rei da França fazer geral sequestro e embargo em toda a fazenda portuguesa, real e particular, e nos navios desta nacionalidade que se achassem em portos franceses. Ao mesmo tempo, tendo sido declarada a guerra entre Francisco I e Carlos V, era uma nau castelhana com precioso carregamento apresada em águas portuguesas; porém Pero Botelho, capitão da frota de guarda costa, trouxe à força presa e apresantes para o porto de Lisboa, onde foi aquela sequestrada e postos estes a bom recato, sentenciando sobre o caso a Casa da Suplicação. O pobre embaixador português não conseguia afinal durante sua estada na corte do Valois mais do que embargar a viagem do florentino Verrazzano e de alguns poucos navios de corsários<sup>44</sup>.

Tinham-se entretanto por tal forma multiplicado as viagens francesas ao Brasil, às quais se referem os mais antigos documentos coevos testemunhando sua frequência, que em 1526 Portugal, que como disse, não só envi-

44. F. d'Andrada, *Crônica do Muito Alto e Muito Poderoso Rei Dom João o III Deste Nome*, ano 1613, cap. XIII, primeira parte.

dera infrutuosamente esforços diplomáticos para impedir essas navegações ao Brasil como até transigira e negociara com João Ango e um outro notável corsário<sup>45</sup>, decidiu instituir uma esquadilha de guarda costa para a sua posseção com ordem de não poupar os estrangeiros<sup>46</sup>. Dela Cristóvão Jacques recebeu o comando, fundando por essa ocasião não a primeira feitoria de Pernambuco, que já estaria criada, mas como insiste Varnhagen, a feitoria de Itamaracá. Era sem dúvida por semelhante motivo que em 1527 escrevia a Dom João III o embaixador João da Silveira:

Não estão cá nada bem com se querer defender o Brasil; e, repreendendo-o, não sem paixão, me disse o almirante que caravelas portuguesas quiseram lá meter no fundo uma nau francesa, a qual tomara três ou quatro dos [navios] portugueses e que estão... presas e em direito<sup>47</sup>.

Contudo a casa dos Valois, empenhada com todas as forças na ambição da preponderância continental e que seria em breve trecho empolgada pela tremenda tormenta religiosa que tanto assolou a França no século XVI, não evidenciava para com a expansão ultramarina mais do que um interesse medíocre, e apesar de protestar alto e bom som em favor dos seus direitos, parece que receava mesmo ir muito francamente de encontro às pretensões espanholas e portuguesas. A iniciativa particular chegava a sofrer os vexames de tal constrangimento. Parmentier escrevia em 1529 que

se o rei Francisco I quisesse largar por pouco que fosse a rédea aos negociantes franceses, em menos de quatro ou cinco anos estes lhe teriam conquistado a amizade e assegurado a obediência dos povos dessas novas terras, sem outras armas além da persuasão e das boas maneiras<sup>48</sup>.

Como vimos porém, ao contrário do que desejava Parmentier e pelas instâncias do embaixador João da Silveira, o rei Francisco I impedira de

45. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 104.

46. Marie-Armand d'Avezac, *Considérations*, etc. p. 23.

47. *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre...*, p. 490.

48. Coleção de Ramúsio.

partir uma expedição comandada pelo florentino Verrazzano e destinada a fundar um estabelecimento permanente no Brasil. Todavia, até depois da obra de destruição de Cristóvão Jacques e malgrado o édito de Dom João III de Portugal ordenando aos seus súditos, sob pena capital, de porer a pique os navios franceses de caminho para o Brasil ou de volta desta região, semelhantes embarcações, normandas especialmente, persistiram em frequentar aqueles mares, dando caça às embarcações portuguesas, travando guerra de corsários, rompendo o exclusivismo lusitano.

Quando Cristóvão Jacques foi mandado regressar em 1528 da sua estação naval nas costas brasileiras, onde o substituiu Antônio Ribeiro, trouxe consigo nada menos de trezentos prisioneiros feitos num combate com navios franceses, dois normandos e um bretão, que carregavam de pau-brasil. As devastações portuguesas, de que era remate esta façanha, não podiam deixar de causar grande excitação entre os marítimos franceses, e os interessados nos navios apresados ou destruídos requereram de Francisco I cartas de marca para se indenizarem de seus prejuízos, arcados em 60 mil cruzados. Para cuidar destas indenizações mandou o rei da França a Portugal o rei de armas Helice Alesge de Angoulême, o qual chegou a Lisboa em janeiro de 1529 e em dois meses nada logrou obter<sup>49</sup>. O seu regresso levou Francisco a assinar uma carta patente de corso contra Portugal em favor de João Ango, oferecendo depois cassá-la a troco de um empréstimo de 300 mil cruzados, pelo que foi despachado para Lisboa o mestre Pedro de la Garde.

Respondeu o monarca português (com muitas desculpas e incumbindo de encarecê-las na França o seu embaixador João da Silveira) que por obsequiá-lo lhe emprestaria 100 mil cruzados em dinheiro; e que o mais, que passava e muito de 300 mil cruzados, lhe cedia também de empréstimo, se ele quisesse fazer justiça, obrigando muitos dos seus vassallos a restituir as tomadias ilegitimamente feitas. João da Silveira era autorizado, inclusivamente, a agenciar estes negócios concedendo aos indivíduos que assentassem algum proveito secreto. A este mesmo intento foram de embaixada os desembargadores Lourenço Garcez e Gaspar Vaz<sup>49</sup>.

49. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 2. ed., tomo 1, p. 112.

Com efeito sabemos que os corsários franceses não tinham aguardado a solução das negociações diplomáticas para vingarem-se por suas próprias mãos. Numa carta de 16 de janeiro de 1530, publicada por Navarrete, dizia Dom João III a João da Silveira que haviam os portugueses perdido em mãos dos corsários franceses trezentas embarcações e sofrido um prejuízo de mais de 500 mil cruzados<sup>50</sup>; as negociações, no entanto, prosseguiram sempre, não obstante o eco desses longínquos combates e recíprocas crueldades. Uma comissão mista fora nomeada pelas duas coroas para regular as indenizações mutuamente reclamadas e Francisco I mostrava apreciar o procedimento de Dom João III, aquiescendo em mandar-lhe os 100 mil cruzados, porquanto ordenava em 1531 ao almirante de França de deter os navios franceses de volta do Brasil e da Guiné, sob color de que o comércio destas regiões pertencia exclusivamente aos portugueses. Nos arquivos municipais de Rouen ainda se conservam os processos verbais de arresto de alguns navios em tais condições<sup>51</sup>.

Na sua relação à Senhoria de Veneza escrevia um pouco mais tarde, em 1535, o embaixador Marino Giustiniano, que as negociações sobre franquias mercantis no Brasil arrastavam-se entre o embaixador português e o almirante francês, plenipotenciário nomeado para a discussão. Francisco I não mostrava vivo interesse pelo negócio, porém o que mais o retardava eram os ricos presentes que o almirante recebia do diplomata. O processo de 1541 estabeleceu a verdade destas acusações, evidenciando que o almirante Chabot recebera dinheiros, dos quais parte para arranjar um ajuste com Anjo, e uma tapeçaria no valor de dez mil escudos. Em 1531 estivera alguns meses na França como embaixador extraordinário o vedor da fazenda Dom Antônio de Ataíde, depois conde da Castanheira, cuja missão foi, pode dizer-se, coroada de êxito, alcançando do monarca francês pelo menos aparente satisfação, celebrando as já mencionadas capitulações com João Anjo, e predispondo as causas para a futura obra das comissões mistas, que, segundo diz Varnhagen, se reinstalaram no ano de 1537 em Irún e

50. Ternaux-Compans, *Notice Historique sur la Guyane Française*, 1843, p. 10.

51. Gaffarel, *Le Brésil Français*, p. 98.

Fuentarrabía “para atenderem às reclamações de presas e tomadias, dos queixosos de uma e outra parte”.

Entrementes tinham-se dado no Brasil ocorrências importantes. Por causa exatamente das repetidas incursões francesas decidira-se na corte portuguesa, no cumprimento de uma ideia pela qual já Cristóvão Jacques se empenhara, tomar posse mais efetiva das terras de Santa Cruz antes de reparti-las por donatários que, mediante seu esforço individual, fundassem ao longo da costa núcleos de colonização, cuja resistência decuplicaria a oferecida aos franceses pelas naus do rei. No desempenho de tal comissão partiu a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-32), que nos dois anos em que navegou pelo litoral tomou vários navios de corsários. Também o navio *La Pélérine*, de Marselha, armado pelo barão de Saint Blancard, quando regressava ricamente carregado de Pernambuco, onde estabelecera uma feitoria francesa, foi apresado no Mediterrâneo por uma esquadilha portuguesa e transportado para o porto de Lisboa, sendo encarcerada a tripulação e confiscadas as mercadorias. A feitoria de Pernambuco via-se entretanto arrasada por Pero Lopes, irmão de Martim Afonso de Sousa, e levados para Portugal os prisioneiros de guerra que não foram justificados no local da luta.

Os protestos de Saint Blancard e as circunstâncias notáveis dos dois casos conduziram à criação da comissão franco-portuguesa para regular a questão das presas marítimas, sendo a França representada por João de Calvimont, presidente, e Bertrand de Moncamp, conselheiro do parlamento de Bordeaux, e Portugal por Gonçalo Pinheiro, bispo de Santiago (Cabo Verde) e o licenciado Afonso Fernandes. O resultado das suas deliberações não está averiguado. Parece que os prisioneiros franceses foram finalmente postos em liberdade, dizem os da sua nacionalidade que depois de muitas crueldades e sem se lhes restituírem as mercadorias confiscadas, cujo valor total subia a mais de 1,7 milhão ducados.

Contudo em 1537 e de novo em 1538 o rei de França proibiu de novo sob penas severas todo comércio ultramarino<sup>52</sup>. A posição do Valois era

52. Gaffarel, *Le Brésil Français*, pp. 102 e 103.



cada vez mais precária nas guerras tradicionais com o Imperador [Carlos V] e sua principal política, à qual ficavam subordinadas as considerações comerciais, consistia em não suscitar outros inimigos e sobretudo em não fomentar uma aliança das duas coroas ibéricas, que poderia vir a ser-lhe ruínoza. As solicitações de João Ango (visconde de Dieppe) e de outros armadores e mercadores alcançaram porém a revogação da ordenança, e seus autores defenderam mesmo a liberdade dos mares por ocasião da nova embaixada portuguesa, mandada em 1541 a renovar as queixas do reino. De fato a ordenança francesa de fevereiro de 1543 confirma esta liberdade, e mercê dela, aplicada mesmo quando não definida teoricamente, prosseguiram com frequência e até com regularidade as viagens francesas ao Brasil e os escambos com as tribos selvagens em certos portos do seu litoral: a semelhantes fatos referem-se como coisa corrente e costumeira os escritores do tempo. Portugal não cessou todavia de reclamar. Segundo a informação do *Quadro Elementar* do visconde de Santarém, sendo em 1544 embaixador na França o bispo de Tânger, foi em 2 de agosto do mesmo ano Pedro Álvares Cabral mandado a Paris a fim de declarar ao rei de França que, caso não fossem revogadas as cartas de marca novamente dadas a João Ango, teria de retirar-se da corte e aguardar ordens do rei de Portugal, por outras palavras, de chegar a um rompimento diplomático<sup>53</sup>. Muito próximo estava o dia em que se tentaria um esforço mais direto e mais poderoso para fundar a França Antártica, como ao Brasil crismou o carmelita André Thevet. Era quase impossível então prever que os franceses desistiriam afinal do seu intento, desertando por completo nossas costas nos começos do século XVII, convergindo sua atividade colonizadora para o Canadá e a Luisiana, sintetizando em La Salle o seu gênio temerário, enquanto permanecia português o Brasil descoberto por Pedro Álvares Cabral e subtraído ao imperialismo castelhano na menor

53. Sanctos Firmo, *Notícia Sobre a Vida de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1875, pp. 24 e 25. Apesar da igualdade do nome, duvido que diplomata e navegador fossem uma só pessoa, porque mesmo vivo ainda em 1544, Pedro Álvares Cabral deveria estar numa idade avançada para empreender uma viagem e sobretudo uma missão tão penosa. Essa dúvida converte-se numa quase certeza contrária à ideia do senhor Santos Firmo diante do fato de encontrar-se o nome do embaixador indiferentemente escrito – Pedro Álvares Cabral ou Fernando Álvares Cabral – na coleção diplomática do visconde de Santarém.

parte pela dádiva cega de uma linha ideal de demarcação e na maior pelas argúcias que de todo tempo foram o cabedal da diplomacia.

\* \* \*

O mais interessante dessa prolongada série de episódios diplomáticos em que foram atores Portugal e a França ressalta do fato de terem-se as duas nações conservado em paz apesar de tudo, sendo não só ininterruptas como até por vezes afetuosas as relações entre Francisco I e Dom João III. Escreve o visconde de Santarém<sup>54</sup>, que ao seu profundo conhecimento da história diplomática portuguesa juntava o mais intransigente amor pátrio, que a política de neutralidade observada por Dom Manuel e pelo sucessor nas continuadas guerras entre o rei da França e o Imperador foi uma obra prima de habilidade. Não obstante acharem-se ligados a Carlos V pelos mais estreitos laços de amizade e de parentesco, os dois monarcas portugueses, uma vez passada a fase da fusão ibérica em que era favorecido o cetro lusitano, do que mais tinham a arreçar-se era da extensão cada dia maior do poderio da Casa de Áustria, e nada com efeito mais ardentemente desejavam no íntimo do que o engrandecimento europeu da monarquia dos Valois. Por seu lado via com razão Francisco I no fortalecimento de Portugal uma barreira ou contrapeso à expansão espanhola.

Não impedia por certo este recíproco estado da alma que, como sabemos acontecia, se hostilizassem sobre as águas do oceano os navegadores e corsários dos dois países. A luta pela vida tem exigências indeclináveis; e se era perfeitamente natural que Portugal procurasse defender o que alcançara pelo próprio heroico esforço, por virtude da suprema autoridade pontifícia e pela boa ou má fé das convenções, era igualmente explicável que os proveitos das presas sorrissem a quem, como Francisco I, andava sempre necessitado de dinheiro, empenhado em longas e ruinosas guerras. De pronto e talvez em consciência, reconhecia ele a validade das reclamações portuguesas, e, impelindo-o demais o maior interesse, podia expedir ordens para que cessassem

54. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, tomo III, 1842.

as expedições clandestinamente e mesmo abertamente armadas; mas depois das presas distribuídas e vendidas, tornava-se extremamente difícil provocar a restituição delas, tanto mais quanto os franceses alegavam com impudência serem as fazendas capturadas de espanhóis e flamengos<sup>55</sup>. Possuindo então Portugal uma importantíssima feitoria em Antuérpia, para onde iam todas as cargas trazidas das conquistas e cujo movimento mercantil pretendiam os franceses cercar mediante o estabelecimento de outra feitoria portuguesa no seu país, fazia-se difícil destruir com provas semelhantes capciosas alegações. As capturas de navios portugueses pelos corsários franceses não ocorriam só nos mares americanos e africanos: também davam-se em grande escala nos europeus, o que explica aquele elevado número de presas – 300 – lembrado por Ternaux Compans. Vimos que no que mais se ocupava a diplomacia portuguesa de então era em obter restituições e indenizações dos armadores franceses, e a apontada sucessão de agentes do governo de Lisboa na corte dos Valois prova de sobejo a constante atividade a que os compelia a petulância marítima dos franceses.

Carecemos também não perder de vista, afora a evidente má fé com que em muitos casos eram tratados semelhantes incidentes diplomáticos, que a França estava então muito longe de ser uma nação politicamente compacta: nela imperando pelo contrário a maior desunião, e fomentando a questão religiosa a desagregação da argamassa moral que Luiz XI já preparara, mas que Richelieu ainda teria de solidificar. A falta de recursos do governo era enorme, mas não lhe era inferior a falta de autoridade, possuindo o rei fracos meios de fazer prevalecer suas ordens em províncias cuja população andava pelejando entre si numa guerra de extermínio, predominando os luteranos ou reformistas nos portos do Canal, entre outros pontos do território francês. A Rochella, porto do Atlântico, foi uma das praças fortes do calvinismo e só em 1627 abateria sua resistência. É suficiente possuir uma noção, mesmo tirada dos romances de Dumas pai, das tremendas guerras religiosas da França no século XVI, para fazer-se uma ideia do desprestígio

55. Veja-se o sensato parecer dado ao rei Dom João III por Jácome Monteiro em 10 de março de 1527 (*Quadro Complementar*, tomo III).

em que caíra a realeza dos Valois, malgrado a sucessão de crimes que assinalou o predomínio de Catarina de Médicis.

Os atos de corso e pirataria precisavam aliás esconder-se debaixo dos protestos de cordialidade, porque em princípio ninguém podia contestar seriamente a legitimidade da posse das colônias portuguesas, senão por efeito da decisão papal e do tratado com a Espanha, pelo menos em face dos fatos consumados. Nas instruções dadas em 6 de dezembro de 1544 por Dom João III a Dom Francisco de Lima, quando de viagem para Castela, dizia-se que

[...] a repartição dos mares e terras descobertas pelos portugueses e espanhóis não fora impugnada pelas demais nações da Europa, as quais pelo contrário se haviam constantemente absterido desde o tempo do descobrimento de navegar e frequentar os mares, e terras dos domínios de Portugal e da Espanha...<sup>56</sup>

Não era tanto a base como os eventos que as demais nações acatavam até então; mas se se respeitavam os direitos portugueses sobre a Índia, procurando-se apenas desfrutar algumas das vantagens do seu comércio – e para Portugal como para toda a concepção exclusivista da época, posse e comércio significavam a mesma ideia – mais facilmente deviam ser respeitados os direitos sobre o Brasil, terra que Dom Manuel considerava apenas conveniente para nela refrescarem as armadas que iam para o Oriente<sup>5</sup>.

Se a legitimidade da posse fosse discutível, como teriam chegado a um acordo em 1531 os comissários da França e Portugal reunidos em Baiona e Fuentarrabía para decidirem da justiça das tomadas e restituições, e que juntos redigiram “um tratado de paz e aliança, cujo principal objeto era acabar de todo com as cartas de marca de uma e outra parte e cujos preliminares foram assinados em Fontainebleau em 4 de agosto”? Este tratado ficaria letra morta, como ficaram negociações anteriores e posteriores, perante a grande tentação das presas, só eficazmente reprimida pela exibição de força marítima como a que assinalou as citadas expedições de Cristóvão Jacques em 1526 e de Martim Afonso em 1530, determinando porém pelas

56. *Quadro Elementar*, tomo III.

suas consequências novas represálias francesas. Assumiam estas a feição indicada das cartas de marca doadas pelo soberano, espécie de guerra privada revestindo caráter não só marítimo como terrestre, à qual se tinha recurso sempre que os agravos de um Estado contra o outro não eram de natureza a fazer estalar a guerra pública<sup>57</sup>.

1530, o ano da expedição de Martim Afonso, foi também a data da concessão da carta de marca do grande armador João Ango, e o ano imediato ao da missão a França de Dom Antônio de Ataíde (conde da Castanheira) com o fim de obter a revogação ou compra daquela carta, que aparecera como um reconhecimento – o primeiro – pelo rei da França dos atos de pirataria dos seus súditos, a que se dava assim cunho oficial. O falecido bibliófilo português, senhor Fernando Palha, em um curioso opúsculo tratou em particular dessa missão diplomática que, na sua estudada contemporização, revela-nos o grau de fraqueza militar a que tinha conscientemente descido o governo português no tempo de Dom João III. Nas instruções levadas pelo vedor da fazenda eram cautelosamente previstas várias hipóteses para a solução das negociações, porém pusera-se evidentemente o maior cuidado em evitar referências à solução extrema da guerra, cuja declaração poderia acarretar prejuízos ainda mais sérios para o comércio marítimo do reino, expondo as colônias a insultos mais diretos e fechando por completo o mercado de Flandres<sup>58</sup>.

Já bastava o que até então caíra em poder dos atrevidos corsários, pois temos verificado que a concepção do direito das gentes não estava naquela época tão adiantada que a natureza das relações oficiais prescrevesse politicamente a das relações privadas, ou por outras palavras, era comum a particulares moverem-se guerra quando entre seus respectivos países reinava harmonia ou pelo menos paz. As nações já representavam por certo aglomerações de indivíduos com origem ou tradições e destinos idênticos,

57. Henry Wheaton, *Histoire du Progrès du Droit des Gens en Europe et en Amérique*.

58. As cartas do monarca para o seu embaixador acham-se reproduzidas na íntegra no aludido opúsculo – *A Carta de Marca de João Ango*, Lisboa, 1882. As negociações levadas a cabo por Dom Antônio de Ataíde envolveram, como se sabe, o suborno do almirante da França Felipe de Chabot, e a compra por seu intermédio e custo de dez mil cruzados da carta de marca de João Ango, em vista da impossibilidade de obter-se por uma determinação do conselho real a revogação dessa célebre carta de corso.

mas dando ainda largas às suas paixões pessoais, comum a liberdade que tem constituído a honra da civilização moderna o refrear e orientar. No caso da França porém o verdadeiro estado era mais de guerra que de paz, e o governo português estava de espírito e até de fato com aqueles dos seus súditos que rebatiam violentamente as usurpações francesas. Quando Dom Antônio de Ataíde, uma vez concluída sua missão especial, retirou-se para Lisboa, ficou na corte da França o doutor Gaspar Vaz para vigiar a partida dos corsários e dar rebate nas duas cortes. Tão fraca era todavia a confiança nos documentos diplomáticos que o doutor Vaz, ao ter de dar logo notícia da partida de sete navios franceses para a Guiné, apontava como único remédio efetivo à hipocrisia oficial meter no fundo esses e os que de futuro seguissem a mesma derrota.

As coisas corriam diversamente com os espanhóis, porque mais ou menos mantinham-se dentro da sua esfera de ação, não carecendo de exercer o ofício de ladrões do mar, visto como nas suas próprias possessões encontravam as cargas que os outros tinham de cobiçar. Varnhagen aponta judiciosamente que no regimento de Martim Afonso de Sousa se recomendava toda a amizade com os castelhanos, e isso apesar de ser “um dos intuitos ostensivos da armada a ocupação, e porventura a colonização de algum ponto mais conveniente no Rio da Prata”, contra o enérgico protesto, contudo, da Coroa espanhola. A contenda que teria de dar motivo a tantas passagens dramáticas e que se tornaria a mais persistente da história brasileira, teve assim o seu início no próprio fato do descobrimento que Portugal invocava como firmando o seu direito à posse, que aliás não pretendia privativa dele, sendo, na frase do enviado português Mendes de Vasconcelos, o Rio da Prata muito grande para poder Martim Afonso estabelecer-se nele em quaisquer outros pontos, diversos dos ocupados pelos castelhanos<sup>59, 1</sup>.

Com franceses ou com espanhóis – e esta observação é a consequência deste estudo – as negociações diplomáticas já coincidiam porém, e mesmo alternavam, com as disputas armadas, e tal substituição parcial da força bruta

59. Francisco Adolfo Varnhagen, *As Primeiras Negociações...*



pela discussão inteligente dos títulos e direitos mostra bastante o advento de uma nova época de cultura, uma era em que Grotius poderia não só defender a sua teoria do *mare liberum* contra as pretensões exageradas que ambicionavam fechar os oceanos ao gênio marítimo de outras raças, como proclamar as leis da justiça internacional que mesmo em tempo de guerra devem predominar, leis no seu dizer naturais e eternas, às quais as nações civilizadas entraram voluntariamente a aderir, reconhecendo-as e acatando-as, mas que ainda estão por prevalecer na sua plenitude. Os descobrimentos, logicamente ampliando tais questões e dotando-as com elementos novos, obrigando portanto a sua solução a ativar-se pela urgência na proposição, tornaram-se em boa parte merecedores por tão levantados resultados morais, e é tão somente justo que, rememorando o seu, empreendesse o nosso país festejá-lo com todo o entusiasmo de que é suscetível a alma nacional.

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

<sup>31</sup> Por ocasião do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, decidiu-se criar uma Associação para fazer as devidas comemorações. Surgiu assim a “Associação do 4. Centenário do Descobrimento do Brasil”, de cujo programa fazia parte, entre outros eventos, a publicação do *Livro do Centenário. O Brasil, 1500-1900*, “vasta obra destinada a dar a conhecer as riquezas naturais do Brasil e o seu progresso em todos os ramos da atividade humana”, conforme vinha bem explicitado no prólogo do seu volume I. Deste primeiro volume da obra constavam, entre outros, três memórias sobre o Descobrimento. A primeira, de Capistrano de Abreu, intitulada *O Descobrimento do Brasil. O Povoamento do Solo. Organização Administrativa e Política. Evolução Social*, que posteriormente ganhou vida própria e foi republicada diversas vezes. As outras duas memórias sobre o descobrimento publicadas nesse volume, como anexo, foram as vencedoras de um concurso realizado para tanto. Eram elas: *O Descobrimento do Brasil. Intuítos da Viagem de Pedro Álvares Cabral*, de Moreira de Azevedo, e *O Descobrimento do Brasil. Suas Primeiras Explorações e Negociações Diplomáticas a que Deu Origem*, de Oliveira Lima, que a produziu durante sua missão diplomática em Londres, ao mesmo tempo em que trabalhava em outras duas obras, a *História Diplomática do Brasil: O Reconhecimento do Império* (Paris/Rio de Janeiro, Garnier, 1901) e a *Relação dos Manuscritos Portugueses e Estrangeiros de Interesse para o Brasil Existentes no Museu Britânico de*

*Londres* (Rio de Janeiro, IHGB, 1903). Esta é, salvo engano, a primeira vez que esse texto de Oliveira Lima é republicado.

Armando Cortesão, um dos maiores especialistas portugueses na história e na cartografia do período dos Descobrimentos, escreveu interessante opúsculo sobre o que se deve entender por “descobrimento” (“Descobrimento e Descobrimentos. Agrupamento de Investigações do Ultramar/Agrupamento de estudos de Cartografia Antiga, LXXII, Secção de Coimbra, 1972. Separata de Garcia de Orta, Edição comemorativa do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, número especial, 1972, pp. 191-200). Nele, a certa altura, citando outro especialista (João Franco Machado, *O Conhecimento dos Arquipélagos Atlânticos no Século XIV – História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I, Lisboa, 1937, pp. 272-273), comenta que descobrir não significava apenas achar por acaso. Implicava todo um esforço de busca de uma terra de cuja existência havia conhecimento prévio, ainda que vago. Assim, para ele, “a palavra ‘descobrimento’ e seus derivados significavam que uma terra de cuja existência já havia alguma espécie de conhecimento foi reconhecida ou explorada, tornou-se de conhecimento geral, relações normais (isto é, viagens frequentes, povoamento, relações comerciais, etc.) foram estabelecidas entre o resto do mundo e essa terra e, o que é mais importante, a sua representação cartográfica se tornou real e com razoável grau de exatidão, pelo menos no que respeitava à sua situação geográfica” (*op. cit.*, p. 8). Tratava-se assim de um “descobrimento oficial”, que não excluía a possibilidade de o objeto da descoberta já ser conhecido previamente, ou seja, de que alguém ali houvesse chegado anteriormente. É o caso, que ele menciona, do navegador Duarte Pacheco Pereira o qual, no capítulo segundo do seu *Esmeraldo de Situ Orbis* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1892) informa que “no ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde Vossa Alteza nos mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela...” (*op. cit.*, p. 197). Tratar-se-ia do território que viria a ser chamado Ilha da Vera Cruz, depois Terra de Santa Cruz e por fim, Brasil. Mas o descobrimento, tal qual o consideramos, este foi obra de Pedro Álvares Cabral, dois anos depois. E Armando Cortesão conclui seu opúsculo citando seu irmão Jaime, também grande conhecedor do tema: “De tudo isto devemos concluir que o descobrimento, na plenitude do sentido, não se limita ao achamento duma terra nova ou dum novo caminho marítimo, conservado em segredo, mas [estende-se] à sua revelação, como ato científico, definido no carácter geo-

gráfico, econômico e incorporado pela cartografia ao conhecimento geral do planeta. Se houve de fato achamento pré-colombino de terras americanas, o descobrimento, ainda que imperfeito, pertence a Colombo; e só passa à categoria de descobrimento português desde o momento em que lhe damos a primeira expressão científica e pelos meios de uma ciência cosmográfica própria, então a mais evoluída. Nesse sentido, e como vamos ver, se Colombo descobriu, é certo, terras americanas, fê-lo sem a verdadeira consciência científica do fato, pois supunha que pertenciam ao Extremo Oriente asiático; e aos portugueses cabe, na verdade, o descobrimento do Novo Mundo, conceito claramente implícito no célebre planisfério português, dito de Cantino, de 1502. *Os Descobrimentos Portugueses*, II, 17-18.”

b. Américo Vespúcio fez duas viagens ao Brasil, em 1501 e 1503, na companhia de Gonçalo Coelho, pai do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. Dessas viagens surgiu a carta *Mundus Novus*, porque nela aparece a frase *Mundum Novum appellare licit*, referente ao Brasil. A partir daí passou-se a perceber as Américas (que ainda não tinham esse nome, *et pour cause*) como um continente distinto da Ásia, o que Colombo teimava em não aceitar.

Quase dez anos antes, todavia, esse *Mundus Novus* já havia feito parte da divisão do globo protagonizado por Espanha (leia-se sobretudo Castela) e Portugal, pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494. Esse tratado, entretanto, e por isso mesmo, era de pouca aplicação prática, já que não se baseava em medições do terreno, o que aliás seria impossível com a tecnologia da época. Teve que ser “atualizado” por vários outros tratados, estes sim baseados em maior conhecimento do terreno, entre os quais se destaca o Tratado de Madri, em que brilhou o diplomata luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, e que deu as formas aproximadas do Brasil atual, complementadas pela atuação do barão do Rio Branco na delimitação das fronteiras, que estava no seu auge à época em que Oliveira Lima escreveu este ensaio.

c. As relações entre geografia e diplomacia, entre geógrafos, cartógrafos e diplomatas, é recorrente e tem um papel importante na história do Brasil. Vejam-se os exemplos de Dom Luís da Cunha e de Alexandre de Gusmão, no século XVIII, e dos barões da Ponte Ribeiro e do Rio Branco, nos séculos XIX e XX.

d. Com efeito, Colombo morreu na ilusão de que havia chegado à Ásia, e na ignorância do seu maior feito, a descoberta de um Novo Mundo. Nesse sentido, seu contemporâneo, Américo Vespúcio, teve mais fortuna, para fazer referência às palavras de um outro

italiano, Maquiavel. Não é à toa que esse novo mundo foi batizado como América, e que Colombo somente tenha sido homenageado tardiamente, ao se denominar Colômbia uma das antigas partes das possessões espanholas na América do Sul.

e. A doação de Constantino (*constitutum donatio Constantinum ou constitutum domini Constantinum imperatoris*) foi um documento corrente na Idade Média, de autenticidade posteriormente contestada e negada, pela qual o imperador Constantino I (306-337 d.C.) teria doado ao papa Silvestre I (314-335 d.C.) terras e prédios dentro e fora da Itália, o que, numa interpretação flexível, tornaria o papado proprietário de todas as terras que ainda não estivessem ocupadas, podendo, conseqüentemente, atribuí-las e repassá-las a soberanos cristãos, como foi o caso.

f. “Reis Católicos” e “Príncipe Perfeito” eram, respectivamente, os cognomes dados a Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e a Dom João II de Portugal. A atribuição de epítetos aos reis e nobres era recorrente a partir da Idade Média: *the Black Prince*, o Venturoso, o Temerário, o Belo, etc., para não falar dos mais correntes: Magno e Grande.

g. Como mencionado anteriormente, Cristóvão Colombo descobriu, sem o saber, um novo continente, e Américo Vespúcio se deu conta de se tratava de um novo mundo, e ganhou os louros por isto. Entrementes, Pedro Álvares Cabral descobriu uma “ilha da Vera Cruz”, que depois foi chamada “Terra de Santa Cruz” e Brasil.

h. Oliveira Martins foi sem dúvida uma das grandes influências de Oliveira Lima, na sua fase de formação portuguesa e durante toda sua carreira posterior como intelectual. Com efeito, o Oliveira pernambucano inspirara-se no Oliveira português no que se refere a questões metodológicas e de estilo. Assim, para ambos, o ofício do historiador deveria direcionar-se para a associação entre ciência e arte, exigindo-se do historiador correção, clareza, propriedade vocabular e disposição dos argumentos para assegurar à obra histórica características próprias da obra ficcional (Teresa Malatian. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru/Edusc; São Paulo/Fapesp, 2001, p. 69). Trata-se da “concepção de uma escrita a meia distância entre a ciência e a arte, entre o discurso metodológico da pesquisa e o vertiginoso mergulho na imaginação criadora” (Antonio Arnoni Prado, *Dois Letrados e o Brasil Nação – A Obra Crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo, Editora 34, 2015, p. 28). Por outro lado, a reabilitação histórica de Dom João VI, feita por Oliveira Lima, não seria um contraponto à imagem deste monarca estabelecida pelo historiador português?

- i. Ao utilizar o conceito de “imperialismo” para se referir à ação da Espanha no século XVI, Oliveira Lima incorre em um dos vícios mais frequentes dos historiadores, o anacronismo. Com efeito, “imperialismo”, do latim *imperium*, é um conceito anglo-saxão da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, e refere-se às ações de países europeus (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Itália e Portugal), dos Estados Unidos e do Japão, sobretudo na África e na Ásia e, em menor escala, na América Latina. Oliveira Lima escreveu este trecho quando o “imperialismo” e a disputa pela África estavam no seu auge. Talvez por este motivo tenha utilizado a expressão.
- j. Esta união, união de coroas e não de Estados, na mesma pessoa, viria a ocorrer cerca de oitenta anos depois, após muitas peripécias e desventuras, incluindo-se aí a derrota e o desaparecimento del rei Dom Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, e a assunção do seu tio, o cardeal Dom Henrique, já no fim da vida, ao trono português. Não tendo herdeiros, e não conseguindo licença papal para casar-se e tentar “sanar” esse problema, o rei cardeal acabou por designar seu sobrinho, Filipe II de Castela, como rei.
- k. A inexecutabilidade do que fora acordado em Tordesilhas logo se tornou evidente. Os principais beneficiários dessa inexecutabilidade foram os luso-brasileiros, que logo ultrapassaram os limites atribuídos a Portugal no que seria o Brasil. Como afirmava o almirante Max Justo Guedes, grande especialista da formação territorial brasileira, essa gente não gostava do vácuo, e logo corria a ocupá-lo, o que seria legitimado depois pela doutrina do *uti possidetis, ita possideatis*.
- l. Outro soberano, o francês, Francisco I, chegara mesmo a indagar, de forma irônica, qual era a cláusula do testamento de Adão que dividira o mundo entre espanhóis e portugueses...
- m. Como explicitado na nota a, há a teoria de que a Coroa portuguesa, antes de 1500, já teria conhecimento, ou pelo menos a suspeita, da existência de uma terra vasta ao sul de onde Colombo aportara pela primeira vez, o que teria sido o motivo, inclusive, para que dom João II insistisse em avançar o meridiano de Tordesilhas para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, ao invés das 100 léguas previstas anteriormente. Do *Esmeraldo de Situ Orbis*, por outro lado, se conclui que seu autor, Duarte Pacheco, teria visitado essas terras em 1498.
- n. Alexandre de Gusmão, luso-brasileiro nascido em Santos, tinha talentos múltiplos: estadista, diplomata, poeta, economista, cortesão. Pertenceu àquela geração de nascidos

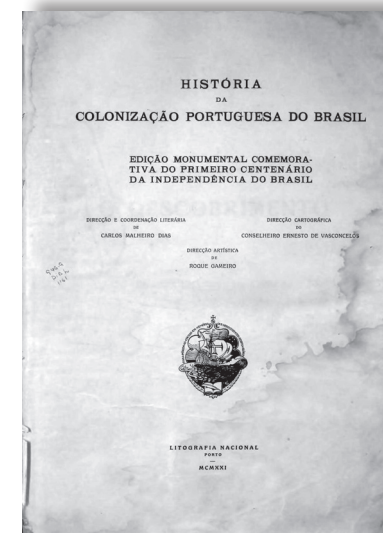
- no Brasil que, após cursarem a Universidade de Coimbra, passaram a ocupar posições de relevo na burocracia portuguesa e nas suas ciências, tanto em Portugal quanto no ultramar. Ele, junto com o seu irmão, o padre Bartolomeu de Gusmão, inventor da barcarola e do voo em balão, foi o precursor de gente como Alexandre Rodrigues Ferreira, Lacerda e Almeida, Azeredo Coutinho e José Bonifácio de Andrada e Silva.
- o. Há uma certa polêmica entre a historiografia portuguesa e a brasileira sobre a dominação filipina. Para os lusitanos, ela foi nefasta para Portugal, que aí perdeu definitivamente a maior parte de suas possessões orientais para seus concorrentes, sobretudo os holandeses. Para os brasileiros, o domínio filipino foi extremamente benéfico, já que durante sua vigência ocorreu grande parte da expansão territorial sertão a dentro, em terras que seriam de direito espanholas. Essa controvérsia, no entanto, insere-se em outra, um pouco esquizofrênica, que leva certos historiadores portugueses, mesmo hoje em dia, a privilegiarem os feitos da grei no Oriente, descurando-se da sua maior e mais duradoura conquista, que é a formação brasileira. Controvérsia, diga-se de passagem, que não é recente. Já no século XVI se fazia referência aos “fumos da Índia”, e frei Vicente do Salvador, no século seguinte, revoltava-se em sua *História do Brasil* contra o fato de o rei de Portugal não colocar entre seus títulos o de senhor do Brasil, preferindo colocar o de “senhor da conquista da Guiné” por conta de uma ou duas caravelinhas que por lá passavam anualmente.
- p. Trata-se das ilhas Géorgias do Sul, território ultramarino britânico localizado no Atlântico Sul.
- q. Nesses primeiros tempos do descobrimento, as explorações pautavam-se por uma certa “geografia imaginária”, tributária tanto dos mitos medievais quanto dos conhecimentos dos antigos, e do “saber da experiência feito”, de que falava Camões, que ia enriquecendo esses conhecimentos preexistentes com as descobertas feitas no terreno sobretudo por portugueses e espanhóis. Segundo essa geografia, que somente começou a dar passo ao que se pode considerar uma “geografia iluminista” no século XVIII, o globo terrestre era menor, as distâncias entre Ocidente e Oriente mais reduzidas. O intervalo entre as costas orientais da América e o sertão rico em minerais preciosos seria menor, o que anos depois inflamaria a imaginação dos portugueses em busca de terrenos semelhantes aos descobertos pelos espanhóis no Peru.
- r. Trata-se de episódio da guerra hispano-americana de 1898, em que os Estados Unidos venceram as forças espanholas e ocuparam Cuba.



- <sup>s</sup>. Rei de armas é o funcionário responsável pelo registro e pela formação dos brasões, bem como pela observância das leis heráldicas.
- <sup>t</sup>. Refiro-me aqui mais uma vez aos “fumos da Índia”. Por algum tempo Portugal deu nítida preferência às suas possessões orientais, chegando a pôr a própria posse das terras brasileiras em risco. Com o passar dos anos, o Brasil foi crescendo em importância e, mesmo antes da descoberta do ouro, passou a representar a mais importante das possessões lusitanas. Como diziam as pessoas de juízo mais assentado da época – entre as quais sem dúvida se incluía o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, mais valia o “ouro branco” do açúcar do que quimeras e fumos de riqueza.
- <sup>u</sup>. Com efeito, um dos objetivos prioritários da diplomacia portuguesa era tentar aplicar o princípio das fronteiras naturais ao seu território americano. E essas fronteiras naturais, ao sul, estendiam-se até as margens do Rio da Prata.

## 2

### A Nova Lusitânia<sup>a</sup>



Foi este o nome dado pelo donatário ao seu feudo e sob o qual foi o mesmo primitivamente conhecido. Em 1565 já aparece, porém, em documento oficial a denominação, na grafia que prevaleceu sobre uma porção de variantes do século XVI<sup>1</sup>, de “capitania de Pernambuco”, e que veio a vingar, posto que, ainda em 1590, conste de outro documento a designação de “capitania de Pernambuco da Nova Lusitânia”, a qual estava realmente a reclamar simplificação. A expressão Nova Lusitânia fora, no entanto, feliz e merecia não haver sido abandonada tão cedo, transmitindo por si só uma impressão de estabilidade e indicando que um espírito de maior ordem presidira à organização política e social desse trecho colonial com que se pretendeu de fato constituir uma projeção ultramarina da nacionalidade portuguesa.

1. Baptista Caetano, Pernambuco, “Qual a Sua Verdadeira Ortografia e a Sua Etimologia Correspondente”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 55.

Suas origens históricas, anteriores à doação e mesmo contemporâneas dela, não se acham, contudo, ainda bem esclarecidas. Sabe-se, pela carta de Américo Vespúcio, que na expedição de 1501 se efetuaram desembarques entre 5° e 8° de latitude sul, portanto em território depois intitulado pernambucano. O navegador florentino menciona mesmo na sua relação o Cabo de Santo Agostinho, onde no ano anterior, a 26 de janeiro de 1500, se quis que houvesse apreado Vicente Yañes Pinzón, batizando-o por Santa María de la Consolación: o que Varnhagen contesta, identificando este último com a ponta de Mucuripe, vizinha ao porto de Fortaleza, no Ceará<sup>2</sup>.

O Cabo de Santo Agostinho pela sua posição geográfica, de ponto avançado do continente, como que estava destinado, segundo faz observar o malgrado<sup>b</sup> cientista americano Orville Derby<sup>3</sup>, a servir de centro aos primeiros tentames de intercurso com os aborígenes, e a tradição com efeito atribui à fundação de Pernambuco a data de 1503, da expedição de Gonçalo Coelho: pai, ao que se presume, de Duarte Coelho; já associando alguns com a estada de Cristóvão Jacques o estabelecimento de uma primeira feitoria<sup>c</sup>.

Orville Derby nota com acerto que uma feitoria era por sua natureza temporária e transitória: levantava-se onde se formavam relações amistosas com os indígenas, dependendo sua continuação da manutenção de tais relações, dos ataques de fora e dos lucros do comércio. A colonização sistemática foi que produziu os núcleos permanentes; além de que, no caso de Pernambuco, o duplo emprego desta designação, ora aplicada a uma localidade, ora a uma região, tem introduzido bastante confusão nos estudos topográficos que lhe dizem respeito<sup>d</sup>.

Pernambuco, significando na sua etimologia tupi “pedra ou mar furado” ou ainda “arrebentação do mar”, corresponde originariamente ao canal de Santa Cruz, entre a costa de Igarauçu e a ilha de Itamaracá. “Porto de Pernambuco” chama repetidas vezes ao de Itamaracá o diário de navegação de

2. *História Geral*, veja-se no capítulo III do primeiro volume da presente obra a refutação à prioridade dos espanhóis no descobrimento do Brasil. [Trata-se do capítulo intitulado “Os Falsos Precursores de Álvares Cabral”, da autoria de Duarte Leite, no volume intitulado *Os Precursores de Cabral*].

3. “O Nome de Pernambuco nos Mapas Antigos”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 61-64.

Pero Lopes de Sousa. Em cartografia, o nome aparece pela primeira vez num mapa anônimo e sem data, de procedência portuguesa, conservado em Munique e reproduzido no Atlas de Kunstmann. Este mapa é, em todo caso, posterior ao regresso à Península, em setembro de 1516<sup>4</sup>, dos sobreviventes da expedição de João Dias de Solís ao Rio da Prata.

Os companheiros do desventurado descobridor, ao fazerem escala pelo Cabo de Santo Agostinho a fim de levarem algum pau-brasil, encontraram na costa de Pernambuco uma feitoria.

Supõe-se que seu local era Igarauçu, onde por acordo quase geral se coloca esse primeiro núcleo de povoamento do litoral do Nordeste brasileiro, sem que a etimologia ajude qualquer hipótese, porque o vocábulo tupi equivale apenas a “embarcação ou canoa grande”.

Na verdade, é improvável que qualquer feitoria existisse sem solução de continuidade: nos pontos favoráveis houve ou teria havido uma sucessão delas. O começo seria porventura a hospitalidade dispensada pelos selvagens a algum degredado deixado por uma das primeiras armadas de exploração. Noutra expedição ulterior brotava a feitoria onde se dera o trato inicial. Nem faltam vestígios desses ensaios de intercâmbio durante o primeiro quartel do século XVI nas vizinhanças do Cabo de Santo Agostinho.

O desembargador Adelino de Luna Freire, por longo tempo presidente do Instituto Arqueológico de Pernambuco, refere-se mais de uma vez a uma feitoria fundada em 1516, e recorda que os irmãos Parmentier, de Dieppe, percorrendo em 1520 a costa do Brasil, tomaram um carregamento de pau-brasil em Pernambuco, onde somente encontraram um fortim de madeira que servia para abrigo de alguns portugueses degredados e a que sem rigor se pode tratar de feitoria. Capistrano de Abreu dá uma feitoria como fundada em Pernambuco, cerca de 1522, por Cristóvão Jacques, vindo do sul<sup>5</sup>;

4. E também à primeira viagem de Cristóvão Jacques ao Brasil, efetuada em 1516, que se prolongou de 21 de junho de 1516 a 9 de maio de 1519.

5. “Prolegômenos” ao livro II da *História do Brasil* por Frei Vicente do Salvador, edição de Heiszflog Irmãos, 1918. Aceitando esta data, o revisor cinge-se estreitamente ao texto do historiador, quando diz que Gonçalo Coelho se tornou para o reino depois de falecido Dom Manuel (1521), mandando logo el-rei Dom João III outra armada e como capitão-mor Cristóvão Jacques “que neste descobrimento trabalhou com

todavia, está hoje averiguado que o regresso de Cristóvão Jacques remonta a 1519.

Sebastião Caboto aí encontrou em 1526 um feitor e doze homens, “cuja notícia sobre as riquezas metálicas do Rio da Prata desviaram para a sua bacia a armada destinada às Molucas”. A carta de Luís Ramirez, que fazia parte desta esquadra, escrita do Rio da Prata em 10 de julho 1528, descreve a passagem, em julho de 1526, pelo Cabo de Santo Agostinho, de onde os ventos fizeram os quatro navios de Caboto retrogradarem 12 léguas (mais ou menos a distância entre o Cabo e Igaráçu) deparando-se-lhes então a feitoria em que se proveram do que mais urgentemente careciam e permanecendo arribados três meses, até setembro, no depois chamado Porto dos Marcos (Igaráçu) com receio da esquadra de Cristóvão Jacques.

O ano de 1526 é precisamente o ano da segunda expedição ao Brasil do comando de Cristóvão Jacques, incumbido de expulsar os franceses do litoral brasileiro e indicar os pontos convenientes para estabelecimentos definitivos. Sua nomeação de guarda-costa é datada de 5 de junho de 1526 e reza a tradição que ele então restaurou a feitoria anterior e levantou outra na própria Ilha de Itamaracá. Nesse ano de 1526, conforme documento encontrado por Varnhagen, pagavam direitos na Casa da Índia, de Lisboa, açúcares idos de Pernambuco e de Itamaracá, onde porventura se teria feito plantações.

Em novembro de 1526 visitou a feitoria o desventuroso Dom Rodrigo de Acuña, naufrago desamparado pelos seus, e o nome de Pernambuco – o primeiro de origem indígena a ser acolhido pelos cartógrafos – figura no mapa de 1527 feito por um cosmógrafo real da Espanha com a nota seguinte: “aqui está una fatoria del Rey de Portugal”. E

notável proveito sobre a clareza da navegação desta costa, continuando com seus padrões conforme o regimento que trazia”. Sabemos, porém, agora, que Gonçalo Coelho estava de regresso ao reino antes de 22 de dezembro de 1506, data em que foi nomeado recebedor das cisas do termo de Lisboa, como sabemos que a viagem de Cristóvão Jacques se realizou entre os anos de 1516 e 1519. Veja-se no segundo volume da presente obra, à p. 300 e seguintes; do mesmo volume, à p. 363; e no presente volume, pp. 59 e 60, 71 e 73. [Trata-se do capítulo x do segundo volume, “A Expedição de 1503”, da autoria de Carlos Malheiro Dias, e do capítulo II do terceiro volume, “A Expedição de Cristóvão Jacques”, de Antônio Baião e Carlos Malheiro Dias].

para não haver dúvida de que se trata de Igaráçu, o porto em questão, designado por Pernambuco, acha-se desenhado atrás de uma ilha<sup>6</sup>.

Na carta de doação da capitania de Itamaracá a Pero Lopes de Sousa, e que é neste ponto a repetição da carta de doação de Pernambuco a Duarte Coelho, datada de Évora aos 10 de março de 1534, encontra-se fixada como seu limite sul a linha cortando o rio que, segundo Fernandes Gama, se denominava Jurusa e daí passou a chamar-se de Santa Cruz, o qual era de fato o que os ingleses apelidam um *sound*<sup>e</sup>. Mandava-se outrossim levantar o padrão divisório com as armas reais “a 50 passos da casa da feitoria que de princípio fez Cristóvão Jacques pelo rio dentro ao longo da praia”<sup>7</sup>.

Não parece ter sido esta a única feitoria anterior à organização da Nova Lusitânia. Cita-se outra, sobre a qual as informações são, entretanto, mais incompletas e vagas, fundada por um Pero Capico no cabo de Percaauri<sup>f</sup>, que se acredita comumente ser o pontal de Olinda. Percaauri aparece como Parcuoari no mapa de Gaspar Viegas, de 1534, em que já se aproveita o levantamento da costa executado por Martim Afonso de Sousa, mas já antes o nome ocorrera “num mapa detalhado, de 1524 mais ou menos, aplicado a um dos canais da barra do Capibaribe”<sup>8</sup>.

Foi esse o ponto – o morro por certo – em que a esquadra de Martim Afonso de Sousa avistou a costa do Brasil e diante do qual tomou, a 31 de janeiro de 1531, uma nau de França<sup>9</sup>. Gabriel Soares dá-lhe o nome de Cabo de Pero Cavarim e João Teixeira<sup>10</sup> e Pimentel o de Cabo de Pero Cabarigo. A distância não é grande para Pero Capico ou Pero Caparico, como sugere Malheiro Dias, sobre o regresso de quem trouxe Cristóvão

6. O mapa de Diego Ribeiro, de 1529, reproduz nessa parte o de 1527.

7. Na carta de doação de a Duarte Coelho se lhe faz mercê “da terra da banda do sul, e o dito rio onde Cristóvão Jacques fez a primeira casa da minha feitoria” (Fernandes Gama, *Memórias Históricas de Pernambuco*, 1844, vol. 1).

8. Orville Derby, estudo citado sobre o nome de Pernambuco nos mapas antigos.

9. *Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza*, publicado em 1839 por Francisco Adolfo de Varnhagen. Segundo esse *Diário*, o porto do Recife era chamado arrecife de São Miguel.

10. João Teixeira era o cosmógrafo real que fez os mapas da *Razão de Estado do Brasil* (1613). Segundo o barão do Rio Branco (*Efemérides Brasileiras*) Percaauri não era, como geralmente se crê, a ponta de Olinda, sim o pontal da Boa Viagem, entre o Cabo de Santo Agostinho e o Recife, a 8° 33' de latitude sul.



Jacques instruções reais<sup>11</sup>. O alvará do soberano, de 1526, mencionado por Varnhagen, autoriza Pero Capico a voltar da sua “capitania”, a qual não fora uma doação feudal como seriam as posteriores, senão uma simples delegação da autoridade régia, mediante cujo exercício o agraciado conseguira granjear alguns bens<sup>8</sup>.

A feitoria de Pero Capico não foi seguramente no morro, sim no pontal ou suas imediações: por isso os mapas do século XVI respeitam a verdade histórica quando representam Olinda com a nota explicativa – “vila de Duarte Coelho”. Numa das suas cartas a Dom João III, datada de 1546<sup>12</sup>, o donatário refere-se a Olinda e Igaráçu como “povoações que se ora novamente povoam”. A circunstância de Duarte Coelho, uma vez que lhe foi outorgada a mercê do feudo, ter-se dirigido para Igaráçu, mostra que ali já se achava o núcleo tradicional da capitania, constituído por esse *blockhouse*<sup>h</sup> artilhado, à sombra do qual se esboçaram os primeiros escambos e se operaram os primeiros embarques para o Velho Mundo.

Vários escritores, antigos e modernos<sup>13</sup>, pretendem que Duarte Coelho tivesse estado em Pernambuco antes de ter sido escolhido donatário da terra e houvesse mesmo fundado em 1530 a vila de Igaráçu. A confusão nasce decerto do fato da indicação de Duarte Coelho para pôr cobro pelas armas à situação criada pela insistência francesa em competir com Portugal no Novo Mundo.

Consta aquela missão militar de uma carta régia ao conde da Castanheira de 25 de janeiro de 1533<sup>14</sup>. Com a chegada, porém, de Pero Lopes, portador da boa nova da sua proeza, tornou-se a mesma missão dispensável e foi Duarte Coelho mandado comandar o cruzeiro de proteção na altura dos

Açores, como já o comandara no ano anterior (1532) na costa da Malagueta, volvendo para Lisboa com Martim Afonso de Sousa quando este regressou do Brasil<sup>15</sup>.<sup>i</sup>

No diário de navegação de Pero Lopes se menciona que na sexta-feira, 17 de fevereiro de 1531, foram as caravelas da expedição surgir em fundo de 15 braças defronte do porto de Pernambuco, onde lhes foi dito: “como havia dois meses que ao dito rio de Pernambuco chegara um galeão de França e que saqueara a feitoria e que roubara toda a fazenda que nela estava del Rei nosso Senhor; e que o feitor do dito rio era ido ao Rio de Janeiro numa caravela, que ia para Sofala”.

Passara-se isto com efeito em dezembro de 1530 e foi uma das piores vicissitudes porque passou o estabelecimento que o sucessor de Cristóvão Jacques abandonou depois que este singrou para o reino com trezentos prisioneiros franceses, feitos em peleja naval. A guarnição portuguesa tendo sido massacrada, Martim Afonso de Sousa encontrou esse estabelecimento deserto, mas não destruído, pois que escreve seu irmão Pero Lopes que ele “mandou levar todos os doentes a uma casa de feitoria que aí estava” e lá deixou seis homens quando a primeiro de março partiu<sup>16</sup>.

Apesar do que escrevia Jean Parmentier na sua carta de 1529, citada na coleção de Ramúsiol, a saber, que para baixo do Cabo de Santo Agostinho, entre este e o Porto Real (Rio Real?), mais ou menos a 12º de latitude sul, se achava o pau-brasil da melhor qualidade e em maior quantidade, pelo que franceses e bretões<sup>17</sup> aí afluíam, não tinham eles desertado as paragens ao norte do referido cabo. No ano de 1532 era erigida no antigo local da feitoria de Igaráçu pela gente da nau marselhesa La Pélerine uma fortaleza que no mesmo ano, a 2 de agosto, foi por sua vez assaltada e tomada por Pero Lopes de Sousa, em viagem de São Vicente para Portugal<sup>18</sup>.<sup>k</sup>

11. Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral*, 3. ed., Rio de Janeiro, Casa de E. e H. Laemmert, 1877. p. 158.

12. Veja-se o “Apêndice” [optou-se por não transcrever o apêndice na presente obra].

13. Simão de Vasconcelos na *Crônica dos Jesuítas no Brasil*, frei Rafael de Jesus no *Castrito Lusitano*, Jaboatão no *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, Fernandes Gama nas *Memórias Históricas de Pernambuco*, fundados aliás em autoridades como Antônio Caetano de Sousa na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e Faria e Sousa na *Ásia Portuguesa*.

14. Rigueira da Costa, *Problemas Histórico-Geográficos*.

15. Pereira da Costa, “Donatários de Pernambuco e Governadores seus Loco-Tenentes”, em *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 48; José de Vasconcelos, *Datas Célebres da História do Brasil*.

16. Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, p. 102 da edição do Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

17. A Bretanha unira-se à França pelo casamento de Carlos VIII com Ana de Bretanha, em 1491, mas só foi formalmente anexada sob Francisco I, em 1532; daí a distinção estabelecida.

18. Por sua vez foi a nau marselhesa aprisionada no regresso com o seu carregamento de brasil e trazida para

No diário da navegação existe um hiato de três meses, de 4 de agosto a 4 de novembro de 1532, faltando a descrição do aludido feito. A Fernandes Gama pareceu extraordinário, senão inexplicável, que a doação da capitania de Itamaracá houvesse sido anunciada pelo monarca a Martim Afonso de Sousa na sua carta de 28 de setembro de 1532, em que diz que os franceses – os da nau que de Marselha fora a Pernambuco – tinham desfeito a feitoria “que aí estava” e deixado lá “setenta homens com tenção de povoarem a terra e de se defenderem”, ajuntando no decorrer da mesma missiva – “ainda que eu creio que eles não tornarão lá mais a fazer outra tal; pois lhe esta não sucedeu como cuidavam”.

Nenhuma outra armada portuguesa se achava nesse tempo em mares do Brasil a não ser a de Martim Afonso, e em rigor podia el-rei Dom João III estar já ao fato do ocorrido havia 57 dias: a expedição para lá gastara 58 dias. Na mesma carta, porém, pede o soberano “notícias de vosso irmão”, o que prova ignorar o brilhante assalto de dezoito dias que figura no ativo de Pero Lopes, referindo-se apenas aos apresamentos anteriores, de que Martim Afonso mandara notícia a Dom João III, pois, como já foi circunstanciadamente narrado no capítulo III do presente volume [trata-se do capítulo III do terceiro volume, intitulado “A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533)”, de autoria de Jordão de Freitas], a tomada do fortim francês, erigido pela guarnição da Pelérine, sucedeu na viagem de regresso de Pero Lopes a Portugal.

Aliás, da carta real em questão consta apenas que se mandara apartar para Martim Afonso 100 léguas e para Pero Lopes 50, “nos melhores limites dessa costa”, não rezando que a última doação seria em duas porções não contíguas, com que se agregaram afinal às 50 léguas de Santo Amaro as 30 de Itamaracá (um total de 80 léguas), depois do título de glória aí obtido pelo donatário.

Não há em tudo isto lugar, como quer Fernandes Gama, para a suposta ação de Duarte Coelho sobre os franceses, mesmo transportando-a de 1530 para 1532, visto que em 1531 não se contavam franceses na feitoria de

Lisboa, escrevendo el-rei na carta de 28 de setembro de 1532 a Martim Afonso que o sucesso se dera na costa da Andaluzia e se devia “às minhas caravelas que andavam na armada do Estreito”.

Pernambuco. Outro ponto controverso é o tempo da demora de Duarte Coelho em Igarauçu, ou por outra o tempo que medeia entre a construção desta vila e a de Olinda, estando, contudo, assente que a sua chegada à barra do sul de Itamaracá e a consequente tomada de posse da capitania foram a 9 de março de 1535.

Frei Vicente do Salvador e outros com ele querem que o donatário tenha ficado anos em Igarauçu, aí lhe sendo nascida a prole, o que se não concilia, entretanto, com a data do foral da câmara de Olinda, o qual foi redigido a 12 de março de 1537, para ser submetido à sanção real<sup>19</sup>.

É todavia crível e mesmo provável que Duarte Coelho haja permanecido meses no Sítio dos Marcos, o que permite confirmar a tradição de que foi a 27 de setembro – dia dos santos mártires Cosme e Damião, sob cuja invocação se levantou com efeito a matriz – que vingaram seus esforços, apoderando-se o donatário da elevação, a menos de dois quilômetros de distância, ocupada por tabas de índios que ofereceram viva resistência e que eram os potiguares segundo uma versão, apesar de que a estes cabem como *habitat* na distribuição dos etnólogos as costas da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Confiado então a governança da povoação a um dos seus honrados companheiros, Afonso Gonçalves, e, sempre cauteloso, como sói a um homem de verdadeiro valor, tendo celebrado amizade com os índios tabajaras, aliados dos franceses, e que predominavam de Itamaracá para cima até o rio Obiaí, Duarte Coelho desceu a costa a examinar outro local com melhor porto próximo e outras condições mais vantajosas para a sede da sua autoridade e o centro da sua atividade. Das praias de Maria Farinha e do Pau Amarelo deparou-se-lhe o que buscava num morro por trás dessa ponta de Percauri, já anteriormente conhecida e temporariamente ocupada.

19. Adelino de Luna Freire, “Fundação de Olinda”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 51. O autor confunde a chegada a Igarauçu com a chegada a Olinda. Varnhagen dá a partida do donatário para Pernambuco em outubro de 1534 pelo fato de a 2 do mesmo mês ter ele sido dispensado por Dom João III do pagamento dos direitos sobre os objetos que levava nos navios “em que ora vai para o Brasil”. Causas diversas poderiam, entretanto, ter retardado a partida.

Como entre as cidades da velha Grécia, flutua sobre o berço de Olinda uma lenda graciosa que dá o donatário por enamorado da colina coberta de vegetação verde-escura, a contrastar com um buliçoso mar verde-claro, de cujos furores resguardaria a navegação o ancoradouro natural dos arrecifes, ligado por um istmo arenoso, a meio do qual se construiu mais de um século depois o forte do Buraco. A situação não era, portanto, somente aprazível; era também prática, além de correspondente à clássica preferência peninsular de edificarem-se as vilas sobre elevações, de mais fácil defesa contra assaltos, com a orla dos muros de cunho mourisco descendo as encostas<sup>1</sup>.

Os índios caetés, senhores do território desde o Rio São Francisco até Itamaracá, souberam defender sua aldeia – Marim – com o denodo que lhes era peculiar e parecido com o dos araucanos na costa do Pacífico. É bem possível que a feitoria de Igarapu continuasse a servir de abrigo à esposa do donatário, a dama do paço com quem ele se casara quarentão e que se arriscara a uma tal lua de mel, e às outras senhoras da expedição, composta de várias famílias, enquanto em Olinda se derrubavam as matas e se preparavam as palhoças, que num curto espaço de tempo seriam substituídas pelas casas de taipa e por bastantes de pedra e cal, algumas até de sobrado, “com sacadas sobre cãs de pedra”<sup>20</sup>, que o invasor holandês veio encontrar e queimou.

A empresa não foi de rosas. Os assédios do gentio tinham semeado o pavor e feito duramente sofrer os colonos; a fome tinha-os por vezes torturado; as certeiras flechas inimigas tinham produzido baixas, sendo ferido o próprio Duarte Coelho que da sua torre quadrada, solidamente edificada, dirigia com acerto a defensiva, entremeada de sortidas. Sua constância estava, porém, ao par do seu valor. Sobrava-lhe a experiência das lutas, pois que muito jovem começara para ele no Oriente a vida estrênuo. Seu nome figura emoldurado por notáveis rasgos nos fastos gloriosos de João de Barros e de Diogo do Couto. Num período de vinte anos, em que serviu sob as ordens dos maiores dentre os vice-reis, Gama, Almeida, Albuquerque – não só o conheceram todos os empórios da

Índia, como pontos mais distantes da Ásia. Pelejou, acompanhando o *Terrível*<sup>m</sup>, na tomada de Malaca; descobriu a Cochinchina; combateu contra os corsários chins; ganhou diversos prélhos navais medindo-se com adversários de forças superiores; conquistou reinos que fez tributários do seu: andou em embaixadas no intuito de proteger a posse de Malaca, obtendo do rei de Sião o livre e pacífico comércio com Portugal.

Era, portanto, Duarte Coelho pessoalmente fadado para fazer triunfar a aventura que lhe preencheu o último quartel da vida e que ele muito apropriadamente qualificou, numa das suas cartas ao rei, como tendo sido de “conquistar a palmas a terra que lhe fora doada às léguas”. No seu temperamento equilibrado, na sua natureza vigorosa e ao mesmo tempo maleável, a vontade forte obedecia a um conspícuo bom senso. Sua presença quase basta para explicar o êxito singular desse ensaio de colonização feudal, por ele executada com método, perseverança e disciplina, com o resultado que na Nova Lusitânia logo se refletiu a Velha, com seu misto bem hispânico de religiosidade e de ambição, acrescido dos traços peculiares do português: a tenacidade e a resignação.

Se interesse havia por parte da gente que acompanhou o donatário, e o interesse a fazia emigrar muito mais do que o proselitismo religioso, o que podia haver de material nesse instinto do ganho empalidecia ao lado do relevo moral, fornecido pela extraordinária coragem que se fazia mister para assim afrontar o desconhecido e tentar o problemático. A expressão desbravar aí havia que ser tomada no seu sentido mais lato. O solo era inculto, palmilhado por aborígenes selvagens e nômades, que não plantavam muitas vezes o milho e a mandioca no mesmo lugar; e faltavam ao aspecto físico da terra certas feições risonhas de que apenas a civilização transplantada posteriormente a dotou.

A costa, por exemplo, não se anunciava, como hoje, pelos seus renques de coqueiros de altos e farfalhantes diademas, figurando à distância emergirem da areia branca das praias; nem as mangueiras emprestavam ainda à vegetação a tonalidade pastosa da sua folhagem densa e sombria, brotando do mesmo tronco áspero uma sucessão de galhos dos quais se dependuram às pencas os frutos de estranho perfume e delicioso sabor.

20. Professor Morales de los Rios, artigos descritivos do Recife e Olinda no *Diário de Pernambuco*, 1920.



Foram os jesuítas que em 1572<sup>21</sup> fundaram colégio em Olinda, onde primeiro apareceram em 1551, os principais importadores não só dos coqueiros e das mangueiras, como de outras espécies vegetais da Ásia e da África que muito enriqueceram a flora brasileira. Antes eram só cajueiros ralos e de folhas claras que se esgalhavam pelo litoral, confundindo-se com a vegetação rasteira dos mangues. A florescência dos cajueiros regulava até o calendário indígena<sup>n</sup>.

A natureza não era inóspita, antes pelo contrário clemente, e, considerada a latitude tropical, pode até dizer-se amena, assemelhando-se o clima ao do Ceilão, com um sol causticante abrandado pelo frescor da umidade das matas nas regiões mais acidentadas, a pequena distância das praias; com chuvas abundantes e regulares; e temperado à beira mar pelas brisas pronunciadas e constantes, já notadas e registradas por Piso, o sábio médico de Maurício de Nassau. O tabuleiro do interior, diverso das frescas várzeas banhadas de rios e entrecortado de montes, uns escavados e outros umbrosos, só mais tarde seria devassado pelos filhos dos colonos que Duarte Coelho teve a habilidade de prender à terra com os proventos do açúcar.

Para isto desprezou o donatário os lucros aleatórios do ouro, cuja pesquisa lhe era recomendada de Lisboa, porquanto as melhores rendas do tesouro real deveriam pelas cláusulas das cartas de doação provir do quinto dos metais preciosos, além do dízimo dependente do povoamento e da produção consequente, do exclusivo do pau-brasil dado por estanco<sup>22</sup>, e das peças da Guiné, isto é, dos escravos africa-

21. Os franciscanos chegaram em 1585, os carmelitas em 1588 e os beneditinos em 1596: arruinados ou restaurados, são ainda hoje a única feição arquitetônica com certa grandeza da capital da Nova Lusitânia.
22. Em 1584 o estanco do pau-brasil estava arrendado por dez anos a vinte mil cruzados cada ano, rendendo quase o mesmo o dízimo dos engenhos. No tempo em que foram escritos os *Diálogos [das Grandezas do Brasil]*, mais de um quarto de século depois, o contrato de arrendamento dava ao tesouro real quarenta mil cruzados, não podendo os contratadores exportar das três capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba mais do que dez mil quintais num ano. O quintal, vendido aos contratadores por setecentos ou oitocentos réis, rendia então quatro mil a cinco mil réis. Logo depois da descoberta, o corte nas matas fora inteiramente livre, mediante o pagamento de saída de um cruzado por quintal; mas depois de erigido em monopólio régio, passou a ser assim negociado por estanco e em 1557 até se revogou das doações a vintena, pertencente pelo teor delas aos capitães, do lenho que se fosse cortado nos seus feudos e vendido em Portugal.

## HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

**E**RA portanto Duarte Coelho pessoalmente fadado para fazer triunfar a aventura que lhe preencheu o último quartel da vida e que é muito apropriadamente qualificado, numa das suas cartas ao rei, como tendo sido de «conquistar a palmas a terra que lhe fora doada às leguas». No seu temperamento equilibrado, na sua natureza vigorosa e ao mesmo tempo maleável, a vontade forte obedecia a um conspício bom senso. Sua presença quase basta para explicar o êxito singular dêsse ensaio de colonização



A vila de Olinda e o porto da Recife no fim do século XVI  
Do códice da Biblioteca da Ajuda, *Retiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas que há na costa do Brasil*

tosá da sua folhagem densa e sombria, brotando do mesmo tronco áspero uma sucessão de galhos dos quais se dependuram às penças os frutos de estranho perfume e delicioso sabor. Foram os

feudal, por ele executado com método, perseverança e disciplina, com o resultado que na Nova Lusitânia logo se reflectiu a Velha, com seu mixto bem hispânico de religiosidade e de ambição, acrescido dos traços peculiares do português: a tenacidade e a resignação.

Se interesse havia por parte da gente que acompanhou o donatário, e o interesse a fazia emigrar muito mais do que o proselitismo religioso, o que podia haver de material nesse instinto do ganho empalidecia ao lado do relêvo moral, fornecido pela extraordinária coragem que se fazia mister para assim afrontar o desconhecido e tentar o problemático. A expressão *desbravar* aí havia que ser tomada no seu sentido mais lato. O solo era inculto, palmilhado por aborígenes selvagens e nômades, que não plantavam muitas vezes o milho e a mandioca no mesmo lugar; e faltavam ao aspecto físico da terra certas feições risonhas de que apenas a civilização transplantada posteriormente a dotou.

A costa, por exemplo, não se anunciava, como hoje, pelos seus renques de coqueiros de altos e farfalhantes diademas, figurando à distância emergirem da areia branca das praias; nem as mangueiras emprestavam ainda à vegetação a tonalidade pas-

Oliveira Lima, "A Nova Lusitânia", *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, usp.



nos, cuja importação era a princípio restrita às mercês que dela fazia o soberano. A visão da prata mexicana e peruana surgia de molde a açular o apetite da metrópole portuguesa e duas vezes se encontram nas cartas de Duarte Coelho – registro pitoresco e vívido dos acontecimentos da Nova Lusitânia – referências à exigência de entradas aventurosas que ele ia, porém, prudentemente postergando sob variados pretextos, ainda que, no seu dizer, “cada dia se esquentavam mais as novas do sertão”<sup>o</sup>.

Já o *hinterland* recebera por causa das secas a designação de deserto, tendo ido a explorá-lo alguma da gente do donatário: Paulo Afonso subira mesmo o Rio São Francisco, que pela carta régia pertencia todo ao senhor de Pernambuco, e deparara com a cachoeira famosa que lhe perpetuou o nome. O grosso dos moradores não abandonou, contudo, pela caça das minas, que podiam ou não existir, suas moradas e lavras, tão arraigados ao solo que em 1546, onze anos após a posse, por sentença do donatário, por ele submetida à aprovação da Coroa, se pagava em Pernambuco todo o dízimo real em açúcar feito e purgado, quando na vizinha capitania de Itamaracá unicamente se mercadejava e contrabandeava em pau-brasil<sup>23</sup>. Entretanto, no dizer dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*<sup>24</sup>, os moradores de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba não se tinham “alargado para o sertão dez léguas”<sup>p</sup>.

A cana de açúcar, um dos fetiches comerciais da época, que para a Madeira fora levada da Sicília pela iniciativa do infante Dom Henrique, para a Sicília viera do Oriente, no período então pouco remoto das cruzadas. O solo pernambucano já tinha sido experimentado como terra favorável àquela gramínea, sendo mesmo possível que o

23. Manuel de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1895.

24. Obra das mais interessantes para a reconstrução da vida brasileira nos começos do século XVII. Data de 1618 mas só foi divulgada nos nossos dias pelo benemérito Varnhagen (*Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 28, 31, 32 e 33), graças ao manuscrito conservado na Biblioteca de Leyde e quiçá proveniente da ocupação holandesa da Bahia em 1624. É atribuída com bastantes probabilidades a Bento Teixeira Pinto, autor da *Prosopopeia*, sem a certeza, porém, de tal: Varnhagen no n. 33 e Capistrano de Abreu nos nn. 61-64 da citada *Revista* discutem as hipóteses relativas à autoria, o segundo indicando novos rastros. [O autor na verdade é Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho português, possivelmente cristão-novo (1555-1618) que viveu no Brasil, entre Pernambuco e Paraíba].

próprio governo mandasse fundar o primeiro engenho a fim de dilatar a esfera da cultura da cana à América. Assim se explicaria a apontada produção de 1526.

Que o terreno resultou de eleição, prova-o o fato de, em 1590, haver na capitania 66 engenhos, quando em 1550, segundo uma das cartas de Duarte Coelho, apenas existiam 5 moentes e correntes. Na Bahia, sede do governo central, o número era só de 36 e em todo o Brasil, ao começar o século XVII, a totalidade não passava de 120, com uma produção anual de sessenta mil caixas<sup>25</sup>, a qual, conforme os *Diálogos*, oscilava de acordo com as safras, mas orçava por quinhentas mil arrobas em 1618 e dava para carregar de oitenta a duzentas naus por ano. “O açúcar é, – diz o interlocutor apologista da Terra – a principal coisa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico...”.

Não era, todavia, de fácil preparo, envolvendo cultivo e fabrico, sendo lavoura e indústria. Duarte Coelho tomara a precaução de trazer consigo capatazes proficientes, já adestrados na Madeira e em São Tomé, e obreiros industriais, pela mor parte judeus, que eram o melhor elemento econômico do tempo e que lucravam com fugir à fúria religiosa que grassava na Península. O processo era moroso e trabalhoso. Os primeiros engenhos consistiam de atafonas – os *Diálogos* chamam-lhes gangorras<sup>q</sup> – movidas por bois e depois por bestas, presos os animais a almanjarras. Os de água, movendo-se pela força desta a roda que põe em movimento as moendas, já constituíam um progresso sensível requerendo açudes para represa da água. O sumo, recolhido num tanque, era cozinhado em caldeiras, indo “limpo e melado” para os tachos de cobre onde tinha de engrossar e ser batido antes de passar para as formas de barro a fim de coalhar e purgar do mel que corre ou “mel de furo”, fazendo-se o retame e ficando o açúcar branqueado pelo barro<sup>r</sup>.

O governo da metrópole concedia isenção de direitos de exportação por dez anos aos açúcares dos “engenhos feitos de novo” e pagavam menos di-

25. Doutor Edmund Lippmann, *Geschichte des Zuckers, ein Beitrag zur Kulturgeschichte*, citado por Carvalho no estudo sobre Indústria e Comércio Açucareiro do Brasil Neerlandês, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 88.

reitos os senhores e lavradores que carregavam o produto por sua própria conta. Também o donatário obtivera, pelo alvará de 2 de outubro de 1534, isenção de taxas para os materiais que mandara vir de fora a fim de montar o seu engenho.

Uma expedição colonizadora, de custeio particular, era pesadíssima, fossem os capitais nela empenhados próprios ou tomados de empréstimo. Nem admira, à vista dos enormes gastos de que se queixava Duarte Coelho nas suas cartas a Dom João III, alegando estar pobre e endividado, só do açúcar fiando a fortuna que afanosamente buscava, e perante as dificuldades não menos consideráveis que oferecia a execução de semelhantes empresas, que houvesse fracassado o sistema de colonização por feudos pelo malogro repetido das suas aplicações<sup>5</sup>.

Apenas se salvou a Nova Lusitânia e esta mesmo enquanto viveu Duarte Coelho, o qual faleceu em princípio de 1554<sup>26</sup>, porque os filhos alteraram suas normas de administração. Tanto um como outro, Duarte e Jorge, eram nascidos em Olinda em 1537 e 1539 respectivamente<sup>27</sup>, mas sido educados na corte, para onde os levava o pai na segunda das suas duas viagens, em 1553, e onde ficaram<sup>28</sup> até que a rainha regente dona

Catarina de Áustria os mandou regressar em 1560 para arcarem com os selvagens. Estes, sentindo fraquejar o mando nas mãos de dona Brites de Albuquerque, “capitã e governadora” na ausência do “herdeiro e sucessor da capitania”, tinham-se de novo sublevado, massacrando e devorando os naufragos de um navio que se dirigia para o reino, entre eles o primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, e o provedor-mor da fazenda Antônio Cardoso, ateando fogo nos canaviais e espalhando a desolação até às vilas de Igarauçu e Olinda, na segunda das quais assumiu o governo o irmão de dona Brites, Jerônimo de Albuquerque, que à frente dos moradores armados desbaratou quanto pôde os caetés, condenados a perpétua escravidão por um édito régio de 1557.

A luta intermitente de emboscadas e escaramuças, por motivo da qual chegou a estar de partida para Pernambuco o segundo governador geral Dom Duarte da Costa (1553-57), residente na Bahia, prolongou-se até que, ansiosos os dois mancebos por darem amostra do seu esforço, tomou o mais moço o comando de uma expedição ou antes de um troço que durante cinco anos, com as mais sérias privações, percorreu “as montanhas e desertos” do interior de Pernambuco, do limite sul ao limite norte, limpando a capitania das suas tribos ferozes com o auxílio de tribos amigas. Destas jornadas intrépidas não ficaram fundações permanentes, que só mais tarde teriam lugar, efetuando-se a conquista do interior do sul para o norte sob a pressão dos mamelucos farejadores de minas, empreiteiros de resgates e criadores de gado<sup>t</sup>.

Duarte de Albuquerque Coelho sonhava com grandezas e por seu gosto tentaria converter as quimeras em realidades. Suas responsabilidades – abstraindo mesmo do seu temperamento – não eram idênticas ou diretas como as do pai, o qual presidira com tanta tenacidade quanto carinho ao lento desabrochar do seu feudo. O filho formara até seu espírito longe da terra, num meio é verdade tristonho e beato, mas em que, no entanto, “o fanatismo não brigava com o ideal de heroísmo peculiar ao século pela res-

26. O alvará de confirmação da doação na pessoa do primogênito é de 10 de maio de 1554. Rio Branco nas *Efemérides* dá 7 de agosto de 1553 como a data do falecimento do donatário, não se pronunciando sobre se ocorreu em Lisboa, como escreve frei Vicente do Salvador, ou em Olinda, como pretende Jaboatão. Segundo o neto, Duarte de Albuquerque Coelho, na sua obra inédita *Compendio de los Reys de Portugal* mencionada por Capistrano de Abreu, Duarte Coelho teria falecido dias depois de chegado a Lisboa, onde o chamara el-rei – pode presumir-se que por causa de seus conflitos de jurisdição entre vassalo e suserano – sendo sepultado na igreja de São João da Praça no jazigo de Dom Manuel de Moura, seu concunhado, casado com uma irmã de dona Brites. Veja-se a p. 197 do presente volume. [Trata-se do capítulo v do vol. III da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, intitulado “Os primeiros Donatários”, de autoria de Pedro de Azevedo].

27. Frei Vicente do Salvador cita também uma filha, Inês, a qual teria casado com Dom Jerônimo de Moura, deixando descendência. A *Nobiliarquia Pernambucana* não faz, porém, menção desta união e apenas registra um Dom Jerônimo de Moura “que passou a servir na Índia, onde faleceu sem sucessão”, e era um dos rebentos do consórcio de Dom Filipe de Moura, filho de Dom Manuel de Moura, com dona Genebra de Albuquerque, neta de Jerônimo e filha de Filipe Cavalcanti.

28. Duarte de Albuquerque Coelho, conde de Pernambuco e marquês de Basto, nega que o avô tivesse levado os filhos, o que é, no entanto, positivamente afirmado por frei Vicente do Salvador e nunca fora contestado, antes se acha atestado por documentos, entre eles um título de sesmaria passado por dona Brites de Albuquerque a Duarte Lopes em 20 de maio de 1556 (Pereira da Costa, “Capitães-mores Governadores

Loco-tenentes dos Donatários de Pernambuco”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 50). É, contudo possível, o que conciliaria os dizeres, que a partida dos dois mancebos para a corte tivesse ocorrido somente depois do transpasse do donatário.

surreição das tradições clássicas, antes casando-se tal ideal com o ascetismo religioso, crescente pela oposição ao sensualismo dominante, produzia caracteres da têmpera dos jesuítas Nóbrega, Anchieta e São Francisco Xavier e do rei Dom Sebastião<sup>29</sup>.

Vindo de Pernambuco para Lisboa em 1572, Duarte, segundo conta Gabriel Soares<sup>30</sup>, por duas vezes ocupou o rei com suas quimeras, mas “desconcertou-se com Sua Alteza pelo não fartar das honras que pedia”. Ambos os mancebos tinham o ânimo valente do pai sem possuírem, todavia, a sua invejável circunspeção: seduziam-nos as façanhas militares mais do que as fainas administrativas em que se comprazia o tino do patriarca. Duarte nada ficou a dever a Jorge neste ponto, pois que, enquanto o outro andava perseguindo índios, ele expelia do Recife, então burgo miserável de pescadores e marítimos, os calvinistas franceses companheiros de Villegaignon, que expulsos do Rio de Janeiro por Mem de Sá em 1560 com o concurso de um contingente pernambucano, tentaram de passagem estabelecer-se em Pernambuco no ano imediato<sup>31</sup>.

Nem só com estrangeiros se medira, porém, o natural levantado de Duarte: o historiador da Companhia de Jesus, Simão de Vasconcelos, fala de uma rixa que em 1562 rompeu entre o segundo donatário e os principais da terra e que foi serenada por dois jesuítas.

Ao anexar Filipe II, em 1580, Portugal e suas conquistas, era Pernambuco sem favor a mais adiantada das capitânicas do Brasil, quer do ponto de vista agrícola, quer do conforto da vida e da polidez dos costumes. Olinda, em 1584, segundo a narrativa epistolar do jesuíta Fernão Cardim, tinha setecentos colonos e com seu termo mais de dois mil, pois cada engenho tinha de vinte a trinta moradores, e, afora os engenhos, havia as roças: isto além de outros tantos negros escravos e cativos índios, dando o “Tratado Descritivo” para os negros o algarismo total de quatro a cinco mil. Igarapu tinha duzentos colonos e como cada morador era soldado e tinha de servir na defesa comum com um mosquete e um pique – o que possuísse quatrocentos mil reis era obrigado

a ter armas – não está demasiado o cálculo de Gabriel Soares em 1587 de poder a capitania por em campo mais de três mil homens, dos quais quatrocentos a cavalo<sup>v</sup>.

À medida que o regime feudal, onde mesmo se revelara eficaz, ia cedendo da sua consistência, a autoridade do suserano fora-se estendendo a título de garantir a integridade da possessão que com os donatários certamente acabaria por esfacelar-se. Surgiram com o despertar da organização militar além-mar os terços de profissionais das armas, que mais tarde, quando vieram os soldados regulares pagos pelo rei, passaram a constituir as ordenanças e as milícias, formando-se então com esses contingentes da metrópole e da colônia as três linhas tradicionais da tropa. A dualidade juntamente com a disparidade, senão rivalidade das forças, e a relaxação que daí se originou contribuíram muito para a fraca defesa que Pernambuco ofereceu no século imediato à invasão holandesa. Por ocasião da restauração portuguesa deu-se um regresso instintivo à concepção do povo armado de que resultou o êxito da empresa.

A colonização da Nova Lusitânia não foi uma colonização guerreira, mas os colonos eram quase todos, senão todos, bons soldados. Um dos característicos da Renascença foi sabidamente a versatilidade das aptidões humanas, da qual Leonardo da Vinci aparece como um representante genial. Aquela pacata gente portugalense que nos vergéis minhotos, copiosamente regados, cultivavam o trigo, o câhamo e a vinha de enforcado, e que nas serras alcantiladas que descem para o Douro cultivavam a uva saborosa que dava o néctar do Porto, combatia, uma vez transplantada para além-mar, como uma coorte de veteranos<sup>w</sup>.

Já lhes estava na massa do sangue, afeitas as gerações precedentes a um batalhar incessante e prolongado de séculos – lusitanos contra fenícios, contra romanos, contra suevos e alanos, contra árabes e berberes; portugueses contra mouros, contra leoneses e contra castelhanos. Agora, em Vera Cruz, era a vez de terem por inimigos índios e franceses. A têmpera dos conquistadores era, porém, para lutar com tais inimigos e outros que viessem. Tomem-se exemplares a esmo em qualquer das expedições, das do reino ou

29. Oliveira Lima, *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*.

30. “Tratado Descritivo do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico do Rio de Janeiro*.

dessas que, partindo da Nova Lusitânia, foram dilatando o Império português para o norte, até rematar com a do Pará, em fins de 1615, da qual proveio a fundação de Belém, expedição completada pelo assalto de 1623, que expulsou os holandeses do rio Xingu, onde tinham estabelecido os fortes Orange e Nassau<sup>31</sup>.

Antônio Parreiras teve a intuição artística da pletora animal desses homens quando os pintou no seu quadro da *Conquista da Amazônia*, a fisionomia dura, a expressão concentrada, nuns espiritualizada pela chama interior, noutros amortecida pelo vício, metidos os bustos nos gibões de anta, golpeados nos encontros, de que vieram certamente a inspirar-se nos sertanejos para seus trajes de couro, costumeiros nas lides com o gado bravio.

A colonização definitiva a que procedeu Duarte Coelho, precedida, como quase sempre acontece, por tentames, foi levada a cabo por gente nobre e gente limpa. Antes, com as primeiras expedições, emigravam alguns aventureiros, espíritos de eleição no seu gênero, que se afoitavam a consorciar-se com essa natureza virgem, e mandavam-se de Lisboa degredados, que eram isoladamente desembarcados na costa para que praticassem o falar do gentio e, em troca da vida redimida, pudessem servir de intérpretes para futuras relações. Quando entrou a haver feitorias, fossem estas da fazenda real ou de concessionários do pau-brasil, despachavam-se, a fim de ajudarem o povoamento local, levas de criminosos: prática geral a todos os colonizadores da América<sup>x</sup>.

Em Pernambuco, como nos outros pontos, não seria muita dessa gente a sobreviver às incursões dos índios e às refregas com os estrangeiros. Verdade é que pelo tempo adiante chegaram novas levas e mesmo mais numerosas, ao ponto de Duarte Coelho, com elas mais desfavorecido por ser o seu feudo o único ordeiro, numa das suas cartas ao rei pedir pelo amor de Deus “que lhe não enchessem a capitania de semelhante peçonha”. Não era que

31. Já em 1616, Pedro Teixeira, que de 1637 a 1639 subiu e desceu o Amazonas, de Belém a Quito e de Quito a Belém, abordara em canoas e incendiara um navio holandês fundeado na costa de Gurupá (Manuel Barata, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco, Fundação da cidade de Belém. Estudo Crítico*, Belém, 1916).

ele recuasse ante a manutenção de uma disciplina severa, a qual fazia fugir os incorrigíveis para a vizinha Itamaracá, onde às paixões se dava livre curso porque seu donatário, em vez de seguir o exemplo do de Pernambuco, para lá despachara um loco-tenente que fundou na ilha a Vila da Conceição e procurou insuflar-lhe vida, enquanto ele, Pero Lopes, corria o mundo à cata de aventuras, acompanhando Carlos v na expedição de Túnis contra Barba Roxa, participando do assalto à Índia e cruzando os mares na expectativa de presas opulentas.

Para pôr fim àquele abuso dos malfeitores e em benefício do progresso da sua fundação, pedira Duarte Coelho ao soberano que se mandasse executar as precatórias de umas para outras capitanias e que só se entendesse o homizio entre a metrópole e a colônia. Os deportados que ficavam em Pernambuco mudavam forçosamente de vida sob a dura fiscalização do donatário e no meio de gente de bom viver, com a qual aspiravam a ombrear e sua progênie ambicionava aliar-se, o açúcar dando-lhes abastança e passando uma mão de cal sobre o seu próprio passado ou o da sua ascendência.

Nos *Diálogos* se faz pitoresca referência aos filhos dos réus de justiça que “despiram a pele velha como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos” e alcançavam bons casamentos, mesmo porque os pais enriqueciam e “com a riqueza foram largando de si a ruim natureza de que as necessidades e pobreza que padeciam no reino os faziam usar”. É a história neste particular de todas as emigrações, de que ainda no século XVIII foram exemplos notáveis a Austrália e a Nova Zelândia, povoadas por *convicts* ingleses numa proporção em que nunca o foi o Brasil. Nem era o degredado de antanho sinônimo de criminoso na nossa moderna concepção: havia os culpados de delitos insignificantes e nada infamantes, e bem assim por motivos que hoje chamaríamos políticos, figurando no rol até personagens de distinção como no século XVII Francisco Manuel de Melo, uma das maiores figuras intelectuais do século, tão esforçado nas letras quanto nas armas. Não formavam eles aliás maioria, ao lado dos que por vontade própria se transplantavam, sem mesmo poderem dizer que se expatriavam – pois que uma nova pátria os albergava.



Duarte Coelho podia gabar-se da sua excelente linhagem. Fazendo-lhe a mercê de fidalgo da casa real pelos seus relevantes feitos pessoais nos dois hemisférios e concedendo-lhe e aos seus descendentes carta de brasão de armas por alvará, datado de Évora aos 6 de julho de 1545<sup>32</sup>, Dom João III não enobrecia um vilão<sup>o</sup>: revalidava tão somente a nobreza do seu servidor.

Da sua ascendência se tratou largamente no capítulo x do segundo volume e no capítulo v do presente tomo. [Trata-se do capítulo x do segundo volume da obra, intitulado “A Expedição e 1503”, de autoria de Carlos Malheiro Dias, e do capítulo v do terceiro volume, intitulado “Os Primeiros Donatários”, de Pedro de Azevedo.]

A *Nobiliarquia Pernambucana*<sup>33</sup> nos seus quatro alentados tomos fornece o melhor atestado da superior colonização da Nova Lusitânia, preservando-se pelas alianças matrimoniais uma aristocracia territorial posto que democratizada pelo ambiente social – a falta de um meio cortesão não implicava, contudo, falta de um meio policiado – e nalguns casos pelos cruzamentos. Duarte Coelho favoreava as uniões das índias tabajaras com os colonos que continuavam a afluir não só de Portugal como das Canárias e da Galícia, senão de outros pontos, porque a política portuguesa do século

32. O brasão de Duarte Coelho constava “de um escudo em campo de ouro, um leão de púrpura passante, uma cruz de sua cor firmada em pé de verde, um chefe de prata com cinco estrelas de vermelho afoqueadas de ouro e uma bordadura azul com cinco castelos de prata cobertos com as portas e frestas lavradas de preto; elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquífe de ouro e púrpura e por timbre o mesmo leão” (Pereira da Costa, *Donatários de Pernambuco e Governadores seus Loco-tenentes, Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 48). Segundo Manuel Severim de Faria (*Notícias de Portugal*) é a seguinte a significação heráldica dessas armas: a cruz representava o senhorio de Pernambuco nas terras de Vera Cruz: as cinco estrelas, o cruzeiro do sul; o leão, o valor empregado na conquista do feudo; os cinco castelos – aliás já nas armas dos Coelhos – as povoações fundadas pelo donatário em sua capitania.
33. A *Nobiliarquia Pernambucana* foi composta de 1771 a 1777 por Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-86), que foi coronel de infantaria, fidalgo cavaleiro da casa real, cavaleiro professo de Cristo e capitão-general do Ceará. Inspirou esse trabalho o capitão-general de Pernambuco de 1746 a 1749, Dom Marcos de Noronha e Brito, 6º conde dos Arcos o qual era homem de gostos intelectuais, tendo durante sua administração feito pesquisar documentos sobre o passado de sua capitania e mandado escrever uma descrição histórica, geográfica e legislativa até seu governo, a qual se encontra arquivada na Torre do Tombo. A *Nobiliarquia* foi conservada inédita no mosteiro de São Bento de Olinda, de onde passou para o Instituto Arqueológico, que encetou sua publicação, a qual vai ser integrada pela Biblioteca Nacional.

xvi não foi a de rigoroso exclusivismo posteriormente adotado pela Espanha. Nacionais e estrangeiros todos eram pelo donatário cuidadosamente arrolados num livro de tombo.

Na sua família mesmo, o cunhado, Jerônimo de Albuquerque, irmão da respeitabilíssima matrona cujo coração e cujas virtudes os cronistas seus contemporâneos exaltam a porfia, amancebrou-se com a filha batizada do cacique Arcoverde, originando-se largas e ilustres famílias, entre elas os Cavalcanti de Albuquerque e os Albuquerque Melo, dos abundantes frutos desse e de outros episódios de amor e do seu enlace ulterior, aos 55 anos, com dona Filipa de Melo, em obediência a uma insinuação que era uma ordem, da rainha regente viúva de Dom João III. Ao romance sentimental do fidalgo português com a filha do cacique deve ser atribuída a amizade relativamente constante entre tabajaras e colonos. Relata a tradição que Jerônimo de Albuquerque, feito prisioneiro na ocasião que recebeu a flechada que lhe vasou um olho – frei Vicente do Salvador transfere este acidente para as refregas posteriores à morte de Duarte Coelho – ia ser imolado num festim dos canibais, quando o salvou a intercessão da jovem índia em quem ele despertara paixão<sup>34</sup>.

Não há dúvida de que não foram somente a parentela e os amigos que responderam ao apelo do donatário da Nova Lusitânia e de que acudiram elementos também de fora do reino. Antes da união com Castela chegaram não poucos espanhóis de prosápia e muitos depois de 1580:

34. Foi Dona Catarina de Albuquerque, uma das guapas mamelucas resultantes desta célebre união, que desposou o fidalgo florentino Filipe Cavalcanti – parente de Guido, o amigo de Dante – que veio para Pernambuco antes de 1566, tendo emigrado para Portugal em 1558 por haver participado numa conspiração gorada contra Cosme de Médicis e vindo a ser um dos muitos estrangeiros que no século XVI Portugal tolerava nas suas possessões. Outro foi Arnau de Holanda, de Utrecht, sobrinho do papa Adriano VI, preceptor do imperador Carlos V. Outros foram um Acíoli, também florentino, e os Lins ou Linz que a *Nobiliarquia Pernambucana* aceita como florentinos, mas que eram alemães renanos. Um destes últimos foi o povoador e alcaide-mor de Porto Calvo. Filipe Cavalcanti reuniu abundantes cabedais e gozou de grande prestígio, como testemunham as cartas do viajante seu patrício Filippo Sasseti. Jerônimo de Albuquerque deixou 24 filhos conhecidos, pelo que o chamam alguns Adão pernambucano e o considera Capistrano de Abreu a grande figura da capitania. Os bastardos foram todos legitimados antes do seu matrimônio.

entre estes o andaluz Dom Luís Lopes Tenório, de Sevilha, da família do famoso Dom João Tenório, vindo em 1613 e que chegou a ser senhor de cinco engenhos em Pernambuco, e entre aqueles o fidalgo castelhano Cristóvão Queixada [Quesada?], com cuja filha se casou Vasco Fernandes de Lucena<sup>35</sup>.

No número dos que acompanharam Duarte Coelho e sua dona contam-se, tomados ao acaso, Filipe Bandeira de Melo e seu irmão Pedro Bandeira de Melo, descendentes de Gonçalo Pires, a quem Dom João II outorgou tal apelido de Bandeira por haver na batalha de Toro salvado o estandarte real, já em poder dos castelhanos<sup>36</sup>; Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, de Ponte do Lima, casado: até damas nobres solteiras, como dona Isabel de Fróis, com recomendação da rainha a dona Brites para sua acomodação, o que teve lugar por meio do casamento com o auditor da gente de guerra Diogo Gonçalves, recebendo em dote terras do donatário.

Avultam entre os nobres que vieram após a morte do primeiro donatário, Dom Cristóvão de Melo, sogro de Jerônimo de Albuquerque, chegado cerca de 1562 e que foi capitão governador, lugar-tenente do segundo Duarte por volta de 1577, sobrevivendo ao genro; Dom Filipe de Moura, sobrinho pela mãe de dona Brites e pelo pai de Dom Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, o homem de confiança de Filipe II, chegado cerca de 1556 e que exerceu aquelas mesmas funções interinas da administração, tendo desposado primeiro uma das filhas legitimadas e depois uma neta de Jerônimo de Albuquerque<sup>37</sup>; e em 1557 João Pais Barreto, de Viana do Castelo, fi-

lho segundo do morgado da Bilheira, que conseguiu grande fortuna territorial, tornando-se senhor de dez engenhos que distribuiu em vida pelos sete filhos<sup>38</sup>.

Persistiu até à invasão dos holandeses a imigração aristocrática com um caráter que podemos qualificar de civil, para diferenciá-la da de caráter militar que a guerra depois determinou; aquela era a que condizia com a índole feudal do senhorio, que como tal se prolongou até então.

Os fidalgos que chegavam e desejavam estabelecer-se, encontravam farta matéria prima matrimonial entre as famílias já radicadas, bastando a de Jerônimo para um amplo fornecimento. Rebentos destas famílias nobres iam combater em África, na Índia, nas armadas, depois da anexação em Flandres, e mais tarde na Catalunha. Era um viveiro mais de ilustre sangue lusitano, ainda não tinto pela mestiçagem africana<sup>7</sup>.

Ao lado dos que, seguindo certos instintos da raça, se entregaram às aventuras, indo batalhar sob todos os céus, outros havia, porém, que se apegavam à terra como esse Jerônimo de Albuquerque Melo, filho legítimo do patriarca, que foi alcaide-mor de Olinda e “viveu tão satisfeito com a vida do campo, que deu ocasião a ser conhecido com o apelido de carreiro fidalgo”<sup>39</sup>. A atração da terra exercia-se sobretudo pela sua prosperidade. Não há maior chamariz do que o lucro, e o dinheiro gera o luxo, mas gera também o refinamento. No Brasil do século XVI a Nova

José de Carvalho e Melo. [Essa ascendência brasileira do marquês de Pombal é objeto de polémica até hoje].

35. Vasco Fernandes de Lucena também tivera descendência da filha de “um principal destes gentios, que tinham por grande feiticeiro” (Frei Vicente do Salvador). Era ele familiar com a língua brasileira.

36. Vilas Boas, na *Nobiliarquia Portuguesa*, trata do brasão de armas correspondente. O filho desse Bandeira de Melo foi alcaide-mor de Olinda.

37. De Dom Filipe de Moura, que pelejou bastante contra os índios, foi o organizador da expedição para a conquista da Paraíba em 1584, quando no governo do feudo de Pernambuco, defendeu o Recife contra o pirata inglês James Lancaster em 1595, ano em que se achava ainda uma vez à frente da administração local; e faleceu em 1618, descende o marquês de Pombal por seu filho Paulo de Moura, nascido em Olinda, e, depois de viúvo de uma prima, também olindense, dona Brites de Melo, famoso na religião seráfica sob o nome de frei Paulo de Santa Catarina. A filha deste casal, por nome dona Maria de Melo, igualmente natural de Olinda, desposou em Portugal, Dom Francisco Mendonça furtado, avô materno de Sebastião

38. João Pais Barreto instituiu dois morgados – o de Nossa Senhora da Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, composto dos engenhos Velho, Santo Estevão, Guerra e Ilha, para o seu filho primogênito do mesmo nome, e o outro em favor de sua filha dona Catarina Barreto, a qual casou com Dom Luís de Sousa Henriques, filho segundo de Dom Francisco Sousa Henriques, senhor de Berengel e governador do Estado do Brasil, de quem descendem os condes do Prado. Este vínculo, formado pelo engenho Jurissacá, foi aumentado com outros bens pelo filho do beneficiado, Dom João de Sousa, casado com dona Inês Barreto de Albuquerque. Do fidalgo vianês, tronco desta estirpe, o qual morreu entre os pobres no hospital que fundara em Olinda e para onde foi voluntariamente transportado, descendia o marquês do Recife, Francisco Pais Barreto, último morgado do Cabo (“Notas manuscritas de José de Barros Falcão”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 4; “Discurso do Padre Lino de Monte Carmelo Luna”, no n. 7 da mesma *Revista*).

39. Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935.

Lusitânia foi realmente a instituição política de que falam os *Diálogos* – “academia pública onde se aprende com facilidade toda polícia, bom modo de falar, honrados termos de cortesia, saber bem negociar, e outros atributos desta qualidade”.

De tudo isto se depreende perfeitamente que o papel de Portugal no Brasil não foi tanto o de conquistador como principalmente o de colonizador, misturando-se os europeus com a população indígena em vez de a destruírem sistematicamente, e perpetuando-a na sua prole, mesmo quando ela sucumbia vitimada pelas lutas, doenças, vícios e maus tratos. A civilização portuguesa implantava-se integral onde não existia civilização alguma a suplantá-la ou que pudesse influir sobre a que chegava de longe, distinguindo os vencidos dos vencedores, como foi o caso das gentes de cultura latina com relação aos invasores bárbaros, os quais ainda vieram a sofrer o influxo dos berberes, formando-se da fusão a resistente população moçárabe.

A Índia era uma terra opulenta, densamente habitada, por muitos disputada e protegida pelos seus príncipes, aonde só era possível ir derramar sangue e mercadejar: o Brasil era uma terra virgem, cujos primores se iriam desvendando à medida que melhor se os fosse procurando; dispersamente, posto que tenazmente e cruamente, defendida pelas suas tribos, e que se prestava à lavoura, podendo fornecer pelo trabalho agrícola do elemento transplantado o que na Índia se ia comprar para revender. Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil* se aventa, entre outras, a ideia de mandar buscar semente de pimenta do Malabar para distribuí-la por todos os centros de povoamento, resultando muito mais barata e podendo até ser colocada nos mercados do norte da Europa por preço muito inferior à asiática, tirando assim aos holandeses a vontade de lá irem buscá-la, uma vez que deixavam de auferir com isso lucros sedutores.

Os donatários e capitães-mores, que eram sesmeiros pelo rei, distribuíam as terras de sesmarias conforme as “forças e possibilidades” de cada um, abrindo Duarte Coelho na Nova Lusitânia um registro das terras concedidas. Os favorecidos, se porventura não conseguiam levantar cabedais para as fábricas, vendiam as concessões. Um engenho de água e mesmo “dos que

chamam trapiches que moem com bois, fazem de despesa, feito e fabricado, ao redor de dez mil cruzados pouco mais ou menos”. Não se cifravam na montagem as despesas, antes avultavam na conservação sendo precisos escravos sadios, várias juntas de bois para chegarem a cana das plantas e a lenha das matas aos respectivos picadeiros, vasilhame bem concertado, mestres competentes<sup>42</sup>.

Verdade é que um bom engenho, com todas as condições requeridas, podia produzir dez mil arrobas de açúcar escorrido, fora três mil arrobas de melaço<sup>40</sup>. É mister ter presente esta produção considerável quando se lê no padre Cardim que nas fazendas pernambucanas “maiores e mais ricas que as da Bahia, o agasalharam e aos seus companheiros, não em redes indígenas, mas em leitos de damasco carmesim franjado de ouro, e ricas colchas da Índia”. Os proventos explicam a abastança e a prodigalidade. Mais de cem colonos tinham em 1584 de mil a cinco mil cruzados de renda e alguns de oito mil a dez mil<sup>42</sup>.

Outras fontes de riqueza eram o âmbar sacudido nas praias pelo mar e, com pouco custo de lavoura, o algodão, o qual, descaroçado de um modo primitivo por “dois eixos que andam em roda”, se vendia na terra a dois mil réis a arroba – o que era grande proveito para o cultivador – para se revender no reino a quatro mil réis, baixando, entretanto, bastante no começo do século XVII pela concorrência do mercado de Veneza e outros.

Claro é que, conforme sempre aconteceu e em toda a parte, o comércio auferia o melhor dos lucros. Os *Diálogos* citam o caso de um mercador algarvio que em 1592 trouxe para Olinda um carregamento de vinhos de Alvor, azeite, passas, figos e outros frutos da terra, no valor de 730 mil réis, apurando no espaço de seis meses em dinheiro de contado perto de sete mil cruzados, que empregou em açúcar branco, excelente, a 650 réis a arroba. Os *Diálogos* chamam a estes comerciantes “de ida por vinda”, seus ganhos sendo os mais elevados, regulando quarenta e cinquenta por cento sobre o preço original de compra, ao tratar-se dos artigos de luxo que “colmavam” as

40. *Diálogos das Grandezas do Brasil*.



lojas de Olinda e pelos quais se pode ajuizar do fausto da capitania: “toda a sorte de louçania, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia na terra”.

Alguns dos mercadores domiciliados na Nova Lusitânia importavam diretamente do reino semelhantes artigos, que lhes deixavam fartos cabedais e que, levados até aos engenhos por novos intermediários, os últimos elos da cadeia, ainda davam muitas vezes a estes mascates mais de cento por cento de vantagem. A Nova Lusitânia depressa se tornou um ponto de convergência para os chatins<sup>c2</sup>. Não só de Portugal chegava aos colonos tudo de quanto careciam para o gozo da vida: de Angola e do Congo vinham marfim e ébano, este representado pelos escravos. Em 1559 a rainha regente dona Catarina permitirá a cada senhor de engenho importar até 120 africanos, pagando somente o terço dos direitos em vez da metade, pois só aos donatários era livre escravizarem o gentio e mesmo exportarem algum. Não admira que cinquenta anos depois escrevessem os *Diálogos* que “se há criado no Brasil uma Nova Guiné”, somando nalgumas capitanias os escravos negros mais do que os índios e tendo “todos os homens que vivem na terra metida quase toda sua fazenda em semelhante mercadoria”.

Do Rio da Prata, havendo o domínio único dos Filipes englobado os dois Impérios coloniais ibéricos, combinando-lhes a economia, subiam a costa peruleiros<sup>d2</sup> “em caravelas de pouco porte com patacas de quatro e oito reais, prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão e outro lavrado em cadeias”.

O comércio já se encaminhava para concentrar-se nas mãos de forasteiros, ao passo que a lavoura permanecia doméstica. Dos agricultores nacionais, todavia, alguns negociavam diretamente com o reino em açúcares, dali recebendo abastecimento para suas fazendas. Era ainda uma reminiscência do processo original da permuta de gêneros. Duarte Coelho, que possuía a visão de um homem de Estado, pensara logo no comércio de cabotagem e um dos seus primeiros cuidados foi mandar construir, em pequenos estaleiros adrede levantados, caravelões e lanchas para iniciarem o tráfico de mantimentos entre as

## A NOVA LUSITÂNIA

Persistiu até a invasão dos holandeses a imigração aristocrática com um carácter que podemos qualificar de civil, para diferenciá-la da de carácter militar que a guerra depois determinou: aquela era a que condizia com a índole feudal do senhorio, que como tal se prolongou até então.

## III. Pars.

7



## CAPVT IIII.

De modo obsidendi, et obsessos oppugnandi.



## O CÉRCO DE IGUARAÇU

Gravura quinhentista da Relação de Hans Staden (da edição de Francfort, 1597)

Os fidalgos que chegavam e desejavam estabelecer-se, encontravam farta matéria prima matrimonial entre as famílias já radicadas, bastando a de Jerônimo para um amplo fornecimento. Rebentos destas famílias

299

Oliveira Lima, “A Nova Lusitânia”, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP.



capitanias próximas, que as pusesse relativamente a coberto da fome em caso de assédio das suas vilas pelos selvagens<sup>41</sup>, e igualmente para criarem na medida do possível relações de interesse com os indígenas, incutindo-lhes experimentalmente a ideia do valor das suas roças.

Na viagem costeira que preparou esse escambo de ferramentas e de quinquilharias por víveres e da qual também resultou o resgate de índios escravizados nas contendias sem fim das tribos entre si, Duarte Coelho foi até o limite meridional do seu feudo, isto é, até a foz do rio São Francisco entrando em todos os portos para despejá-los das naus francesas no contrabando do pau-brasil e tomando lanchas aos franceses, que nas investidas contra Olinda andavam de parceria com os selvagens. Frei Vicente do Salvador, que relata esta exploração do litoral pelo primeiro donatário, escreve que não foram poucos os feridos e que o próprio chefe o foi “de uma bombardada de que andou muito tempo maltratado”. Não se recolheu, porém, ao seu tosco solar ultramarino sem “alimpar a costa destes ladrões e fazer pazes com os mais dos índios” – pazes forçosamente passageiras porque os índios eram volúveis e desconfiados e por isso mesmo traiçoeiros. Em Igarauçu, logo depois da saída de Duarte Coelho para Olinda, um episódio de bebedeira levava os tabajaras, mais amigos do que quaisquer outros, a porem cerco por dois anos à povoação incipiente, matando o capitão dela, Afonso Gonçalves<sup>42</sup>.<sup>e2</sup>

41. Frei Vicente do Salvador não precisa datas, as quais não abundam aliás no seu trabalho, mas não parece referir-se ao cerco que em 1548 pôs em novo e não menos grave risco a vila ou antes a povoação de Igarauçu, cuja guarnição então se compunha de noventa colonos – muitos deles parentes pobres de Duarte Coelho, que tinham vindo do Minho a tentarem fortuna – trinta escravos negros e alguns índios aliados. Os portugueses conseguiram abastecer-se e as armas de fogo decidiram uma vez mais da partida, que comportou lances afritivos, mas não durou desta feita mais do que um mês. O pedido de socorro, instantemente formulado para Olinda a fim de salvarem-se os atacados da destruição iminente determinou o despacho de um reforço de quarenta homens da tripulação de duas embarcações portuguesas armadas em corso contra mouros e franceses e que, comandadas pelo capitão Penteado, tinham chegado a Pernambuco a 28 de janeiro de 1548 (Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*), trazendo um carregamento de deportados e preparando-se para regressar com outro de pau-brasil. Era arcabuzeiro de um desses navios um alemão de Hesse, Hans Staden, que assistiu ao cerco e o descreveu na sua conhecida relação, da qual o Apêndice do capítulo anterior publica o trecho relativo à guerra de Igarauçu. [Trata-se do capítulo VII, ou seja, da própria obra de Oliveira Lima, e não do capítulo VI].

42. Manuel de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu Desenvolvimento Histórico*.

Também a Duarte Coelho ocorreu a intuição de utilizar capitais do reino, muito provavelmente de cristãos novos, que eram os banqueiros da época, em proveito do seu senhorio, no qual se compreendia o curso de toda uma importantíssima artéria fluvial, caminho natural de penetração continental; da exploração dessa artéria numa maior escala do que o permitiam seus meios e seu crédito, e da valorização das indústrias nascentes que sua atividade implantara no feudo que lhe tocara. Para tal fim e outros de benefício para a capitania, foi ele duas vezes ao reino, em 1540 ou 1541 e em 1553.

Desta segunda vez devia a viagem também encerrar propósitos políticos, pois que a Coroa dera pouco tempo antes, em 1549, diretamente início à sua obra de centralização, mais natural que a de dispersão, mediante a nomeação de um governador geral, acolitado por dois altos funcionários, um de justiça e outro de fazenda. Isto embora se houvesse simultaneamente cogitado em Lisboa, pelo que se vê da carta de Duarte Coelho a el rei, de 15 de abril daquele ano de 1549, de uma grande companhia de armadores – uma *chartered company* – certamente com amplas atribuições econômicas e militares debaixo da proteção real, a fim de sustar a anarquia geral dos feudos e obstar à renovação tão contínua de ataques franceses. Uma vez enriquecidos os concessionários e cumprida a missão histórica dos donatários, a Coroa os iria a uns e outros substituindo por assim dizer automaticamente.

Quem maiores dificuldades experimentara para salvar suas finanças e chegara mesmo, na sua expressão, a ficar “gastado de fazenda”, fora o primeiro senhor da Nova Lusitânia, cujo filho segundo, Jorge, quando residindo em Lisboa depois do seu resgate em África e da perda da independência portuguesa, auferiria tranquilamente da redízima, que era o dízimo dos dízimos, do dízimo do pescado, que ele era o único a possuir inteiro, e dos foros dos engenhos, que pela doação formavam seu monopólio, uma renda de dez mil cruzados, a qual duplicaria nos começos do século XVII, em tempo para benefício do seu filho Duarte.

Ao velho Duarte coubera igualmente defender os seus privilégios e os dos seus moradores contra a Coroa, que deles se despira para assegurar a

primeira colonização do Brasil, tentando a vaidade e a ambição dos seus súditos. Nos feudos doados pelo soberano a autoridade real não ficara, contudo, sem delegação: encarnavam-na os almoxarifes e feitores que lhe efetuavam as cobranças, cuja importância os forais em muitos casos tinham feito decrescer, e que desempenhavam também o papel de cônsules, fornecendo atestados que serviam para regular as taxas alfandegárias. Por outro lado, pretendia o erário régio salvar os seus prejuízos, provenientes das doações, com pau-brasil, já que a colônia não parecia ser rica das “drogas e especiarias”, que eram de monopólio da Coroa.

O pau-brasil constituía um elemento socialmente perturbador para uma capitania como a Nova Lusitânia, cuja prosperidade tinha como condição essencial a ordem. Para corresponder às requisições de Lisboa e ainda que com lucro possível para alguns deles próprios, tinham os moradores que se internar, quando e quanto lho permitia a sanha dos caetés, porque não mais se encontrava o então precioso lenho nas cercanias das povoações. Deviam mesmo sair por ele pela costa os bergantins do donatário, aliás não sem perigo, porque os caetés não só navegavam os rios em canoas, como se afoitavam ao mar em jangadas. Demais, trabalhavam os índios domesticados de má vontade nessas derrubadas, quando não eram especialmente tentados pelos que, açulados pela ganância, os distraíam da lavoura, fazendo-lhes presentes até de armas, de gume e de fogo, que eles naturalmente preferiam às ferramentas em troca das quais costumavam vir fazer as levadas dos engenhos e outras obras grossas e vender mantimentos. “E como estão fartos de ferramentas – na frase de Duarte Coelho, escrevendo a el rei – fazem-se mais ruins do que são, e alvoroçam-se, e ensoberbecem-se e levantam-se”.

O pior era, portanto, a desordem que produziam os indivíduos que recebiam da Coroa a mercê de algum carregamento e para os quais eram indiferentes as fadigas e percalços do donatário. Aos concessionários legais havia ainda que juntar os contrabandistas. Os moradores pacatos chegaram a ameaçar o donatário de encampar as fazendas e engenhos se continuassem tais dificuldades, pelo que Duarte Coelho supplicava a el rei de suspender durante dez ou doze anos todo o corte de pau-brasil vinte léguas para o sul de Olinda e vinte léguas para o

norte de Igarauçu. Era pouco crível que neste ponto o atendesse o fisco real, pelo que resignado, pois que jamais nutrira entusiasmo por tal negócio, Duarte Coelho impetrava de Dom João III, três anos depois, o favor de deixá-lo exportar durante vinte anos, sem concorrência estranha na sua comarca de Olinda e forros de todos os direitos, três mil quintais cada ano da reputada madeira, a fim de prover-se de coisas que lhe eram necessárias para desafogo e defesa da terra e que não achava quem lhas fiasse, mesmo porque o Brasil feudal fora um malogro do ponto de vista da política doméstica e também do ponto de vista financeiro para os contemplados.

Pelo gosto de Duarte Coelho, que neste sentido aconselhava seu suzerano, todo o donatário de terras no Novo Mundo viria povoá-las ou mandaria pessoas “suficientes”: tinha disto a obrigação moral, desde que aceitara a mercê. Sua inteligência lúcida e prática antevia que o abandono das capitanias implicava a perda dos direitos outorgados e não tardou de fato, como corretivo ao relaxamento geral dos feudos, o cerceamento pelo poder real dos poderes dos donatários.

A empresa resultara superior aos instrumentos empregados, e, decorrido meio século, o Brasil oferecia um espetáculo lamentável de confusão.

A coroa procedeu portanto acertadamente procurando pôr um remate a essa situação anárquica, mediante a abolição de valiosas prerrogativas, concedidas com o primitivo espírito da organização concebida, entre as quais a de larga alçada dos donatários sobre os colonos no cível e no crime, que passou para o ouvidor geral, sendo porém mister o assentimento do governador geral nos casos de sentença de morte e ficando este delegado supremo do poder real com a regalia até de suspender os capitães das suas jurisdições autônomas. Honrou-se, todavia, a Coroa, mandando que se não entendesse com Duarte Coelho a lata autoridade dada a Tomé de Sousa, deste modo aquiescendo com os protestos de um servidor dedicado e sisudo qual o donatário pernambucano.

A 24 de novembro de 1550, escrevia este a el rei uma epístola de gratidão na qual, não em absoluto contente com o obtido, insistia pelo re-

conhecimento e respeito das liberdades e franquias dos seus moradores, exatamente como as inseriam a doação e foral. O receio de Duarte Coelho era ver afundar-se a Nova Lusitânia por ele criada e que tanto maior amor lhe merecia quanto a tinha amassado com o seu próprio sangue e o seu próprio suor. Ver saírem da capitania os moradores por falta de garantias seria uma dor pungente para o seu coração, e a montagem de novas fábricas parecia depender da manutenção de tais direitos e privilégios e provavelmente também de abusos, contra os quais atentava especialmente o regimento de fazenda, mandado executar nas diferentes partes do Brasil pelos provedores e oficiais desde então encarregados da fiel cobrança dos dízimos realengos, dos bens de defuntos e ausentes, do serviço das alfândegas e da verificação da legitimidade das sesmarias<sup>43</sup>.

43. Duarte de Albuquerque Coelho diferia do rígido caráter paterno. Sua alma era antes a de um *condottiere*: na guerra contra o gentio de Sirinhaém, em que Filipe Cavalcanti foi como capitão de mar e Jerônimo de Albuquerque como capitão de terra, ele “quis ir solto na companhia dos aventureiros, que era dos mancebos solteiros”. Assim o relata frei Vicente do Salvador. A imaginação, combinada com certa falta de escrúpulos, nele ia até o ponto de engendrar quimeras e acolher patranhas. Um indivíduo como o alcunhado “padre do ouro”, o ex-jesuíta terçoense Antônio de Gouveia, não podia deixar de ganhar-lhe a estima com seus passes de prestidigitação e suas artes de nigromante. O citado historiador monástico, que escreveu em 1627 a sua crônica, aventa que o padre-mágico tivesse enfeitado o moço donatário e escreve que foi essa, em suma, a causa de el rei Dom Sebastião o mandar chamar ao reino. O “padre do ouro”, duas vezes processado pela Inquisição de Lisboa, prestou ao segundo donatário da Nova Lusitânia serviços que se podem qualificar de relevantes, arrebanhando com seus sortilégios o gentio, melhor dito hipnotizando-o pelo pavor e com isto aumentando muito o número das “peças que se vendiam”. O tio, Jerônimo, e mesmo o irmão, Jorge, reprovavam ao senhor do feudo o “não querer atalhar tão grande tirania”, à qual seu coração parece haver sido perfeitamente insensível. Não servirá de justificação, mas poderá servir de atenuante à falta de humanidade testemunhada por Duarte de Albuquerque Coelho a circunstância de ter sido durante seu governo a sua capitania teatro de sangrentos encontros com os índios, os quais com a maior ousadia chegaram a atirar-se, como lobos a rebanhos, sobre os escravos das granjas e ofereceram uma resistência tanto mais difícil de debelar quanto era dispersa. Mobilizou-se para isto toda a Nova Lusitânia – brancos e seus confederados vermelhos – contra esse elemento indômito, “não ficando mais em Olinda que Jerônimo de Albuquerque com alguns velhos que não podiam menear as armas” (capítulo xv da *História de Frei Vicente do Salvador*). Foi uma campanha à moda da de Sherman na Geórgia e da de lord Roberts no Transvaal, destruidora de gente, de habitações e de plantações, a marcha progressiva do conquistador, tudo varrendo diante de si. Antônio de Gouveia era alquimista e esta semicência ajudou-o especialmente junto ao filho de Duarte Coelho a quem, ao contrário do pai, seduzia a miragem das minas de ouro e prata do seu sertão. Serviços no resgate de escravos prestara igualmente o clérigo, degredado para o Brasil em 1567, ao bispo da Bahia Dom Pedro Leitão, o mesmo que depois, em 1571, o mandou prender e deportar por embusteiro sob pressão dos jesuítas, intrigados contra seu

Portugal não tinha tido um feudalismo na acepção rigorosa do termo, porque dos seus reis datavam os senhorios e esses reis não contavam atrás de si uma longa tradição de vassalagem. A transplantação do sistema medieval para o Novo Mundo dera aos fidalgos portugueses a sensação, por assim dizer, nova, da perfeita independência castelã, embora obrigada a uma luta porfiada contra a natureza e contra o gentio, e mais tarde arriscada a comprometer-se num meio que de amorfo e brutal ameaçava, entregue às paixões, passar sem transição a desordenado e corrupto.

Os jesuítas surgiram na colônia ao lado de Tomé de Sousa, não só como os defensores dos aborígenes, mas também como os evangelizadores dos colonos, introduzindo o elemento moral, superior ao político e a qualquer outro, no meio das contendas físicas pela existência e das rivalidades de apetites, das quais o único freio consistia numa religião que, mal compreendida ou mal interpretada, perdera a espiritualidade para sobreviver em ritos, num quase fetichismo.

Aos planos de catequese e de colonização teocrática da Companhia sorria de preferência o regime de centralização administrativa, sob uma responsabilidade única, que dela recebesse inspiração. Os padres Nóbrega e Antônio Pires, quando vieram a Olinda em 1551, no prosseguimento da sua cruzada, pregando a moralidade e o amor do próximo, encontraram, segundo referem suas cartas, muito que reformar numa situação de que se não ocupavam os cinco ou seis sacerdotes que ali se entregavam a uma vida desregrada. O donatário, mais pelo cansaço do que pelos anos, já não dispunha da sua anterior fortaleza para reprimir a indisciplina e “faltava-lhe muito para um bom regimento de justiça” – escrevia a Dom João III o padre Nóbrega, que era um temperamento político e tinha a visão das coisas do Estado.

ex-companheiro porque, no seu constante apostolado em prol dos índios, condenava tanto o seu massacre como a sua escravidão e souberam ser mais poderosos do que o senhor da terra. Duarte de Albuquerque Coelho, apoiado pelos principais de Olinda, não queria consentir na prisão do seu protegido e chegou a tratar desabridamente o ouvidor eclesiástico Cortiçado, que, entanto, levou a cabo sua diligência (Pedro A. de Azevedo, “Antônio de Gouveia, Alquimista do Século XVI”, no *Arquivo Histórico Português*, vol. 111; Oliveira Lima, “O Padre do Ouro”, *O Brasil do Rio de Janeiro*, jan. 1904; Alfredo de Carvalho, “O Padre de Ouro, 1571”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 72, 1908).

Insinuava o jesuíta ao monarca que reivindicasse para a Coroa a capitania, “das maiores e melhores desta terra”. Bem o sabia el-rei e por isso estava tratando de reaver o que distribuía. Assegura-se nos *Diálogos* que, pondo de um lado o que o erário dispndia em cada ano com os aprestos das naus que mandava à Índia; os soldos da gente de guerra e marítima; moradias de seus criados; mercês feitas a particulares; juntamente com o cabedal que remetia para a compra de pimenta do Malabar; e do outro o que esta lhe rendia e mais o arrendamento dos direitos que pagavam “a canela de Ceilão, o cravo de Maluco, a massa e noz moscada da Banda, o almíscar, benjoim, porcelana e sedas da China, as roupas e anil de Cambaia e Bengala, a pedraria do Balaguete; e Bisnaga e Ceilão”, os ganhos excedentes ficavam todavia aquém do rendimento do consulado e da entrada no reino do açúcar de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, cultivado somente no litoral<sup>12</sup>.

Isto se passava no começo do século XVII, mas tempo tinha havido no norte em que açúcar era somente o de Pernambuco, podendo dizer-se que o esforço individual dos seus moradores, os quais fretavam seus transportes, assim excedia proporcionalmente o das grandes companhias de comércio dos séculos imediatos.

Os missionários tinham verificado que esse esforço não se produzia num ambiente positivamente de virtudes, pois que a continência se afrouxara sob os trópicos e o geral dos vícios se tinha acirrado; mas subsistia uma caridade de caráter temporal, reflexo da riqueza da terra, posto que nem por isso menos eficaz. Assim é que a Santa Casa da Misericórdia de Olinda gastava como nenhuma outra no Brasil, avaliando-se suas despesas cada ano em treze a quatorze mil cruzados, dados todos pelos moradores, e costumando só o provedor contribuir do seu bolso com mais de três mil cruzados.

Os dois pioneiros jesuítas relatam, aliás, nas suas missivas, ter sido bastante frutuosa a sua seara religiosa. O donatário havia sido sempre o primeiro a fazer cumprir as disposições protetoras dos índios, cuja infração constituía, de resto, uma invasão dos seus privilégios: não lhe era, porém, dado arcar com a dissolução dos costumes de uma sociedade que as condições do meio tinham tornado no âmag primitiva, não obstante o luxo que entre ela medrara e lhe emprestara uma aparência esmerada, a ponto tal que

nos *Diálogos* se contêm conceitos como este: “Eu vi já afirmar a homens mui experimentados na corte de Madrid que se não traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenhos, suas mulheres e filhas, e outros homens afazendados e moradores”.

As prédicas dos jesuítas agiram, contudo, mais sobre o gentio do que sobre os colonos da Nova Lusitânia, em bom número muito relutantes em abandonarem o escândalo das suas mancebias, os rancores que se tinham suscitado entre eles, a irreligião que lhes adviera do relaxamento dos hábitos e da falta de direção espiritual e até o gentilismo a que fechavam os olhos, deixando os filhos já cristãos correrem o mato entre os selvagens.

A abundância dos neófitos comprova o êxito do proselitismo entre os aborígenes, enquanto os curas, que serviam na matriz ou de capelães nas fazendas, feridos nas suas cõngruas pela concorrência inesperada de sacerdotes que antepunham ao dinheiro as almas, promoviam contra os intrusos uma sedição. Nem podia ter por estes simpatia o donatário, cioso das suas prerrogativas como justamente era, pronto sempre a reagir contra qualquer menosprezo das mesmas e não duvidando em expor longamente ao soberano seus agravos na matéria. O fato é que a missão de Olinda, com seus aldeamentos e seu começo de ermida, deixada por Nóbrega em mãos do companheiro, foi abandonada até 1560, dando-se como razão a falta de obreiros.

Entretanto a capitania prosperara econômica e sociologicamente, “indo a terra para bem como louvores a Deus vai”, escrevia Duarte Coelho a el-rei em 1549. Podia mesmo acrescentar com justo desvanecimento: “Minha condição e intenção é fazer verdade, e falar verdade com todos em geral, quanto mais com Vossa Alteza, e nas coisas de seu serviço, sobre que ando trabalhando, e que tanto cumpri, e importa, que se isto não fora, e assim o não entendera, juro pela hora da morte, que dias há que para Portugal me fora: pois sou homem para em todas partes de mais honra, e proveito servir a Vossa Alteza, do que até o presente tenho, e ser decerto que dera boa conta de mim, como que a melhor deu, ou der.”

A Nova Lusitânia procurava justificar o seu nome, sendo em tudo um prolongamento da antiga, um Portugal americano. A própria natureza mo-



dificara-se com o que da Europa se transportara, se bem que se não pudesse esquivar aos seus traços regionais que iam dispondo o seu futuro nacionalismo. Ao descrever a horta do colégio da Companhia em 1584, o padre Fernão Cardim falava dos parreirais assentes sobre pilares de tijolo, dos romeirais, dos laranjais, recordando Setúbal, das figueiras do Algarve, dos melões, pepinos e outras “comodidades” como ele chamava os frutos da colônia, introduzindo a furto no meio deles o maracujá gostoso e refrigerante<sup>82</sup>.

À farinha de trigo de Portugal primava a denominada farinha de pau. Os vinhos, de que, apesar de pagar-se 1,4 mil réis por pipa de imposição – “para acudir a construção de fortificações e a reedificação de templos” – se bebia de ordinário cada ano o valor de dez mil cruzados e chegou-se alguns anos a beber muito mais (oitenta mil cruzados, diz o jesuíta), vinham do reino para correr a jorros nos banquetes “de extraordinárias iguarias” em que se reuniam os senhores de engenho a propósito de tudo, sendo a maior festa a da benção das fábricas quando deitavam a moer, gastando em tais folganças o melhor dos seus lucros e até se endividando com isto e com as perdas na escravaria maltratada. Os divertimentos eram corridas de touros, jogos de canas, pato e argolinha, sendo alguns dos colonos tão briosos em questão de montaria que compravam ginetes de duzentos e trezentos cruzados, possuindo três e quatro desses cavalos de luxo.

Verdade é que havia na Nova Lusitânia colonos de quarenta, cinquenta e oitenta mil cruzados de seu, ostentando toda a família sedas, veludos e damascos, talvez mais apaixonados os homens pelo jogo que pelas cerimônias religiosas e mais amigas as mulheres do que de práticas da igreja de festas de vaidade, para onde se faziam transportar, cobertas de joias, em palanquins ou cadeirinhas carregadas por escravos, tratando-as o jesuíta Cardim de “muito senhoras, e não muito devotas”.

O movimento da Renascença, intenso na primeira metade do século XVI, foi o de uma revivescência do paganismo com efeitos salutare sobre a tolerância religiosa, embora derivada da indiferença ou porventura apenas da falta de um misticismo exagerado. Pode dizer-se que para o prolongamento no Brasil dessa modalidade espiritual contribuiu bastante a ausência de uma delegação da Inquisição, à qual se deve consi-

derar hostil o sentimento da terra, como o testemunhou o episódio do Padre do Ouro<sup>44</sup>. Os próprios bispos do Brasil, a quem fora, por especial comissão, atribuído o poder de aplicar as penas daquele tribunal eclesiástico, com apelação para Portugal, ficaram durante algum tempo somente com a faculdade de exercer tal jurisdição sobre os indígenas, até que em 1623 lhes foi restituída a autoridade que tinham anteriormente desfrutado.

A atividade do Santo Ofício foi aliás muito menos sensível no Brasil no primeiro século da sua vida histórica do que posteriormente, não se dando antes de 1591 notícia de um visitador, que foi Heitor Furtado de Mendonça, nem antes de 1601 de um promotor fiscal em Olinda, que foi o madeirense Gonçalo Novo de Lira.

Esta sociedade não podia ainda constituir um centro intelectual, mas contaria decerto seus desfastios intelectuais. Os jesuítas, uma vez estabelecidos, ensinavam as humanidades, em que eram mestres, aos filhos dos principais da terra, não faltando entre eles fidalgos de dom na frase do padre Fernão Cardim. Como era seu costume, usavam do teatro para fins proseliticos, de conversões e de regeneração moral. A tradição fala não só de diálogos, de músicas e danças, como de um auto levado à cena em 1575 – *O Rico Avaro e o Lázaro Pobre*, – cujo efeito se refere haver sido tão sugestivo que homens abastados se despojaram dos seus bens<sup>45</sup>.

Olinda teve mesmo em Bento Teixeira Pinto o seu épico, o primeiro poeta do Brasil na ordem cronológica, se é que não foi igualmente o autor do *Naufração de Jorge de Albuquerque Coelho*, constituindo-se em todo caso o cantor sem rival das grandezas da Nova Lusitânia e das proezas de um dos últimos cavaleiros peninsulares, em cujo espírito se aliavam o

44. Pereira da Costa, “A Inquisição, sua Influência em Pernambuco”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 46, 1894. Nesse ano de 1601 foi presa e remetida para Lisboa, acusada de judaísmo, sendo-lhe confiscados os bens e vendidos em hasta pública perante a vedoria, a pernambucana dona Brites Fernandes, filha do feitor do engenho Camaragibe da freguesia de São Lourenço de Muribara.

45. Pereira da Costa, *Mosaico Pernambucano*. A data deste acontecimento teatral parece excluir a asserção de Fernandes Gama, que dá dona Brites de Albuquerque como falecida em 1575, o que Pereira da Costa contesta algures, noticiando o passamento como ocorrido depois de 1582.

amor das façanhas extraordinárias e a lealdade pessoal que tanto perfumou os fastos medievais. Tal foi o terceiro donatário de Pernambuco.

Muito bom cavaleiro, dissera Dom João III do primeiro donatário quando seu parente Afonso de Albuquerque apareceu de luto no Paço e lhe comunicou seu traspasso. E cavaleiro, de fato, o era até a medula o fidalgo homem de guerra e homem de Estado que deixara um nome honrado e ilustrado nos dois hemisférios, em todo o dilatado Império lusitano do tempo. Tomando a peito todos os seus encargos, ele sabia, entretanto, dirigir-se ao rei com desassombro e altivez, posto que com respeito, como era próprio de um vassalo feudal que rende preito de fidelidade ao seu suserano, mas a quem repugna a subserviência, que seria uma traição aos que, por sua vez, lhe prestavam fidelidade.

Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho fizeram parte da esplêndida comitiva de denodados e abnegados guerreiros – a fina flor da nobreza portuguesa – que acompanhou na sua malfadada jornada africana o penúltimo rei da dinastia de Avis. O sangue de ambos correu no campo de Alcácer-Quibir, mas venderam caro a sua liberdade. Prisioneiros do xerife vencedor, foram resgatados – Duarte sucumbindo, porém, logo aos seus ferimentos e privações antes de tornar a ver terra cristã; Jorge, que para Fez fora levado quase moribundo

Em sangue mouro todo já banhado  
Do seu vendo co'Wrrer um caudal rio

como se lê na *Prosopopeia* de Bento Teixeira Pinto, buscando em dois matrimônios, em 1583 e em 1587<sup>46</sup>, o conchego de um lar onde descansar das lides estrênuas o seu corpo estropiado<sup>47</sup> e o seu espírito ameno que no Bra-

46. Sua primeira mulher foi dona Maria de Menezes, sua prima segunda, e a outra foi dona Ana de Menezes, filha Dom Álvaro Coutinho, e neta de Dom Francisco Coutinho, conde de Redondo e vice-rei da Índia. Jorge de Albuquerque Coelho deixou dois filhos que ambos se distinguiram: Duarte, marquês de Basto pela Espanha, que pelejou em Pernambuco contra os holandeses e seguiu em 1640 o partido de Castela, e Matias, o heroico defensor da capitania, depois da restauração vencedor da batalha de Montijo, no Alentejo, contra os castelhanos e marquês de Alegrete.

47. Dom Domingos do Loreto Couto, da ordem de São Bento, nos seus *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (vols. xxiv e xxv dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1904) relata que em

sil, na frase de frei Vicente do Salvador, “mais se enfadara das guerras civis e dissensões dos portugueses amigos que destoutras”, a saber, as guerras contra os índios, e que agora sofria a desilusão terrível do desaparecimento da dinastia fecunda na qual se consubstanciara a nacionalidade.

Quando Portugal, extenuado pela longa série das suas conquistas, de que a aventura marroquina foi o último lance, perdeu temporariamente a sua independência, submergindo-se no imperialismo espanhol, governava a Nova Lusitânia, em nome daquela “perfeita imagem de heroicidade” que no dizer do cronista frei Domingos do Loreto Couto foi Jorge de Albuquerque Coelho, a antiga dama do Paço da Ribeira que, recém-desposada, fora emprestar ao feudo de Duarte Coelho o fulgor da sua graça de castelã de alta jerarquia. Iniciava-se para a capitania nesse ano fatídico de 1580 uma longa série de loco-tenentes.

Dona Brites, no meio pernambucano que ela conheceu bravo e depois policiado, converteu-se na matrona “preclara e excelente” de que fala Bento Teixeira Pinto, espargindo durante cerca de meio século as flores da sua bondade. O jesuíta Nóbrega apregoou-lhe as virtudes, confirmando sua fama, e frei Vicente do Salvador atribuiu-lhe um coração tão carinhoso que a todos os seus dependentes tratava como filhos. A autoridade que assim passara das mãos musculosas do guerreiro para as mãos delicadas da sua dona era como que o símbolo de que findara a fase heroica da fundação. Ia, entretanto, começar a fase épica da resistência, já animada pelo espírito local que depois se tornaria o espírito patriótico.

Alcácer-Quibir Jorge de Albuquerque Coelho “depois de ter recebido onze penetrantes feridas nas partes mais nobres do corpo, foi conduzido do campo quase agonizante em um carro até a cidade de Fez, onde para ser curado das feridas lhe tiraram vinte ossos, de cuja violenta operação, que durou o largo espaço de sete meses, tolerou com heroica paciência horríveis dores. Como a cura foi tarde já o corrosivo das matérias haviam feito irreparável o dano dos nervos, e ainda que pôde com seu desvelo a cirurgia conservar a vida, não alcançaram seus remédios a embaraçar que não ficasse baldado em extremo tão lastimoso, que uma das pernas feridas ficou com notável encolhimento, mui desigual à outra, e corcovado todo corpo de sorte que em duas muletas podia mover-se com muita dificuldade e trabalho. Sobre elas andou três anos e quatro meses, e no fim deles deixou uma em 23 de abril de 1582 pendente do altar de Nossa Senhora da Luz para memória do benefício, que da sua maternal clemência recebera”.

## NOTAS DO ORGANIZADOR

<sup>a</sup>. Durante as comemorações do primeiro centenário da Independência, a colônia portuguesa no Brasil decidiu financiar uma grande obra artística, científica e literária sobre os primeiros tempos da presença lusitana no Novo Mundo. A direção e a coordenação literária da obra foram entregues a Carlos Malheiro Dias, a direção cartográfica a Ernesto de Vasconcelos, e a direção artística a Roque Gameiro. O resultado foi a “Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil”, em três volumes, publicada pela Litografia Nacional, do Porto, entre 1921 e 1924. Trata-se de trabalho essencial, ainda hoje, para o estudo dos séculos xv e xvi, em Portugal e no Brasil, composto de estudos de alguns dos mais importantes intelectuais luso-brasileiros da época: Oliveira Lima, Jaime Cortesão, Carlos Malheiro Dias, Carolina Michaelis de Vasconcelos, etc. Não deixa de ser curioso que uma das maiores marcas das comemorações do primeiro centenário tenha sido iniciativa dos antigos colonizadores. Oliveira Lima foi um dos colaboradores do projeto, e produziu o capítulo vii da segunda parte (“A Colonização”) do volume iii da obra (“A Idade Média Brasileira”), intitulado “A Nova Lusitânia”, aparecido em 1924.

É interessante estabelecer um paralelo entre essa obra do fim da vida de Oliveira Lima e o seu primeiro trabalho historiográfico de fôlego, *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*, publicado em 1895 quando o autor tinha 28 anos. A começar pelo título: o objeto dos dois estudos é o mesmo, a antiga capitania de Duarte Coelho, mas a perspectiva é diferente. Em 1895 Oliveira Lima ainda era um jovem diplomata republicano que, após ser declarado *persona non grata* pelo governo português, fora transferido de Lisboa para Berlim; convinha marcar assim seu distanciamento das origens lusitanas, nele tão próximas. Com o passar dos anos e o persistir dos estudos, ao que se pode acrescentar suas desilusões com a carreira diplomática, o antigo republicano, que havia inclusive publicado em 1896 uma obra de propaganda, *Sept ans de République au Brésil (1889-1896)*, aproximara-se cada vez mais do regime monárquico e das suas origens portuguesas, e o resultado desse processo está bem claro em suas obras da maturidade, em que a herança lusa é valorizada. O *turning point* se terá dado por volta de 1902, coincidentemente quando se iniciaram seus problemas com o barão do Rio Branco e quando estava a imerso nas pesquisas para sua obra máxima, *Dom João VI no*

*Brasil*, publicado em 1908, justamente no centenário da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Não terá sido a crescente intimidade com a figura desse “bom rei”, como o denominava o historiador pernambucano, que o teria levado a essa mudança?

<sup>b</sup>. Orville Derby se suicidou.

<sup>c</sup>. A identidade do navegador Gonçalo Coelho é tema recorrente da historiografia dos primeiros tempos do descobrimento do Brasil, como vem exemplificado suficientemente na monumental *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, organizada por Carlos Malheiro Dias. A. Teixeira da Mota, em estudo publicado em 1969 [“Duarte Coelho, capitão-mor de armadas no Atlântico (1531-1535)”]. Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. LXVII – secção de Lisboa. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1972. Separata da Revista de Ciências do Homem, vol. iv, série A, 1971], fez importantes revelações sobre o tema, com base, entre outros, em documento por ele descoberto e examinado, em 1954, qual seja um mapa do Visconde de Maiollo. Nesta carta vem representado o Brasil com o nome de *Terra de Gonsalvo Coigo vocatur Santa Croce*. Segundo Mota, Gonsalvo Coigo “vale evidentemente por Gonçalo Coelho, já que o “g” no dialeto genovês vale “lh”. Isto é importante porque permite chegar à conclusão que o comandante da expedição 1501-1502, cargo que na historiografia ele disputa com Américo Vespúcio, era efetivamente Gonçalo Coelho (*op. cit.*, p. 6). Prossequindo na identificação desse Gonçalo Coelho, Teixeira da Mota esclarece que foi ele o comandante também da expedição de 1503-1504, já tendo sido emissário de Dom João II ao rei Jalofo Bemoim, bem como escrivão da fazenda de Lisboa, entre 1497 e 1522. Era este o pai do primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. Gonçalo Coelho fez assim várias viagens ao Brasil nos primeiros tempos da descoberta. “O grande interesse da carta de Visconde de Maiollo de 1504 – para cuja divulgação contribuimos há uma quinzena de anos, reside no fato de constituir o único documento coevo, até agora conhecido, associando Gonçalo Coelho à chefia das explorações primitivas do litoral brasileiro, pois só em meados do século xvi, com Damião de Góis, surgem as primeiras referências a tal. E a legenda da carta de Fano, dando ao Brasil o nome de Terra de Gonçalo Coelho, confirma inteiramente a nota de Duarte de Albuquerque Coelho, mostrando de maneira concludente que, nos primeiros anos do século xvi, Gonçalo Coelho era considerado em Portugal como o grande explorador dos litorais brasileiros” (*op. cit.*, p. 8).



## HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL

rectificação do templo» — se bebia de ordinário cada ano o valor de 10.000 cruzados e chegou-se alguns anos a beber muito mais (80.000 cruzados, diz o jesuíta), vinham do reino para correr a jôrros nos banquetes «de extraordinarias iguarias» em que se reuniam os senhores de engenho a propósito de tudo, sendo a maior festa a da benção das fábricas quando deitavam a moer, gastando em tais folganças o melhor dos seus lucros e até se endividando com isto e com as perdas na escravaria maltratada. Os divertimentos eram corridas de touros, jogos de canas, pato e argolinha, sendo alguns dos colonos tão briosos em questão de montaria que compravam ginetes de 200 e 300 cruzados, possuindo três e quatro desses cavalos de luxo.

Verdade é que havia na Nova Lusitânia colonos de 40, 50 e 80.000 cruzados de seu, ostentando toda a família sedas, veludos e damascos, talvez mais apaixonados os homens pelo jogo do que pelas cerimónias religiosas e mais amigas as mulheres do que de práticas de igreja de festas de vaidade, para onde se faziam transportar, cobertas de joias, em palanquins ou cadeirinhas carregadas por escravos, tratando-as o jesuíta Cardim de «muito senhoras, e não muito devotas».

O movimento da Renascença, intenso na primeira metade do século XVI, foi o de uma revivência do paganismo com efeitos salutarres sobre a tolerância religiosa, embora derivada da de 1591 notícia de um visitador, que foi Heitor Furtado de Mendonça, promotor fiscal em Olinda, que foi o madeirense Gonçalo Novo de Lira (45). Esta sociedade não podia ainda constituir um centro intelectual, mas contaria de certo seus mestres, aos filhos dos principais da terra, não faltando entre eles fidalgos de dom na frase do padre Fernam Cardim. Como era seu costume, usavam do teatro para fins proseliticos, de conversões e de regeneração moral. A tradição fala não só de diálogos, de músicas e danças, como de um auto levado à scena em 1575 — *O rico avarento e o Lázaro pobre*. — cujo efeito se refere haver sido tam suggestivo que homens abasiados se despojaram dos seus bens.



BRASÃO DE JORGE DE ALBUQUERQUE COELHO  
Donatário de Pernambuco  
(Reproduzido da edição *princeps* da *Prósopopeia*, de Bento Teixeira)

indiferença ou porventura apenas da falta de um misticismo exagerado. Pode dizer-se que para o prolongamento no Brasil dessa modalidade espiritual contribuiu bastante a ausência de uma delegação da Inquisição, à qual se deve considerar hostil o sentimento da terra, como o testemunhou o episódio do *Padre do Ouro* (44). Os próprios bispos do Brasil, a quem fôra, por especial comissão, atribuído o poder de aplicar as penas daquele tribunal eclesiástico, com apelação para Portugal, ficaram durante algum tempo somente com a faculdade de exercer tal jurisdição sobre os indígenas, até que em 1623 lhes foi restituída a autoridade que tinham anteriormente destruído.

A actividade do Santo Offício foi aliás muito menos sensível no Brasil no primeiro século da sua vida histórica do que posteriormente, não se dando antes nem antes de 1601 de um

(44) Pereira da Costa, *A Inquisição, sua influencia em Pernambuco*, no 46 da *Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pernambucano*, 1894. Nesse ano de 1601 foi prôta e remetida para Lisboa, accusada de judaísmo, sendo-lhe confiscados os bens e vendidos em hasta pública perante a vedoria, a pernambucana D. Briles Fernandes, filha do feitor do engenho Camaragibe da freguesia de São Lourenço de Muribara.

(45) Pereira da Costa, *Mosaico Pernambucano*. A data deste acontecimento teatral parece excluir a asserção de Fernandes Gama, que dá D. Briles de Albuquerque como falecida em 1575, o que Pereira da Costa contesta algures, sobrinando o passamento como ocorrido depois de 1582.

Gonçalo Coelho, assim, teve atuação destacada nas primeiras explorações do litoral brasileiro. Seu nome no entanto não ficou tão conhecido quanto o de Américo Vespúcio e o de Martim Afonso de Sousa, por exemplo.

d. Utilizar o termo “colonização” para se referir ao que ocorreu no Brasil antes da Independência é, de certa forma, incorrer em anacronismo. Menos do que quando o autor se referiu a “imperialismo” espanhol, conforme apontado em nota páginas atrás, mas anacronismo do mesmo modo. Com efeito, os portugueses se referiam ao seu território no Novo Mundo como Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios, Estado do Brasil, Reino do Brasil, etc., mas nunca como colônia. E isto não somente em relação às suas possessões americanas: também Angola era um Reino, e a Índia um Estado. A denominação colônia, ou Brasil colonial, se tornaria corrente somente a partir do século XIX, e para facilitar a análise historiográfica. Data dessa época, com objetivos pedagógicos, a divisão da História brasileira em dois períodos, Colônia e Império, a que se seguiu, posteriormente, o da República, após a Proclamação de 1889.

A utilização do termo “colônia”, que remete a um fato histórico da Antiguidade, quando as colônias gregas e fenícias se espalharam pelas margens do Mediterrâneo, tornou-se mais frequente na segunda metade do século XIX, quase sempre associada a outros dois termos, colonialismo e imperialismo. Como acontecia com relação a este último termo, sua aplicação, sobretudo na forma derivada, colonialismo, aplicava-se sobretudo à ação das potências europeias na África e na Ásia, a que se seguiram as atividades norte-americanas na América Central, Caribe e Oceano Pacífico.

Em língua portuguesa, o termo foi fartamente aplicado no século XX com relação à África. Não deixa de ser curioso, nesse sentido, um brasileiro ouvir um angolano ou moçambicano referirem-se ao período colonial: trata-se do século XX, até 1974, e muitos dos que assim se expressam nasceram no tal período colonial, que no Brasil haveria durado até 1822 (ou 1808, ou 1815). O Império colonial lusitano dos séculos XIX e XX, entretanto, configurou-se numa base histórica conceitual anglo-saxônica, e pouco tem a ver com o fenômeno que sucedeu entre os séculos XV e XVIII. Por comodidade ou simplificação historiográfica, entretanto, prefere-se atribuir a denominação Império a todo o período histórico que vai do século XV ao século XX. Gilberto Freyre afirmava inclusive que os portugueses do século XIX não eram os mesmos portugueses do século XVI...



- <sup>e</sup>. Isto é, um braço de mar que liga duas áreas de mar aberto, ou uma área de mar cercada por terra.
- <sup>f</sup>. Ou Cabo da Boa Viagem.
- <sup>g</sup>. Alguns autores, entre os quais Oliveira Lima, consideram esse sistema, no qual o rei seria o suserano e os capitães donatários os vassallos, como uma reminiscência do feudalismo. A posição dominante na historiografia atual nega no entanto essa caracterização: as capitânias não eram um relicário do feudalismo, entre outras razões porque estavam inseridas em um sistema de produção capitalista de exportação e, sobretudo, porque o rei português, ao doar as capitânias, não abria mão dos seus direitos à propriedade territorial, mas somente do usufruto sobre as terras. O capitão donatário nada mais era que um representante do rei que, às suas próprias custas, e tendo obtido certas vantagens, povoava e colonizava as terras que pertenciam à Coroa portuguesa. O rei em nenhum momento deixava de ser o proprietário das terras, por direito de descoberta e de conquista reconhecido pelo papado: possuía o direito eminente sobre todos os territórios encontrados e deles podia dispor a seu bel prazer. A única exceção a este princípio referia-se a uma faixa de terra de dez léguas, no litoral, sobre a qual o donatário exercia plenos direitos de propriedade.
- <sup>h</sup>. Fortificação de madeira com portas e janelas para instalar armas defensivas e funcionar como posto de observação.
- <sup>i</sup>. A figura de Duarte Coelho Pereira ficou conhecida na história do Brasil exclusivamente como o primeiro donatário de Pernambuco. Este personagem, entretanto, antes de vir para Pernambuco, tivera vida repleta de feitos e de aventuras e exerceu papel importantíssimo na primeira metade do século XVI no que se refere às navegações portuguesas. Suas atividades se iniciaram precocemente, ao acompanhar o pai Gonçalo Coelho em viagens ao Novo Mundo. Depois, entre 1509 e 1527, deslocou seu centro de ação para o Oriente, sobretudo para Malaca e para a Cochinchina, onde seu nome foi imortalizado pelos cronistas coetâneos, a começar pelo grande João de Barros. Entre este ano, 1527, e a posse em Pernambuco, em 1535, a vida de Duarte Coelho girou em torno de atividades no Atlântico. A análise desse período, nas palavras de A. Teixeira da Mota, mostrará como aquela atividade [no Oriente], e este estabelecimento [em Pernambuco] formam sequência bem claramente inteligível dentro do plano cuidadosamente urdido e teimosamente sustentado por Dom João III com o fim de proteger a navegação portu-

guesa no Atlântico e defender as suas margens lusitanas, em especial contra as invasões francesas" (*op. cit.*, p. 5).

Nesse sentido, pode ser traçado um paralelo entre sua atuação e a de Martim Afonso de Sousa, com a diferença de que este iniciou sua ação no Atlântico e a concluiu com glória e renome na Índia, e Duarte Coelho fez o contrário: concluiu suas atividades no Brasil, após ter passado muitos anos no Oriente. Foram eles os dois donatários mais conhecidos, e cujas capitânias mais sucesso alcançaram: São Vicente e Pernambuco. As peripécias de Martim Afonso de Sousa como navegador e guerreiro, todavia, são mais conhecidas que as de Duarte Coelho, e isto injustamente, sem demérito algum para a figura do primeiro donatário de São Vicente. O que é necessário, isto sim, é um estudo mais aprofundado da vida do primeiro donatário de Pernambuco, antes de seu estabelecimento na capitania. Afinal de contas, ainda segundo Teixeira da Mota, trata-se de "figura fascinante, um dos mais notáveis exemplos daquela espantosa mobilidade que Gilberto Freyre lucidamente apontou como um dos fatores que explicam o êxito da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI. Mobilidade baseada no domínio técnico dos oceanos pelo homem – navios adequados, métodos de navegação de base astronômica – que permitiu aos escassos homens portugueses de então derramarem-se por todos os continentes, saltarem de uns para outros conforme as conveniências políticas e militares, esquadriharem os sete mares a enfrentar rivais, perseguir corsários ou simplesmente estabelecer e robustecer novas vias comerciais. Ainda adolescente, Duarte Coelho colaborou com seu pai no reconhecimento dos litorais brasileiros, depois passou quase vinte anos no Oriente, navegando no Índico e no Pacífico, desde a África Oriental à China. Antes de gastar os últimos vinte anos da sua existência firmando com êxito o povoamento português na "Nova Lusitânia", cruzou de novo as águas do Atlântico, em missões que aqui procuramos arrancar do quase olvido em que têm jazido. Nelas comandou duas armadas, andando pela costa da Mina, por São Tomé, pela Costa da Malagueta e pelos Açores. Que espantoso livro se poderia escrever, se Duarte Coelho nos tivesse deixado diários e memórias das suas viagens e trabalhos, em que ao longo de tantos anos contactou com ameríndios, negros, hindus, árabes, malaios e chineses, travou batalhas em terra e no mar, ergueu capelas, fundou povoações, plantou canaviais, acompanhou e protegeu o trato de especiarias orientais e africanas e do ambicionado ouro!" (*op. cit.*, p. 20).

- <sup>j</sup> A coletânea de relatos de navegações e viagens editadas por Giambattista Ramúsio em Veneza, em três volumes, entre 1550 e 1559, contribuiu para trazer à Itália e ao mundo uma nova e mais atualizada imagem de Portugal (Luciana Stegagno Picchio, “Portugal e portugueses no Livro das ‘Navigationi’, de G. B. Ramusio”, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, série separatas 152, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1984. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. xxx, ano 1984, pp. 5-21, p. 5). Ramúsio não era nem comerciante nem navegador. Tratava-se de um humanista, com sólidas bases na cultura clássica. Sua antologia tratava-se assim “de uma bem estruturada coletânea do que de melhor (no sentido de mais científico e certo) se tinha escrito no mundo sobre descobrimentos: dando mais relevo, como mostra o próprio título, ao momento da navegação do que ao da descoberta territorial” (*op. cit.*, p. 10).
- <sup>k</sup> Não à toa, uma das denominações correntes do pau-brasil, árvore que deu nome ao país, é pau-de-pernambuco, comum inclusive em língua inglesa (*Pernambuco wood*).
- <sup>l</sup> Numa observação que se tornou clássica, Sérgio Buarque de Holanda apontou, em *Raízes do Brasil*, uma das diferenças entre o colonizador espanhol e o português. Ao passo que o primeiro buscou dominar a natureza ao construir suas cidades, qual um ladrilhador que impusesse planos retos e geométricos ao desenho de suas aglomerações urbanas, sem respeitar os contornos do terreno, o que certamente dificultava em muito o processo, o segundo, qual sementeiro, “plantava” suas cidades conforme a topografia, adaptando-as à configuração do mesmo. Buscavam sempre, nesse contexto, um ponto alto, sobranceiro ao mar, ao rio ou ao vale, onde pudesse se fortificar melhor e ter uma visão panorâmica do que ocorria abaixo. A parte comercial da vila, entretanto, ficava embaixo, perto do mar, do rio ou das estradas. É assim que quase toda cidade portuguesa ou luso-descendente tem uma parte alta e uma parte baixa: Lisboa, Porto, Coimbra, Salvador, Rio de Janeiro, Luanda e Olinda (parte alta) e Recife (parte baixa).
- <sup>m</sup> Trata-se de Afonso de Albuquerque, conquistador de Goa e de Malaca, assim chamado por Camões em *Os Lusíadas*, que vinha a ser parente da esposa de Duarte, dona Brites, ou Beatriz.
- <sup>n</sup> Os portugueses tiveram um papel importantíssimo na disseminação da flora entre os continentes. Vegetais que parecem naturais do Brasil são, assim, de origem indiana: manga, jambo, carambola, jaca, entre outros. Uma das frutas mais consumidas em

Goa, na Índia, utilizada inclusive nas festividades de São Francisco Xavier, é o caju, tipicamente brasileiro. E a mandioca, raiz originária de terras americanas, era conhecida nos sertões africanos já em meados do século XVI. E esses são apenas alguns dos exemplos.

- <sup>o</sup> O próprio Duarte Coelho, conquanto ocupadíssimo na organização de sua capitania, ou pelo menos da sua parte litorânea, onde nascia e prosperava a indústria do açúcar, tinha intenções e veleidades de conquistar aquele sertão, que considerava seu. É o que escreveu em uma de suas cartas a Dom João III: “Quanto Senhor às coisas do ouro nunca deixo de inquirir e perguntar sobre o negócio e cada dia se esquentam mais as novas mas como sejam daqui longe pelo meu sertão adentro e se há de passar por três gerações de mui perversa e bestial gente e todos contrários uns doutros a se de passar esta jornada com muito perigo e trabalho, para o qual me parece e assim a toda minha gente que se não pode fazer senão eu e ir como se deve ir e a cometer a tal empresa para sair com ela avante e não para ir fazer barcoriadas como os do Rio da Prata que se perderam passante de mil homens castelhanos e como os do Maranhão que perderam setecentos e o pior é ficar a coisa danada. E por isso Senhor espero a hora do Senhor Deus em a qual praza a ele Deus que ma cometa esta empresa para seu santo serviço, e de Vossa Alteza que este será o maior contentamento e ganho que eu disso queria ter... (Carta de Olinda, 27 de abril de 1542)”.
- <sup>p</sup> Oliveira Lima explica, em outras de suas obras (*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 127), o significado da palavra sertão: “Sertão é o nome genérico da parte menos atraente do país, região descoberta [...] pelos pesquisadores do ouro, percorrida pelas expedições e guerrilhas da época do domínio holandês e, enfim, colonizada pelos criadores, aos quais cabe o mérito de se haverem ali fixado e de tê-la utilizada desde o século XVII, um século portanto antes da ocupação permanente do interior meridional e central onde as minas estavam situadas. A população muito espalhada, que a indústria pastoril reteve nos campos de pastagem, no clima mais seco e menos úmido que o da costa, ganhou aí um caráter inteiramente particular. Esta população é raça bem mais pura que a do litoral, com pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro, corajosa no trabalho, sóbria, nutrindo-se sobretudo de carne e de leite, bastante desconfiada, ativa por se bastar quase a si mesma, inclinada aos devaneios heroicos, pronta a recorrer às soluções violentas, dotada

geralmente de sentimentos cavalheiresco e, ocasionalmente, sujeita a crises de exaltação religiosa” (*op. cit.*, p. 127).

Os termos da carta régia de doação da capitania a Duarte Coelho, que garantia ao donatário de Pernambuco todo o Rio São Francisco, são a base do direito pernambucano a um vasto território da Bahia, indo até a fronteira com Paracatu, em Minas Gerais. Este território, mais tarde conhecido como a “comarca do São Francisco”, foi desanexado de Pernambuco e cedido primeiro a Minas Gerais, depois à Bahia, como punição pela Confederação do Equador, em 1824. A alegação oficial, no entanto, era que aqueles sertões eram muito distantes da capital, Olinda, que não teria condições de assisti-los.

<sup>q</sup> A atafona é um engenho de moer grãos ou, no caso, a cana de açúcar, movido a tração humana ou por animais.

<sup>r</sup> Retame é o mel ou melaço levado ao ponto de açúcar.

<sup>s</sup> Com efeito, somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco, mais esta do que aquela, obtiveram sucesso. As outras, por conta de absentéismo e/ou incompetência dos donatários, ou de dificuldades outras, logo fracassaram, sendo reabsorvidas pela Coroa, que utilizou o fracasso desses donatários para pôr em prática um processo de centralização política consubstanciado na criação do Governo Geral, na Bahia, em 1549.

<sup>t</sup> Oliveira Lima aqui parece dar uma certa razão ao argumento de Capistrano de Abreu segundo o qual Pernambuco desinteressara-se de seu “sertão de dentro”, correspondente a toda a zona que hoje se estende da Bahia até Minas Gerais e Goiás, voltando seus interesses preferencialmente para o “sertão de fora”, ou seja, para a região que vai, mais próxima à costa, de Pernambuco até o Piauí. A conquista dos “sertões de dentro” seria obra de baianos e paulistas, e a dos “sertões de fora”, dos pernambucanos, os dois movimentos encontrando-se no Piauí. Autores como Barbosa Lima Sobrinho, entretanto, negam esse desinteresse pernambucano pelos seus “sertões de dentro” com base em documentos encontrados posteriormente às afirmações de Capistrano.

<sup>u</sup> A figura de Jorge de Albuquerque Coelho passou inclusive à lenda e à cultura popular. Com efeito, uma das mais tradicionais peças do folclore luso-brasileiro, o romance da Nau Catarineta, teria origem na narrativa do naufrágio que ele sofreu viajando entre o Brasil e Portugal. Ficou na tradição popular, também, a cena da batalha de Alcácer-Quibir em que Dom Sebastião, desmontado, pede por outro cavalo e Jorge

de Albuquerque Coelho cavalheirescamente lhe cede o seu, no qual o Desejado partiu para não mais voltar.

<sup>v</sup> Pique é uma espécie de lança.

<sup>w</sup> Vinha de enforcado é a vinha, o pé de uva, que sobe pela árvore a que se prende.

<sup>x</sup> O próprio Oliveira Lima, em outra de suas obras (Manuel de Oliveira Lima. O movimento da Independência, 1821-1822. São Paulo, Melhoramentos, 1922, pp. 28 e 29) pronuncia-se sobre essa suposta colonização por degredados:

“A colonização brasileira levada a cabo por degredados é uma lenda já desfeita. Nem ser degredado equivalia então forçosamente a ser criminoso. [...] Punia-se com a deportação delitos não infamantes e até simples ofensas cometidas por gente boa. Os dois maiores poetas portugueses, Camões e Bocage, sofreram pena de degredo [...]”

Este último ponto, o de haver gente boa entre os degredados, merece consideração. Havia uma grande desproporção entre o delito cometido e as penas aplicadas no contexto das Ordenações do Reino, sobretudo as Filipinas. Tudo era motivo de pena grave, como no caso de dois mancebos que serviram de testemunhas num caso de adultério: como suas declarações, feitas por duas vezes após longo período não eram concordantes, foram presos, açoitados e degredados por toda a vida para a ilha de São Tomé, pena que foi comutada pelo embarque numa armada para o Brasil, onde deveriam ficar quatro anos. Ou como o caso daquele indivíduo que fora degredado para o Brasil por haver cometido a ousadia de olhar o interior de uma residência sem permissão. Tudo era objeto de pena, de punição, mas pouco crime havia que não pudesse ser purgado, até com relativa facilidade, e por isso tão ilustres degredados havia.

<sup>y</sup> Originariamente, vilão era aquele que residia numa vila, ou seja, um burguês, que não pertencia à nobreza.

<sup>z</sup> Nesta passagem Oliveira Lima mostra-se mais uma vez precursor, ao abordar tema hoje em dia tão em voga na historiografia luso-brasileira, o da circulação das elites. Veja-se, a esse respeito, as obras dos historiadores João Luís Fragoso, brasileiro, e Nuno Gonçalo Monteiro, português.

<sup>a2</sup> Uma das funções atribuídas aos capitães donatários, na sua condição de representantes do rei, era a de distribuir terras em sesmaria aos interessados em ocupá-las, povoá-las e valorizá-las. A sesmaria era uma antiga instituição jurídica

portuguesa pela qual se transferia a propriedade de terras abandonadas ou incul-tas a terceiros dispostos a utilizá-las; reconhecia-se aos beneficiários desta concessão o direito de propriedade sobre as terras, com a condição de que se iniciasse o seu aproveitamento dentro de um prazo determinado. Tratava-se assim de um direito de propriedade limitado por uma servidão. O instituto das sesmarias era o principal instrumento jurídico de que os reis portugueses dispunham, no século XVI, para efetivar a ocupação do imenso território que seria mais tarde o Brasil. Esse regime jurídico foi desse modo transplantado ao Novo Mundo, onde teve que se adaptar às circunstâncias do meio e, por isso mesmo, transformar-se completamente. A instituição sesmarial mudou profundamente, as condições do território a ser ocupado sendo totalmente distintas: havia uma abundância quase excessiva de terras não exploradas, ao passo que, em Portugal, o que havia eram poucas terras disponíveis, e foi por essa razão que se havia decidido, no século XIV, obrigar os proprietários portugueses a cultivar as terras não utilizadas, sob pena de se transferir sua propriedade a terceiros: este era o objetivo principal da Lei de Sesmarias d'el rei Dom Fernando, de 1385.

<sup>b2</sup> Não à toa, um dos grandes intérpretes da sociedade brasileira, Antonil, dizia, no livro primeiro, capítulo primeiro (Do cabedal que há de ter o senhor de um engenho real) de sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*: “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. Porque engenhos há na Bahia, que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar, e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente se mói: e em algumas partes ainda mais que a metade”.

<sup>c2</sup> Chatim: aquele que faz comércio, mercador, comerciante; ou negociante pouco honesto, traficante, tratante.

<sup>d2</sup> Peruleiro era o comerciante luso-brasileiro que negociava prata no Peru, donde o nome, e na bacia do Rio da Prata, sobretudo no século XVII.

<sup>e2</sup> O próprio padre Manuel da Nóbrega não demonstrava muito entusiasmo pelo caráter dos indígenas: considerava-os “gente que nenhum conhecimento tem de

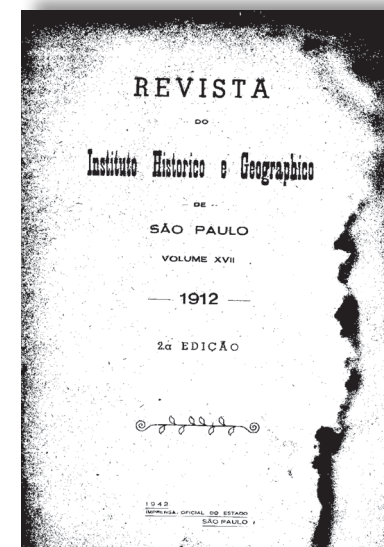
Deus”, e “tão brutos que nem vocábulos têm”, e achava ser “grande maravilha haver Deus entregue terra tão boa, tamanho tempo, a gente tão inculta que tão pouco o conhece”. Essa gente não tinha nenhum Deus por certo, “e qualquer que lhes digam ser Deus o acreditam”, seguindo livremente as suas inclinações e apetites sensuais. O motivo da guerra não era a avareza, “porque não possuem de seu mais do que lhes dão a pesca, a caça e o fruto que a terra dá a todos”, mas somente o ódio e a vingança.

<sup>f2</sup> Nessa época, portanto, a parte americana das possessões portuguesas já se fazia mais importante, na realidade dos fatos, do que as partes orientais, situação que só viria a se confirmar com o tempo.

<sup>g2</sup> Trata-se aqui, provavelmente, de um dos pontos altos da valorização da cultura portuguesa na obra de Oliveira Lima. Arnoni Prado (Antônio Arnoni Prado, *Dois Letrados e o Brasil Nação – A Obra Crítica de Oliveira Lima e Sérgio Buarque de Holanda*, São Paulo, Editora 34, 2015) enxerga nesse processo a repercussão de antigos ideais de Joaquim Nabuco, o qual, no discurso por ocasião da inauguração do novo edifício do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1888, havia afirmado que, “além do pequeno Portugal europeu, existe um imenso Portugal americano”.



## A Conquista do Brasil<sup>a</sup>



Senhor:

Obedecendo ao apelo, amável como os que mais o forem, da Real Sociedade Belga de Geografia, o qual representa para mim uma grandíssima honra e um vivíssimo prazer, vou discorrer perante vós, senhoras e senhores, sobre a conquista do Brasil. É quase inútil ajuntar que se não trata da conquista do Brasil por potências estrangeiras. Nenhuma pensa em atacar esse grande país americano, que há um século constitui um campo aberto à rivalidade pacífica de tantas atividades e ao emprego remunerador de tantos capitais vindos da Europa.

Sabeis que, de 1820 a 1907, mais de dois milhões e meio de europeus ali foram procurar fortuna ou pelo menos o bem-estar? Neste número contam-se 1,2 milhão de italianos, 634 mil portugueses, perto de trezentos mil espanhóis, 93 mil alemães, 57 mil austríacos, 54 mil russos, vinte mil franceses, para só citar os contingentes mais abundantes. Esta imigração continua

e só tende a aumentar: não desperta entre nós desconfiança, menos ainda malevolência, sendo todos os estrangeiros honestos e laboriosos acolhidos de braços abertos por um povo disposto a repartir com eles seus recursos econômicos e seus direitos de nacionalidade<sup>b</sup>.

Não são demais para amar um país de tão colossais proporções, já povoado por vinte e dois milhões de habitantes civilizados e possuindo altivas tradições de independência e de civismo, um país que deu ao mundo o curioso e edificante espetáculo da comunhão da sua realeza tradicional com as aspirações de emancipação política, formadas no decorrer da sua história colonial.

Nada vos ensino de novo, dizendo-vos que o Império brasileiro foi proclamado pelo próprio herdeiro da coroa portuguesa. Sabeis igualmente e perfeitamente que uma nacionalidade se afirma com maior vigor por meio das manifestações de cultura – a literatura, a ciência, a arte. Ora o Brasil (perdoai-me, se neste ponto careço de modéstia patriótica) possui a mais florescente literatura do Novo Mundo, a qual no período romântico transformou mesmo em escola a tendência de Cooper; uma ciência que deu mostra do quanto valia saneando há pouco por completo, e em alguns anos apenas, duas grandes cidades, uma de quase um milhão de habitantes, cuja reputação de insalubridade era bem justificada; uma arte enfim que merece ser assinalada e à qual se devem as formosas esculturas de Rodolpho Bernardelli, as composições imaginosas e de um colorido brilhante de Pedro Américo, e as páginas inspiradas de Carlos Gomes, de que ides ajuizar pela audição imediata, – a fim de melhor vos dispor à indulgência para comigo – a profonia do *Guarani*, ópera baseada sobre o texto do mais popular dos nossos romances indianistas e que já mereceu ser denominada o símbolo da nossa alma nacional.

(A orquestra executa a profonia do *Guarani*)<sup>c</sup>.

O que me propus expor-vos esta noite em resumo, bem entendido, pois que o assunto é largo – é de menos atualidade do que o seriam imaginárias cobiças estrangeiras, mas encerra maior interesse dramático. Desejaria dizer-vos alguma coisa sobre a conquista do Brasil pelos brasileiros, ou com mais precisão pelos portugueses, pois que o termo “brasileiro” só corresponde a uma realidade política depois de 1822, ain-

da que equivalendo antes plenamente a uma realidade geográfica e mesmo sociológica<sup>d</sup>.

O Brasil teve, pois, de ser conquistado pelos seus habitantes, podemos dizer seus filhos. Esse território desmarcado que hoje constitui um dos grandes países do mundo, juntamente com a China, os Estados Unidos e as Rússias, achava-se primitivamente defeso por tribos selvagens e pelas convenções diplomáticas, tão hostis umas quanto as outras. Não seria lícito dar ao que se passou o nome de conquista pacífica. Quando mais não fosse, a isso se oporia a escravidão dos índios; mas podemos chamá-la conquista civilizadora, apesar destas manchas que a moral do tempo era a primeira a atenuar.

Pela ousadia e perseverança dos esforços, pelo imprevisto e grandeza dos resultados ainda não de todo completos, semelhante conquista oferece certas analogias com a vossa conquista do Congo. A diferença principal está em que, de um lado, temos a criação espontânea e instintiva de uma raça posta de repente diante do misterioso e do maravilhoso, e, do outro, a consequência da resolução clarividente de um grande soberano, que pretendeu abrir um vasto campo privativo à atividade e ao espírito de iniciativa do seu povo tão felizmente dotado para o labor e para a luta<sup>e</sup>.

As analogias são, contudo, mais evidentes ainda, se refletirmos na formação desses Impérios talhando em continentes virgens o domínio efetivo de europeus, se bem que já repartidos em esferas de influência que a diplomacia ciosamente mantinha, sem todavia poder resistir à pressão incoercível da ocupação. As esferas de influência não são, portanto, uma novidade. Vós certamente não ignorais que a Santa Sé, com seu prestígio de árbitro natural entre as potências católicas, dividiu, ao tempo das descobertas, as regiões desconhecidas entre os reis de Espanha e de Portugal, soberanos das duas nações que se tinham aventurado em busca das terras fabulosas além do oceano caprichoso e enigmático. A partilha estipulada na bula papal não tendo, porém, agradado ao rei de Portugal, cujas esperanças reduzia, logrou ele obter nova partilha; colocando a demarcação muito mais a oeste.

Consoante a nova linha, o Brasil só ficaria português ao longo por assim dizer do litoral. O sul, abaixo de São Paulo, e todo o imenso interior esca-

pavam do domínio do pequeno e valente reino de Henrique, o Navegador, de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral. Acontece, todavia, que mais se preza no geral aquilo que com maior dificuldade se alcançou, e tal foi o caso com os portugueses, que, tendo tido que defender sua nova possessão contra os corsários franceses, dispostos a se não deixarem excluir do proveitoso comércio de pau-brasil, tão usado na tinturaria, entraram a querer deveras ao admirável país que lhes fora atribuído pelo destino<sup>f</sup>.

Chegariam mesmo a estremecê-lo quando se vissem obrigados a reconquistá-lo dos holandeses, os quais, no século xvii, conseguiram apoderar-se de mais de um terço do Brasil civilizado de então, estendendo-se por um momento o seu Império do Equador ao Rio São Francisco. É claro que mais se tratava nesse caso da costa, pois que os contingentes de ocupação não podiam de um e de outro lado ser bastante numerosos para pensarem em cravar mais para o interior seus estandartes. Os navios desempenhavam de preferência o papel de instrumentos de combate.

Entretanto, era o interior que mais excitava as cobiças dos novos senhores da terra e dos que buscavam despojá-los desse título. Os metais caros e as pedras preciosas constituíam seu poderoso atrativo, antes mesmo de que, entre a população portuguesa, a caça dos escravos índios, indispensáveis às duras fainas agrícolas, às quais era bem preciso entregar-se para alimentarem-se os colonos e porem de lado alguma coisa, armasse em guerra e fizesse marchar os bandos de aventureiros<sup>g</sup>.

Foram essas expedições arrojadas que, na sua inconsciência heroica, conquistaram o Brasil. Uma raça – tomamos o termo no seu sentido mais vulgar e menos científico – formara-se pouco a pouco no sul, pelo cruzamento dos primeiros colonos com os indígenas, pois os negros só vieram mais tarde e foram sobretudo expedidos para os engenhos do açúcar do norte. É a essa população, especial e já nacional que é devida uma tal obra. Seu primeiro posto avançado foi São Paulo, a soberba cidade de agora, sobre o fresco e brumoso platô que coroa a serra de Cubatão. Ali vieram acampar missionários jesuítas e audaciosos colonos, os primeiros para se aproximarem dos neófitos que almejavam fazer; os segundos para surpreenderem as minas com que sonhavam. Os belos edifícios e os suntuosos armazéns de hoje

ocupam o lugar das antigas choupanas que uma paliçada teria insuficientemente protegido contra as violências dos selvagens, se a doce persuasão exercida pelos padres da Companhia se não houvesse empregado em domar sua resistência atemorizada.

Naturalmente nada mais relembra esse primitivo esboço de cidade. Os templos e os conventos contemporâneos da época colonial, que ainda neste instante se levantam, votados como dantes ao culto ou utilizados para outros fins como o convento de São Francisco, transformado em Faculdade de Direito, datam dos séculos xvii e xviii, quando a capitania de São Paulo se mostrava menos rústica e mais segura do seu destino.

Deste primitivo arraial prosseguiu a exploração, não direi sistemática, pois que não podia obedecer a um plano traçado de antemão, mas contínua, progressiva e até certo ponto metódica, do sertão, como na nossa língua portuguesa são chamadas, de um modo geral, as terras além de uma larga zona do litoral. No Brasil, são essas as terras altas e menos povoadas, onde as florestas densas cedem o lugar aos campos ondulados e entrecortados de bosquetes, para se reatarem mais longe, na outra vertente, margeando os cursos de água tributários dos dois sistemas hidrográficos do Amazonas e do Prata – os quais, uma vez ligados entre si, como quase os fez a natureza, fariam do Brasil a ilha gigantesca com que os primeiros navegadores imaginaram haver deparado<sup>h</sup>.

A tela de um pintor paulista, colocada no museu do Ipiranga, evoca com poderoso relevo a lembrança das bandeiras, nome dado a tais expedições, grupadas em redor de um chefe, verdadeiro *condottiere*, e que na melhor quadra do ano, quando a monção as favorecia, se punham regularmente em marcha. Tanto quanto possível, aproveitavam-se elas dos rios, para subi-los ou descê-los, tendo frequentemente que contornar as cachoeiras que lhes obstruíam a navegação nessa região em declive<sup>i</sup>.

A bagagem dos viajantes era a mais sumária. Nem se embaraçavam com roupas ou provisões, apenas algumas ferramentas e armas, por vezes só estas. As de fogo eram preciosas, indispensáveis mesmo. Amedrontavam os animais bravos, mantinham bem ou mal em respeito os

indígenas e satisfaziam pela caça a fome dos temerários viandantes que assim iam à caça de riquezas, fossem estas o ouro e os diamantes, ou fossem as levas de escravos. O perigo e a luta faziam-nos duros, mas ao mesmo tempo eles se tornavam admiráveis pela coragem, pela tenacidade e pela resistência.

A geografia do continente foi-lhes desvendada em todos os seus segredos no decorrer dessas penosas viagens, que cada ano os levavam às regiões mais afastadas e que acabariam por familiarizá-los com todos os caminhos possíveis de comunicação fluvial, ao mesmo tempo que Portugal se assenhoreava de um imenso território desocupado. Este território depressa excedeu a linha matemática imaginária que devia conter a expansão brasileira, e concluiu por estender-se das bordas do Atlântico aos contrafortes dos Andes, das duas margens do Amazonas à margem setentrional do Prata.

A diplomacia teve que renunciar a esta última, um momento arrebatada aos espanhóis e incorporada pelo Reino Unido de Portugal e Brasil, para escapar definitivamente ao nosso domínio em consequência da fundação da República do Uruguai. A compensação viera, porém, por antecipação e fora bem avultada, pois que convertera um país todo de fachada, que estaria ameaçado por todos os lados, num país de vastíssima base territorial, com as proporções de um continente.

Um autor alemão que escreveu sobre o Brasil há cinquenta anos um trabalho histórico dos mais notáveis, o professor Handelman, emitiu acerca da extensão não infinita, mas espantosa, alcançada pelo Império português na América, uma observação verdadeira, a saber, que essa conquista e a colonização consequente foram a obra de um só povo, sem auxílio nem socorro do estrangeiro.

Deveis estar lembrados de que Portugal e Espanha cerravam ciosamente suas possessões à emigração dos outros países. Aquilo que estas duas nações lograram realizar além-mar, nas suas enormes colônias, pertence-lhes portanto bem legitimamente, isto é, a civilização lhes é devedora de tais serviços. Nos Estados Unidos foram populações de origens diversas que contribuíram para o desenvolvimento geral. Temos assim os holandeses de Nova York, os espanhóis da Flórida e da Califórnia, os franceses de toda a

Luisiana. A marcha em direção ao oeste só começou quando Napoleão, desprovido de recursos para bater a supremacia marítima da Inglaterra, tendo o poderio naval da França sido aniquilado em Trafalgar, entendeu dever negociar com Jefferson a alienação do Império banhado pelo Mississipi.

Se a Luisiana tivesse sido conservada como patrimônio e o Canadá houvesse podido não se tornar inglês, a França ficaria sendo a potência dominadora na América do Norte, apertando, senão abafando as treze colônias inglesas. A quimera, que Napoleão III tentou mais tarde realizar no México, de contrabalançar os anglo-saxões na seção setentrional do Novo Mundo teria sido uma realidade em proveito dos latinos, três quartos de século antes.

A conquista do deserto aparece, todavia, entre nós mais sugestiva, e, pode mesmo dizer-se, mais gloriosa. Foi ininterrupta e inflexível. As ruínas das velhas fortalezas portuguesas erguem-se ainda, não mais ameaçadoras, mas venerandas, no interior do continente, onde quer que a ambição da antiga metrópole deparou com a ocupação espanhola e teve que atacar. Elas atestam a audácia e o zelo que a metrópole evidenciou na defesa de tão longínquos territórios.

Quando a Inglaterra fez menção de anexar a Trindade, um ilhote desabitado e inabitável do Atlântico, a novecentas milhas da costa do Espírito Santo, aglomerado de rochedos contra que se despedaçam com fragor as vagas espumantes, e entre os quais os botes mesmos só com a maior dificuldade conseguem abordar, fomos buscar a prova do nosso direito herdado, levando o governo britânico a inclinar-se diante dela, nas pedras batidas pelo mar, vestígios da antiga fortificação levantada no século XVIII. Os portugueses tinham de fato residido e transportado seus canhões até esse abrolho perdido no oceano.

Não há dúvida que os resultados da colonização portuguesa no Brasil não foram tão brilhantes quanto os da colonização inglesa na América do Norte. A marcha dos Estados Unidos executou-se em coluna cerrada, e o povoamento da região além dos Alleghanies<sup>1</sup> obedeceu, por assim dizer, a um plano preconcebido e a uma progressão científica. Nada de análogo ao Brasil, onde o povoamento foi antes obra do acaso, produto das circuns-



tâncias. As aglomerações humanas formaram-se como em Minas Gerais, onde os rios carregavam mais palhetas de ouro e mais seixos cintilantes, ou onde os veios do subsolo prometiam mais abundante messe; ou ainda, como no Piauí, onde infinitas pastagens ofereciam recursos inesgotáveis à criação de gado<sup>k</sup>.

Ao proclamar-se a Independência, achávamo-nos, assim, com núcleos de população dispersos sobre uma superfície colossal e separados por desertos imensos. Eram, contudo, pontos de convergência e marcos de continuidade, que, reunidos, faziam do Brasil mais do que um só país, uma só nacionalidade. Nem a raça nem a língua oferecia discrepâncias, e a civilização podia aí se desenvolver até ao ponto de se tornar cosmopolita, sem mais perder seu caráter português, que lhe tinham dado as tradições comuns, a identidade do idioma, as instituições jurídicas, os costumes, as superstições, as aspirações, tudo o que constitui a alma de um povo<sup>l</sup>.

Tratava-se aliás de um povo de um lirismo melancólico e dolorido, capaz de manifestar individualmente instintos malvados, mas longe de possuir uma fria crueldade coletiva. Os indígenas foram, é verdade, encarniçadamente perseguidos e reduzidos por milhares à servidão, apesar de todo o ardor testemunhado em sua defesa pelos jesuítas; os africanos foram importados em larguíssima escala para serem empregados na labuta esmagadora das minas e do arroteamento dos terrenos: nunca, porém, aí se tramou a destruição de toda uma raça, nem a sujeição perpétua de outra.

Pelo contrário, sob aquele céu de anil, as raças uniram-se num amplexo sensual<sup>m</sup> e não conservaram o estigma da vilania. Os índios, constantemente protegidos pelo governo de Lisboa, foram no século XVIII reconhecidos não só súditos livres como gozando da plenitude dos direitos civis; e quanto aos negros, uma vez libertados por um movimento irresistível da opinião, a meio de festas tão ruidosas quanto tocantes, os direitos políticos não lhes foram jamais resgatados, uma vez que lhes foram outorgados.

Não se deve, entretanto, imaginar que a conquista do Brasil se operou irrefletidamente, de uma maneira não só intermitente e leviana,

mas comprometedora para a manutenção da soberania portuguesa. Bem ao invés, os descobridores do deserto deixavam atrás uma população fixa, presa aos seus lares, entregue aos labores agrícolas – os plantadores de cana, de fumo e de algodão, que representavam o contingente permanente, o elemento conservador de semelhante organização social ultramarina<sup>n</sup>.

Eram mesmo esses senhores de terras que careciam de escravos e, para lhes fornecerem, entraram os caçadores de índios a percorrer o interior do país. Encontravam bom lucro nesse tráfico, enquanto não descobrissem as minas, pois que bem confiavam em que o ouro lhes não faltaria por fim. Tal crença resistiu a todas as desilusões.

Houve, assim, os veteranos da exploração brasileira, os quais, volvendo são e salvos à costa, não tomavam sequer descanso e só buscavam congregação para nova expedição fazendo redundar em proveito alheio e próprio sua experiência tão penosamente adquirida e especulando com o prestígio dos seus feitos. Meros ambiciosos de fortuna, gente abastada à procura de riqueza, aventureiros de toda casta, vagabundos, maltrapilhos – toda a matéria prima dos heróis – respondiam ao apelo sedutor e reuniam-se em torno do chefe do bando, arrastando de força alguns escravos, se não conseguiam fazer-se acompanhar por índios amigos. Partiam sem pesares nem saudades, a sós com sua esperança.

Eschwege descreve-os descalços, com uma grossa camisa por cima das calças de algodão presas por um cinturão de couro, na cabeça um chapéu de palha tecido pelos índios, os mais afortunados com um gibão e perneiras de couro. De couro era também o saco que lhes pendia das costas, juntamente com a escudela de comer e o chifre de beber. Os que não podiam dar-se ao luxo de uma arma de fogo proviam-se de machados e facões, aqueles destinados a abrir picadas nas matas, estes a cem misteres, ainda quando impotentes contra os arcos e flechas dos indígenas hostis<sup>o</sup>.

Os bandeirantes nutriam-se de caça e pesca, de frutos silvestres e do mel perfumado das abelhas selvagens. Se a parada era longa, porquanto tais expedições duravam por vezes anos – assim Fernão Dias Paes Leme

passou dez anos a pesquisar o sertão – plantavam-se milho e feijão com as sementes adrede levadas. Destarte era possível aventurarem-se mais longe e volverem ao tempo da colheita para mimosear o paladar com um alimento familiar, na expressão do sábio mineralogista alemão que há pouco citei, e que foi dos mais esclarecidos e dedicados servidores do Brasil.

Inútil é ajuntar que destas bandeiras, algumas voltavam com ricos despojos, ou então alvoroçadas de esperanças, como a de Antunes Maciel, que exibia duas oitavas de ouro extraído com um cano de espingarda à guisa de alavanca, servindo a escudela de bateia. Outras, contudo, regressavam tão pobres quanto tinham partido, e a maior parte nem mesmo regressava. Os aventureiros viajantes tinham sucumbido à fadiga, às doenças ou às mãos dos índios.

\* \* \*

As expedições deste gênero começaram cedo – logo que o litoral se desembarçou um pouco dos aborígenes cuja cordialidade não pudera durar muito, e que algumas colubrinhas de bronze colocadas aqui e acolá pareceram bastar para assegurar a ocupação da costa com relação aos estrangeiros. Significa isto, mais precisamente, que as primeiras expedições, bem ou mal organizadas, datam da segunda metade do século XVI<sup>P</sup>. Se algumas tinham por fito positivo a pesquisa das minas, de prata sobretudo, que se acreditava seguro descobrir, mercê da fama das minas de Potosí, igualmente situadas no interior do continente, outras, mais numerosas, encobriam seu vil comércio humano sob o pio nome de resgate. Pretendiam, com efeito, resgatar, isto é, fazer entrar no aprisco da Igreja os prisioneiros tomados por umas tribos indígenas às outras e destinados a satisfazer seus instintos antropófagos.

Em consequência também dessas expedições, e seduzidas pela influência persuasiva dos mamelucos – nome dado aos mestiços de brancos e índios – aldeias inteiras de aborígenes vinham inocentemente entregar-se à servidão.

A mais antiga das nossas crônicas narra a entrada – como se chamavam as expedições que penetravam no interior – efetuada por Adorno no sul da Bahia, subindo o rio das Contas e regressando com esmeraldas que se

verificou não passarem de vulgares turmalinas. Nem foi de resto a primeira em data, mas seguiram-se a ela numerosas incursões em busca, à falta de expressão melhor, de caça humana. A região mais acolhida foi a que se estende entre a antiga capitania dos Ilhéus e a Paraíba do Norte, sobretudo nas vizinhanças do rio São Francisco, sendo outro terreno favorito, o das margens dos rios Jequitinhonha e Doce, nas antigas capitanias do Porto Seguro e Ilhéus.

O senhor Orville Derby, sábio geólogo americano há mais de trinta anos no serviço do Brasil, ocupou-se recentemente da relação do inglês Knivet de uma outra entrada no ano de 1597, em que tomou parte o referido aventureiro e que, apesar de bastante confusa, mercê das obscuridades geográficas e dos pormenores fabulosos – aliás frequentes nas narrativas do tempo sobre as duas Américas – pôde ser aproximadamente reconstituída pelo mencionado erudito.

A expedição descrita por Knivet percorreu a região nordeste de São Paulo e a meridional de Minas: vinda de Parati, atravessou os rios Paraibuna e Paraíba e galgou as serras do Mar e da Mantiqueira. Foi, portanto, a precursora da longa série das expedições paulistas, que começaram, aquelas pelo menos de que se conservou a lembrança histórica, em 1602.

Pretende o senhor Derby, em seu empenho de ser mais preciso ainda, que Knivet se internou até a região banhada pelos rios Sapucaí e Verde, sem, contudo, ultrapassar a serra da Canastra, e que até desceu pelo território dos atuais Estados de São Paulo e do Paraná, encontrando assim os caminhos percorridos pelos espanhóis. Estava-se no tempo da união de Portugal e Espanha, e esses espanhóis que se dirigiam da costa para o Paraguai, apenas seguiam o itinerário do famoso Cabeza de Vaca, cuja extraordinária viagem nos foi tão eloquentemente relatada pelo poeta inglês Southey em sua história do Brasil.

Outra expedição houve, de que fez parte o holandês Glimmer, análoga na primeira fase àquela a que se acha associado o nome de Knivet. Piso e Markgraf, os sábios, holandês um, alemão o outro, que acompanharam a Pernambuco em 1654 o conde Mauricio de Nassau Siegen, go-

vernador escolhido pela Companhia das Índias Ocidentais, legaram-nos o roteiro dela, e, por seu lado, o senhor Orville Derby a reconstituiu desde seu ponto de partida em São Vicente, a princípio ao longo do Tietê, para alcançar em seguida o Paraíba, por um dos seus afluentes, e subir até as imediações do alto São Francisco, no interior de Minas.

A bacia do São Francisco, perto das suas cabeceiras, tornou-se a região de preferência dos mais antigos entre esses intrépidos exploradores, dos quais muitos buscavam para os lados de Porto Seguro e do Espírito Santo a montanha de Sabarabuçu, que a lenda evocava coberta de esmeraldas, tão resplandesciente quanto a cidade encantada de Manoa, construída toda ela de prata e cujos reflexos à noite, escreve o distinto geógrafo brasileiro Teodoro Sampaio, simulavam a via láctea.

Não me seria possível indicar-vos, nem mesmo com brevidade, todas as expedições sobre as quais existem dados positivos. Tanto seria fazer a história, trecho por trecho, da geografia brasileira, história que redundava em nosso maior louvor. Um dos mais competentes historiadores do meu país, o senhor João Ribeiro, escreveu com perfeita razão que só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao solo e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia ter permitido chegar-se a semelhantes resultados.

Com efeito, as expedições do século XVI, guiadas por portugueses da Europa, ficaram todas infrutíferas, posto lhes não faltasse audácia. Outro tanto aconteceu com as expedições holandesas que, ao tempo do domínio batavo, pesquisaram minas de prata. Conservou-se sobretudo a recordação, pelos documentos literários que daí resultaram, da que teve por chefe Elias Herckmans, escritor e guerreiro, de outra comandada por Mathias Beck, a qual explorou as montanhas do Ceará. Foi somente depois que os colonos de São Paulo emprestaram um novo alento às entradas e persistiram em seus esforços, de começo gorados, que a esfinge se deixou arrancar seu segredo, após haver feito derramar tanto sangue e tantas lágrimas.

Entretanto, para condensar em muito poucas palavras o resultado das bandeiras, nada de melhor posso fazer do que reproduzir este parágrafo do

mais consciente dos nossos estudiosos de história, o senhor Capistrano de Abreu, cujas conclusões se baseiam sem exceção sobre uma copiosa messe de documentos e um penetrante exame das tradições:

À parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul, pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, a cidade Lorena, e dali passaram à Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a Estrada de Ferro Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba de onde partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guairá, transferiam-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do São Francisco e do Parnaíba; as de Goiás e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins.

Se seguirdes no mapa esses itinerários, vereis que abrangem todo o Brasil, esse imenso território de 8.524.776 quilômetros<sup>2</sup>. Na seção norte, quero dizer na mais setentrional, as expedições foram menos seguidas nos primeiros tempos da época colonial, podendo, contudo, aí mesmo serem citadas algumas viagens de exploração efetuadas no Maranhão desde o começo do século XVII por Bento Maciel, o qual se serviu com este fim dos rios Mearim e Pindaré. Anteriormente a ele, em 1565 e em 1567, Manuel Pires realizou duas viagens ao rio Negro, tomando posse dessa região em nome da coroa portuguesa, e trazendo consigo mil índios escravos, pois que tais viagens eram muito mais de tráfico que de exploração.

A celeberrima viagem de Pedro Teixeira, da foz do Amazonas até Quito, capital atual da república do Equador, data de 1637 e foi a repetição às avessas e com maiores dificuldades da façanha de Orellana, que, em 1541, foi o primeiro a descer todo esse rio, o maior do mundo. Um século mais tarde, em 1741, La Condamine refez a viagem de Pedro Teixeira, o qual aliás voltou ao seu ponto de partida, trazendo consigo o padre Acuña, a quem se deve a mais famosa das relações de viagem no Amazonas.

Durante a segunda metade do século XVII, os afluentes amazônicos da esquerda e da direita entraram a ser visitados e os últimos especialmente a povoar-se em suas margens de missões, sobretudo de jesuítas: a descoberta da *Bertholletia excelsa* de Humboldt, cujos frutos fornecem a chamada castanha do Pará, ocorreu em 1669. Só foi, todavia, no decorrer do século XVIII, após a descoberta no sul e no interior dos ricos jazigos auríferos de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que se atingiram os mais altos tributários como o Madeira e o Juruá, sede hoje de uma enorme exploração de borracha. As cachoeiras do Madeira foram deixadas atrás em 1722, e em 1724 Melo Palheta subiu esse rio até os aldeamentos das missões espanholas.

A ligação entre os dois sistemas fluviais, setentrional e meridional, não podia assim tardar, mesmo e sobretudo porque se procurava alcançar as minas por via dos afluentes sul do Amazonas. De seu lado, os mineiros de Goiás e Mato Grosso aprenderam e acostumaram-se a descer o Amazonas, segundo consta das informações coletadas e oferecidas pelo senhor Capistrano de Abreu. É conhecida a viagem, justamente reputada, de Manuel Félix de Lima, o qual, em 1742, navegou os rios Pararé, Guaporé, Mamoré e Madeira, onde se está neste momento construindo o caminho de ferro brasileiro que deve contornar as cachoeiras, e pôr em mais fácil comunicação a Bolívia com o Atlântico na altura da região norte do Brasil. Félix de Lima chegou sem tropeços ao Maranhão pelo Amazonas, e a rota por ele tomada tornou-se de algum modo frequentada, quando a capital de Mato Grosso se instalou em Vila Bela, na margem do Guaporé.

As minas de Cuiabá tinham sido descobertas em 1719, por uma expedição que caçava índios; as minas de Goiás o foram pouco depois, em 1725. Quanto aos jazigos de Minas Gerais, estes tornaram-se conhecidos nos últimos vinte anos do século XVII. A legendária bandeira de Fernão Dias Paes Leme consumira em pura perda as suas pesquisas de dez anos. A natureza é caprichosa e não gosta de que a importunem: prefere distinguir com seus favores os que a não solicitam com tanta insistência.

Imediatamente depois que Fernão Dias, carregado de falsas esmeraldas, expirou de fadiga na viagem de regresso para São Paulo, encon-

trou-se o ouro no leito do riacho Tripuí e em seguida, sucessivamente, nos jazigos de Ouro Preto e de Mariana, em quase toda a bacia superior do Rio Doce, nas margens do Rio das Velhas, em Caeté, no Serro do Frio, etc. Foi no Serro do Frio que, por sua vez, os diamantes foram primeiro achados em 1727, organizando logo aí o ciúme administrativo de Portugal um distrito fechado. A política da porta aberta era ainda uma desconhecida.

As explorações de Fernão Dias e de seu genro Borba Gato, descobridor das minas de Sabará – dois verdadeiros temperamentos de aventureiros, testemunhando a maior audácia e exercendo a mais forte sedução – entram absolutamente no domínio do romanesco. Nenhuma novela de aventuras poderia exceder em poder dramático e em atração imaginativa a história autêntica. Desse longo e penoso reconhecimento do sertão mineiro, ao qual Fernão Dias sacrificou sua verde velhice e em que Borba Gato despendeu vinte anos de energias e de angústias.

A capitania de Minas Gerais ia toda ela converter-se em breve trecho no campo de uma exploração superficial e empírica, ativa, porém, e até febril, que derramaria sobre a metrópole portuguesa uma chuva de ouro. Os arraiais mineiros engendraram vilas, salvo as exceções, pois que não foram poucas as decepções nessa carreira atrás da fortuna. Esgotavam-se os veios onde se esperava deparar com depósitos opulentos, e mister era recomeçar mais longe as pesquisas. Alguns dos aventureiros, desiludidos em suas buscas ou tendo seguido uma pista errada, que os levava a lugares desprovidos de ouro, entregaram-se à criação por haverem dado em campos próprios ao sustento de gado. Assim foi que a margem direita do São Francisco após sua curva brusca para leste, os sertões de Pernambuco e do Ceará, e finalmente o Piauí entraram no rol das terras devassadas e povoadas. Hoje ainda é a indústria do gado que constitui a principal riqueza e explica a ocupação dessa região.

Enquanto semelhantes dramas da colonização se desenrolavam nas selvas do interior, os deleites da civilização introduziam-se livremente nas cidades da costa. Florescia nelas o bem-estar, procriado pela abundância.



Mesmo sobre os altos platôs, em Minas Gerais, se deu depois da descoberta do ouro um desabrochar de luxo. E não foi um luxo bárbaro. Prestou-se especial tributo às letras: os poetas épicos e líricos de Minas dotaram a poesia portuguesa de novos acentos, mais naturais e mais tocantes, despojados das convenções arcádicas e da trapalhice neoclássica. Vocações artísticas surgiram, que nos deixaram em testemunho notáveis esculturas. A mais suave das artes, a música desenvolveu-se sob esse céu clemente e, recebendo o influxo das melodias populares que em tal ambiente ressoavam, gerou não poucas páginas deliciosas.

No Rio de Janeiro, então a capital dos vice-reis, a música gozou de grande estima. Não posso resistir a fazer executar em abono desta recordação um motivo de uma das missas do padre José Maurício Nunes Garcia, um simples cura que, depois da chegada em 1808 da Corte portuguesa, foi elevado a compositor favorito do rei Dom João VI – sábio e magnânimo monarca a quem o Brasil é devedor do melhor da sua organização. Vosso bom gosto reconhecerá neste motivo o reflexo da corrente a que obedeceu a transformação da música no século XVIII, pela ação dos mestres alemães, dos Haydn e dos Mozart.

(Segue-se a execução pela orquestra do trecho *Et incarnatus est*, da *Missa em si bemol*).

Do sul ao norte do país foi, portanto, o bandeirante o agente por excelência do seu desenvolvimento econômico e o seu traço de união moral. Não deixemos, porém, na penumbra outro fator poderoso da conquista do Brasil: o missionário, o qual era principalmente, para não dizer exclusivamente, o jesuíta. São as duas figuras que o ilustre artista brasileiro Antonio Parreiras, neste momento em Paris, teve a gentileza de desenhar, numa feliz evocação, no programa que vos foi distribuído. Este último perseguia os índios no intuito desinteressado de salvar-lhes as almas e fazê-los entrar no seio da igreja. Cheio de fervor pela sua obra espiritual de um tão nobre caráter, acompanhou os aborígenes quando estes entraram a recuar diante dos invasores do solo que tradicionalmente ocupavam, e nenhum esforço poupou para erguê-los ao nível da civilização. Com tal fito aprendeu o missionário os dialetos índios, de forma que se devem a

religiosos os trabalhos filológicos que a respeito possuímos e que datam dos primeiros séculos da vida americana.

Ao padre pertence também a fundação de aldeias – as famosas missões – que acabaram por ser estabelecidas nos pontos mais afastados do litoral. Faltar-me-ia infelizmente o tempo para algo vos dizer sobre esses aldeamentos, onde reinavam a ordem e a mansidão, e onde o indígena se adaptou com felicidade a uma disciplina imaginada pela bondade inteligente e própria de seu grau inferior de cultura.

Aí mesmo não escapou ele, porém, à ganância dos traficantes de escravos, que desempenhavam a par e passo o brilhante papel de conquistadores do deserto. As rixas entre bandeirantes e jesuítas enchem o maior número de páginas de nossa história colonial dos dois primeiros séculos e até lhe dão um relevo trágico. São páginas essas que tornam rubros os reflexos do incêndio das missões espanholas do Paraná, as quais os jesuítas tenazes ergueram alhures, devotados à sua obra até que os expulsaram. As riquezas auferidas por tal meio não ofuscam o cunho levantado e profundamente humano da participação muito considerável que lhes coube na organização social e na evolução de cultura da nacionalidade brasileiras.

De resto, as incursões dos bandeirantes e o assalto das aldeias indígenas sujeitas à catequese tiveram como resultado a conquista portuguesa da margem esquerda do grande rio Paraná, pois que esta região já era de fato espanhola. Espanholas eram as missões destruídas, e espanhóis os dois burgos de Guaíra, na foz do Piquiri, e de Vila Rica, sobre o Ivaí, que serviam por assim dizer, de vanguarda à região povoada de missões.

O quinhão dos jesuítas não foi menos importante que o dos aventureiros paulistas no que diz respeito ao conhecimento geográfico do país. Os missionários não podiam deixar de ser viajadores intrépidos, e de mais tinham cultura de espírito, portanto maior capacidade de apreciar o valor e coordenar os resultados obtidos pelas suas descobertas. Sua ciência corográfica foi tão completa quanto possível<sup>1</sup>.

O erudito explorador brasileiro, general Couto de Magalhães conta, a propósito das comunicações entre águas amazônicas e paraguaias, que os jesuítas conheciam um caminho rápido para transportá-los do litoral norte

do Brasil às missões do Paraguai. Experimentando refazer o itinerário seguido pelos padres, achou o general Couto de Magalhães que eles subiam em canoas o Tocantins, depois o Araguaia, por fim o rio das Garças, afluente deste último. Acompanhavam então por terra o Paredão – percorriam assim quinze léguas, e desciam os contrafortes em direção do vale do Paraguai. Retomando aí a via fluvial, utilizavam os rios Itiquira e Piquiri, afluentes do São Lourenço, o qual é por seu turno tributário do Paraguai.

Meu compatriota calcula a extensão deste itinerário, desde o Pará até Montevideú, em 1225 léguas, ou 7.350 quilômetros, assim repartidas: de Montevideú à confluência do Cuiabá e do São Lourenço, quase no ponto onde desemboca no Paraguai, 640 léguas; subindo em seguida o São Lourenço, o Piquiri e o Itiquira, até à cadeia de montanhas que forma a linha divisória das águas, sessenta léguas; quinze léguas mais por terra até o rio das Garças; cinquenta léguas para o percurso deste último até sua confluência com o Araguaia, e 460 léguas para a subida do Araguaia e do Tocantins até Belém.

Este itinerário é de fato o mais curto no que diz respeito à viagem por terra, o que demonstra a precisão dos dados obtidos pelos jesuítas em virtude da sua própria experiência. Tomando outros itinerários, a comunicação terrestre entre as partes navegáveis das duas bacias seria de vinte léguas pelo Guaporé e Madeira, e de trinta léguas pelo Juruema e Tapajós. A expressão “terrestre” deve entender-se num sentido limitado, pois que as torrentes que despejam nos dois sistemas fazem desta zona uma rede de cursos de água chegando em certas épocas a constituir verdadeiros lagos. O lago Xarais, em Mato Grosso, que tanto ocupou a imaginação dos geógrafos, não passava do resultado periódico de semelhantes cheias.

O esforço que os itinerários apontados representam é um esforço que não é exagerado taxar de maravilhoso. Podeis bem vos afigurar as dificuldades de todo gênero, quase insuperáveis, que comporta tal navegação num país deserto ou então percorrido por selvagens hostis. A própria navegação era das mais árduas. De São Paulo a Cuiabá, isto é, ao primeiro centro de povoamento de Mato Grosso, a distância é de 530 léguas, e a viagem consumia quatro passos pelas corredeiras, pelos escolhos e pelas cachoeiras.

Para começar, nesta direção – e o fato se explica pelo declive mais pronunciado do terreno numa extensão menos vasta que na região do norte, a qual, como sabeis, entra pelo oceano – a navegação é interrompida a cada passo pelas corredeiras, pelos escolhos e pelas cachoeiras.

Somente o rio Coxim, de uma extensão apenas de 40 léguas, conta 24 cachoeiras.

Era mister, nas corredeiras, desembarcar e transportar às costas a carga, enquanto as canoas desciam a corrente presas por cordas que as impediam de irem de encontro aos rochedos, contra os quais as teria arremessado a impetuosidade da água. Nas cachoeiras, ainda era pior: preciso se fazia arrastar, também por terra, as canoas, barcos bastante grandes, de uma capacidade de 500 arrobas, ou seja, 7,5kg.

Mesmo nos escolhos, força era aos viajantes trabalharem dentro da água, guiando o barco, felizes ainda se este não soçobrava com o seu conteúdo, ou se alguns dos viajantes não se afogavam na torrente.

Mesmo os rios de mais franca e tranquila navegação tinham seus perigos: por vezes o vento do sul, o terrível pampeiro, levantava grossas vagas e era causa de naufrágios. Por isso se experimentou, mesmo então, chegar aos pontos desejados fazendo a maior soma de caminho por terra. Não faltaram os concorrentes no século XVIII – segundo provam os documentos históricos extraídos dos arquivos de São Paulo e que foram objeto de um consciencioso estudo do senhor Gentil de Assis Moura – para a abertura de uma estrada de Sorocaba ao rio Paraná através de matas e campos. Do outro lado do Paraná, da foz do rio Pardo até Camapuã, uma fértil planície ondulada banhada de rios e guarnecida de capoeiras se oferecia aos exploradores, que não é outra senão o Campo Grande da Vacaria.

Se a via fluvial conservou, no entanto, a preferência, a principal razão está nos assaltos de índios ferozes, assaltos mais difíceis na água, ainda que a pontaria das flechas aí fosse igualmente certa: talvez também por motivo dos encontros com os espanhóis que eventualmente subiam do sul e que, após a separação dos países ibéricos, estavam animados de sentimentos muito pouco amigáveis. Onde quer que se encontrassem

espanhóis e portugueses surgiam de resto conflitos aos quais o tratado de 1750, celebrado entre as cortes de Madri e de Lisboa, trataria de pôr cobro, trocando os imensos territórios conquistados pelos brasileiros no interior pela Colônia do Sacramento, a saber a chave do Rio da Prata, o qual teria sido nossa fronteira natural no sul.

Os espanhóis vieram mesmo estabelecer-se, no começo do século XVIII na margem oriental do Guaporé, e aí chegaram a possuir missões nos meados do mesmo século. Sua intenção, logo contrariada pela repulsa, e mais tarde tornada impossível pela convenção diplomática, era de cortar as comunicações fluviais portuguesas entre Mato Grosso e Pará.

Por seu lado, tomaram os missionários portugueses posse, igualmente nos meados do século, da foz do Javari, que desde logo se tornou a fronteira definitiva entre os dois Impérios coloniais.

\* \* \*

Permiti que eu agora faça desfilar diante de vós, em projeções luminosas, alguns documentos ilustrativos dos fatos que acabo de mencionar. São todos paisagens e obras de arte brasileiras<sup>5</sup>.

I a II – Para começar, algumas vistas das corredeiras e cachoeiras que em tão grande número constituíam um obstáculo à navegação fluvial, exceção feita da vasta rede amazônica. Encontram-se essas cachoeiras em São Paulo, no rio Paraná e, a última delas, a de Paulo Afonso, denominada o Niágara brasileiro, no São Francisco.

12 – A batalha dos Guararapes, quadro de Victor Meirelles. Esta batalha decidiu o destino do Brasil português pela derrota dos holandeses.

13 – Os bandeirantes na mata, quadro de Henrique Bernardelli.

14 – A cidade de Ouro Preto, a capital do ouro nascida de um dos mais antigos arraiais mineiros.

15 – A velha praça de Ouro Preto, com seus edifícios do século XVIII.

16 – O escultor do século XVIII, por alcunha o Aleijadinho, trabalhando numa das igrejas de Ouro Preto e aí recebendo as visitas de fidalgos portugueses.

17 – O poeta Gonzaga na prisão, sonhando com Marília. Foi ele uma das vítimas da conspiração de que, ao terminar, vos direi uma palavra, a propósito do “Tiradentes”.

18 – O retrato de Debret, um dos fundadores da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, do excelente rei Dom João VI, o organizador do Brasil autônomo.

19 – A proclamação da Independência do Brasil, quadro de Pedro Américo. O evento assim representado ocorreu na altura do Ipiranga quando o príncipe regente Dom Pedro ao chegar a São Paulo, recebeu as ordens das cortes de regressar para Lisboa e se pôs resolutamente à testa do movimento nacional.

20 – O formoso monumento deste nosso primeiro imperador no Rio de Janeiro.

21 a 24 – Os quatro belos grupos do pedestal do monumento do marechal Floriano Peixoto, que vai ser inaugurado no Rio de Janeiro, a 21 do corrente. É todo ele obra do escultor Eduardo de Sá. Esses grupos evocam as três raças – portuguesa, índia e negra, e a catequese dos indígenas ao mesmo tempo que relembram episódios das lendas e poesias nacionais.

25 – A estátua do marechal [Floriano] Peixoto, desenhando-se entre as pregas da bandeira, no primeiro plano, a cabeça do Tiradentes.

\* \* \*

Resta-me apenas, senhoras e senhores, agradecer-vos a atenção concedida a esta conferência, com uma benevolência que me cativa e muito me desvanece. Sou particularmente grato, e não posso deixar de expressar tal sentimento à honra que ao meu país dispensou Sua Majestade o Rei, dignando-se assistir a esta sessão, dedicada ao Brasil pela Real Sociedade Belga de Geografia.

À veneração que o Brasil prestava à alta sabedoria do rei Leopoldo I, à imparcialidade de quem o governo do imperador Dom Pedro II recorreu numa ocasião memorável; à admiração que ali despertava o espírito superior de Leopoldo II, cuja perspicácia adivinhara tão bem o que se pode esperar

de uma aproximação econômica entre a Bélgica industrial e capitalista, e os vastos campos de colocação e de empreendimento que são os jovens florescentes países da América, juntar-se-á doravante uma viva simpatia por esta prova do interesse tão inteligente nutrido por Alberto I pelas nações que prolongam além mar a civilização cristã, e que são os documentos confirmatórios da força de expansão e da pujança da cultura europeia.

A história detalhada das missões, expedições e explorações a que foi sujeito o Brasil colonial é bem a história geográfica na qual se originou o povoamento, por outras palavras, a história social do Brasil de hoje. Esse povoamento, vós acabais de verificá-lo assaz, é o resultado de uma série de esforços e de lutas que não carecem de interesse, nem mesmo de grandeza, e que constituem o tecido resistente sobre o qual o progresso moderno bordou desenhos cheios de fantasia e de riqueza. São semelhantes esforços e tais lutas que formaram nossas tradições, explicam nossa existência e justificam nossas esperanças.

Já no século XVIII surgira no Brasil a consciência de uma nova pátria. O exemplo dos Estados Unidos provocou em Minas Gerais uma conspiração de poetas, de magistrados e de mineradores que, atraídos, foram arrastados para a enxovia e mais tarde deportados. Um só dos conspiradores, um alferes de milícias, subiu ao cadafalso e fê-lo com a maior coragem e também com rara nobreza, pois que recusou acusar seus cúmplices. O sentimento nacional apoderou-se da sua memória e a converteu no estandarte da nossa emancipação política, encarnando no personagem, que a literatura e a arte idealizaram à porfia, a nossa Independência.

Um compositor brasileiro, senhor Manoel Joaquim de Macedo, antigo aluno do Conservatório de Bruxelas, tomou aquele supliciado para herói do seu drama lírico intitulado o *Tiradentes*, que veio aqui orquestrar em recordação dos estudos da sua mocidade. Achou para isto o acolhimento simpático e a esclarecida colaboração do eminente professor Arthur De Greef. Ides ouvir, executado sob a direção do senhor Durand, o prelúdio desta obra inédita destinada a um êxito seguro.

(Seguiu-se a execução pela orquestra do prelúdio do *Tiradentes*).

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

- a. Conferência realizada na noite de 4 de abril de 1910, no Real Teatro de la Monnaie, em presença de Sua Majestade o Rei dos Belgas. Publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. xvii, 1912.
- b. Este ensaio deve ser considerado em perspectiva e em complemento a “O Brasil e os estrangeiros”, conferência realizada posteriormente na Sociedade de Geografia de Antuérpia. Publicados em páginas seguidas da mesma *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (vol. xvii, 1912), vêm também em conjunto na presente publicação.
- c. Oliveira Lima terá sido, inclusive, o responsável pela primeira execução da música do padre José Maurício Nunes Garcia na Europa, no Congresso Internacional de História Musical, em Viena, em 1908, no qual representou o Brasil por instrução do barão do Rio Branco, e por ocasião da conferência aqui reproduzida (Fernando da Cruz Gouvêa. *Oliveira Lima: Uma Biografia*, vol. 1. Recife, Cepe, 2002, pp. 384, 385 e 388).
- d. Este é um debate interessante, o de quando começa, efetivamente, a se caracterizar o “brasileiro”. Se de um lado antes da Independência, ou eventualmente da elevação do Brasil a Reino Unido, não havia autonomia política, por outro lado desde bem antes já estava bem caracterizado o Reino, Vice Reino ou Estado do Brasil como distinto, embora subordinado a Portugal. Talvez a melhor opção seja apelar para o conceito de “lusobrasileiro”.
- e. Oliveira Lima tinha um conceito favorável do rei Leopoldo II e da própria ação colonialista belga no Congo, considerada no espírito da época, de expansão e conquista da África, em que se achava normal “desenvolver o país às expensas da espoliação do Congo” (F. C. Gouvêa, *op. cit.*, p. 371).
- f. Como na afirmação de Duarte Coelho, que dizia estar conquistando a “palmas” o que se lhe havia concedido a “léguas”.
- g. O sentimento dominante na época não era precisamente o da descrença, era antes o da inércia ou incapacidade; porque todos acreditavam nos tesouros escondidos nos sertões e todos murmuravam por se não darem os passos para descobri-los (Teodoro Sampaio. O sertão antes da conquista (século xvii). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. v – 1899-1900. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1901, pp. 79-94, p. 83).



<sup>h</sup>. Oliveira Lima trata, em outras obras, do sertão: “A navegação a vapor e o telégrafo elétrico aproximaram-nos demais da Europa e distanciaram-nos do nosso próprio sertão. Nos começos do século XIX ainda se procurava [...] com afã utilizar as vias fluviais e desbravar vias terrestres em toda a superfície do país, com o fito de formar do Brasil um todo uno, compacto, forte, poderoso e agressivo” (*Dom João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 558).

“Aos sertões chegavam mal a disciplina social e a autoridade do governo. Seus habitantes eram rebeldes a tudo quanto não fosse a ação dos seus instintos de vingança e da sua arisca independência [...] Essa idiossincrasia particular do sertanejo servia de contrapeso ao regime de espírito feudal que vigorava entre os matutos, sem que lhes entibiasse a fibra combativa” (*O Império Brasileiro*, São Paulo, Melhoramentos, 1927, p. 250).

Quanto à Ilha Brasil, trata-se de mito situado na zona de intersecção entre duas visões, a estratégica e a maravilhosa. Este mito foi estudado em suas diferentes vertentes por Jaime Cortesão e por Sérgio Buarque de Holanda, e faz parte relevante da geografia imaginária dos sertões.

Para Jaime Cortesão, este conceito, pelo qual o Brasil formaria uma ilha, separada da América Hispânica pelos rios da Prata e Amazonas, unidos por um grande lago, de onde ambos nasciam, seria uma “razão geográfica” de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas e que presidiria à formação territorial do Brasil. Ainda para Cortesão, o mito da Ilha Brasil seria a tradução da “consciência perfeita da unidade geográfica, econômica e humana” que caracterizaria o Brasil. Segundo ele, é “na cartografia antiga que deparamos os melhores documentos sobre a evolução e a importância daquele mito na história do Brasil”. A concepção duma Ilha Brasil rodeada pelo Oceano e por dois grandes rios, unidos por um lago, tão vulgar na cartografia desde a segunda metade do século XVI, apareceu em cartas como a de Bartolomeu Velho de 1561, na qual o rio da Prata e o rio Pará, provavelmente o Tocantins de hoje, “ligam-se pela Lagoa Eupana, ao sul da qual se vê o Mar Grande ou Paraguai, que identificamos com o pantanal dos Xarais”. Dessa mesma lagoa partia o rio do São Francisco, “o qual se reúne por um lago menor ao Parnaíba e mais abaixo ao Paraná, que por sua vez se reúne à Lagoa Eupana”. Nos primeiros mapas de Fernão Vaz Dourado, de 1568 e 1580, em vez do Pará ou Tocantins, era o Maranhão que se ligava por meio do lago central ao Paraná e ao Uruguai, donde nascia igualmente o São Francisco. No mapa de 1580 do mesmo cartógrafo, a Ilha Brasil era representada pela mesma forma, acrescentan-

do-se apenas que o São Francisco e o Maranhão se ligavam também por um lago. Em 1600, Luís Teixeira voltou ao protótipo de Bartolomeu Velho e a Ilha Brasil ganhou corpo vasto e único. Assim, para Jaime Cortesão, “estava completado o conceito orgânico e ideal do Brasil insular”. Durante quase duzentos anos “perdeu a crença muito generalizada na existência duma formação geográfica brasileira, insulada pelo mar e um sistema de grandes rios, ligados por meio duma vasta lagoa. E seria absurdo imaginar que esse conceito, tão corrente, não se tivesse refletido na expansão territorial do Brasil”. A Ilha Brasil era assim “um mito expansionista, em que se antecipa a solução ao problema e ao conflito de soberania, entre Portugal e Castela, na América Meridional”. Trata-se dessa forma de um mito essencialmente geográfico e político, ao contrário dos mitos castelhanos, heroicos e imaginosos: “o elemento maravilhoso apresenta-se como secundário e importado”.

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, em artigo publicado em 1952 e depois reunido na coletânea *Tentativas de Mitologia*, intitulado “Um Mito Geopolítico, a Ilha Brasil”, antes de criticar a teoria de Cortesão, a resume e sintetiza: tratar-se-ia, segundo ele, da ideia de que os portugueses, aspirando, desde o começo da colonização, e antes dela, a ampliar seus domínios neste continente, se apoiaram inicialmente numa espécie de “mito”, forjado por parte dos navegadores e cartógrafos, e evoluíram, aos poucos, com o socorro às vezes deliberado dos bandeirantes e da diplomacia lusa, até à visão clara e fecunda de Alexandre de Gusmão. Como óbice a essa teoria, Holanda apresenta a tendência lusitana a uma colonização litorânea, mais uma necessidade imperiosa que uma vontade precisa, inclusive para evitar o despovoamento da marinha e a sua conseqüente conquista por eventuais invasores. Nesse sentido, mesmo a conquista de parte do sertão, no caso o amazônico, “podia apresentar-se como simples prolongamento da colonização litorânea, já que as margens do rio mar estendiam para o interior as do mar Oceano”.

Sérgio Buarque, por outro lado, integra a Ilha Brasil de Jaime Cortesão em uma “espécie de intencionalismo na história da conquista do sertão, assim como existe um intencionalismo na do próprio descobrimento do Brasil pela frota de Cabral”. Ter-se-iam criado, assim, fronteiras naturais para o território luso nas Américas, que se estenderia não só do Amazonas ao Prata, “como se ampliava sertão adentro, rumo aos limites pressentidos, que a natureza marcou com dois braços de água saindo de um lago chamado de Eupana ou Dourado”. Esse mito geográfico e político, entretanto, não seria capaz, por si só, de ins-

pirar, direta ou indiretamente, toda a expansão territorial da América portuguesa. Sérgio Buarque de Holanda, em síntese, não estava convencido que “nas entradas e bandeiras, ainda quando movidas por um acendrado patriotismo português, ou luso-brasileiro, para recorrer à terminologia do Professor Jaime Cortesão, fossem tão eficazes quanto as puras contingências econômicas”. Anos mais tarde, voltaria a escrever sobre a Ilha Brasil, em seu magistral *Visão do Paraíso*, mas desta feita sob um enfoque nitidamente mitológico. Referia-se ele na ocasião ao arquipélago ao qual São Brandão haveria chegado, verdadeiro paraíso onde não havia nem calor, nem frio, nem tristeza, nem fome, do qual fazia parte a Ilha Brasil ou Braçile (conforme mapa de André Benincasa, de 1467), ou Ysola de Braçir, na carta de Pizzigno, de 1367. Essa Ilha Brasil, vinculada à lenda de São Brandão, pertencia à tradição céltica e foi objeto de busca até o século XVIII.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, já que de ilhas tratamos. Se Jaime Cortesão padecia às vezes de um excessivo patriotismo intelectual português nas suas interpretações, ao atribuir à onisciência da Coroa, direta ou indiretamente, as iniciativas que conduziram à expansão territorial na América do Sul, Sérgio Buarque de Holanda parece padecer do que ele próprio denomina “um exacerbado orgulho regional” paulista que, “impaciente de qualquer jugo, se afirmou frequentemente contra a vontade, os interesses imediatos e os direitos da própria Coroa”, e de que é representante legítimo a historiografia de São Paulo na 1ª República brasileira, período de glorificação histórica do bandeirismo como forma de propaganda da pujança política, econômica e social dos paulistas. Parece ser mais razoável ficar-se pelo meio termo entre as duas teorias, e afirmar a interdependência entre a ação da Coroa e as ações individuais e particularistas. O poder central, a Coroa, não era capaz de executar, sozinha, a empresa da expansão; o poder local individualista, fosse ele exercido por bandeirantes ou fazendeiros, era fragmentado em unidades sem conta, não sendo capaz de garantir a exploração das riquezas descobertas ou produzidas por si só. A solução era o compromisso, que, pela tolerância e pelo reconhecimento da interdependência, legitimava as duas partes. A iniciativa das bandeiras, assim, podia pertencer – e nem sempre pertencia – a particulares, que investiam nela seus próprios recursos e os de sua parentela; mas as riquezas extraídas, fossem elas ouro ou escravos, eram exportadas para o reino ou para outros domínios portugueses, e pagavam impostos. A Coroa, por sua vez, incapaz de prover sozinha a essas expedições, dava mercês e reconhecia os descobertos. Observe-se que os descobridores de ouro, a primeira coisa que faziam

ao voltar, era fazer reconhecer pelas autoridades a prioridade de suas descobertas, e que a caça ao negro da terra dependia em muito da decretação da guerra justa. A Coroa, ademais, regalava patentes e títulos a esses descobridores, usando assim de um inteligente pragmatismo, que lhe permitia transformar em seus intermediários e representantes nos sertões remotos, aqueles que poderiam ser seus concorrentes, já que possuíam o poder político, econômico e militar sobre um determinado espaço. Portugal, dessa forma, dividia para reinar.

O mito da Ilha Brasil é tributário assim de uma geografia imaginária que se caracterizava pela existência de riquezas, ocultas ou aparentes, nos sertões americanos. Caracterizava-se também pela origem legendária dos seus grandes cursos de água, geralmente um grande lago, ele também rico em ouro e outros metais e pedras preciosas. Essa geografia imaginária não fornecia contornos precisos, nem coordenadas geográficas exatas, o que fazia encurtar em muito, por exemplo, as distâncias entre a América Portuguesa e as minas de prata do Peru. Dessa suposta contiguidade geográfica, que realmente existia, mas que se estendia por uma superfície muito mais ampla do que se imaginava, vinha um dos principais argumentos dos que defendiam a existência de metais preciosos no Brasil: se os havia no Peru, necessariamente os haveria também em terras da colônia lusitana, mormente situadas na mesma latitude – o que explica que as primeiras explorações tenham sido feitas nos sertões da capitania de Porto Seguro. E tanto mais seria assim quanto a probabilidade de haver metais preciosos seria maior a Oriente, já que por essas bandas se localizaria, segundo alguns, o Paraíso Terreal.

- <sup>i</sup> Oliveira Lima refere-se aqui mais bem às expedições para o Mato Grosso, especialmente dependentes dos rios e das épocas das monções.
- <sup>j</sup> Os montes Alleghenies fazem parte da cadeia montanhosa dos Apalaches, que se estendem entre os Estados Unidos e o Canadá por cerca de oitocentos quilômetros.
- <sup>k</sup> “O fato de só ter descoberto diamante e ouro no Brasil nos fins do século XVII deu contido à evolução portuguesa na América uma base mais estável do que a evolução espanhola. Esta base foi dupla, agrícola e pastoril – a lavoura da cana e a criação de gado. Pernambuco e sua expansão civilizadora para o norte foram o produto da primeira; a ocupação dos campos do Piauí foi a consequência da segunda. No sul o traço ambulatório foi mais acentuado e os bandeirantes mais constantes nas suas pesquisas. A Bahia participa de ambas as feições. O povoamento do interior constituiu um efeito mais moderno da indústria



“...São Francisco, que a cachoeira de Paulo Afonso intercepta como que para garantir a integridade nacionalista do sertão e que banha a região mais histórica do Brasil”. Manuel de Oliveira Lima, *O Império Brasileiro – 1822-1889*, p. 193. A cachoeira de Paulo Afonso fotografada por Marc Ferrez. Álbum da Comissão Geológica do Império (1875-1878). Acervo do Getty Museum, Los Angeles.



As cataratas de Sete Quedas fotografadas por Manuel San Martin, *circa* 1890. Acervo particular. Assunção, Paraguai.

mineira, que teve que ser criada, embora empiricamente” (Oliveira Lima, *O Movimento da Independência 1821-1822*, São Paulo, Melhoramentos, 1922, p. 26).

- <sup>l</sup>. “O Brasil [em 1821] nem politicamente nem socialmente era ainda homogêneo, como o tornou o Império, fazendo valer a uniformidade da colonização que lhe emprestava uma semelhança de aspectos. Circunstâncias variadas de clima, de história e outras tinham destingido sobre o caráter local. [...] Auguste de Saint-Hilaire menciona que os baianos eram geralmente reputados os mais inteligentes habitantes do Brasil, os pernambucanos os mais ardentes e independentes de caráter, os mineiros os mais pacíficos e industriosos, os paulistas os mais inflexíveis e perseverantes” (Oliveira Lima, *O Movimento da Independência*, p. 123).
- <sup>m</sup>. Aqui se pode perceber com muita nitidez os ecos de Oliveira Lima na obra de seu “discípulo amado”, Gilberto Freyre.
- <sup>n</sup>. Os paulistas, na condição de bandeirantes, exploravam, mas não fixavam o povoamento. Melhores serviços eles teriam prestado na Bahia e ao norte do rio São Francisco, quando se tornaram conquistadores. Muitos desses paulistas não haviam tornado mais a São Paulo, preferindo a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas: ou seja, de “despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos” (J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*, p. 148).
- <sup>o</sup>. Descrição bem realista e fiel. Criou-se, a respeito dos bandeirantes, uma mitologia que corresponde escassamente à realidade. Historiadores dos começos do século xx, sobretudo paulistas, mas também mineiros, criaram o mito do herói bandeirante conquistador de territórios e populações, de belas vestes e movidos por nobres motivações. Tal é a imagem que se vê, por exemplo, no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Um dos maiores representantes e defensores dessa mitologização foi Basílio de Magalhães, historiador mineiro que, em obras sem dúvida meritórias pela quantidade de documentos reunidos e analisados, enumera testemunhos coevos da expansão paulista, de tal forma a passar uma imagem edulcorada do movimento. É o caso, por exemplo, da carta de Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, na qual ele afirma que, em nome d’el-rei, os paulistas, gente de coração alto, grande e animoso, “expõem aos perigos a própria vida, gastam sem dificuldade tudo quanto têm, e vão até o fim do mundo, sendo necessário”. Ou de citação do historiador Oliveira Martins, para o qual “o espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira

alma da nação brasileira”. Estes, no entanto, são apenas aspectos da realidade, que devem ser contextualizados. Não se trata de negar o papel fundamental que os bandeirantes paulistas tiveram na expansão territorial brasileira, na descoberta e na conquista dos sertões, mas de buscar uma representação sua mais próxima da realidade. A figura de heróis apolíneos divulgada por essa historiografia regional, ideologicamente comprometida com a afirmação de São Paulo como principal centro político e econômico do Brasil, deve ser confrontada com a imagem, que em nada tem seu mérito diminuído, que emerge da análise dos inventários e outros documentos sobre os bandeirantes. Aqui as figuras principais são Alcântara Machado e mais uma vez Capistrano de Abreu, que trataram do tema de maneira mais realista. A eles se veio unir, anos depois, Sérgio Buarque de Holanda que, a esse propósito, foi esclarecedor e definitivo. Segundo ele, a “mobilidade espacial expansiva” desse “personagem paradigmático” da conquista territorial, longe de ter por objetivo o engrandecimento do território, a busca de riquezas, a formação de uma nova nacionalidade, enfim, não passa de uma consequência da “insuficiência dos recursos disponíveis para a sustentação do ideal comum de estabilidade”. Apartados das grandes linhas naturais de comunicação com o Reino e sem condições para desenvolver de imediato um tipo de economia extrovertida que torne compensadora a introdução de africanos, devem contentar-se com as possibilidades mais modestas que proporciona o nativo, o negro da terra, como sem malícia costumam dizer, e é para ir buscá-lo que correm o sertão. [...] Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão-de-obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto. Há no entanto os que, ainda hoje, só querem achar o germe e a lei íntima desses episódios no coração aventureiro do sertanista. Ou então no empenho que o moveria, de ver dilatados os senhorios da Coroa de Portugal neste continente”. Ou seja, não foi o espírito aventureiro, a busca do Eldorado, ou de outros metais preciosos, que predominou nos inícios, o que deu o impulso inicial ao bandeirismo: foi a preação dos “negros da terra” – já que os africanos eram muito dispendiosos – tão necessários às explorações agrícolas dos paulistas. Os responsáveis pelo grande movimento de expansão bandeirante eram, assim, os mestiços, “mestiços de todas as partes”, como dizia João de Barros. E, como mestiços, reuniam características dos seus dois elementos formadores – o branco português e o indígena. A síntese dessas duas influências teria levado a uma





Dom João VI ouvindo o Padre José Maurício. Óleo sobre madeira de Henrique Bernardelli. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional. Ano de 1749. Acervo da Mapoteca Histórica do Itamaraty, Rio de Janeiro.



composição original, a bandeira, expressão suprema da mobilidade do povo paulista de então. Mobilidade, reafirme-se, provocada mais pela necessidade, pela busca dos recursos do sertão – especialmente os indígenas –, que pelo espírito aventureiro, pela ambição do ouro ou por objetivos geopolíticos ocultos.

<sup>P</sup> Um dos responsáveis por estas expedições, Gabriel Soares de Sousa, foi um dos primeiros cronistas do Brasil, cuja obra é considerada uma “enciclopédia do século XVI”. Mais do que isso, foi dos primeiros exploradores dos sertões brasileiros, partindo à busca das lendárias e famosas minas. Esta entrada de Gabriel Soares de Sousa inscreveu-se numa série de tentativas de explorar os sertões brasileiros, fossem elas de iniciativa de particulares, ou da Coroa portuguesa.

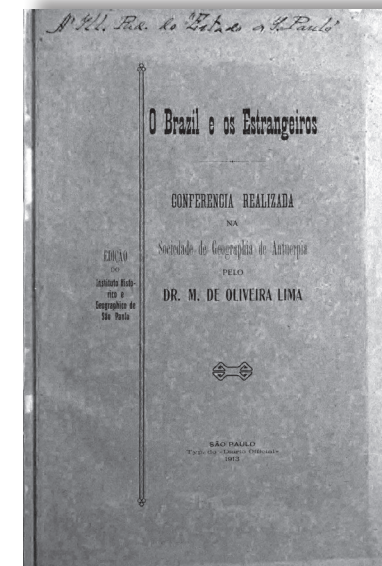
<sup>Q</sup> Números da época. Atualmente, 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, segundo o IBGE.

<sup>R</sup> Trata-se, entre outras, das cartas geográficas sertanistas, um conjunto de mapas, esboços cartográficos e borrões, quase todos anônimos, mas de autoria provável daquela que era considerada “a gente prática nos sertões”, feitos possivelmente nas primeiras décadas do século XVIII, e que serviram de base para muito da cartografia mais institucional que foi feita posteriormente. Mapas, esboços, borrões e riscos constituíam, em última análise, formas de representação voltadas para a apropriação mental dos espaços sertanejos, o que, por sua vez, abria caminho para sua ocupação efetiva. Produzidas no contexto da conquista e ocupação dos sertões, essas fontes revelam tanto o conhecimento objetivo que gradualmente se acumulava do interior da América portuguesa quanto a projeção da territorialização luso-brasileira que se queria implantar nos espaços indígenas. A cartografia dos sertões, elaborada por homens práticos dos espaços interiores, tornar-se-ia, no meado do século XVIII, um acervo de fundamental importância nas deliberações que levaram à assinatura do Tratado de Madri e a consequente delimitação formal do território lusitano na América.

<sup>S</sup> Esta conferência de Oliveira Lima é extremamente inovadora na sua estrutura. Ademais de contar com trilha sonora – execução de peças de música erudita brasileira –, contava também com um aspecto que poderíamos denominar hoje em dia audiovisual, com as “projeções luminosas” a que ele se refere. Trata-se, portanto, de uma exposição multimídia *avant la lettre*.

## 4

### O Brasil e os Estrangeiros<sup>a</sup>



O título desta conferência vos terá parecido à primeira vista um pouco paradoxal, ou, pelo menos, ambíguo. Os verdadeiros naturais do Brasil são os índios, nome geral dado aos habitantes do Novo Mundo e o que ficou como uma recordação indelével de Cristóvão Colombo, da sua crença na esfericidade da terra, cujas regiões orientais deviam, segundo ele, ser fatalmente alcançadas tomando pelo Ocidente. Estrangeiros, pelo contrário, são todos quantos desde os primeiros anos do século XVI pisaram o solo americano. Há, entretanto, diferença entre os que ocuparam essas terras, abertas então à atividade do mundo civilizado, pelo direito da sua descoberta, mesmo na fé de bulas pontificiais e de tratados diplomáticos, e os que logo se dispuseram a disputar a presa aos que primeiro a tinham segurado, e acabaram por contribuir pacífica e eficazmente ao desenvolvimento do país de que lhes não fora possível apoderarem-se à força. É destes últimos, do seu valor e da sua obra, que desejo dar-vos uma ideia.

Os portugueses, misturando-se com os índios, produziram uma raça igualmente valente e fundamentalmente empreendedora, à qual é sobretudo devida a conquista do interior do Brasil, tema este que não há muito escolhi para o de uma conferência na Real Sociedade Belga de Geografia em Bruxelas. O Brasil é, pois, a obra nacional – geográfica tanto quanto política – dos seus próprios filhos. Isto nos constitui uma tradição no passado e nos representa uma garantia para o futuro. Foram com efeito os bandeirantes, a saber, os aventureiros votados à pesquisa do ouro e dos escravos que recuaram nossas fronteiras, dilataram nosso Império, e emprestaram ao Brasil essa maravilhosa uniformidade social que lhe é tão peculiar e que se destaca tão bem sobre o fundo constituído pela diversidade dos efeitos pitorescos e pelo variegado das três raças misturadas: branca, vermelha e negra.

Os que têm podido percorrer, pelo menos ao longo do litoral, o imenso país que é o Brasil, ou que abordaram sucessivamente pontos muito afastados do seu território, ficam todos impressionados pela semelhança dos aspectos que se lhes oferecem. A língua portuguesa ali é falada sem dialetos, sem denotar mesmo diferenças muito sensíveis de pronúncia. Além disso a circunstância de que os índios da costa falavam todos o tupi-guarani, denominada *língua geral*, e que as outras línguas indígenas pertenciam a tribos ou *nações* do interior, mais disseminadas, menos fortes e com as quais o contato só veio a realizar-se mais tarde, fez com que o idioma dos conquistadores oferecesse de norte a sul idênticos neologismos exóticos, cuja propriedade determinou a capitulação da intransigência clássica<sup>b</sup>.

Por seu lado a religião católica não há por assim dizer sofrido na sua integridade, nem outrora com a propaganda dos calvinistas holandeses, quando a Companhia das Índias no século xvii dominou durante um quarto de século uma vastíssima extensão da colônia portuguesa, nem hoje com a propaganda metodista ou batista, exercida em completa liberdade pelos missionários americanos. Os costumes, enfim, apresentam tão notável analogia que imediatamente se percebe que uma mesma sensibilidade vibra em toda a parte sob aquele céu admiravelmente estrelado, que são os mesmos instintos e as mesmas ideias que governam o desenvolvimento dessa sociedade ultramarina cuja colonização fundou a unidade

social que a distingue, e preparou a união política que a história tinha querido roubar-lhe.

Desejo mostrar-vos esta noite o reverso da medalha, e começemos por dizer que não é inferior à outra face. Não obstante o caráter nacional que acabei de apontar-vos, os estrangeiros desempenharam no Brasil papel importante ao lado da população de origem portuguesa: por vezes disputando-lhe o domínio do solo, o que constituía uma forma indireta de servi-la, se adotarmos o ponto de vista dos defensores da guerra, como sendo uma instituição que gera as mais nobres tendências e fortemente estimula o progresso humano; outras vezes ajudando mais diretamente e, na minha opinião, de modo menos arriscado e mais seguro a expansão material ou o aperfeiçoamento moral do país.

Temos tido a boa fortuna de contar cópia destes últimos agentes de cultura. O Brasil é aliás a terra menos xenófoba, e não é por isso menos nacional nem menos nacionalista. Não quero apenas dizer que possui o espírito patriótico: todos os países o têm e devem tê-lo. Mas há países que denotam mais que outros um feitio particular nos costumes ou nos pensamentos, e penso que neste pormenor, apesar das suas tendências cosmopolitas, cabe ao Brasil assaz e poder-se-ia até dizer muito cunho próprio. De todo tempo, entretanto, soubemos tirar vantagem do concurso estrangeiro, acolhendo sem hostilidade e com simpatia quem quer que no-lo trouxesse, a menos que não viesse armado em guerra, como o ilustre marinheiro francês Duguay Trouin que em 1711 atacou e impôs resgate ao Rio de Janeiro, para vingar o fracasso da expedição do seu compatriota Leclerc, o qual entendera estender até a América do Sul as rivalidades da guerra de sucessão da Espanha.

Assim contamos estrangeiros entre nossos primeiros exploradores e entre nossos primeiros traficantes. Os Schetz, os poderosos banqueiros desta bela cidade de Antuérpia onde hoje me convidou vossa amabilidade, possuíram no século xvi em São Paulo – encontrareis detalhes a respeito nas páginas dos interessantes anais da vossa Sociedade – uma das primeiras plantações de cana e fábricas de açúcar do Brasil. Estais vendo que o vosso instinto comercial sempre foi para vós um guia segu-

ro, e que a operação financeira da “valorização”, na qual vossa metrópole participou de modo tão ativo e tão feliz, tem raízes distantes. Os tempos, porém, não se tinham ainda orientado para um mais franco cosmopolitismo; a política da “porta aberta” não predominava, como hoje, e os Schetz tiveram que renunciar a seus primitivos interesses brasileiros, tão pouco à vontade vieram a sentir-se num meio que ao abundante colorido local se esforçava por unir o espírito local. E o espírito local começaria logicamente por afirmar-se na defesa, quer dizer, na resistência à absorção estrangeira.

\* \* \*

A exploração do Brasil no seu início registra dois nomes de alemães que se celebrizaram pelas suas aventuras e pelo rastro que deixaram dos seus feitos exóticos. Os alemães não esperaram, portanto, o século XIX, como frequentemente se diz, para dar testemunho do seu espírito de empreendimento colonial. O primeiro desses dois pioneiros da expansão germânica na América do Sul foi Hans Staden, que escreveu a curiosíssima narrativa dos seus longos infortúnios quase ao mesmo tempo que Jean de Léry descrevia em francês as desventuras da colônia de calvinistas de Genebra, mandados vir por Villegaignon quando se estabeleceu no ilhote da baía do Rio de Janeiro, donde os portugueses o foram desalojar para fundarem nossa capital.

Começamos historicamente a travar conhecimento com este Hans Staden por ocasião da defesa da feitoria de Igaraçu, em Pernambuco, contra os índios, defesa em que ele tomou parte. Encontramo-lo algum tempo depois em São Vicente – ou São Paulo – naufrago da mais que melancólica expedição de um governador espanhol nomeado para o Rio da Prata. O lugar em que ia levantar-se a cidade de Santos – o segundo porto do Brasil de hoje – era então o ponto de reunião de uma pequena colônia cosmopolita. Aí se estabelecera primeiro que todos, com um mui primitivo engenho de açúcar hidráulico, Brás Cubas, o procurador do donatário. Hans Staden, o qual, tendo caído prisioneiro dos índios da vizinhança, corria sério risco de ser por eles devorado, refere-se a vários estrangeiros: os Venistes, os Schetz, os Adorno de

Gênova, com os quais se associara o senhor da capitania para fundar uma fábrica de açúcar, um engenho de água; como os que ainda se encontram em Pernambuco, posto que cedendo cada dia o passo às modernas usinas a vapor.

O açúcar foi a riqueza inicial do Brasil, a base da sua agricultura, a fonte de proventos pessoais que atraiu colonos, e de lucros públicos permitindo satisfazer as despesas locais. Os estrangeiros acharam-se pois intimamente ligados aos primeiros dias da prosperidade brasileira, assim como se acham hoje ligados ao desenvolvimento dos recursos de todo gênero que oferece esse país, ao qual as dimensões e a riqueza asseguram o mais brilhante futuro – um futuro para cuja realização tanto contribuem os estrangeiros.

Uma vez cativo dos índios, Hans Staden escapou ao destino comum dos prisioneiros de tribos de canibais, graças à sua presença de espírito, a qual bem denuncia a disposição da sua raça para fazer carreira na expansão ultramarina. O processo usado foi o de lisonjear a vaidade do famoso cacique Cunhambebe, dizendo-lhe quão reputado era e temido pelos europeus – como poderia um selvagem resistir a semelhante adulação? – e protestando não pertencer à nação portuguesa, tão detestada pelos tupis que por toda parte faziam aliança com os franceses, cujos navios no século XVI frequentavam a costa brasileira para carregar a famosa madeira de tinturaria que deu seu nome atual à Terra de Santa Cruz.

Conta Staden no seu livro que os índios o puseram à prova, obrigando-o a atirar sobre os portugueses: ao que ele aquiesceu no intuito de salvar a vida, parecendo-lhe uma recusa, em tal conjectura, um heroísmo inútil. E bom foi que vivesse, pois seu suplício nos teria privado de um capítulo de veras interessante das *Viagens Aventurosas*, se bem que os feitos de Hans Staden não tivessem sido tão ousados quanto os do seu patrício Ulrico Schmiedel, o qual fez por terra o percurso do Paraná a São Paulo, distância enorme que a estrada de ferro acaba apenas de vencer, na direção desse Paraguai que Cabeza de Vaca foi o primeiro a atingir através mil riscos e perigos, partindo do litoral brasileiro, e que vários outros exploradores, espanhóis e portugueses, após ele atingiram seguindo o mesmo caminho<sup>6</sup>.



O momento era todo de explorações. A imensidade do continente ia-se revelando aos poucos aos que o tinham descoberto e tratavam de conquistá-lo e ocupá-lo. Somente a expansão dirigida da costa oriental para oeste não encontrava barreiras quase insuperáveis, como acontecia com a do outro lado, mercê dos Andes, cujos despenhadeiros e precipícios contribuía tanto quanto as minas de prata para demorar a descida espanhola para as terras baixas. Nossos veios auríferos só muito mais tarde foram descobertos, no fim do século XVII, numa ocasião em que o Brasil já se achava quase constituído no seu aspecto atual com relação aos seus limites: a Amazônia nos pertencia ao norte, tendo sido os invasores estrangeiros repelidos para as Guianas, e ao sul fora galgado o rio Paraná e reconhecido o rio Paraguai, estando o vasto *hinterland* de Mato Grosso a ligar-se ao *hinterland* amazônico<sup>d</sup>.

O perigo estrangeiro durou no Brasil dois séculos: digo perigo porque os estrangeiros não vinham então pela maior parte trabalhar diretamente por nosso progresso; vinham no intuito de se apropriar do país em seu benefício e em benefício das suas nacionalidades. Os franceses foram os mais assíduos e os mais tenazes nos seus desígnios de conquista durante todo o século XVI. Vieram em seguida os ingleses, como corsários, agindo sem fim político, no seu próprio interesse individual. Finalmente os holandeses, sob a forma de uma companhia de comércio, conseguiram ocupar passageiramente a Bahia e fundar em Pernambuco um domínio imperial.

A união de Portugal e da Espanha atraía por essa época sobre as possessões portuguesas as cobiças e os rancores dos inimigos da Espanha e determinara a aplicação ao Brasil da política colonial, bem espanhola, de exclusão dos estrangeiros, política que pela continuação, depois de novamente independente, Portugal continuou a praticar, como aliás por seu lado o fazia a Inglaterra de Cromwell.

\* \* \*

A ocupação holandesa trouxe ao Brasil, como governador geral a soldo da Companhia das Índias Ocidentais, um príncipe da casa de Orange, o

conde João Maurício de Nassau-Siegen, espírito aberto, esclarecido e dotado de simpatia – concedendo facilmente sua simpatia e chamando a si simpatias – que merece ser contado entre os mais ilustres administradores do Novo Mundo.

Para Maurício de Nassau, e nisto se distinguia ele de muitos chefes militares seus contemporâneos, a guerra era apenas um meio e não um fim. Uma vez estabelecido o domínio, mister era respeitar as crenças dos vencidos, poupar suas susceptibilidades, mitigar seus sofrimentos, por outras palavras ganhar seus corações, tarefa a que se dedicou e na qual logrou completo êxito.

Se o príncipe houvesse permanecido em Pernambuco em vez de se agastar com os diretores da Companhia, cujas ideias se orientavam por uma política bem diversa, o Brasil seria hoje mui provavelmente de metade holandês em vez de ter ficado integralmente português. É com muita razão que ainda hoje se diz na Holanda: *vezuimd Brazieh*, o que quer dizer, se me não engano, Brasil perdido por desleixo.

Maurício de Nassau, que era ao mesmo tempo um guerreiro, um epicurista e um letrado, fez-se acompanhar ao Brasil por sábios, artistas e escritores, cujas crônicas em prosa e verso imortalizaram seus feitos; cujas pinturas, que hoje se encontram desde o palácio real de Hampton Court, na Inglaterra, até o castelo real de Frederiksborg, na Dinamarca, passando pela Real Biblioteca de Berlim, revelaram à Europa toda uma nova natureza, com suas paisagens exóticas, seus animais estranhos, suas plantas desconhecidas e suas gentes selvagens; cujos livros e tratados estabeleceram a base dos estudos científicos na América.

Foi com efeito a *História Natural* do Brasil por Piso e Markgraf – um médico holandês e um naturalista alemão – da qual fizeram os Elzevir uma formosa edição, que despertou por este assunto, nos círculos estudiosos da Europa, uma paixão só satisfeita com a reabertura do país ao tráfico, à curiosidade e à indústria do estrangeiro, por ocasião da instalação no Rio de Janeiro da corte portuguesa perseguida por Napoleão.

Piso e Markgraf foram os primeiros a estudar as condições do nosso clima, a fazer observações astronômicas no firmamento em que brilha o

cruzeiro, a descrever os costumes animais e as singularidades vegetais do Novo Mundo. Chamaram a atenção dos naturalistas sobre um domínio tão vasto quanto opulento e abriram o caminho a todo o movimento científico relativo ao duplo continente desconhecido. As ciências naturais eram, então, bem mais cultivadas na Europa setentrional do que na Europa meridional, e teria sido preciso esperar dois séculos para ser o Brasil estudado sob este ponto de vista, se Maurício de Nassau não houvesse pensado nas coisas do espírito tanto quanto nas políticas e militares, e se não houvesse sonhado converter *Mauritzstadt* – nome holandês da cidade do Recife, capital de Pernambuco – num centro de cultura tanto quanto num centro de administração. Um observatório ali foi levantado, criados jardins e pátios de animais, e só o tempo faltou para se ver ali funcionar uma tipografia já encomendada, organizar uma universidade já concebida.

A valente campanha de independência, sustentada contra os holandeses pelos brasileiros, quase sem apoio por parte do seu antigo governo e até renegados pela metrópole, criou no Brasil o sentimento nacional, que o novo meio fizera despontar; mas atrasou consideravelmente o desenvolvimento propriamente intelectual do país, se é que o impulso dado pelo príncipe-governador se tivera podido manter consoante seus desígnios, pois é mister sempre contar, salvo, bem entendido, exceções que confirmam a regra, com a influência depressora do país inculto de que sofriam a reação os primeiros colonos desarraigados da velha Europa refinada, e transportados para essas regiões longínquas e rudes em que a alma se sente solitária. Apenas as gerações que vão surgindo depois aninham a um tempo a ternura para com uma pátria que já é a sua e a energia precisa para se entregarem às tarefas intelectuais, mais exigentes dessa energia do que os apetites físicos, facilmente despertados e facilmente saciados.

Maurício de Nassau era de uma intelectualidade demasiado viva para que pudesse entorpecer-se aos calores tropicais. Sua curiosidade nunca se cansou durante os anos de sua residência em Pernambuco, em que o vemos construir castelos batavos, surpresos de ver refletidas suas empenas e torrezinhas nas águas de rios reluzentes de sol e não em brumosos canais; presidindo a torneios de flamengos e espanhóis, os quais, debaixo desse



6. Belagerung von Igaracú



17. Tanz der Frauen von Ubatuba.

Xilogravuras do livro  
*Zoei reise nach Brasilien*,  
de Hans Staden, ano de  
1541. Acervo da Biblio-  
teca Brasileira Guita e  
José Mindlin.

céu clemente, transformavam em elegantes diversões seus sangrentos encontros europeus, e, entre duas justas, realizando pelas armas uma conquista que tratava depois de radicar pela afeição e pelo reconhecimento.

Foi ele, contudo, o único a assim pensar e proceder: verdade é que era o único a elevar-se dentre a massa de aventureiros de todo gênero, aventureiros de gibão e chapéu de feltro ou de cassa e barrete, que a Companhia das Índias Ocidentais recrutava para a invasão, a evangelização e o tráfico, e que transportava nas suas naus, cuja divisa era que abaixo da linha equinocial não havia pecados. Não queria isto dizer que ali se achasse o paraíso: o que Américo Vespúcio colocara em tais paragens não passava do paraíso terrestre. A significação era que havia liberdade de fazer quanto acima do equador vedava a consciência, a qual além adormecia sob o condão de uma fada poderosa, chamada riqueza.

Não existe uma literatura holando-brasileira. As odes panegíricas do capelão de Maurício de Nassau, o erudito Plante, foram compostas em bela linguagem, após o regresso ao lar, com os pés aquecendo ao fogo da lareira e o cachimbo na boca; quanto ao cronista Barlaeus, nunca saiu da Holanda e contentou-se com tornear em sonoros e empáticos períodos latinos as informações que lhe tinham sido transmitidas<sup>e</sup>.

Aliás as melhores relações não são forçosamente obra dos que assistiram aos acontecimentos. Plante e Barlaeus contribuíram muito para a nossa história, descrevendo e exaltando o nosso passado, e nós nos orgulhamos muito dessas páginas, porquanto elas perpetuam a lembrança do reestabelecimento, pelos esforços dos nossos antepassados, da unidade portuguesa, a qual foi a bem dizer o fundamento da grandeza nacional. Também a perpetuam; melhor mesmo, pelo que diz respeito à graça humanista, do que os nossos historiadores da época, pobres monges mais nutridos de letras sacras do que de letras profanas.

\* \* \*

A produção intelectual do Brasil no período compreendido entre a partida dos últimos holandeses (1654) e a franca abertura do país à influência europeia (1808), é sobretudo uma literatura de púlpito e de

academias. Não houve Academia alguma dos Silenciosos – todos eram tagarelas – mas existiu uma dos Esquecidos, e esquecidas ou quase se tornaram elas todas. A poesia mesmo foi pedante, entremeada de notas agressivamente satíricas, até que o ar vivo e estimulante que sopra sobre o planalto ondulado de Minas Gerais – capitania do ouro e dos diamantes, sede da opulência e do luxo no decorrer do século XVIII – expulsasse as velhas fábulas e as sensorias pastorais, e fizesse aparecer na sua bela nudez, sem os véus mitológicos em que dantes se envolviam, a ternura dos amantes e a exaltação dos patriotas<sup>f</sup>.

Este século e meio de uma fraca literatura de transição cuja última fase é a única a projetar luz, como a aurora do romantismo que a Europa ia buscar na inspiração popular de antes da Renascença, foi, como disse, empregado pelos brasileiros numa grande tarefa que consistiu em conquistar seu próprio país, quer dizer, a explorar o continente virgem até os limites possíveis da expansão da sua raça. Não era esta a única a ocupá-lo, pois que os espanhóis por um lado tanto desceram do Panamá até a Terra do Fogo, ao longo das costas do Pacífico, e por outro lado subiram até a Califórnia, como ocuparam a embocadura do Prata e serviram-se das suas águas para se aventurarem até o Paraguai, descendo mais ao norte dos altos da Cordilheira até tocarem as margens do Madeira.

O imenso país que é o Brasil de hoje é o fruto dessa carreira obstinada atrás da miragem das minas – miragem que acabou por se tornar uma realidade -, a qual arrastava bandos inteiros através de florestas e campos, sobre as corredeiras e os escolhos dos rios. O poeta Baptista Cepellos evocou esses conquistadores em versos de que me permitirei citar-vos traduzida uma estrofe:

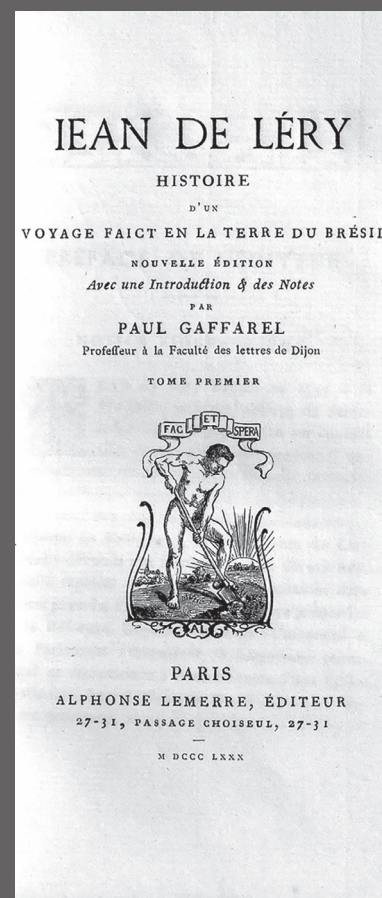
*Le radeau poursuit sa route sur les flots.  
Comme un lion tranquille, l'homme du Sertão  
Promène au loin son regard fier et ébloui.  
Ah! fleuve colossal, tu es encore trop petit  
Pour son grand rêve de conquête qui d'un élan  
Dédaigneux et puissant, comme un vaste étendard  
Qui se déploie, embrasse cet infini d'émeraude.*



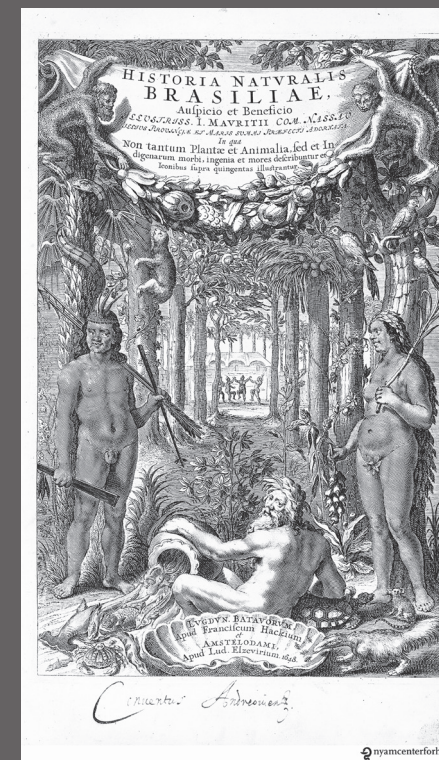
O estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro marca uma nova época na vida da colônia brasileira. Datam de então sua elevação à dignidade de nação autônoma e sua organização para a existência independente. Os estrangeiros aí afluíram, atraídos uns pelo negócio, outros pelo estudo. As ciências naturais tinham tomado na Europa um grande desenvolvimento sob a influência do racionalismo do século dos enciclopedistas, quando a observação dos fenômenos físicos tratou de substituir a revelação, e eram especialmente cultivados nessas universidades alemãs onde, dos povos de além-Reno, uns, como o prussiano, preparavam-se em silêncio pela meditação e pela cultura intelectual para reconquistar a posição perdida e subtrair-se à sujeição a que os constrangera a mão poderosa de Napoleão, e outros, como o bávaro, se esforçavam por justificar a promoção real que lhes outorgara o imperador senhor do mundo.

Os próprios almanaques publicavam descrições e vistas do Brasil e de outros países do Novo Mundo hispano-português, dando testemunho da curiosidade que suscitava ainda, após três séculos de exploração, esse continente quase misterioso cujas riquezas vegetais igualavam as minerais e cuja vida animal fervilhava em cada recanto, percorrendo toda a gama zoológica. O centro de cultura alemão não podia deixar de ser então o seu centro político: Viena, a capital imperial; e muitos sábios valeram-se do consórcio do Príncipe Real de Portugal e Brasil, que por sua própria iniciativa se ia tornar o primeiro soberano do Brasil independente, com uma arquiduquesa da Áustria, acontecimento que naturalmente estreitou muito os laços entre as duas cortes e, conseqüentemente, entre as duas nações<sup>8</sup>.

A arquiduquesa Leopoldina partiu, como outrora Maurício de Nassau, escoltada por sábios e artistas: nada menos de duas missões científicas, uma austríaca, outra bávara, às quais devemos o complemento dos esboços de Piso e de Markgraf, esboços essenciais, denunciando todos os contornos e a que não faltavam sequer as sombras, mas carecendo de ser rematados. Esta foi a obra dos grandes naturalistas que se chamavam entre outros: Spix, o zoólogo; Martius, o botânico; Naetterer, o



Frontispícios das obras de Jean de Léry e de Piso e Marcgraff, essenciais para o entendimento do Brasil nos séculos XVI e XVII. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.





zoólogo; von Pelzeln, o ornitologista; Pohl, o botânico; von Eschwege, o geólogo e mineralogista.

Sem me demorar em detalhes que vos pareceriam fora de lugar e tempo, dir-vos-ei que o legado científico de Naetterer enriqueceu o admirável Museu Imperial de História Natural de Viena, onde se acham as coleções reunidas durante suas longas viagens pelo interior do Brasil; – que os trabalhos de Eschwege sobre as minas não foram até hoje excedidos; – enfim, que o extraordinário empreendimento de Martius sobre a *Flora Brasiliensis*, a mais variada do mundo, foi concluído pelos seus sucessores depois de mais de meio século de labor, cujo resultado constitui um dos mais consideráveis monumentos do espírito humano.

O concurso europeu nessa época assumiu mesmo a forma de uma colônia de artistas de valor, contratados em Paris para fundarem nossa Escola de Belas Artes e educarem o gosto nacional, dando-lhe um cunho superior. Tinha este grupo de instrutores artísticos por chefe o secretário perpétuo da Academia de Belas Artes de Paris, Lebreton, a quem ligações bonapartistas muito ardentes tornaram suspeito ao governo dos Bourbons e que preferiu expatriar-se a arrostar-lhes a cólera. O desenvolvimento das artes no Brasil é devedor a esses professores de pintura, de escultura, de arquitetura e de gravura, de um impulso que ainda dura e que naturalmente recebeu desde logo a contribuição das vocações nacionais educadas em tal tradição adquirida<sup>h</sup>.

\* \* \*

Estais vendo, senhores, quanto deve o Brasil aos estrangeiros. Posso os soberbos exemplares coloridos dos trabalhos de Spix sobre as aves, os macacos, os peixes, os répteis, os testáceos do Brasil, exemplares que pertenceram à biblioteca do príncipe de Metternich, recentemente vendida em leilão, e que tinham sido ofertados ao famoso homem de Estado<sup>i</sup>.

Ele foi quem recomendou os sábios austríacos e bávaros à benevolência esclarecida de Dom João VI – o monarca ao qual o Brasil deve a sua orga-

nização nacional – e que acompanhou até o porto de Liorne e a bordo da nau portuguesa despachada para buscá-la, a desposada de Dom Pedro I. Eu o imagino, com seu sorriso irônico e seu olhar agudo que sondou a alma ambiciosa e plebeia de Napoleão, folheando aquelas magníficas ilustrações com a curiosidade de um profano que se interessa por quanto diz respeito ao espírito, e não posso furtar-me a acreditar que semelhante interesse intelectual contribuiu em parte para a simpatia de que o Brasil constitucional – notai bem esta palavra *constitucional* – é devedor ao defensor por excelência dos princípios do absolutismo, ou, se o preferis, do paternalismo<sup>j</sup>.

É verdade que, encarando sem animosidade a separação ocorrida entre o Brasil e a metrópole, e descobrindo argumentos favoráveis a respeito para memórias diplomáticas destinadas a percorrer as chancelarias, Metternich antes se preocupava com sustentar o único trono americano do que os direitos dos povos, o que entretanto não impede que achasse para nós desculpas que em outros não admitiu. É ainda um estrangeiro e dos mais afamados a quem devemos um serviço que não esquecemos, como tampouco esquecemos outros que nos foram prestados.

Os marinheiros brasileiros eram há poucos anos admitidos à abadia de Westminster a fim de saudarem o túmulo de lorde Cochrane e sobre ele depositarem uma coroa. Foi este célebre almirante inglês que passeou suas façanhas do Oceano Pacífico ao Mar Egeu, ora servindo a Inglaterra contra os franceses, ora ao serviço do Chile contra os espanhóis, do Brasil contra os portugueses ou da Grécia contra os turcos, quem organizou nossa primeira esquadra e lhe fez conhecer suas primeiras vitórias, obrigando a frota portuguesa que defendia o porto da Bahia a fazer-se de vela e perseguindo-a até vista das terras europeias.

Foi graças à marinha que a unidade do Brasil se pôde estabelecer no momento da sua independência. Se este instrumento houvesse faltado, a operação não poderia ter tido êxito, e de resto o país não mais faria do que seguir as tendências particularistas da sua história e da sua geografia, as quais lutavam contra as tendências unitárias da raça, da religião, da língua e das tradições comuns de povoamento, de resistência e de civilização.

O principal organizador do movimento de separação política no Império foi na verdade um brasileiro – José Bonifácio; o seu agente essencial, aquele que pela decisão da vontade realizou o que concebera a energia da inteligência, foi igualmente um nacional – o príncipe Dom Pedro, que passou a primeiro soberano da monarquia então fundada; mas um estrangeiro concorreu poderosamente para consolidar sua obra de construção social, cuja florescência atual é apenas a justa consequência dos esforços empregados.

Não faltam, entretanto, países onde haja cabido a estrangeiros o principal papel nos acontecimentos decisivos da sua evolução. Conheço e estimo muito um diplomata hispano-americano que, não tendo ele próprio nascido no país que se tornou sua pátria e havendo com isto sofrido, pois que o prejuízo nativista é dos mais enraizados, escreveu em desabafo um mui interessante e instrutivo volume sobre a contribuição dos estrangeiros para o desenvolvimento de países que não os seus. O exemplo de Napoleão acode imediatamente à memória. Foi com efeito este corso que até o momento de vir para a França se inspirava nos sentimentos do seu compatriota Paoli e detestava o invasor francês acampado na sua ilha, o homem que veio a representar no mais alto grau a glória militar e política da França e que na definitiva legenda napoleônica, da qual nos falava outro dia em Bruxelas com tanto encanto o poeta Jean Richepin, encarnará a Revolução Francesa e os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que foram o evangelho da democracia moderna.

Pensastes, por ventura, algum dia em que a Inglaterra, o mais nacionalista do países, cujo cosmopolitismo imperial só faz realçar o orgulho patriótico, deve a um francês, Simon de Montfort, a defesa, e a um holandês, Guilherme de Orange, a garantia das suas franquias constitucionais, das suas liberdades orgânicas, inseparáveis da sua existência? Haveis jamais refletido em que o Novo Mundo foi descoberto para a Espanha por um genovês, de quem um escritor espanhol quis recentemente fazer um compatriota, para não ter que repartir sua glória? Já vos dissestes a vós mesmos que o mais perfeito dos líricos franceses, o poeta impecável dos *Troféus*, era cubano<sup>k</sup>, e que Napoleão nunca foi celebrado com mais entusiasmo do que pelo alemão Henri Heine?

O velho mito que faz remontar a Enéas as origens da Roma imperial e papal, a qual subjuguou o mundo antigo pelas armas e pela cultura e se impôs ao respeito do mundo moderno por toda a tradição política e religiosa que lhe é peculiar, resume bem esta participação necessária dos estrangeiros em toda grande empresa social. Deve isto certamente significar que tais diferenças entre nacionais e estrangeiros não residem na natureza, que são antes o produto das circunstâncias históricas e outras que se calam e desaparecem para eventualmente permitirem à solidariedade humana o desprender-se e o afirmar-se.

Se o destino não concedeu a estrangeiros uma participação tão essencial nos destinos brasileiros, o país tendo sido descoberto, reconquistado aos holandeses, explorado em todas as direções, até assegurado contra as cobiças inimigas pelos seus nacionais, isto é, pelos portugueses, ou descendentes de portugueses, – o Brasil é, contudo, devedor a vários estrangeiros de uma afeição que justifica em troca um vivo reconhecimento.

Poderíamos não experimentar gratidão para com Robert Southey, o poeta laureado inglês, aquele de quem Byron, seu inimigo literário, dizia que lhe desprezava os versos rasteiros, mas que lhe invejava a soberba aparência, a figura apolínea? Southey foi o nosso primeiro verdadeiro historiador, e sua *História* não envelheceu porque a anima o fogo do entusiasmo que faz perpétua a juventude. Homem de letras até a medula: descreveu as viagens aventurosas, as conquistas arriscadas, as lutas sangrentas, não só na fé dos documentos extraídos dos arquivos portugueses, mas também com a ternura do artista por todas as belas manifestações da energia humana.

O assunto era-lhe grato ao coração tanto quanto ao espírito e suas cartas, das quais foram publicados 6 volumes, testemunham sua firme crença nos destinos da nacionalidade de que estudara os inícios e narra o crescimento. Ele próprio escreveu que desejava, num futuro distante, vir a ser lembrado como o Heródoto desse mundo recém-nascido para a História, e seu voto será cumprido, pois que narrativa alguma do nosso passado revela mais encantos, e encerra mais emoção do que a que nos legou Southey, numa língua a um tempo sóbria e imaginosa, como a sabem escrever os ingleses quando se propõem a fazer estilo.

A viagem de Ulrico Schmiedel, por exemplo, a que aludi ao começar, encontra-se na *História do Brasil* daquele poeta descrita nos termos precisos de uma exposição geográfica e ao mesmo tempo com uma tonalidade de ação dramática. Sente-se que o autor entremeou a leitura das relações ultramarinas com a do Romanceiro peninsular, e que as aventuras maravilhosas do Amadis de Gaula, do Palmeirim de Inglaterra e de outros heróis dos livros de cavalaria espanhóis e portugueses – esses livros que tanto escaldaram a imaginação de Dom Quixote – exaltaram sua fantasia lírica antes que o historiador se ocupasse das não menos admiráveis façanhas de outros heróis autênticos<sup>1</sup>.

Semelhante associação dos dons do erudito e do artista, é, como sabeis, necessária para que a obra literária seja sugestiva e fecunda sua ação. O simples pesquisador pode corrigir datas errôneas e restabelecer a exatidão dos fatos mas não deixa vestígio sobre a alma, insensível ao que não traduz o conteúdo moral. O poeta, por seu lado, deve soffrear sua imaginação e adaptá-la às realidades sob pena de ver sacrificada a Verdade ao Belo. O sopro poético é, no entanto, indispensável para animar a História – o que penso haver sido melhor compreendido pelos escritores de há um século, ou mesmo de há alguns séculos, do que pelos dos nossos dias, aos quais a fidelidade documental se afigura a condição fundamental senão por vezes exclusiva.

O gênio lírico não impediu, contudo, Victor Hugo de descrever melhor do que ninguém a batalha de Waterloo. Penso que muitos dentre vós partilharão esta opinião, pois que sua narração, sem possuir a riqueza de pormenores e a ciência de reconstrução da de Henri Houssaye, não deixa, por isso, de ser mais pungente e mais vibrante. O lirismo é frequentemente o caminho mais aberto à história.

Ferdinand Denis – outro escritor, francês este, ao qual devemos quase 70 anos de ininterrupta simpatia, pois que já se ocupava do Brasil em 1823 e ainda se ocupava dele pelos 89 – decantou a natureza nos trópicos antes de celebrar os feitos da história portuguesa e de apresentar aos leitores franceses as produções da poesia brasileira. As paisagens não foram, pois, para esse escritor mais do que o ensejo de estudar os homens que se agitam em tal cenário, e as ações e a expres-

são literária que deles se derivam. Para isto remontou até às nascentes cavalheirescas ou populares da Meia-Idade, assimilando as lendas anônimas e as tradições fabulosas antes de chegar aos fatos provados e aos gestos pessoais.

Sabeis como Ferdinand Denis começou a popularizar o Brasil na Europa, antes de escrever esse *Brasil Pitoresco*, que ficará como um dos livros mais amenos e mais instrutivos sobre o nosso país? Redigindo a descrição do Rio de Janeiro para o primeiro panorama da nossa capital, obra de um dos Taunay exposta em Paris pouco depois da Independência, de que foi continuação o panorama de Burford, aberto em 1828, em Leicester Square, em Londres, e cujo último descendente, o panorama do pintor francês Dumoulin, vistes todos vós, o ano passado, na Exposição de Bruxelas.

\* \* \*

Os benefícios que um país fica devendo a estrangeiros como Southey e Ferdinand Denis são inestimáveis: nada os pôde exceder. São depoimentos preciosos pela sua imparcialidade e pela sua superioridade moral, aduzidos ao processo que faz comparecer todas as nações perante o tribunal da civilização para responderem se bem mereceram ou não da cultura humana.

Quando um historiador como Southey ensina à Europa que o sentimento de fidelidade à pátria originária inflamou o coração dos brasileiros contra a ocupação holandesa e lhes inspirou o valor com que puseram em desbarato, após três combates formais, as tropas aguerridas que tinham sido transportadas dos Países Baixos para assegurar o domínio estrangeiro; quando o erudito Ferdinand Denis ensina a essa mesma Europa que o verdadeiro instinto da natureza apontava nas letras brasileiras ao mesmo tempo que sugeria a Bernardin de Saint-Pierre o caminho posto em evocar o meio onde Paulo e Virgínia se confessavam seu amor, e também que o individualismo romântico expelia das montanhas mineiras os fantasmas clássicos quando sua sombra ainda se projetava sobre as letras francesas: ambos afirmam ao mundo que os mesmos impulsos morais agem entre vós e entre nós, e que somos na verdade os representantes e os continuadores

dessa civilização europeia que é a mais substancial e a mais levantada que se há jamais conhecido. A informação é, porventura, interessante para vós, mas é sobretudo importante para nós, e não é demasiado pagá-la com todo o nosso reconhecimento.

Sob este aspecto somos aliás singularmente afortunados, pois que não nos tem faltado, nem no passado, nem no presente, amigos dedicados desta espécie. A lista seria em extremo longa, e assaz fastidiosa para os que não conhecem a contribuição particular de cada um para a propaganda brasileira, cuja biblioteca aumenta diariamente. Temos igualmente tido nossos detratores: um major Schaeffer, que, por volta de 1825, quis inundar-nos de vagabundos e de réus de justiça com o rótulo de colonos laboriosos, e que não podia sofrer sem impaciência que se levantassem obstáculos ao seu comerciazinho de imigrantes; um Biard, pintor que, enfasiado, longe da sua margem esquerda do Sena, repetiu no Brasil suas troças de *atelier* e se proclamou vítima de um mundo de horríveis bicharocos, desde os mosquitos até os lacraus, que lhe fizeram inchar as carnes e ao mesmo tempo a imaginação; um Charles Expilly, o qual julgou mais rendosa a nota melodramática amenizada por incidentes licenciosos e se permitiu monstruosidades literárias que vos não repetirei.

Estes estão esquecidos ou quase. É preciso ser um bibliômano como eu, colecionando todos os livros sobre um dado assunto, para ter a curiosidade de folhear suas obras. E pode dizer-se que o instinto popular, quero dizer o bom senso geral, uma vez mais teve razão. Para que fazer reviver hoje essas páginas odientas ou zombeteiras, tornadas afinal insípidas porque todo o fel ou o escárnio se evaporou delas, quando não faltam livros sérios, belos livros, com os quais se tem sempre encanto e proveito em travar conhecimentos?

Temos por exemplo, com suas observações políticas e sociais tão avisadas, as viagens do botânico Augusto de Saint-Hilaire, cujo nome de família é garantia por si bastante de probidade literária e de competência científica. Temos a excelente descrição das terras altas do Brasil, *The Highlands of Brazil* – feita por um dos mais notáveis viajantes ingleses do século passado, homem de uma coragem a toda prova, de uma ativi-

dade intelectual infatigável e de uma extraordinária franqueza, sir Richard Burton, a quem tanto sorriam as manifestações poéticas quanto as belas paisagens. Temos as páginas sempre jovens, porque seu valor não diminuiu, do naturalista Bates sobre o Amazonas. Temos a obra sem grandes pretensões, mas tão cheia de simpatia, de Ribeyrolles, esse proscrito do 2 de dezembro, que foi refugiar-se e morrer entre nós, e sobre cujo túmulo se gravaram os versos consagrados à sua memória pelo seu amigo Victor Hugo. Haveria, assim, centenaes de obras a citar e de autores a evocar...<sup>m</sup>

Deparamos naturalmente com períodos em que tal literatura é mais abundante. Já vos disse que no começo do século XIX os naturalistas alemães se precipitaram sobre o Brasil, campo até então cerrado à sua curiosidade, excitados pelos trabalhos dos seus predecessores do século XVII. Por essa mesma época pululam os livros ingleses sobre o Brasil. O inglês é um viajante muito pessoal e que gosta de comunicar suas impressões de viagem. Num domínio novo, razão demais para que assim aconteça: e o fato é que os residentes daquela nacionalidade não pouparam seus lazes de escritores. Se é possível reconstruir-se hoje, em todos os seus detalhes desaparecidos e pitorescos, a vida social no sul, bem como no centro e no norte do Brasil, devemo-lo a três negociantes ingleses, John Luccock, John Mawe e Henry Koster – um do Rio de Janeiro, outro de Minas Gerais e o terceiro de Pernambuco, os quais deixaram livros dos mais cheios de informações e dos menos parciais acerca do Brasil contemporâneo do bom rei Dom João VI.

Para escrever livros interessantes não é indispensável possuir preocupações literárias. O estilo amolda-se sempre às exigências do pensamento, quer dizer que se forma sempre debaixo da sua influência, e penso que foi Renan, um dos mais perfeitos estilistas franceses, que notou a propósito de Claude Bernard que se escreve sempre bem quando se tem o que dizer. Aqueles negociantes, com sua visão rasteira e com seu bom senso – pois que passou em julgado que os comerciantes possuem todos este último invejável predicado – legaram-nos uma pintura bem viva e mais atraente do que poderia tê-la composto um literato de ofício, o qual não tivesse tido como eles tantas coisas para contar. Ora conheceis bem a importância do detalhe,



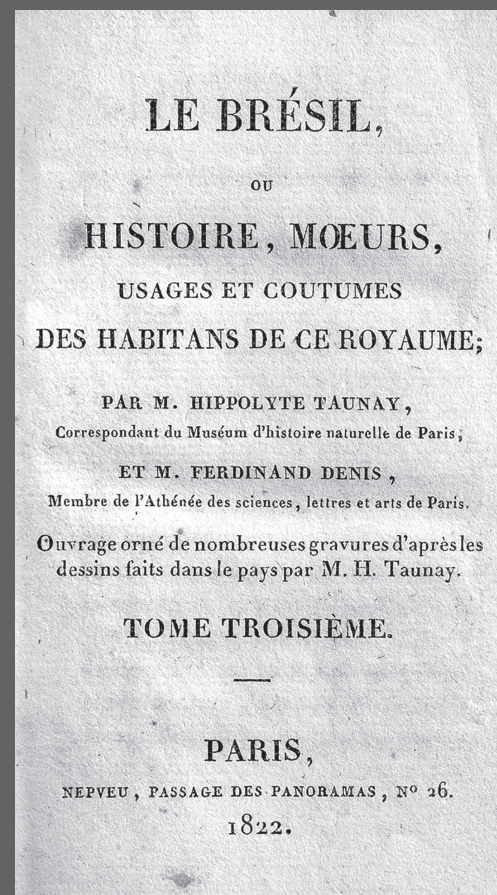
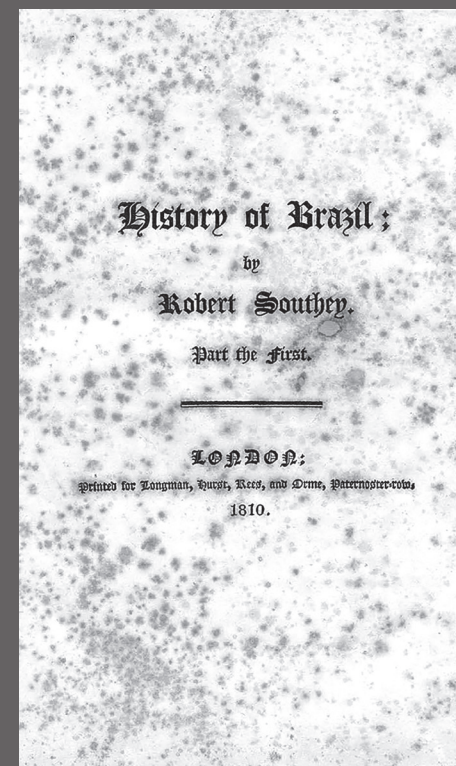
visto e vivido, na obra histórica. Sem ele a figuração pode ter eloquência, mas carecerá de sugestão.

Estes estrangeiros – Henry Koster principalmente, que veio para Pernambuco a fim de restabelecer sua débil saúde de homem atacado do pulmão, quase sarou nesse meio tropical e só muito mais tarde veio a sucumbir ao mal, e como Henry Koster tantos outros – falaram do Brasil com a ternura comovida que empregaria um filho da terra: o que prova quanto são convencionais esses sentimentos que separam os povos, senão as raças.

Fale-se muito embora em *instinto* patriótico: é tão imaginário quanto a famosa *voz do sangue*, de que se inspiraram numerosos melodramas antes de resvalar nas inépcias da farsa teatral. Um filho de alemão ou de francês, nascido no Brasil, é tão brasileiro quanto um filho de português, e como seria diversamente se seus próprios pais se deixam pela maior parte prender à terra de adoção por uma tão real afeição? O contraste torna-se mais frisante quando o tipo físico é mantido em virtude da lei de hereditariedade, envolvendo um novo espírito onde entram mesmo os aspectos menos importantes e até os defeitos que possui cada variedade humana<sup>9</sup>.

Existirão aliás raças puras no planeta, ou não será a humanidade antes uma mistura de raças? Sabeis todos que os franceses que representam em sumo grau a cultura latina têm mais sangue germânico nas veias do que sangue romano, e que as invasões bárbaras de além Reno, sobretudo as dos francos, se sobrepuseram à população gaulesa a ponto de reestabelecerem em seu proveito a unidade perdida da Gália, refeita por Clodoveu e mais tarde por Carlos Magno. Sabeis todos que os visigodos, suevos e vândalos, e por outro lado os mouros, destingiram sobre a população celtibérica de modo a aí perpetuarem indefinidamente o tipo moreno da Arábia e o tipo louro da Escandinávia<sup>9</sup>.

Não insistirei de resto em questões etnogênicas conhecidas. O que especialmente chamou nossa atenção foram exemplos individuais dos laços que unem o Brasil aos estrangeiros, laços tão sólidos que estrangeiros, quero dizer indivíduos nascidos sob outro céu, arrostaram por nossa defesa os perigos das batalhas, prontos a derramarem seu sangue por uma causa que não era a dos seus compatriotas, e que tais indivíduos estavam longe de ser



Frontispícios das obras de Robert Southey e de Ferdinand Denis, Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

vulgares mercenários dispostos a alugar seus serviços ao primeiro que aparecesse. Havia no seu modo de proceder motivos mais ou menos elevados, mas outros do que o interesse pecuniário.

Assim é que o nosso maior marinheiro, o almirante Barroso, que ganhou a célebre batalha naval de Riachuelo, era português de nascimento e aderiu à causa do Brasil independente. Tivemos igualmente, na nossa marinha e no nosso exército, franceses como Leverger, que Dom Pedro fez barão de Melgaço; como Labatut, que servira em França com o imperador; como Beaurepaire Rohan, portador de um nome ilustre na aristocracia; ingleses como Grenfell e Taylor, que permaneceram até ao fim ao serviço do Brasil.

Só vos citei casos históricos, alguns nomes que se destacam dentre a grande massa dos colonos europeus à qual todo o país de além mar deve seu desenvolvimento e sua civilização. Não posso entretanto esquecer-la, essa multidão anônima: esse mar de estrangeiros que desde o começo, desde o descobrimento, mas sobretudo durante o século XIX, veio rebenotar nas praias do Novo Mundo e cujo estabelecimento fez a grandeza de países como os Estados Unidos e o Brasil, onde seu número é legião.

Foram esses milhões de homens de todas as raças e de todas as procedências, impelidos primeiro pela sede ardente e doentia do ouro, da conquista territorial e da supremacia religiosa, em seguida por essas mesmas preocupações sob aspectos menos violentos e mais sãos, enfim pela única ambição utilitária assumindo uma forma moral, que transformaram as regiões selvagens da América, onde tantas rudes lutas se travaram, num campo pacífico de progresso e de labor humano, a ponto tal que não mais se pode compreender o mundo sem a América.

O que teria sido do excedente da população europeia, excedente todo relativo, dependente essencialmente das condições físicas e econômicas de cada país, sem esse escoadouro de atividades, sem essa escola de energia destinada a educar vontades e a oferecer a uma população ameaçada pela miséria e pela fome extensões imensas e todas por assim dizer férteis, pois que o Novo Mundo não comporta os grandes desertos do Velho, não possui nem Saara nem Gobi? Imaginem a Europa, onde a concorrência é tão encarniçada, com sua população atual e mais os 140 milhões de

americanos, a saber, de europeus transportados para a América, e seus descendentes!

Esta união bem combinada de esforços de origens diversas prova, pois, perfeitamente o que afirmei: que a solidariedade humana, apesar dos desmentidos cruéis que lhe são infligidos, não é uma vã palavra, uma fórmula para uso de ágapes e de congressos internacionais, e que as distinções e mesmo as diferenças entre as nações não são obra senão das circunstâncias acidentais, históricas, geográficas ou políticas.

Se os filhos de uma nacionalidade podem trabalhar pela grandeza de outra com tamanha dedicação; se os nacionais de um país podem fundir-se numa massa estrangeira e não mais se desligarem; se a convergência dos sentimentos provenientes de pontos afastados e mesmo opostos pode conduzir a semelhante harmonia – é que o voto dos pacifistas não é uma quimera irrealizável e que o sonho da fraternidade universal não é uma demência. É quando muito uma utopia, e a utopia já foi definida uma verdade prematura.

O exemplo do Brasil serve para demonstrar que o concurso dos estrangeiros pode ajudar vantajosamente, e de fato ajuda sempre poderosamente o desenvolvimento nacional, e que a contribuição de ordem social que cada um deles pessoalmente representa não é senão a visão fragmentária do espetáculo que o futuro provavelmente nos reserva, a saber, a combinação, a solidariedade – repitamos a palavra, que por haver sido mal usada não perdeu seu valor nem sua significação – dos esforços de todos os povos para um fito comum e para um estado, estranho tão somente às ambições e às injustiças mantidas pelas rivalidades presentes<sup>p</sup>.

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

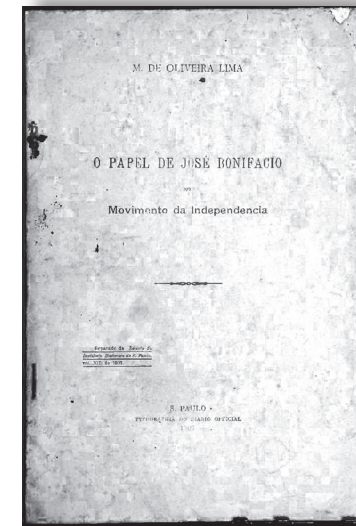
- <sup>a</sup> Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Antuérpia. Publicado originalmente em edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e impresso pela tipografia do *Diário Oficial* em 1913.
- <sup>b</sup> Esta característica, a unidade na diversidade, transformou-se em tema recorrente nos estudos históricos e sociológicos brasileiros no século XX, a começar pelos de Gilberto Freyre.

- <sup>c</sup> Esses viajantes estrangeiros escreveram relatos que tiveram impacto no próprio processo de construção da imagem do Brasil, configurando, nas palavras de Jean Marcel Carvalho França, “uma espécie de invenção do Brasil”, dada pela visão do europeu. Segundo este historiador, autor de uma importantíssima obra sobre o tema [*A Construção do Brasil na Literatura de Viagens dos Séculos XVI, XVII, XVIII: Antologia de Textos (1591-1808)*], Rio de Janeiro, José Olympio, 2012], a lenta e consistente propagação de relatos sobre o Novo Mundo na Europa ocidental, nesses séculos, permitiu a construção de uma ideia do Novo Mundo, do Brasil em particular. Trata-se entretanto de uma visão aparelhada, fruto dos preconceitos da época, baseada em narrativas descuidadas e observações apressadas, que originou um “vocabulário” sobre o Brasil que pouco mudou ao longo de três séculos, e isto porque, inclusive, esse discurso pouco original agradava ao público leitor.
- <sup>d</sup> Oliveira Lima aponta, em outro de seus estudos, a precoce delimitação das fronteiras do Brasil, especialmente em comparação com esse mesmo processo nos Estados Unidos. Com efeito, segundo ele, a forma atual do Brasil já estava praticamente definida em 1750, um século antes da do vizinho do norte. Delimitar entretanto não era ocupar nem integrar, apenas o primeiro passo para tanto, em processo que somente se concluiu no século xx.
- <sup>e</sup> Foi nesse sentido um precursor de Robert Southey, autor de uma das mais importantes e prestigiosas histórias do Brasil, que nunca pisou em terras brasileiras.
- <sup>f</sup> Oliveira Lima demonstra, aqui, pouco apreço pela poesia de Gregório de Matos Guerra, que não obstante é um dos grandes nomes da literatura em língua portuguesa no século xvii.
- <sup>g</sup> Cabe aqui lembrar, mais uma vez, o pioneirismo de Oliveira Lima, ao lado de Capistrano de Abreu, na utilização dos relatos dos viajantes e diplomatas estrangeiros, e na consulta dos arquivos diplomáticos como fonte historiográfica.
- <sup>h</sup> Integrantes ou descendentes dessa “missão” francesa (a denominação “missão” vem sendo contestada por parte da historiografia recente, que alega que não se tratou de uma missão organizada, mas da simples chegada, quase fuga de intelectuais bonapartistas) são, entre outros, Debret, a família Taunay e a família Ferrez, nomes essenciais na formação de uma imagem do Brasil no século xix e inícios do século xx.
- <sup>i</sup> Nunca é demais enfatizar a dimensão de colecionador de Oliveira Lima, tão essencial para compreender a sua personalidade quanto as suas duas outras de intelectual e

- diplomata. Nele as três dimensões se complementam, o que lhe confere uma posição única, tanto entre os intelectuais e diplomatas, entre os quais nenhum outro deixou um acervo como o seu, quanto entre os colecionadores, nenhum dos quais utilizou de forma tão intensa o próprio acervo na elaboração de suas obras.
- <sup>j</sup> Vale a pena notar, aqui, a mudança de atitude de Dom João vi: se no início do século, como príncipe regente ainda em Portugal, havia proibido a entrada de Humboldt no Brasil, agora permitia graciosamente, e mesmo estimulava, a vinda de discípulos do grande mestre alemão.
- <sup>k</sup> Efetivamente, José Maria de Heredia (*La Fortuna*, Cuba, 22 de novembro de 1842 – França, 2 de outubro de 1905) era de origem cubana, naturalizado francês.
- <sup>l</sup> Aqui mais uma vez Oliveira Lima, seguindo exemplo de seu mestre português, Oliveira Martins, demonstra sua preferência e defesa enfática por um fazer historiográfico com pendores literários, por uma História que também fosse Literatura.
- <sup>m</sup> Em 2 de dezembro de 1851 o presidente da Segunda República Francesa, Luís Napoleão Bonaparte, deu um golpe de Estado, dissolvendo a Assembleia Nacional e inaugurando o Segundo Império, do qual proclamou-se imperador sob o título de Napoleão III (em homenagem a seu tio, o I, e a seu primo, filho deste, o II, que faleceu muito jovem).
- <sup>n</sup> É de se ressaltar a coincidência – ou a prioridade – desse *topos* em Oliveira Lima e em Darcy Ribeiro que, anos depois, enfatizaria essa característica básica da imigração para o Brasil: a absorção do imigrante pela cultura brasileira, este já se considerando na segunda geração completamente nacional, o que não ocorreria, segundo Darcy, em outros países grandes receptores de imigrantes...
- <sup>o</sup> Agora é a vez de proclamar a prioridade de Oliveira Lima em outro *topos* importante, o do elogio à miscigenação, desta vez sobre Gilberto Freyre.
- <sup>p</sup> Nota-se a ausência, neste ensaio sobre os estrangeiros que ajudaram o Brasil, mesmo sem nunca terem posto os pés em território brasileiro, da figura de George Canning, cuja personalidade foi por Oliveira Lima apreciada com profundidade no seu *Reconhecimento do Império*. Neste livro, Oliveira Lima o considera como personagem decisivo para garantir a autonomia completa de um continente (*op. cit.*, p. 24), elevando-o mesmo a “padrinho da nossa nacionalidade” por haver sido o homem que favoreceu o nosso reconhecimento como nação independente (Arnoni Prado, *Dois Letrados*, p. 326).



## O Papel de José Bonifácio no Movimento da Independência<sup>a</sup>



Meus senhores:

O instinto popular raramente ou nunca se engana. As suas simpatias e antipatias distribuem-se com equidade. Não se fez preciso que os estudiosos do passado, acobertando-se com a indulgência da distância no tempo, proclamassem Dom João VI um rei benemérito. O povo já como tal o consagra, recusando associar-se às chufas que durante um século lhe têm sido dirigidas pelos políticos daquém e dalém mar, apoiados em historiadores e romancistas. No exagero das caricaturas grotescas o bom senso, devia talvez dizer o bom gosto popular, soube descobrir os traços genuínos da sagacidade e da bondade.

O fato é que a memória de Dom João VI vivia cercada de estima quando pretendeu reabilitá-la num assomo de justiça a crítica histórica, que mais não fez do que corroborar uma feliz intuição nacional, da mesma forma que a crítica filológica nobilita as felizes expressões plebeias, concedendo-



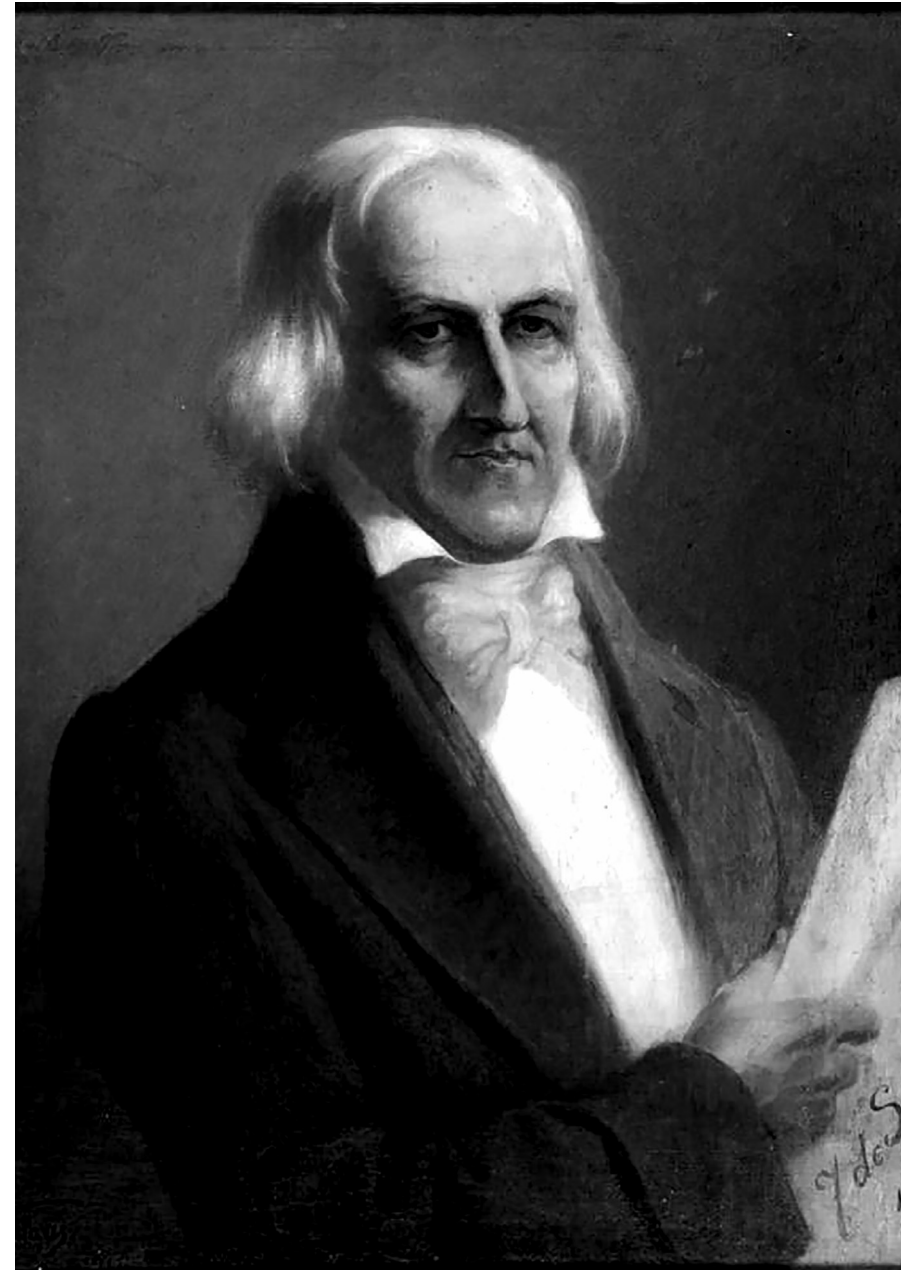
-lhes foros literários. Todos, no Brasil, tiveram saudade do rei excelente, antes mesmo que ele, constrangido, nos deixasse, e, quase um ano depois, o encarregado de negócios da França, de quem o governo da regência nutria queixas por desafeto à nova ordem de coisas que se preparava, fazia notar na sua correspondência oficial que os libelos mais descabelados e mais licenciosos saídos dos tristes prelos da capital, – os qualificativos são dele – poupavam sempre o monarca português, a quem nunca deixavam de referir-se com amizade e veneração<sup>b</sup>.

Outro tanto acontece com José Bonifácio. Aclamado por uns, denegrido por outros, em vida e depois de morto, o sentimento público, quero dizer a voz popular, atribuiu-lhe a autoria da Independência, cognominando-o de seu patriarca. Se alguns ainda lhe contestam, movidos por um impulso, que às vezes degenera em mania de destruir lendas e reformar tradições, com a primazia do esforço a legitimidade do título, ninguém ousaria desligar seu nome da direção do movimento, felizmente iniciado e felizmente concluído, da nossa autonomia política. Seria faltar à verdade essencial dos fatos.

Outros podem compartilhar da glória, mas os seus nomes não são como o dele representativos do acontecimento. Calar o de José Bonifácio quando se trata da nossa emancipação política, seria o mesmo que falar da Reforma sem mencionar Lutero ou recordar o Ressurgimento escondendo Cavour<sup>c</sup>.

A teoria dos homens providenciais pode ter sido suplantada por uma doutrina mais conforme com os princípios de uma sociologia inspirada na harmonia biológica, e, sobretudo, mais adequada às justas reivindicações das multidões cansadas do anonimato. Os grandes homens subsistirão na história e continuarão a aparecer no mundo, senão como fatores únicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como representantes supremos das aspirações coletivas, em todo o caso, como entes excepcionais.

Neste sentido continua José Bonifácio a ser um grande homem, visto que o príncipe Dom Pedro aparece nas suas mãos como o instrumento precioso – um instrumento mágico que fosse dotado de consciência e



*José Bonifácio de Andrada e Silva*, óleo sobre tela de Décio Villares, 1914. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



Gravuras do livro *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, de Johann Moritz Rugendas. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

vibrasse com inteligência própria – por meio do qual se realizaram as aspirações políticas e se preservou a integridade territorial e moral de uma nação, cujo lugar é amplo na geografia e cujo papel deverá ser notável na história universal.

Sabeis todos quem foi José Bonifácio. O vosso intenso e legítimo orgulho paulista dele se desvanece, como se desvanece dos aventureiros sem temor que rasgaram largos horizontes continentais à população do litoral e transformaram em fazendas do interior esses arraiais da costa, embebidos na contemplação do vasto oceano que lhes trazia frescas nas suas brisas, as recordações das aldeias brancas, das “casinhas da serra” que o poeta mais tarde cantaria “com a lua da sua terra”.

Há que respeitar-vos o sentimento e partilhá-lo. Os bandeirantes paulistas foram os “conquistadores” brasileiros, os criadores desta pátria que o ministro de 1822 conseguiu – ele mais do que ninguém – manter ainda sob o cetro imperial de um soberano imaginoso, já quase um romântico, cheio de vida, com todas as ilusões e esperanças desta, e prestigioso tanto porque nascera príncipe, como porque tinha por si a mocidade, o garbo, a força e a exuberância<sup>d</sup>.

O santista era um sábio, um mineralogista de merecimento. A política foi buscá-lo no meio dos seus quartzos e dos seus calcários. Latino Coelho, incumbido do seu elogio acadêmico em Portugal, país ao qual pertence José Bonifácio pelos estudos da sua mocidade e pelas preocupações intelectuais da sua virilidade, no-lo descreveu, em seu soberbo estilo escultural, percorrendo a Europa culta, centro por centro, ouvindo professores eminentes das universidades francesas, alemãs e suecas, visitando laboratórios, coleções e minas<sup>e</sup>.

A ciência, porém, lhe não consumiu outros ardores. Foi soldado do batalhão acadêmico que se formou ao tempo das invasões francesas; a política empolgou-o num instante crítico da nossa existência nacional, e até o poeta que versejará à margem do Mondego e na Bertioga, reapareceu no exílio.

Em Bordeaux, com efeito, no ano de 1825, foi que Américo Elísio – ainda duravam os apelidos bucólicos dos árcades do século pastoril, num pro-



longamento patriótico mitológico – autenticou seus arroubos, colecionando suas composições de uma inspiração emperrada mas de um estro sensual:

Se te vejo, as entranhas se me embebem  
De insólito alvoroço;  
O sangue ferve em borbotões nas veias!  
Sou todo lume, fico todo amores!

Ao mesmo tempo que publicava essas suas cantatas e odes, deixava ele correr o fel dos seus despeitos nas cartas que hoje são em parte do domínio de toda a gente, e nas quais se mostra esquecido de quando metrificava em Coimbra, dirigindo-se ao amigo Armindo:

Ignorados da “turba” viveremos  
Da singela virtude acompanhados,  
Enquanto com quimeras vis, ridículas  
Frenéticos mortais a vida estragam  
o seio de mil males e mil crimes<sup>f</sup>.

José Bonifácio foi um homem de sentimentos muito vivos: os seus entusiasmos eram fortes como os seus ódios. Ainda não chegara ao Rio, chamado pelo regente para aconselhá-lo sobre a organização do governo, que de português ia passar a brasileiro, e ajudá-lo a pôr cobro a uma desordem que tocava em anarquia, e já o encarregado de negócios da França, instruído da sua reputação, o descrevia para Paris como um homem *fougueux et très ardent*. Este foi o seu principal defeito, se por defeito pode-se chamar a manifestação irreprimível de um temperamento apaixonado.

O referido agente diplomático, coronel Maler, que também pecava por arrebatado nos escritos por não poder ser nos atos, ao transmitir a notícia da nomeação de José Bonifácio (o qual vinha ostensivamente na qualidade de deputado da junta de São Paulo perante o príncipe regente) para ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, ao mesmo tempo que informava a corte das Tulherias do bom conceito geral que mereciam os conhecimentos

do político, ontem homem de estudo, elevado ao poder, inteirava-a da fama certa de impetuoso e exaltado de que o agraciado gozava sem injustiça.

Do que nenhuma dúvida nutria o correspondente diplomático em questão era de que *Monsieur d'Andrada* tomaria ascendente sobre o espírito de Dom Pedro, que parecia firmemente disposto a abraçar os interesses nacionais e se tornaria o diretor influente dos seus colegas de gabinete. Eram estes colegas: Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o antigo capitão general de Mato Grosso e de Pernambuco, que tivera o ânimo de transitar por terra de um dos seus dois governos para outro, numa dura, posto que instrutiva peregrinação pelo imenso sertão, mas não tivera ânimo igual para abafar a conspiração de onde surtiu a Revolução de 1817, agora, não obstante, alvo da confiança do regente e encarregado das difíceis finanças de um país de tesouro exausto<sup>g</sup>; o marechal de campo Joaquim de Oliveira Álvares, português do velho reino, casado e estabelecido no novo, onde combatera na fronteira do Rio Grande contra a malta de Artigas, e acabava de comandar as tropas brasileiras reunidas no Campo de Santana, a 12 de janeiro de 1822, para fazerem frente à divisão portuguesa de Jorge de Avillez, e Manoel Antônio Farinha, que, tendo sido o único do antigo gabinete a prestar-se a continuar a assinar o expediente, permanecia como ministro da Marinha<sup>h</sup>.

Os acontecimentos que originaram a substituição do gabinete são geralmente conhecidos. Achava-se o príncipe no teatro na noite de 12 de janeiro, quando o foram prevenir da atitude abertamente insubordinada da guarnição portuguesa que, ameaçada em segredo de desarmamento, entendia protestar contra a humilhação e jurava carregar com Dom Pedro para Lisboa, assim desmentindo praticamente o famoso “fico” pronunciado três dias antes.

As Cortes, no intuito de bem desagregarem o reino ultramarino e privarem os sentimentos políticos brasileiros do seu centro natural de convergência, tinham decretado o estabelecimento de juntas provisórias, uma em cada província, correspondendo-se diretamente com a soberana Assembleia das Necessidades<sup>i</sup>, e decidido o regresso à Europa do herdeiro da coroa, afim de seguir, nos países neste sentido mais adiantados, um

curso prático de singeleza democrática e de nulidade constitucional. Precisamente contra semelhantes resoluções se rebelara a junta de São Paulo, que, movida por José Bonifácio, a 24 de dezembro de 1821, convidava a junta de Minas a reunir-se a ela e fazerem causa comum, constituindo um núcleo de resistência. Desta resistência, por essa deliberação, de súbito o paulista se tornava a alma<sup>1</sup>.

Ao propalar-se o boato de um motim – incomparavelmente mais grave do que qualquer outro – e tinham sido frequentes desde um ano – presenciado pelo Rio de Janeiro, a sala de espetáculos do Rocio ficou deserta. O motim, porém, gorou. Os brasileiros acudiram tão pressurosamente aos seus postos que, ao alvorecer, mais de quatro mil homens, em grande parte gente de milícia trazida do interior, se tinham congregado em armas. Força foi aos regimentos de Avilez, em menor efetivo, capitularem e anuírem à intimação de retirada para a Praia Grande, de onde rompeu um manifesto, mas nenhuma hostilidade material. Os nossos movimentos políticos sempre começam incruentos, como que assim se denunciando a nossa instintiva repugnância às sangrentas discórdias civis.

Se estava vencida na Corte a resistência europeia – prenúncio de uma fácil emancipação da capital – restava o problema mais custoso, que era o de assimilar no centro o espírito provincial, expelir os focos de ocupação portuguesa que mantinham um desequilíbrio nacional, sintomático desse período de transição política. A cristalização não podia aparecer perfeita enquanto a embaraçassem matérias estranhas e a primeira coisa a fazer devia ser eliminá-las – pareceu ao naturalista, numa feliz aplicação ao mundo moral das regras elementares do mundo físico.

José Bonifácio entrava na política mais ativa que um país pode comportar, no outono da existência humana, com um nome feito no mundo científico da época durante quadra mais repousada, e uma farta experiência da vida com que sustentar a agitação que avocara. Tinha 58 anos em 1821, assistira durante mais de dez na Europa dalém Pirineus, colaborara distintamente em publicações especiais, privara com teóricos e industriais de muitos países, e em Portugal exercera cargos no professorado, na magistratura e na administração. Observara aspectos vários da natureza e aspectos vários

da sociedade, adquirira traquejo e nas ideias alcance, consolidara a feição prática do seu espírito como lhe emprestara a natureza dos seus principais estudos, e tingira de liberalismo, senão político, pelo menos econômico, o seu cabedal de planos de utilidade pública.

Talvez fosse, era mesmo um delineador mais do que um executor. Porventura lhe faltava em maleabilidade de ação o que lhe abundava em sagacidade de pensar. O representante diplomático americano – e aos americanos não falta a perspicácia – teve esta impressão do ministro de Dom Pedro e exarou-a na sua correspondência para Washington, onde a encontrei. Para a crise da Independência José Bonifácio foi todavia o homem indicado, o homem adequado.

Teve habilidade para jogar com as circunstâncias favoráveis e teve decisão para arcar com as circunstâncias adversas, cabendo naquela fase o ser brusco em algumas ocasiões e o ser enérgico em todas. Depois, quando o aparelho constitucional entrou em movimento com suas molas ainda peras, é que se fazia preciso mão mais delicada para dirigir-lhe a marcha e ajeitar-lhe o andamento; não só uma vista afeita aos trabalhos do microscópio para examinar nos seus menores detalhes a composição do complicado maquinismo.

O representante da França, da França dos Bourbons, o qual não suportava com paciência quanto tresandasse a liberal, negava até ao ministro da Independência madureza nas ideias, ordem metódica nos projetos, o que ele chamava um desenvolvimento sistemático no seu conjunto e aplicação, como se naqueles momentos difíceis e mesmo angustiosos, fosse coisa muito possível a serena realização de um programa fixo de planos.

A essas críticas, porém, responde melhor do que qualquer defesa literária o êxito da política servida pelo vosso conterrâneo, esse a quem o coronel Maler descrevia nos seus ofícios para Paris como “uma cabeça vulcânica apesar das cãs, confundindo tudo no falar e no administrar, ora divagando, ora perdendo o rumo, levado pelo impulso de seu patriotismo exaltado e pelo seu ódio às Cortes”. Maler sobretudo se espantava – reputava na sua frase um fenômeno – de que um homem de saúde tão



precária como era José Bonifácio, pudesse berrar havia então dez meses (este ofício é de outubro de 1822) sem estar de todo esfalfado.

O reverso da medalha gravada pelo francês é tão lisonjeiro que merece e deve ser conhecido, para honra do diplomata e para glória do político. É como se de um lado o perfil mais duro do personagem acusasse um queixo redondo e voluntarioso e um nariz aquilino e dominador, e do outro o rosto de frente deixasse ver uns olhos de expressão bondosa e uma larga testa inteligente. O artista – que o era Maler, em estilo oficial pelo menos – põe com efeito mais de uma vez em relevo as sãs opiniões do patriota, o seu coração excelente, o seu inexcedível desinteresse, a sua detestação [*sic*] dos princípios antimonárquicos, que combatia com furor. Aí estava aliás um ponto de concordância, portanto, de simpatia entre os dois.

Não estou fazendo mais do que reproduzir textualmente os dizeres do coronel Maler, que das suas conversas com José Bonifácio, e eram frequentes, se julgou autorizado a concluir a harmonia das preferências monárquico-constitucionais do primeiro ministro brasileiro com as bases da carta francesa da Restauração.

É fato que, como governante, José Bonifácio zelou sempre os foros do executivo e teve a mão pesada quando se tratava de repressão, e pode bem ser exato o que referia o encarregado de negócios, de nutrir o patriarca uma verdadeira ternura dinástica, ele próprio afirmando não poder ver sem viva comoção as crianças reais, os pequeninos rebentos nacionais da casa de Bragança. Já tínhamos então o Império, pois que este outro ofício é de novembro de 1822.

O “Elogio” de dona Maria I, pronunciado em Lisboa, em apurada linguagem, no ano de 1817 e no seio da Academia Real das Ciências pelo seu ilustre sócio paulista, é um testemunho considerável em favor daquele ardor monárquico, do que em inglês se chamaria com mais simpleza e mais precisão o *loyalism* de José Bonifácio. “Louvar um soberano virtuoso é acender farol em torre altíssima, para atinarem os outros a carreira” – foi, nas suas palavras, a regra a que obedeceu a elaboração desse panegírico de encomenda, de uma intensa devoção dinástica, deve antes dizer-se de uma marcada

deferência cortesã no seu estilo engalanado, nos seus atavios pagãos, nas suas reminiscências clássicas, nas suas citações frequentes de filósofos gregos e romanos, na sua sensibilidade que era, contudo, em demasia afetada para não ser exagerada.

Era, pois, José Bonifácio um adversário declarado das tendências republicanas, pelas disposições do seu temperamento tanto quanto pelos conselhos da sua inteligência: o ideal consistia então nas democracias tão liberais que chegassem a ser ingovernáveis. Não bastava no entanto à sua visão de estadista evitar a república. Ponhamos ao seu crédito que mais urgente e mais necessário lhe apareceu manter a própria nacionalidade brasileira ameaçada de dissolução.

O regime não passava afinal de coisa secundária diante desse magno problema, que, de resto, uma vez resolvido pelo prestígio do representante da dinastia e pela convicção geral do interesse patriótico, assegurava a um tempo a união nacional e a estabilidade monárquica.

Antes mesmo de ser ministro de Dom Pedro e de se transportar para o que devia ser o centro da nacionalidade em formação, já José Bonifácio compreendera admiravelmente a situação, abraçando com olhar agudo toda a perspectiva. Ao serviço do seu ideal, e nenhum mais nobre se poderia dar do que evitar o naufrágio de uma agremiação moral e solidária que custara tanto sangue e representava tantos esforços, pusera ele aquela combatividade que o levara, professor, a pegar em armas com seus discípulos para enxotar de Portugal os agressores franceses.

É mister ter bem presente que o Brasil oferecia à tentativa de recolonização das Cortes uma seara opima de realidades, não só um terreno fértil em esperanças. Onde quer que se denunciava o maior vigor do elemento português, tanto quanto onde se revelava o maior fermento do espírito local, na Bahia e no Maranhão como em Pernambuco e no Ceará, em todo o norte enfim, a ideia de rompimento com a capital de origem colonial e de ligação direta com a sede das Cortes e da realeza, das autoridades supremas da nação em sua nova classificação hierárquica – as Cortes primando a realeza – recebera um acolhimento o mais simpático<sup>k</sup>.

Com ela pensava lucrar os que meditavam a recolonização constitucional – muito parecida em seus projetados processos com a colonização absolutista – e não menos os que aspiravam à independência democrática, mais acessível ou pelo menos mais compatível com o fato de uma libertação do que a emancipação com uma monarquia.

O sul, não obstante a preocupação regional ser aí também viva e muito imperfeita a solidariedade moral, então impediu a fragmentação do Brasil; e no sul foi o vosso conterrâneo quem, decidindo a junta de São Paulo a prestar obediência ao Rio de Janeiro e reconhecer a supremacia do príncipe regente “com autoridade própria”, arrastou as demais divisões administrativas para a esfera de influência paulista, constituindo esse troço um primeiro esboço de união.

A província de Minas Gerais, apesar da sua superior população, dependia pela sua localização central das do Rio e São Paulo, sem cujo acordo ficaria até privada das suas melhores comunicações com o exterior. Paraná não existia ainda; Santa Catarina pouquíssimo valia isoladamente, e São Pedro do Sul era por demais despovoado e exposto às correrias dos guerrilheiros orientais para que pudesse desprezar o interesse de uma união. O influxo de São Paulo estendeu-se até a Cisplatina, onde em 19 de julho de 1821 ficara admitida, sob os auspícios do conquistador Lecor, a suserania fluminense na pessoa do Príncipe Regente e depois Defensor Perpétuo do Brasil, mas onde era instável o equilíbrio pelo valor do fator militar português.

José Bonifácio entrou para os conselhos de Dom Pedro certo de que a unificação nacional se efetuariá se a Coroa – e a coroa estava mais sobre a cabeça do filho que sobre a do pai, coato pelas Cortes – quisesse desempenhar o seu papel tradicional de protetora das regalias populares contra uma oligarquia de adventícios, como outrora as defendia contra o feudalismo; certo também de que no momento que atravessavam a Europa culta e suas descendências, não mais se podia dizer dependências ultramarinas, o espírito liberal, um certo espírito liberal bem entendido, deveria caracterizar a ação da autoridade.

A força era indispensável, mas já se não suportaria a tirania.

Acreditava assim José Bonifácio na eficácia de uma legislação esclarecida, produto sadio da ciência do governo que, nas suas palavras elevadas e orientação prática, devia consistir em “indagar o que pode ser um Estado para corresponder aos seus mais altos fins; em conhecer todos os seus recursos presentes e futuros, e todas as suas faltas atuais”. Nisto, como no gosto extremo pelas ciências naturais, era ele um digno filho do século XVIII, o século da regeneração intelectual e do paternalismo administrativo.

No “Elogio” da *Ótima Maria*, conforme apelidava o acadêmico a excelsa soberana defunta, depara-se-nos uma frase que trai a vibração da alma do que apenas era então um homem de estudo, ainda não um homem de governo, quando tocada pelo afã das conquistas morais. Referindo-se aos decretos reduzindo os segredos dos acusados, regulando a jurisdição ilimitada da polícia, declarando e restringindo a jurisdição dos donativos, o orador acrescentava como comentário: “foi esta uma prova mais do quanto a nossa rainha desejava condescender com as novas luzes, espalhadas pela Europa, começando assim gradualmente a limpar o edifício social da ferrugem de tempos bárbaros e escuros”.

Não deve surpreender-vos que, quem assim pensava, fosse, caso raro entre os nossos homens públicos da época, infenso à instituição servil, que por ele se haveria extinguido quase simultaneamente com o resto de dependência colonial que ficara após o reinado americano de Dom João VI e a organização do reino do Brasil. Não era oportunista em tal matéria, e se não obteve ganho de causa o ilustre paulista em seu adiantado modo de ver neste ponto, foi porque os acontecimentos decidiram diversamente, não porque lhe faltassem coragem e vontade.

O predomínio mesmo de José Bonifácio no governo durou pouco: cessou com a cessação da crise cuja terminação foi principalmente obra sua. Os Andradas foram derrubados e votados ao ostracismo quando, por um lado, o príncipe, naturalmente arvorado em emblema da união, mostrou ter sugado no berço o leite do despotismo, e por outro lado os elementos radicais, contidos ou contendo-se durante a luta pela integridade nacional, se não quiseram submeter por mais tempo, cederam às suas paixões e levantaram suas resistências. Colocado entre as duas correntes opostas, no ponto pior

do embate, o estadista da Independência perdeu o prumo e desgarrou: também estava cumprida a sua alta missão, que fora a de salvar o Brasil por meio do Império constitucional.

A história das relações íntimas entre Dom Pedro e José Bonifácio, entre Telêmaco e Mentor, é uma história ainda por fazer e para a qual faltam infelizmente as contribuições de caráter pessoal que mais interessante a tornariam. Os Andradas, transformados em “corcundas”, depois da abdicação, partidários quase únicos no Brasil da restauração imperial do duque de Bragança, cujas tendências autoritárias reconheceram afinal quando se casavam com a concepção que eles tinham da autoridade, calaram seus ressentimentos de 1823 e não deixaram revelações bastantes ou interessantes bastante<sup>1</sup>.

Um momento houve, que a ninguém escapa, no qual o ministro se impôs ao príncipe como se impôs à situação. Dom Pedro procurava com a maior assiduidade e a qualquer hora o seu conselheiro na modesta casa por ele ocupada. Maler conta que, passando pelo Rocio a cavalo na ocasião de uma dessas visitas, ouvira que um popular, com aquela zombaria tão peculiar à população fluminense e as mais das vezes apropriada e conceituosa, alcunhava o regente de “ajudante de campo de José Bonifácio”.

Não faltaria quem fizesse chegar a São Cristóvão ditos semelhantes. Muitos seriam os que, uns por pura maldade, outros por inveja rancorosa, tentariam envenenar relações que eram mais a conjugação de duas energias do que o encontro de duas simpatias<sup>m</sup>.

Só os homens verdadeiramente superiores aparecem despidos de pequenas invejas, e são raríssimos. Poucos são também os reis que, dotados de imaginação e atividade, suportam a colaboração de grandes ministros. Ora, José Bonifácio chegara a crescer tanto em popularidade, em poder e em iniciativa, que ofuscava o trono. Aliás, sua influência se derivava em boa parte da aura que cercava o príncipe regente depois das suas manifestações brasileiras; assim como o prestígio de Dom Pedro proviera muito do acerto das resoluções promovidas pelo seu conselheiro.

A inteligência entre estas duas forças repousava sobre uma base concreta, pois que era recíproca a vantagem; mas ao se separarem, Dom

Pedro teve o arranco de quem sacudia uma canga e José Bonifácio a melancolia de quem lidara com um ingrato, ocorrendo que a ambos assistia a razão. Um e outro possuíam a índole violenta e o gesto pronto. A continuação da associação requeria abnegação, que tendia, porém, a relaxar-se uma vez passada a crise, e exigia delicadeza, que não era o predicado característico de nenhum dos dois personagens.

Quando digo delicadeza, quero referir-me, é claro, à polidez superficial das maneiras, não à delicadeza íntima dos sentimentos. José Bonifácio tinha o doesto fácil e grosseiro. As viagens pelos países mais cultos não tinham envernizado completamente esse português – que o era, de pátria até 1822, de educação e de feitio toda a vida – forte na sua delgadeza, colérico, de poucas contemplações estudadas e de bastante jactância. A sua alma, porém, tinha vibrações que desciam até as senzalas: alma fidalga num invólucro comparativamente rústico, o que vale mais do que o contraste oposto.

Também Dom Pedro tinha uns arrancos brutais que eram antes manifestações da falta de educação familiar de que se ressentira a sua infância, e da incoerência, não quero dizer do desbragado do meio em que desabrochou a sua mocidade; mas não faltava, não podia faltar uma sentimentalidade rica a quem se despojou altivamente de uma coroa para ir defender em incertíssima contenda os direitos de uma criança e se prestava a acabar como regente em nome da filha, tendo começado a vida pública como regente em nome do pai e sido, no intervalo imperador e rei e o outorgador generoso e sincero – porque tanto era sincero no bem como no mal – de duas cartas constitucionais, consagrando em suma por parte do direito divino todas as conquistas políticas, isto é, todas as liberdades da revolução.

É pena que a boa inteligência do começo não houvesse podido manter-se de lado a lado, entre soberano e ministro, de forma a organizar-se a vida autônoma do país sobre os auspícios dessa dupla individualidade, exercendo-se associada numa mesma orientação e sob uma única inspiração, de fato constituindo uma só ação.

José Bonifácio dissera ao pronunciar o elogio da rainha Dona Maria I – e cito mais de uma vez esta oração acadêmica porque foi escrita

na virilidade, mas quando ainda não pesavam sobre seus ombros, nem coisa alguma indicava que dentro em pouco pesariam, as responsabilidades do poder – estar capacitado de que os grandes projetos devem ser concebidos e executados por um só homem, e examinados por muitos: de outro modo desvairam as opiniões, nascem disputas e rivalidades, e vem a faltar aquele centro comum de força e de unidade, que tão necessário é em tudo, e mormente em objetos de suma importância.

Um só homem para conceber e executar, entendia ele. Mas não conhecera a mitologia greco-romana um deus de duas caras dessemelhantes, e não encerrava o panteão budista uma deusa de cem braços independentes? Porque se não verificaria politicamente uma anormalidade anatômica que não fosse um embaraço à existência fisiológica? Porque se não combinariam na personalidade diretriz o cérebro amadurecido do homem de estudo e o braço juvenil do homem de impulsos e de entusiasmos? A fusão seria perfeita – nada a contrariava – de um pensamento reflexivo e de uma vontade espontânea. A unidade moral até se acomodava com a dualidade física.

O encarregado de negócios da França, um observador arguto, mau grado os seus preconceitos reacionários, julgava o estadista mais de molde a concordar com o príncipe do que a guiá-lo com circunspeção; mas a verdade é que se Dom Pedro se esqueceu inteiramente de que era herdeiro de um reino unido, foi porque a seu lado havia quem lhe mostrasse a cada passo as vantagens de ser imperador<sup>1</sup>.

É fato que se Dom Pedro foi por vezes imprudente, melhor dito impaciente, numa ocasião aliás em que as delongas eram contraindicadas, por seu lado José Bonifácio não pecava pelos hábitos de procrastinação. A ambos se pode atribuir a origem de vários instantes sediciosos dessa série agitada de dias que precedeu e seguiu de perto a Independência.

A reflexão é velha e quase banal – mas as banalidades não são mais do que verdades repetidas – de que nas crises nacionais, e em quaisquer momentos de apuro, aos governantes cabe dirigirem o movimento, sob pena de serem levados na enxurrada dos acontecimentos. Faz-se, contudo, mister que a direção se não descubra muito, para não provocar os



Em cima: *Casamento de Pedro e Leopoldina (alegoria)*, óleo sobre tela de Domingos Clementino, 1820. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



Ao lado: *Dom Pedro I*, óleo sobre tela de Manuel de Araújo Porto-Alegre. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



ciúmes ou ofender as veleidades de rebeldia dos que disfarçadamente se pretende tutelar ou pelo menos encaminhar.

Dom Pedro e José Bonifácio aplicaram a máxima com a restrição, e deram-se bem com ambas. Uma vez realizada a separação, a saber, proclamados rotos os laços de dependência entre as Cortes de Lisboa e as províncias do Brasil, ficava por fazer alguma coisa de essencial que era ajeitar no novo molde esse imenso corpo amorfo e de uma plasticidade desigual, que tanto podia vir a ser uma monarquia centralizada como uma república federativa – uma confederação neste caso de escassa duração.

O governo constituído não abriu mão do leme, para não naufragar em algum escolho, mas aparentou deixar o navio flutuar à mercê das ondas. Foram os republicanos, os adeptos das doutrinas democráticas pelo menos, que inventaram de fato o Império. Foi [Gonçalves] Ledo quem redigiu, fez imprimir e afixou a proclamação de 21 de setembro, sugerindo a aclamação. Foi José Clemente Pereira quem expediu, em nome da sua Câmara [do Rio] emissários às outras municipalidades para aderirem à ideia que, adotada na penumbra de uma loja maçônica à qual pertencia Dom Pedro, trazia em si uma satisfação vibrante do amor próprio nacional e a promessa de demonstrações positivas da munificência imperial.

O príncipe relutou, para salvar as aparências. José Bonifácio fingiu desinteressar-se da forma e só fazer questão do fundo, mergulhando na passividade para permitir a atividade aos agitadores profissionais: estes marcharam para a frente e a procissão acompanhou-os.

Todos, aliás, acharam no cortejo o seu lugar: só o corpo diplomático estrangeiro, de que tinham permanecido uns restos na debandada da corte de Dom João VI, com atribuições antes consulares, ficou desnordeado, sem bem saber que atitude lhe cumpria, ou melhor, sem ousar definir precisamente sua atitude. Naturalmente refugiaram-se, aqueles dentre o corpo que revestiam caráter diplomático, na abstenção, que é um recurso sempre aberto aos agentes internacionais.

O encarregado de negócios da Áustria, um barão Mareschal, que era muito inteligente e cuja situação mais delicada se fazia, mais perplexo se tornava pelo fato de ser a nova imperatriz uma arquiduquesa da linhagem

dos Habsburgos, inventou uma dessas doenças que se denominam diplomáticas – antonomásia de fingidas – para desculpar-se de não ir ao paço no dia 12 de outubro – aniversário de Dom Pedro e ao mesmo tempo data escolhida para a aclamação imperial – e rogar ao seu colega de França, de, na sua qualidade de *primus inter pares*, apresentar por ele as desculpas e as congratulações.

O de França, que não pecava por tolo, respondeu-lhe muito francamente que não compareceria na corte fluminense, por motivo das alterações aí sobrevindas, sem novas instruções do seu governo, e que, portanto, reduzido a zero em vez de um, não lhe era lícito pôr diante dos olhos “de Suas Altezas” o “triste” boletim de saúde do amigo. Os cônsules de Inglaterra e da Rússia – que ainda eram Chamberlain e Langsdorff – despidos como andavam de caráter diplomático, não tinham igual motivo para dúvidas e subterfúgios, e não pensaram sequer em ausentar-se<sup>o</sup>.

Uma prova, entretanto, indiscutível de que José Bonifácio não abandonara de fato o timão aos representantes municipais ou populares, está em que pôs embargos a uma manifestação política que se projetava simultânea com o oferecimento da coroa e que consistia em obter do soberano – impor-lhe seria mais exatamente o termo – a sua prévia sanção da Constituição que viesse a ser elaborada pela assembleia legislativa adrede convocada.

Teles da Silva, o futuro marquês de Rezende, foi quem deu parte a Maler do desígnio, que era o de José Clemente e seus amigos, e do furor de José Bonifácio ao ouvir falar em tal. O plano, contudo, não vingou na reunião pública do Senado da Câmara a 10 de outubro, da qual a ata publicada fornece uma noção imperfeita, e por isso se transmudou em júbilo a cólera do ministro, que o agente francês nessa ocasião descrevia preso de uma grande exaltação patriótica que buscava vazão numa extrema volubilidade de língua.

Não obstou em todo caso o recuo da municipalidade que no teatro, onde o espetáculo do palco era menos interessante e menos dramático que o da sala, e no largo do Rocio, cena dos motins e algazaras, o povo, desafiando a chuva torrencial que caía, misturasse com seus brados festivos e sinceros em honra do jovem imperante, frequentes e entusiásticos vivas à constituição liberal do Brasil.

Na verdade, se todos num momento dado aclamavam e aplaudiam o Império, cada qual pretendia que o imperador fosse a seu jeito. A lua de mel foi por isso curta entre conservadores e demagogos, se é que estas designações correspondem fielmente, uma aos que professavam pela autoridade um respeito mais decidido, e outra aos que antepunham às regalias soberanas o fervor pelas franquias populares, nas suas ilusões apelidando o imperador o primeiro democrata do Império e apontando-o, muito erradamente de certo, como prestes a converter-se, se tal fosse a vontade geral, num simples cidadão da República brasileira.

Mercê dessa ironia tão comum na história, as circunstâncias levaram o ministro conservador de 1822 a afetar em 1823 modos de demagogo, sendo envolto nos sucessos que assinalaram a dissolução violenta da Constituinte – ele que pessoalmente tinha o orgulho não só das tradições intelectuais de ascendentes próximos, mas também da fidalguia da sua linhagem, que entroncava em casas nobres do reino; e cujas inclinações iam para uma constituição pautada pela carta francesa, na qual se alentasse o poder sem se sacrificarem as liberdades.

No seu espírito mesmo travavam luta, para se ajustarem numa fórmula estereotipada à Benjamin Constant, a jurisprudência severa do antigo desembargador da Relação do Porto, educado na tradição coimbrã, e o filosofismo do discípulo das reformas de Königsberg, o estudioso do criticismo racionalista de Kant, do idealismo transcendental de Fichte e do metafisicismo agudo de Schelling.

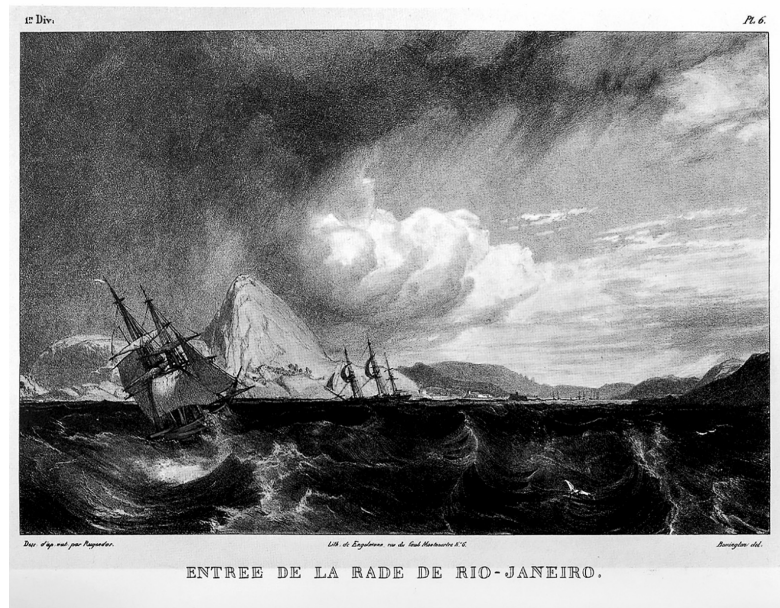
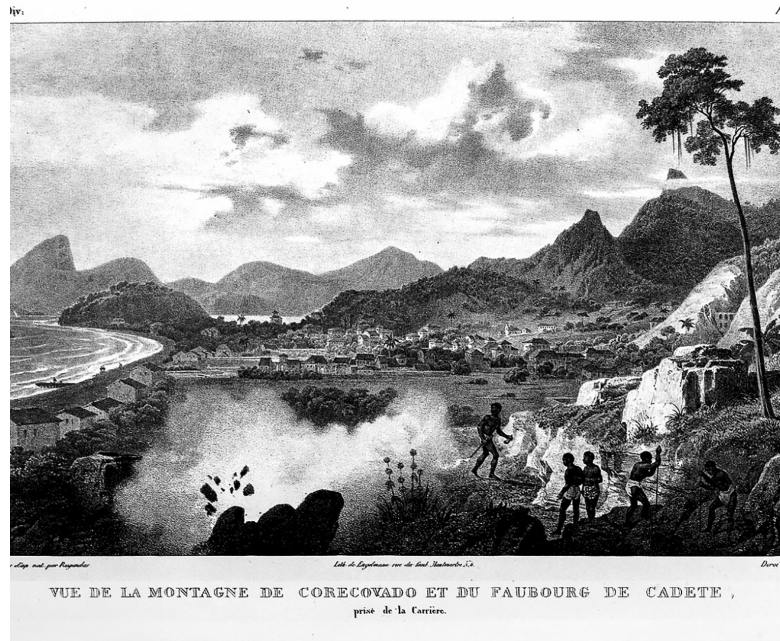
Aquela aspiração de conciliação política continuou de pé depois dele, e não é seu menor título à nossa consideração o haver no momento necessário refreado a desordem nas ruas, assim como oportunamente contivera a desordem nos espíritos, quando esta última podia ter acarretado, e acarretaria fatalmente a decomposição desta nossa nacionalidade que não lograria, fragmentada, cumprir o destino que lhe anda certamente reservado, de que José Bonifácio expressou a confiança em versos que se acham recordados em bronze no pedestal do monumento no Rio do descobridor do Brasil, e a que o nosso eminente representante na conferência da Haia, o senhor Rui Barbosa, começou a emprestar



Em cima: *Sessão do Conselho de Ministros*, da qual fizeram parte a Princesa Leopoldina, José Clemente Pereira, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Joaquim Gonçalves Lerdo, José Bonifácio de Andrada e Silva, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manuel Antônio Farinha, Lucas José Obes e Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho. Óleo sobre tela de Georgina de Albuquerque, 1922. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Ao lado: *Marquesa de Santos*, óleo sobre tela de Francisco Pedro do Amaral, c.1820-c.1829. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.





Gravuras do livro *Viagem Pitoresca através do Brasil*, de Johann Moritz Rugendas. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

realidade perante todo o mundo civilizado nas suas admiráveis orações e propostas vazadas nas formas de bronze do Direito e da Justiça.

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

- <sup>a</sup> Separata da *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, vol. XII. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1907. Conferência realizada no salão Steinway, São Paulo, em 25 de outubro de 1907. Neste texto Oliveira Lima antecipa, em mais de uma década, parte da argumentação que seria utilizada em um dos seus livros mais consistentes, *O Movimento da Independência*, de 1922.
- <sup>b</sup> Para o crítico Arnoni Prado (*Dois Letrados e o Brasil Nação*, p. 32), Gilberto Freyre teria percebido que a reabilitação de Dom João VI, feita por Oliveira Lima, significava, na verdade, a reabilitação do próprio povo português, encarnado pelo “bom rei”, mais pragmático e comedido, mais Sancho Pança enfim que os quixotescos espanhóis e seus descendentes. Nessa constatação revela-se, mais uma vez, a crescente e inescapável volta de Oliveira Lima às suas origens, valorizando cada vez mais a influência portuguesa, em uma espécie de reação à visão pessimista que a maior parte dos historiadores do início da República tinha da tradição lusitana.
- <sup>c</sup> O “Ressurgimento” (*Risorgimento* no original italiano) é o movimento histórico que, durante grande parte do século XIX, buscou a unificação do país, durante séculos uma colcha de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras. Trata-se de uma referência às glórias do passado romano. Entre seus personagens principais destacam-se o rei Vítor Emanuel e Camilo Benso, conde de Cavour, que finalmente conseguiram seu intento em 1861, com a unificação dos reinos da Sardenha, da Lombardia, do Vêneto, das Duas Sicílias, dos ducados de Módena e Reggio e de Parma, do Grão-Ducado da Toscana e dos Estados Pontifícios sob a égide da Casa de Saboia, à qual pertencia o rei Vítor Emanuel. Não é descabida a comparação entre as diádas Pedro I/José Bonifácio e Vítor Emanuel/Cavour.
- <sup>d</sup> Carlos Guilherme Mota (“Oliveira Lima e Nossa Formação”, *História e Contra História: Perfis e Contrapontos*, São Paulo, Globo, 2010, pp. 83-110, p. 89) se pergunta mesmo se a valorização da visão e atuação político-diplomática de José Bonifácio, que seria o responsável pelo “momento fundador da história das relações diplomáticas” do Brasil, feita por Oliveira Lima, não seria uma forma de reduzir o papel do seu desafeto, o barão do Rio Branco, “personagem que já se enxergava com os olhos da posteridade”.

<sup>e</sup> Anos mais tarde, Oliveira Lima escreveria no *Movimento da Independência*, pp. 178 e 179: “A fama de José Bonifácio como estadista tem contribuído para eclipsar sua fama como sábio, isto é, seu nome é hoje muito mais conhecido e reverenciado no Brasil pela sua intensa associação com o movimento da independência do que pelos seus cometimentos de investigador da natureza. Não se deve contudo esquecer que foi ele um homem de ciência de reputação europeia... [...] Foi ele secretário perpétuo da Real Academia de Ciências, companheiro de Alexandre de Humboldt e sagrado mestre pelo biógrafo aluno do grande cosmógrafo...”

Essa característica foi sem dúvida um fator de aproximação entre Bonifácio e outra grande personagem do movimento da Independência, a arquiduquesa Leopoldina, filha do imperador da Áustria, princesa real de Portugal e primeira imperatriz do Brasil. Leopoldina era conhecida pelos seus interesses humanísticos e científicos, sendo responsável pela vinda de missões de naturalistas germânicos ao Brasil, entre os quais se destacam Johan Spix e Carl Martius. Ainda no *Movimento da Independência*, Oliveira Lima comenta, à página 375: “A 26 de março de 1822 mandava ela (Leopoldina) ordem para a remessa dos livros para o Rio de Janeiro e juntava uma grande lista de obras de história, geografia, viagens e história natural. O Brasil seduzia o seu gênio estudioso, que Dom Pedro II herdou, como um terreno fecundo, mas inexplorado”.

<sup>f</sup> Comente-se que José Bonifácio compartilhava algumas características comuns com Alexandre de Gusmão: eram ambos santistas, formados em Coimbra, diplomatas, poetas e estadistas...

<sup>g</sup> Oliveira Lima foi talvez o primeiro historiador a ressaltar, nesta breve passagem, uma faceta pouquíssima estudada, até hoje, da personagem histórica interessantíssima que é Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Sua fama ficou indissociavelmente ligada às suas desventuras durante a Revolução Pernambucana de 1817 (era chamado “Caetano no nome, Pinto na coragem, Monte na altura e Negro no coração”), e é olvidada por completo sua grande atuação na administração de Mato Grosso, e mesmo na de Pernambuco anteriormente a 1817, bem como suas atividades no ministério de Dom Pedro I, além da já mencionada travessia dos sertões brasileiros, o que o torna um dos tantos exploradores da época.

<sup>h</sup> Oliveira Lima, mais uma vez, valoriza as correspondências diplomáticas, desta feita a do encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro, como fonte histórica.

<sup>i</sup> No Palácio das Necessidades, sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, funcionaram as famosas Cortes oriundas da Revolução do Porto, de 1820. Comenta Oliveira Lima sobre essas Cortes, no seu *Movimento da Independência*, pp. 21 e 171: “[...] país algum que uma vez gozou dos foros da soberania se resigna de bom grado a abdicá-la. Este era o caso do Brasil que a mudança da corte convertera em nação e não se resignaria a voltar a ser uma dependência, menos ainda um mosaico de colônias. As Cortes entenderam porém legislar para um país autônomo e praticamente independente, como se tratasse, na frase da escritora inglesa Mrs. Graham [...] de um presidio nos sertões da África selvagem [p. 21]. Foi a política das Cortes que mais do que qualquer outra causa criou no Brasil o sentimento nacional. As províncias uniram-se na defesa dos seus interesses, quando destes penetraram a indefectível comunidade. A não ser isso, as rivalidades ter-se-iam manifestado porventura insanáveis” (p. 171).

<sup>j</sup> Vale notar que, entre as instruções dos deputados paulistas às Cortes de Lisboa, José Bonifácio incluiu ainda uma menção ao erguimento de uma cidade central para capital, mais ou menos no paralelo 15, “como o melhor meio de povoamento do interior e de circulação do comércio interno do ‘vasto Império do Brasil’” (Oliveira Lima, *O Movimento da Independência*, p. 121). Já a representação fluminense, reagindo à decisão das Cortes de fazer retornar o príncipe regente a Portugal, defendia que Dom Pedro, ao invés de viajar pelas “decaídas” cortes europeias, “devia de preferência viajar pelo interior do vastíssimo continente desconhecido na Europa Portuguesa”, comentando que os estrangeiros melhor estudavam e descreviam um continente do qual Portugal, dominado por uma cega rotina, “não se dignou, em tempo algum, no exame, nunca lançou os olhos sobre o seu termômetro político e moral, para conhecer a altura em que estava a opinião pública” (*idem*, p. 155).

<sup>k</sup> O tema da “recolonização” do Brasil pelas Cortes ainda tem apelo na historiografia. Veja-se, a esse respeito, o livro de Antônio Penalves Rocha, *A Recolonização do Brasil pelas Cortes*, São Paulo, Editora Unesp, 2009. Abstraido o debate sobre se esse conceito é anacrônico ou não para a época (ver a discussão no livro mencionado), uma premissa básica resta clara: se se trata de “recolonização” é porque o Brasil já havia deixado de ser uma colônia...

<sup>l</sup> “Corcundas” eram chamados aqueles que apoiavam a presença dos portugueses no Brasil e a união das duas metades do reino durante o movimento da Independência,



ou aqueles que integravam o partido português (que defendia a volta de Dom Pedro I), durante o princípio da Regência.

<sup>m</sup>. Escreveria anos depois Oliveira Lima, ainda no *Movimento da Independência*, p. 25, tratar-se de: “personalidades excepcionais que modelaram as novas nações com a intuição fulgurante de Bolívar e com o entusiasmo entre estouvado e perspicaz de Dom Pedro, completado pelo patriotismo entre ardente e refletido de José Bonifácio, cujo principal mérito foi enxergar mais longe e sentir mais fundo do que a sua pequena pátria paulista.”

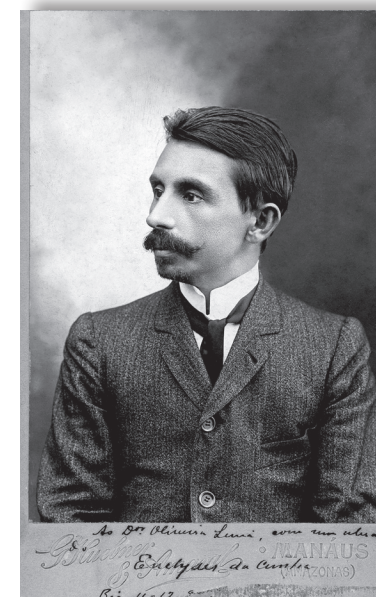
<sup>n</sup>. Oliveira Lima já havia afirmado anos antes, no *Reconhecimento do Império*, p. 11: “O título de Imperador corresponde a uma sagração popular, que se coaduna com o espírito democrático do país, e fora adotado por certa delicadeza com Portugal, por ser conforme às ideias dos brasileiros, e pela extensão do território, e para anexar ao Brasil a categoria que lhe deverá comportar no futuro”. O título de Imperador, com evidentes influências napoleônicas, seria mais “democrático” do que o dei rei, donde se segue o corolário, exposto por Oliveira Lima em outro ensaio (*Aspectos da História e da Cultura do Brasil. Conferências Inaugurais por M. de Oliveira Lima. Precedidas do Discurso de Apresentação por J. M. de Queiroz Velloso, Diretor da Faculdade de Letras Lisboa*. Lisboa, Livrarias Clássica Editora, 1923 – publicado no presente volume), p. 26: “É curioso observar que no movimento da Independência do Brasil a feição revolucionária pertence mais ao trono e a feição conservadora pertence mais à nação. Não se pode por isso dizer com exatidão histórica que tal Independência tenha sido exclusivamente o produto dos ideais políticos semeados pela Revolução Francesa.”

No que se refere a uma eventual opção entre o Reino e o Império, Oliveira Lima havia comentado, anos antes (*Reconhecimento do Império*, p. 118 e 119): “No caso de forçada opção entre o Reino e o Império, é que o soberano confessara com uma adorável franqueza que escolheria ficar no Brasil desde logo “pela sua superioridade em todo o gênero ao pequeno e envelhecido Reino de Portugal”, e também porque era isto conforme aos desejos da população brasileira, assim como aos interesses das duas partes da monarquia, de que uma teria de ver-se abandonada em proveito da outra, não gozando infelizmente o monarca do dom divino da ubiquidade”.

<sup>o</sup>. O cônsul da Rússia, o barão de Langsdorff, mais se distinguiria pela épica e trágica viagem que anos depois realizou aos sertões brasileiros, da qual voltou louco, não sem antes sofrer a perda de um dos seus auxiliares, o artista Aimé-Adrian Taunay, jovem filho de Nicolas Antoine.

## 6

## Euclides da Cunha

(RECORDAÇÕES PESSOAIS)<sup>a</sup>

Euclides da Cunha, amigo e correspondente de Oliveira Lima, Manaus, 1906. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.

## I

O nome de Euclides da Cunha, que há de ficar nos nossos fastos literários como um dos seus escritores mais originais e poderosos, teve ultimamente um duplo ensejo de comemoração, a propósito da recepção na Academia Brasileira do terceiro ocupador da cadeira Castro Alves, o senhor Afrânio Peixoto, e da estada no Brasil do grande parlamentar francês Jean Jaurès<sup>b</sup>.

O novo acadêmico estudou o seu predecessor com penetração e com carinho, malgrado as críticas que provocou sua crítica honesta, desassombrada e inteligente. O discurso é dos melhores pronunciados *sous la coupole*. O retrato traçado é fiel e executado com arte. Não é uma fotografia

retocada nem uma caricatura apressada. O homem aí nos aparece com suas qualidades peregrinas de espírito e de caráter: com sua altivez quase doentia – se é que pode haver morbidez no seu gênero de altivez, viril e respeitável –, com seu orgulho silencioso, com seu sentimento profundamente social sobrepondo-se às contingências políticas, com o seu desapego às posições e aos proventos, não por princípio ou por intenção, mas quando em conflito com o seu instinto genuinamente patriótico e a sua noção, segura no conjunto se bem que por ventura incompleta nos detalhes da civilização superior. As incoerências da vida de Euclides são apenas aparentes, do que nos damos conta ao perceber seu temperamento e compreender sua moral. Explica-as sua idiosincrasia delineada com mão discreta, se bem que firme, pelo estudioso que combina a ciência médica e a arte do romancista, chegando à descrição psicológica pelo caminho natural da fisiologia.

O escritor é ali apreciado sem malícia e com justeza, separando-se o joio do trigo, o gongorismo literário (para aplicarmos uma velha denominação a uma nova modalidade) da imaginação científica, e indicando-se a correlação íntima entre o meio e o artista, o qual o senhor José Veríssimo foi o primeiro a judiciosamente qualificar de bárbaro na sua estranha pujança.

Foi este precisamente o aspecto nacional por que o enxergou e louvou o senso crítico do senhor Jaurès, nutrido da concisão e do bom gosto que fazem a sedução da literatura francesa. Euclides da Cunha pareceu ao antigo professor de retórica que a política roubou às letras sem lhe anular o intelectualismo nem lhe amesquinhar a intelectualidade, o mais brasileiro de todos nossos escritores. O senhor Jaurès viu bem, viu com clareza, a lucidez mental do seu país, aquilo que Afrânio Peixoto apontou na sua frase exata, chamando Euclides o primeiro bandeirante dessa “entrada” nova pela alma da nacionalidade brasileira.

\* \* \*

Eu não conhecia Euclides da Cunha, nem pessoal nem literariamente, até que no Japão, em 1902, em ocasião em que eu veraneava

perto do vulcão fumegante do Asama, recebi da casa Laemmert o volume dos *Sertões*. Li-o, não de um trago, mas de muitos tragos, porque não é muito fácil a absorção daquele licor acre e inebriante. Não sei se influenciando a sugestão do meio, achei o livro vulcânico, isto é, impetuoso e explosivo: interessante, porém, e sugestivo ao extremo. Pareceu-me uma verdadeira revelação literária, a mais notável que eu jamais presenciara em minha terra.

Quando cheguei ao Rio, em 1903, meu voto estava-lhe dado de antemão para a vaga na Academia a que ele se propunha. Tive, com efeito, o ensejo de concorrer para a sua entrada triunfante no nosso grêmio. Datam daí nossas relações, que foram para mim um encanto e são hoje uma saudade. Vimo-nos desde logo com frequência, assim que ele veio ao Rio apresentar-se aos confrades e, por intermédio de José Veríssimo, fui eu quem pouco depois o fez por seu desejo escolher para a comissão do Alto Purus. Aliás, o senhor barão do Rio Branco acolheu pressurosamente o oferecimento<sup>c</sup>.

Pagou-me Euclides generosamente o pequeno serviço que o era antes ao país, pondo-me em relações com esta folha, onde ele colaborava e onde quis que eu colaborasse também. Encontrei-me por iniciativa dele no Guarujá com Júlio de Mesquita e desse encontro nasceu esta para mim gratíssima associação com o grande órgão paulista, que tão elevado papel cívico e cultural desempenha no jornalismo brasileiro e ao qual sou devedor da mais franca e agasalhadora hospitalidade.

Em sua ida para o Alto Purus, Euclides desembarcou em Pernambuco e juntos visitamos Olinda, que ele tinha grande empenho em conhecer, no seu crescente apego às tradições nacionais desde que tão vivamente, tão impressivamente retratara no jagunço a nossa mais autêntica e mais desamparada população nacional. Eu próprio parti logo depois para a Venezuela, e entre nós se estabeleceu uma correspondência regular, espelho de uma crescente amizade a que servia como que de traço permanente de união a ligação de cada um de nós com o *Estado [de São Paulo]*. Euclides nunca deixou de considerar este como o *seu* jornal, sua redação como a *sua* casa intelectual e política, no sentido mais amplo

da palavra: isto mesmo que passou a escrever frequentemente no *Jornal do Comércio*, onde foi tido na mais alta estima.

Não tenho aqui comigo esta primeira parte do nosso intercurso epistolar: apenas a parte ulterior ao meu regresso à Europa em janeiro de 1908, após um novo ano de estada no Brasil, durante o qual nossa convivência foi cotidiana. Euclides habitava então à rua Humaitá, e raro era o dia em que não aparecia no Hotel dos Estrangeiros, sempre inquieto, muita vez apreensivo, não raro agitado e febril como notávamos, nós, seus amigos que não lhe desconhecíamos as crises de malária e também as crises de orgulho em seguida a decepções que a sua imaginação intensava, mas ignorávamos outras preocupações mais íntimas e mais dilacerantes que ele guardava para si, num bem concebível pudor dos seus sofrimentos.

Sinto não poder entregar ao público todas as cartas que possuo de Euclides da Cunha, de 1904 a 1906 e de 1908 a 1909, nas quais se encontraria ainda melhor desenhada do que nos seus livros – mesmo porque ele possuía o talento, raro no Brasil, pela falta de ser exercido, da epistolografia – a sua personalidade curiosa e atraente, conquanto à primeira vista pouco expansiva. Euclides tinha mesmo um modo muito seu de fechar-se quando lhe desagradava a companhia.

Há nas referidas cartas cópia de observações sobre o nosso meio político e, principalmente, sobre as nossas relações externas – reflexos todas do caráter nacional visto pelo prisma do seu talento e fixado nas imagens imprevistas que lhe eram familiares – que constituem páginas de alta e flageladora ironia, as quais, porém, não me julgo com o direito de divulgar na atualidade, malgrado o desaparecimento do meu saudoso amigo e o relativo esquecimento em que caiu sua memória. Desta última asserção é prova a falta de execução da lembrança aventada de um monumento que relembre essa atividade intelectual que produziu algumas das nossas melhores páginas, quando destruída em plena florescência. Limitar-me-ei por conseguinte a respingar daquela correspondência, a título de recordações pessoais, aquilo que não implica com personalidades nem desafia as conveniências do momento.

## II

São interessantes, entre outras, as cartas relativas ao seu concurso de lógica, concurso que ficou famoso pelo número dos concorrentes e pelo azedume das discussões travadas, como sempre acontece em casos tais, quando aparecem personalidades de valor a disputarem o lugar.

A 22 de dezembro de 1908 escrevia-me Euclides:

Agravando a sobrecarga das preocupações, inscrevi-me para um concurso (de lógica) no Ginásio Nacional, que se realizará em abril próximo. Fiz bem? Não será um mal tão viva volta de leme: passar de golpe de engenheiro a professor? Assim procedo, porém numa grande ânsia de dar uma estabilidade à vida, por mim mesmo, sem precisar incomodar os amigos poderosos. Em carta anterior creio que lhe disse estar resolvido a exonerar-me da comissão na Secretaria...

Nessa mesma carta dizia-me:

José Veríssimo comunicou-me seu voto favorável a Vicente de Carvalho. Assim ainda mais se justificará a entrada na Academia de tão belo talento, que é também uma alma vigorosamente sã e direita.

A cadeira a que aspirava não o tentava absolutamente pelo assunto em si: apenas porque significaria para ele certa independência material e a fixidade de recursos até então aleatórios e sujeitos à boa vontade dos governos, a qual, aliás, nunca lhe faltou, tanto se impunha o seu mérito. Em carta anterior dizia-me ele haver-lhe o ministro Calmon oferecido uma boa comissão na Europa, a qual, no entanto, recusara para não se distanciar demasiado do pai, cujo estado de saúde lhe inspirava cuidados e a quem muito queria. Doía-lhe, porém, não ver no Brasil mesmo melhor aproveitado o seu luminoso espírito. Pungia-o a ambição, no sentido inglês da palavra, que é a sua mais nobre aceção.

Agradecendo-me uma pequena lembrança de ano bom – uma carteira dentro da qual ia uma gola de renda – considerava, melancolicamente no seu dizer, que só durante os breves dias da travessia, de Bruxelas até o Rio, aquela carteira se tivesse visto unida a “rendas”. E continuava:

assim perpetrei o primeiro trocadilho desta vida, muito diferente da sua aí, conforme verifiquei pelo invejável horário que me mandou. Por ele vi – e com verdadeira satisfação – que o meu distinto amigo tem muito tempo para o exercício da sua atividade predileta, do espírito<sup>d</sup>. Ao passo que eu, se tivesse tempo para pormenorizar os meus dias, teria de os repartir não em horas, mas em minutos, tão atrapalhados e cindidos de preocupações diversas eles correm. Por exemplo: no meio dos quefazer do ofício, tenho, agora, todos os quartos de hora forros entregues ao estudo da lógica... Não tenho muita confiança num estudo feito sem método ou continuidade – mas não posso deixar de aproveitar a oportunidade que se me oferece de adquirir uma posição mais fixa independentemente da boa vontade de outrem.

Uma vez chegado o tempo do concurso, explodia a sua antinomia com o objeto dele.

Meu digno amigo, rezava sua carta de 5 de maio de 1909, o motivo essencial da falta de minhas cartas é esse: andei perdido, dentro da caverna de Platão... Conhece com certeza a alegoria daquele máximo sonhador – de sorte que bem pode avaliar os riscos que passei. Volto à claridade embora ainda sinta a repercussão formidável das rixas intermináveis dos filósofos e os últimos ecos irritantes da algazarra das teorias. Tudo isto quer dizer que me preparei para o concurso de lógica. Mas surge um contratempo: a mesa examinadora demitiu-se há um mês e até hoje não foi possível organizar-se outra! De sorte que o problema se complicou singularmente. Ontem: serei feliz no concurso? Hoje... e haverá concurso? Nesta situação de espírito, não há alinhar-se ideias para uma conversa calma com um bom amigo ausente. Escrevo-lhe apenas para que o senhor e dona Flora não nos incluam entre os ingratos.

Num *post scriptum* maior do que a carta, juntava contudo:

Muito agradecido pela sua lembrança a propósito das terras do Alto Paraná. Logo que me desembarce do Kant, do Comte, do Spencer, do Espinoza (o mais maravilhoso dos malucos) e não sei de quantos sujeitos que vieram a este mundo apenas para tortura e desespero do espírito humano – logo que me veja livre desses felizes medalhões, irei dedicar-me de corpo e alma à tarefa.

Mas ao falar nos sujeitos precitados não tenho meios de conter uma expansão de sinceridade: que desapontamento, lendo-os detidamente! Até então eu rodeava-os de uma veneração religiosa. De perto, vi-lhes a inferioridade. Kant, sobretudo, assombra-me, não já pela incoerência (porque é o exemplo mais escandaloso de um filósofo a destruir o seu próprio sistema) senão pelos exageros apriorísticos que o reduzem. A minha opinião de bugre é esta: o famoso solitário de Königsberg, diante do qual ainda hoje se ajoelha a metade da Europa pensante, é apenas um Aristóteles estragado. Comte (que eu só conhecia e admirava através da matemática) revelou-se, no agitar ideias preconcebidas e prenoções, e princípios, um ideólogo capaz de emparceirar-se ao mais vesânico dos escolásticos, sem distinção de nuances, em toda a linha agitada que vai de Roscelino a São Tomás de Aquino. E quanto a Espinoza, surpreendeu-me que durante tanto tempo a humanidade tomasse a sério um sujeito que arranhou artes de ser doido com regra e método, pondo a alucinação em silogismos! Mas faço ponto. Não pararia mais se desse curso à onda de rancor que me abala diante destes nomes outrora tão queridos. Felizmente aí estão George Dumas, Durkheim, Poincaré e, na Áustria, o lúcido e genial Ernesto March – almas novas e claras, que nos reconciliam com a filosofia.

Não pararam aqui seus desabafos contra a lógica oficial, que não podia deixar de ser antipática ao seu espírito literariamente voltado para as realidades do mundo físico e, como muito bem disse Araripe Júnior na resposta a Afrânio Peixoto por ocasião da recepção deste na Academia, procurando realizar em imagens, isto é, exteriorizar graficamente, as ideias que lhe borbulhavam no cérebro. A 18 de junho escrevia-me Euclides:

Soube por José Verissimo que estranhou a ausência de cartas minhas. Pudera! Imagine um modesto estudante de filosofia natural, enleado durante cinco meses nas fórmulas embrulhadas do que se diz simplesmente filosofia... A verdade é que o concurso, como se anunciou, era de lógica – o que está consoante à direção extremamente lúcida que lhe traçou Stuart Mill, está de todo a cavaleiro das indecifráveis divagações metafísicas. Sucedeu, porém, que o único discípulo do incomparável lógico fui eu. O simples enunciado dos pontos que me tocaram (a “Verdade”, na prova escrita; a “Ideia do Ser”(!) na prova oral) é bem eloquente no delatar quão aberrados andaram os homens da verdadeira lógica. Eu não sei que ideia formariam da nossa cultura os mais modestos normalistas da Bélgica, se soubessem desse estranho caso de desvio filosófico.



Concluía assim essa sua carta:

Neste momento, consegui um exemplar do *Dom João VI*, que vai ser a minha primeira leitura encantadora depois de tão longos meses de silogismos e abstratos devaneios. E se por acaso as atrapalhões desta vida me permitirem algumas horas tranquilamente; [...] Por ora ainda vacilo nos últimos reflexos da agitada aventura em que andei.

Mês e meio depois caía o pobre e grande escritor sob uma bala assassina.

### III

Um dos traços de caráter de Euclides da Cunha que mais simpático me era – seja-me lícito dizer, que decerto por lermos neste ponto pela mesma cartilha ideal – consistia no seu afã de dever a si próprio, ao prestígio que pudesse haver criado pelo seu esforço, à deferência que pudesse impor pelo seu mérito e conduta, sua elevação às posições que justamente ambicionava. Não queria devê-las à pura benevolência alheia, se bem que ninguém conheci mais grato às finezas recebidas. Mesmo para ser, como foi, escolhido no concurso de lógica, repugnava-lhe servir-se dos amigos altamente colocados. “Embora F. seja, de fato, o dono da situação – escrevia-me ele – isto constitui mais um motivo para que eu não aproveite da sua influência”.

O seu orgulho – orgulho legítimo e respeitável como o que mais o for – devia, porém chegar fatalmente a gerar o pessimismo numa alma à qual a vida não sorria com seus consolos e seus encantos. E o pessimismo ia cavando fundo no espírito atormentado e soberbo de Euclides, que se via conhecido e festejado, mas não se sentia chamado a cooperar ativamente, como lhe parecia merecer, e de fato merecia, na evolução de seu país.

Felizmente – dizia-me sua carta de 18 de junho de 1909 – mudei-me para Copacabana, onde estou numa situação maravilhosa... para ver navios! A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira<sup>e</sup> de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado, preferindo abraçar...

Aliás, dizia-me em outra carta, dez dias depois, ali sentir-se admiravelmente ao lado de três vizinhos, únicos cuja amizade desejava cultivar: o sol, o céu e o mar. A reflexão traz misantropia, e essa satisfação era toda aparente, voluntária e forçada – o otimismo do condenado que faz à existência um último apelo. A verdade é que nessa ocasião sofria Euclides horrível mágoa, enxertando-se na sua habitual disposição melancólica, em que o próprio “humor” era sombrio.

Nem faço outra coisa – rezava uma das suas cartas – senão entristecer-me nesta nossa pobre terra. Lamento até que a natureza ingrata me fizesse, insidiosamente barbarraro [sic: bárbaro?] – impedindo-me de agitar apavoradamente, por aí além, umas grandes barbas de Jeremias. Invejo-as em F. que chora todas as manhãs sobre a decadência da Pátria e dos costumes políticos! debruçando – um Mário de óculos escuros – sobre as ruínas do Bloco.

Mais adiante, nessa mesma carta, ajuntava:

Não preciso dizer-lhe que continuo na angustiosa posição de comissário *in partibus*, à espera de uma reforma ou de uma comissão. Num país em que toda gente acomoda a sua vidinha num cantinho de secretária, ou numa aposentadoria, eu estou, depois de haver trabalhado tanto, galhardamente sem posição definida! Reivindico, assim, o belo título de último dos românticos, não já do Brasil apenas, mas do mundo todo, nesses tempos utilitários! Julgo, entretanto, que hei de arrepender-me muito, mais tarde, desta vaidade... Em todo caso, se no correr deste ano não se me abrir de novo a trilha do deserto, terei de dar outro rumo à vida, para que os filhos que vão crescendo não paguem os juros de tanta imprevidência.

Não obsta que, ao reocupar agora atenção pública a figura de Euclides, evocada na Academia e celebrada por Jaurès, um crítico decerto mal informado definisse como um “visionário rugidor e lúgubre” esse taciturno a quem a consciência do próprio valor tornava tímido para o assalto aos despojos do poder, mas a quem não faltava nem a iniciativa para destruir os abusos, nem a coragem moral para denunciar os crimes. A sua maior obra literária é uma acusação: uma defesa o seu maior ato

cívico. Por curta que fosse, não pode deixar de haver sido formosa uma vida que conta tais páginas.

A coragem moral cria, inevitavelmente, o personalismo – qualidade que Euclides procurou ter e revelar o mais possível, nas ideias como nos atos e como no estilo. O personalismo não se me afigura absolutamente, como foi dito, o sinal de uma cultura atrasada: tanto pode ser o indício de um requinte de civilização e mais me parece ter a ver com a mera idiossincrasia individual e com as circunstâncias de cada caso.

O seu personalismo era do melhor gênero, da natureza ativa. Doía-lhe a inatividade, o que ele chamava a prisão numa secretária.

Lá se vão dois anos de expectativa – comunicava-me a 13 de novembro de 1908 – e maravilha-me a paciência com que os tenho suportado, embora ela se explique pela própria oposição manifestada às minhas tentativas de seguir novo rumo. Não me arrependo disto...

Enquanto isto sucede, crescem e multiplicam-se os filhos... Como traçar-se a linha reta da vida com tantas mãozinhas a nos puxarem pelas abas do casaco? Julgo, porém – e digo-lhe isto reservadamente – que não poderei continuar a ser vencido pelas comodidades desta situação até além do fim deste ano. Felizmente é vasta a nossa terra, e julgo que não precisarei de acolher-me sob as asas de nenhum amigo poderoso (o Calmon e o Carlos Peixoto, por exemplo) para amparar a família e prosseguir dignamente na vida. A minha resignação – é a de todos os que tendo adquirido uma reputação, às vezes bem falsa, de impulsivos ou de inconstantes, não querem aumentá-la com atos que pareçam precipitados. Mas ela não será ilimitada.

Descambei com infinito mau gosto para este assunto tão pessoal, porque os amigos como o senhor, elejo-os sempre incorruptíveis confessores desta vida.

Para ainda mais entristecer-me – partirá dentro de poucos dias para Assunção o Gastão da Cunha, que na enorme decrepitude desta gente, realizava ainda o grande milagre de ter espírito. Isto me faz o efeito de um despovoamento. Sinto-me cada vez mais

solitário no meio de uns sujeitos, nos quais pouco mais distingo do que os acidentes geométricos e mecânicos de formas em movimento...

Seu pessimismo fora-se naturalmente acentuando, mas não era de índole egoísta. A inveja não tinha presa sobre esse belo de espírito. Sofrendo mesmo no seu coração ou no seu orgulho, Euclides não deixava de interessar-se pelos amigos, de louvá-los quando havia ensejo, de estimulá-los ou consolá-los quando se oferecia motivo. Seja-me lícito, para prová-lo, transcrever estas duas páginas de uma das suas cartas, embora restritamente pessoais.

Recebi, sim, as *Coisas Diplomáticas*, reli-as com o maior prazer e posso garantir-lhe que elas causaram o melhor efeito entre os que nesta terra praticam o heroísmo de leituras sérias. Na verdade – para mim, o livro tem a valia de ser muito pouco diplomático, e mais uma vez aplaudo sinceramente a galhardia desassomburada de um espírito vivaz e enérgico a que não entibiam as artificiosas convenções de uma carreira que só se sabe exprimir-se, verbalmente, por meio de meias palavras traiçoeiras e, graficamente, pelas cifras obscurecedoras.

Também compreendo a sua diplomacia em Viena. A resolução que o meu amigo ali fez que se firmasse, vale por um tratado, entre os mais presunçosos que por aí se citam. Num belo lance, saltando sobre as nossas fronteiras, foi tão grande o triunfo que nobilitou o próprio fragmento de superfície europeia, onde nasceu a nossa história.

Como já deve saber pelos jornais, a Academia não foi indiferente àquela medida – o primeiro ato exterior de propagação da nossa língua – e avaliou-lhe o alcance uma moção lucidamente redigida por José Veríssimo (a qual, entre parêntesis, ainda não lhe foi remetida por indesculpável desídia do secretário interino, eu)<sup>f</sup>.

Pouco importa que – oficialmente – não se tenha dado o devido relevo a um ato que foi a expressão mais eloquente da nossa incorporação definitiva na civilização. Bem sabe que a gratidão oficial não vai além da órbita apertada dos satelitesinhos, que giram submetidos inteiramente às forças centrais dos grandes astros... Talvez por isso mesmo ando eu perdido numa parábola, perenemente indefinida, de come-

ta. Mas não prolonguemos este aspecto transcendental da psicologia astronômica e imaginosa...

#### IV

Os sentimentos em Euclides eram tão vivos quanto as imagens. Afrânio Peixoto delineou perfeitamente essa correlação entre o seu caráter e o seu estilo. As simpatias e antipatias eram nele tão marcadas quanto as palavras e as frases. Tínhamos disso o reflexo na Academia, no ardor que punha em promover e combater candidaturas. Eleição alguma lhe era indiferente e por certas se empenhava entusiasticamente, a de Vicente de Carvalho por exemplo.

Volvendo à terra – escrevia-me a respeito – desejo saber se o senhor recebeu um bellissimo livro, *Poemas e Canções*, do mais robusto poeta que hoje temos, Vicente de Carvalho. O Veríssimo já lhe escreveu acerca da pretensão dele à cadeira vaga pela morte de Arthur Azevedo, e eu venho reforçar o pedido daquele digno amigo...

... Julgo que o senhor não pode vacilar na escolha, Vicente de Carvalho, além do poeta que avaliará, é um prosador magnífico; e liga a estes atributos a consciência superior de um juiz entre os que mais elevam, hoje, a magistratura em São Paulo. Já somos dez ao lado dele: Veríssimo, Araripe, Salvador, Lúcio, Rodrigo, Mário, Filinto, Garcia, Redondo, Afonso Celso e eu. Espero poder incluir breve o seu nome nesta lista, a não ser que algum compromisso anterior nos prive dessa felicidade.

Seu nacionalismo, que era autêntico, e seu patriotismo, que era acendrado, não ostentavam porém esse verniz superficial e daninho de jacobinismo, vermelho ou azul – que o há das duas cores, e até amarelo, a cor do ouro – o qual é tantas vezes uma afetação e uma hipocrisia. Euclides via os defeitos, tinha desassombro para apontá-los, ia mesmo até castigar o mal e tudo o fazia por bem. Não podia deixar de ser genuinamente nacional quem de instinto e após reflexão, combinando num grau desconhecido entre nós a imaginação física e a cultura científica, escreveu os capítulos dos *Sertões*; não podia deixar de ser profundamente patriota

quem escreveu, entre tantas outras, aquela página admirável de vibração sobre a bandeira no Alto Purus.

Somente o não cegava a megalomania e enxergava as imperfeições. “Não sei como lhe agradecer”, escrevia-me a propósito do desejo manifestado pelo Ministro da Indústria de que ele escrevesse um livro econômico sobre o Brasil, comemorativo da Exposição,

a remessa do livro de E. Prost, que vou ler atentamente, embora esteja ainda muito vacilante no aquiescer ao pedido do Calmon. Julgo-me sem competência para o assunto; sem competência e, o que é pior, sem entusiasmo ante esta Exposição, com E grande a contrastar com a exposição permanente do nosso desfalecimento nacional. Em todo o caso, o livro não será perdido; é um bom livro, claro, prático e sempre útil.

O desassossego estava in seu espírito por motivos diversos. O famoso concurso de lógica veio perturbá-lo ainda mais, a meio de outras aflições em que soçobrara sua felicidade.

Sua penúltima carta ainda trata do assunto e permitia-me a história completa do caso.

É o eterno conflito de Ramus e dos escolásticos recalcitrantes. Se o senhor por acaso leu a dissertação acerca do singularíssimo ponto que me coube para a prova de improviso (*a Ideia do Ser*) e que o *Jornal* mandou taquigrafar, já deve ter um juízo claro da minha atitude e dos rancores que despertei. Não importa! Prefiro o ranger de dentes desses coitados aos seus apertos de mão. O senhor e mais alguns poucos amigos – são os meus únicos juizes.

De qualquer modo, estou tranquilo. Sinto mesmo esse plácido e magnífico bem-estar soberano de uma alma inteiramente a cavaleiro da fortuna, para o qual os gregos criaram o vocábulo *Ataraxia*<sup>8</sup>. Digo-lhe mais: sou absolutamente indiferente ao que acaso o governo resolva. Andam nesta terra tão ao nível das maiores mediocridades as mais altas posições, que fora, na verdade, ridículo o entristecer-me com o não conseguir o modesto lugar de professor de lógica... E deixemos de lado a desvaliosa *affaire*.

Esta carta, uma das suas mais longas, reflete alguns dos últimos aspectos do espírito de Euclides, entre eles a fidelidade às afeições, traço que aliás lhe foi invariável, junto porém a um sentimento crescente das suas responsabilidades de família, envolvendo um certo pavor diante da vida que ele imaginara menos árdua e dolorosa na sua intransigência:

Vai-se prolongando a carta, que planejei rápida. E neste momento ameaçando torná-la interminável, acodem-me numerosas considerações acerca da nossa instável e problemática situação política interna. Mas temendo menos a infidelidade do correio que a infidelidade dos meus próprios juízos – inaptos a serem definitivos, ou rigorosos, neste largo balanceamento de todas as opiniões – vencerei o desejo que me arrasta para o nebuloso assunto. Além disto, vão-se-me alongando muito no passado os belos dias de temeridade e franqueza romântica. Já titubeio, considerando as pequeninas vidas que me rodeiam, e vacilo cheio de assombro no definir-me, sobretudo quando o definir-se a gente contra a mais poderosa corrente dos fatos, equivale a... Silêncio, portanto...

... Entro nestas rápidas explicações porque o senhor muito naturalmente, ao receber cartas do Brasil, aguarda notícias sobre os fatos capitais que se desenrolam. Explico a minha abstenção. Em outra carta talvez consiga ser mais expressivo. Não posso, entretanto, deixar de dizer-lhe que mantenho intacta as minhas velhas relações de sincera amizade com dois vencidos – Calmon e Carlos Peixoto. Ou melhor, frequento-os hoje mais assiduamente do que nos tempos de felicidade. E considero, melancolicamente, que disso talvez me resulte algum mal. Felizmente esta terra não tem mais nenhum lugar, ou cargo, capaz de desafiar a ambição de qualquer espírito mesmo medianamente aparelhado. Consola-me a certeza de que nada perderei, porque não há, por aí, coisa alguma que eu deseje adquirir...

As duas últimas cartas de Euclides que eu possuo dizem em grande parte respeito a um trabalho meu cujo aparecimento foi quase simultâneo com o seu desaparecimento. Refiro-me ao *Dom João VI*, sobre o qual pretendia ele escrever segundo me comunicava. Não atraíção, portanto, sua memória dando publicidade ao seu juízo sobre um livro de história pátria que teve a boa fortuna de agradar-lhe.

O meu fim principal – reza sua penúltima carta – é dizer-lhe que terminei ontem a uma e meia da madrugada o primeiro volume do *Dom João VI*; e que não resisto, absolutamente, à ansiedade de mandar-lhe o meu primeiro aplauso. O primeiro capítulo desagradou-me; todos os outros, porém, cativaram-me, surpreenderam-me, e alguns, sobretudo aqueles onde revivem apagados aspectos do velho Rio de Janeiro, revelaram-me inesperados tons de estilo descritivo com que eu de todo em todo não contava. Deve compreender que dou, nestes dizeres, uma impressão incompleta – capaz de ser retificada mais tarde. Mesmo o primeiro capítulo, que a massa dos assuntos torna pouco atraente, talvez se mostre sob uma outra forma com a segunda leitura. Penso, por ora, o seguinte: se todo o livro progredir no crescendo do primeiro volume será, inegavelmente, um grande livro.

Infelizmente o Felix Pacheco, julgando-me tolhido pelo célebre concurso, encomendou a José Veríssimo o juízo crítico que aparecerá no *Jornal*, onde se desenha com a maior fidelidade, neste momento histórico, a fisionomia real da nossa gente. Ninguém lê; ninguém escreve; ninguém pensa. A mofina literatura nacional traduz-se, naturalmente, numa vasta polianteia<sup>h</sup>, a cem réis por linha, de mofinas. De todo absorvidos no presente, às voltas com os seus interessículos, estes homens, tão descuidados do futuro, ainda menos curam do passado; e decerto não escutarão a grande voz do historiador que nos revela uma das fases mais interessantes deste último. Entretanto, quero crer que ainda haverá meia dúzia de espíritos capazes do esforço heroico de um rompimento com tanta frivolidade. E entre estes me alinharei.

\* \* \*

A 25 de julho de 1909, pouco antes de ser assassinado, assim voltava ao assunto:

O meu *Dom João VI* mandei-o encadernar na Imprensa Nacional. Lio-o; e o crescendo, a que me referi em carta anterior, manteve-se até o fim. Vou relê-lo; e penso que até farei as pazes com o primeiro capítulo, tão brilhantes e admiráveis se me afiguram os demais. Não é minha esta opinião. Outros já lhe devem ter dito que o sucesso foi excepcional; e se o espírito nacional não estivesse tão escravizado a uma dolorosa e nefasta preocupação... – o efeito seria muito maior. A prova – e é uma pro-



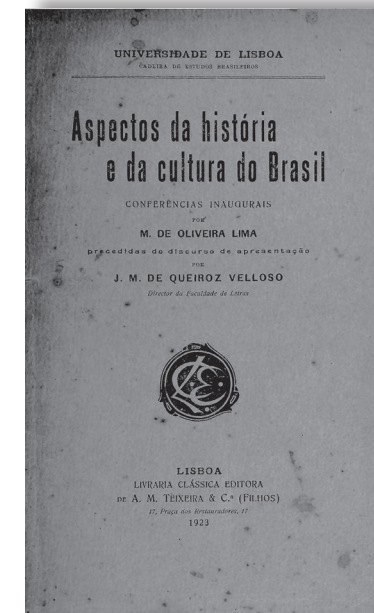
va maciça, tangível – é que o Briguiet está encantado; e a alegria de um livreiro, diante de um livro de alto preço, vale dez artigos de crítica encomiástica. Eu espero que se aplaque um pouco a histeria política para dizer o que penso a respeito. O mesmo esperam Coelho Neto e outros. Se o senhor aqui estivesse e visse, como vemos, que só se leem *interviews* ou intrigas de politicagem, compreenderia a nossa atitude. Não é o tempo que nos falta – é a serenidade para pensar em outra coisa além do alarmante assunto de todos os dias. Os mais indiferentes, como eu, estão contagiados do mal. Porque é uma doença, isto que aí está, nas ruas, na imprensa e nas câmaras, a agitar a nossa fraqueza irritável...<sup>i</sup>

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

- <sup>a</sup>. Artigos retirados da coletânea *Por Protesto e Adoração. In Memoriam de Euclides da Cunha. 15 de agosto, 1909-1919* (Edição do Grêmio Euclides da Cunha), publicados originalmente em *O Estado de São Paulo*, em outubro de 1911.
- <sup>b</sup>. Com efeito, o político francês Jean Jaurès, socialista de grande prestígio na França, assassinado em 1914 em Paris por conta de seu pacifismo, em viagem à América do Sul no segundo semestre de 1911, realizou conferências na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Entre essas, uma em que tratou das “Ideias de Euclides da Cunha sobre a Revolução Francesa e o Socialismo”. Não deixa de ser interessante perguntar-se como um político e intelectual de prestígio no então “farol” do mundo civilizado, que era a França, se havia interessado por um autor que nunca havia saído do Brasil, a não ser na sua excursão pela fronteira com o Peru para tratar dos limites entre os dois países. Não obstante, Jaurès tinha interesse pelos autores brasileiros, e os lia graças ao seu conhecimento de latim e da *langue d’oc*. Tinha especial predileção por Euclides, a quem considerava “o mais brasileiro dos escritores brasileiros, ou seja, o mais autêntico”. Para ele, o autor de *Os Sertões* “descreve a natureza brasileira revelando a grandiosidade das montanhas e dos rios, a riqueza imensa que permanece inexplorada [...] e fala da necessidade de assimilarem-se todas as raças, todas as forças de trabalho [...] convocando todas as energias e estimulando-as para que realizem a unidade profunda da nacionalidade” (*apud* Regina Salgado Campos, “A Latinidade na América do Sul”, em Leyla Perrone-Moisés, *Do Positivismo à Desconstrução: Ideias Francesas na América*, São Paulo, Edusp, 2004, p. 106).

- <sup>c</sup>. Dessa viagem de Euclides da Cunha à Amazônia resultaram livros de caráter fragmentário, o “aspecto menos conhecido” da sua obra, para usar as palavras de Roberto Ventura. Trata-se de vários artigos do Estado de São Paulo e relatórios, e de livros como *Peru Versus Bolívia* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1907); *Contrastes e Confrontos* (Porto: Emp. Litográfica Tipográfica, 1907); *Um Paraíso Perdido. Reunião dos Ensaios Amazônicos* (Petrópolis, Vozes, 1976).
- <sup>d</sup>. Não deixa de transparecer aqui uma certa crítica de Euclides, bem à moda de Oliveira Lima, aos privilégios que a carreira diplomática propiciava a este último...
- <sup>e</sup>. Mulher provocante, que gosta de seduzir.
- <sup>f</sup>. Trata-se da iniciativa de Oliveira Lima, no âmbito do Congresso Geográfico de Genebra, de que fosse concedida à língua portuguesa a condição de ser língua oficial dos futuros congressos geográficos (Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima: Uma Biografia*, Recife, Cepe, 2002, vol. 1, p. 373).
- <sup>g</sup>. *Ataraxia*, para os pensadores cétricos, epicuristas e estoicos, é a completa ausência de perturbações ou de inquietações da mente, concretizando o ideal tão caro à filosofia helênica da tranquila e serena felicidade obtida através do domínio ou da extinção de paixões, desejos e inclinações sensoriais. Por extensão, trata-se de qualquer sensação, fugaz ou permanente, de serenidade, tranquilidade ou calma.
- <sup>h</sup>. Trata-se da antologia de obras de um homem ilustre, organizada em sua homenagem, ou de antologia referente a algum evento notável.
- <sup>i</sup>. Oliveira Lima ainda se referiria a Euclides da Cunha anos depois, no seu *O Império Brasileiro* (São Paulo, Melhoramentos, 1928), à página 150, referindo-se ao território nacional: “Euclides da Cunha, com sua face de sociólogo e historiador, combinando análise e síntese, aventou a sugestão de ‘tablado geográfico, apontando que por trás das diferenças na fachada existia previamente à Independência e ao particularismo colonial, uma singular homogeneidade, uma base física de que o São Francisco todo brasileiro é o eixo hidrográfico”.

## Aspectos da História e da Cultura do Brasil<sup>a</sup>



### I. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL COMO MOVIMENTO A UM TEMPO CONSERVADOR E REVOLUCIONÁRIO

Sinto neste momento um grande desvanecimento, não só o que é natural a um antigo aluno desta casa que vem, por um honroso convite da Faculdade em que se transformou o antigo Curso Superior de Letras, ocupar uma cadeira donde outrora seguiu as sábias lições de grandes professores, como o que logicamente se pode derivar do fato de ser esta a terceira cadeira de estudos brasileiros que me é dado inaugurar. A primeira na Sorbonne em 1911, a segunda, que era antes de estudos latino-americanos, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, a mais antiga e afamada da União, em 1915. O meu desvanecimento mistura-se porém com a emoção que experimento ao ver presente nesta sala o único sobrevivente dos meus mestres de então, relíquia da democracia portuguesa, e da intelectualidade portuguesa, o doutor Teófilo Braga,

que celebrou há pouco as suas bodas de ouro do magistério e que, aos 80 anos, conserva a mesma lucidez mental e o mesmo vigor de apóstolo com que, passeando com seus discípulos em redor deste claustro, espalhava às mãos cheias conceitos, ideias e concepções. Ele foi o meu melhor guia espiritual.

O meu desvanecimento provém ainda da circunstância que peço vênha para revelar, de que me sinto guindado a mágico, pois que, ao que parece, minha presença em Portugal veio tirar o enguiço<sup>b</sup> que acompanhava esta cadeira.

A frase não é minha, é de quem concebeu tal fundação e com rara pertinácia e habilidade levou a cabo a sua formosa ideia, o senhor ministro Alberto de Oliveira, cujo contentamento deve ser intenso por ver afinal convertida em realidade a sua iniciativa de um tão vasto alcance.

Num dos discursos que a este respeito proferiu na Academia das Ciências de Lisboa mostrou ele a conveniência, no interesse da constante união moral dos dois povos, de que a mocidade portuguesa fosse sendo educada no conhecimento da vida e da cultura do Brasil e pudesse assim acompanhar progressos nos quais a atividade portuguesa figura como *magna pars*, graças à persistência da imigração que destas plagas se dirige para as nossas. Pode ser que chegue ainda o dia em que, por efeito de outros elementos, o Brasil ofereça aspectos muito diversos dos que presentemente o distinguem. Oxalá que não e que a tonalidade geral ali continue como até aqui portuguesa, nas suas bases essenciais.

O senhor Alberto de Oliveira lembrou noutros discursos na mesma Academia que o precursor deste movimento contemporâneo de aproximação o mais íntima possível foi um professor desta faculdade, de quem eu pessoalmente conservo as melhores recordações, nome ilustre nas letras e na política de seu país, Consiglieri Pedroso.

Quando falo na inauguração desta cadeira, não é porque eu queira absolutamente vestir-me, como a gralha, das penas do pavão. Sei bem que quatro conferências desataviadas e arranjadas à pressa não podem construir um curso. O curso será feito no próximo ano letivo por quem quer que a Academia Brasileira escolha para isso, pois que

é de esperar que o enguiço esteja de vez quebrado e que, não sendo o senhor doutor Miguel Calmon ou o senhor Coelho Neto, os dois até aqui apontados, nomeados, e que não puderam afinal vir, outrem os substitua com igual proficiência. Aliás, num ano acadêmico é impossível tratar por completo da história, da geografia, da literatura e da economia do Brasil. O conselheiro Jaime Moniz, diretor e ornamento do antigo Curso Superior de Letras, de quem fui discípulo muito admirador, costumava dizer-nos que não esperássemos vir a aprender dos seus lábios, apesar de tão eloquentes como eram, a história universal nas suas variadas modalidades.

O que nós vínhamos aqui aprender era a estudar História, a adquirir depois por nós mesmos o conhecimento do passado.

Por muito feliz me darei se conseguir chamar a vossa atenção para alguns pontos de que me ocuparei perfunctoriamente e que serão mais tarde por outros detidamente tratados.

Não devemos esquecer-nos de que, com a criação desta cadeira, Portugal fez obra progressista e levou a palma à sua vizinha, a qual só depois dele instituiu, por proposta de Franco Rodriguez, uma cadeira de estudos hispano-americanos nas faculdades espanholas. Também Portugal levou a dianteira na grata visita oficial feita com o êxito que sabemos pelo seu ilustre chefe de Estado à nação irmã, por ocasião da comemoração da sua emancipação política.

Celebramos de fato, o ano passado, no Brasil, o primeiro centenário de um acontecimento importantíssimo na vida das duas nações. Do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves uma parte, a mais considerável territorialmente – título este que, por sugestão de Palmela, serviu para justificar a admissão de Portugal no círculo íntimo dos *big eight* da conferência de Viena – converteu-se em Império independente. Seja-me lícito reproduzir a tal propósito o começo do meu último trabalho sobre o movimento da Independência<sup>c</sup>:

Tem-se dito da Independência do Brasil que foi um desquite amigável entre os reinos unidos. Não há porém desquite perfeitamente amigável: precedem-no sempre incompatibilidades, rugas, desavenças. Pode não ocorrer propriamente violência. Foi

o que se deu, pode dizer-se, nesse caso: a separação só teve que arcar com a nobre resistência do general Madeira, na Bahia, depressa vencida. O mais consistiu em amuos, ameaças e ajustes de interesses. Sobreviveu entretanto um como que ressentimento entre as duas partes que, querendo simular indiferença, de fato caíram num alheamento, o qual após durar bastante tempo, se foi progressivamente desvanecendo, já nos nossos dias, para dar lugar a uma cordialidade necessária e possivelmente fecunda. A Independência, tal como se operou, teve aliás um caráter de uma transação entre o elemento brasileiro mais avançado, que preferiria substituir a velha supremacia portuguesa por um regime republicano, segundo o adotado nas outras colônias americanas por esse tempo emancipadas, e o elemento reacionário, que era o lusitano, contrário a um desfecho equivalente, no seu entender, a uma felonía da primitiva possessão e a um desastre financeiro e econômico da outrora metrópole. A referida transação estabeleceu-se sobre o fundamento da permanência além-mar da dinastia de Bragança, personificada no seu rebento capital, à frente de um Império constitucional e democrático, cujo soberano se dizia proclamado pela graça de Deus e pela unânime aclamação dos povos, a um tempo ungido do Senhor e escolhido pela vontade da nação. Impossível seria, chegadas as coisas a certo ponto, continuarem por mais tempo como estavam; disto se achavam plenamente convencidos os que sobre elas meditavam e mais persuadido que ninguém o próprio Dom João VI, de quem o ministro austríaco barão de Sturmer admirava *la finesse d'esprit*, expressão de que usa escrevendo a Metternich. No dédalo das suas hesitações buscava o rei a solução mais consentânea com os interesses da monarquia dos seus maiores, que debaixo do seu cetro se ia cindir, o menos positivamente, o mais nominalmente que na sua vontade pudesse ser, a fim de que se não perdessem as eventuais recíprocas simpatias e fosse até praticável algum dia a reunião das duas coroas, à qual Dom Pedro havia de realmente aspirar com prejuízo dos direitos que a sua atitude revolucionária transferira para o infante Dom Miguel.

É bastante conhecido dos que leem a história portuguesa o meu fraco por Dom João VI, fraco que é antes a persuasão em que me acho, e que vejo felizmente compartilhada por muitos agora, de que a história tem singularmente caluniado este monarca.

A sua psicologia não era complicada, mas eram complicados seus processos psicológicos, porque provinham de vacilações filhas do seu raciocínio inteligente, e obedeciam não só a móveis recônditos que ele tinha contraído *et*

*pour cause* o hábito de dissimular, como também de pressões externas, que alternadamente agiam sobre sua vontade. É curioso observar que no movimento da Independência do Brasil a feição revolucionária pertence mais ao trono e a feição conservadora pertence mais à nação. Não se pode por isso dizer com exatidão histórica que tal independência tenha sido exclusivamente o produto dos ideais políticos semeados pela Revolução Francesa.

Deve-se porventura antes afirmar que toda a América ibérica realizou a sua emancipação política, por si própria, num espírito de reação contra a Revolução Francesa, constituindo tal emancipação, no dizer mesmo de um escritor francês dos nossos dias, “uma manifestação de fidelidade à Monarquia e à Igreja católica”. A asserção é menos paradoxal, como veremos, do que à primeira vista pode parecer. Nem um movimento liberal tem que forçosamente ser antirreligioso.

Miranda, uma das figuras principais da emancipação sul-americana, pertencia à maçonaria, que a preparou, mas nos seus esforços para libertar a Venezuela do domínio espanhol procurou o apoio do clero, nacional e nacionalista, compreendendo que sem esse apoio nada conseguiria.

Foi de resto uma minoria de patrícios que se colocou na América espanhola à frente da rebelião contra a ocupação por Napoleão do trono dos Bourbons.

Colônias e mãe-pátria julgavam-se ligadas por um laço pessoal, que encarnava o soberano, o qual era o mesmo; a falta desse laço pela eliminação do soberano tradicional conduzia logicamente à independência, sendo portanto não só ocioso como contraproducente o auxílio estrangeiro que Miranda buscou sempre entre os ingleses. O bom senso popular enxergava melhor do que ele que a cooperação britânica visava à conquista econômica. Ora, a primeira coisa que as juntas revolucionárias estabeleceram foi a autonomia econômica. Em Buenos Aires, ocupada militarmente de surpresa pelos ingleses do Cabo e reconquistada pela bravura dos argentinos comandados por Liniers, o espírito clarividente de Mariano Moreno reclamou imediatamente a liberdade comercial juntamente com a sujeição religiosa. Não é preciso recordar que o Brasil não teve reclamação igual a formular porque o rei de Portugal, ao chegar à Bahia, imediatamente



abriu todos os portos da grande colônia à navegação e ao comércio das nações amigas.

Miranda ficou sendo muito menos popular entre os hispano-americanos do que Bolívar porque a muitos ele se afigurava um aventureiro militar impregnado de estrangeirismo e que por causas estrangeiras havia combatido.

Bolívar, pelo menos, só tinha de estrangeiro as ideias, às quais o seu espírito de índole construtora foi pelo tempo adiante agregando outros tantos planos de elaboração própria. O seu tipo político favorito nunca deixou, porém, de ser o de uma república aristocrática e moderada, que na França de 1793 o teria seguramente levado à guilhotina. Pelo tempo adiante foi crescendo no seu espírito a convicção da necessidade do fortalecimento do poder presidencial até chegar a preconizar o consulado vitalício. No seu último projeto de lei orgânica, que foi a constituição destinada à Bolívia, nação organizada sob sua influência e que recebeu o seu nome, figurava acima das duas assembleias parlamentares, câmara e senado, um colégio ou câmara de censores à qual era atribuída a função suprema de moralizar a vida pública e dirigi-la no interesse do bem público.

A constituição que os Estados Unidos elaboraram e que o resto da América senão tomou por modelo em todos os detalhes, dela derivou, entretanto, a orientação, era no fundo a de uma realeza pouco constitucional, segundo o figurino comum de um rei manequim, com os freios e contrapesos de um senado com papel consultivo na direção das relações exteriores e uma corte suprema intérprete da constituição e podendo à luz desta constituição julgar em espécie e anular decisões executivas ou legislativas.

Estão todos decerto lembrados de como o senado americano reivindicou veementemente as suas atribuições por ocasião do Tratado de Versailles e da formação da Liga das Nações, tão cara ao presidente Wilson.

O cesarismo democrático em que redundou a compreensão política de Bolívar, foi uma criação relativamente lenta. No momento da independência a solução monárquica apareceu como a que maior número de adesões re-

cebia da parte dos fundadores das novas nacionalidades. Contribuía muito para isso a impressão deixada pelo Terror francês e Belgrano, que preferia a monarquia da mesma forma que San Martín, Monteagudo e Rivadavia, chegou a declarar no congresso de Tucumán, em que se elaborou definitivamente a independência argentina, que não sabia porque havia a América de adotar a forma republicana de governo que a Europa já repudiara<sup>d</sup>.

No Brasil, como nesses outros países de ascendência ibérica, a monarquia foi não só a resultante das circunstâncias em que se produziu a emancipação, como uma afirmação de nacionalismo despido de vestes cosmopolitas. Todos os movimentos políticos que a história registra são, aliás, de caráter nacionalista: quando adquirem maiores proporções, é porque implicam aspectos de raça, ou então se identificam com paixões religiosas, como é o caso com o islamismo. No dia em que tais movimentos obedecerem a preocupações dum caráter humano, o progresso terá atingido virtualmente a perfeição<sup>e</sup>.

A nossa independência, como a dos países hispano-americanos, apresenta-se limpa de controvérsias de caráter religioso porque o clero estava do lado dos independentes. Com a solução monárquica concordou no Brasil a maçonaria, e foi nas lojas maçônicas que se organizou essa emancipação política dinástica.

Verdade é que nas lojas maçônicas figuram bispos e padres, e da Revolução Pernambucana de 1817 se pode dizer que foi uma revolução de padres, porque estes figuraram no primeiro plano entre os lumináres do movimento.

Sinto que a brevidade do tempo me não permita narrar-vos o que foi essa revolução, revolução de gente desinteressada, nobre e pura, que na América Latina não conhece outra que a iguale no alcance e na capacidade de construção social.

Basta dizer-vos que não recuou diante do problema servil, que no Brasil só veio a receber sua solução final em 1888, e que os revolucionários pernambucanos julgavam incompatível com a liberdade política; depois deles só assim pensou José Bonifácio, o Patriarca da Independência. Nos Estados Unidos não ignorais que a liberdade só foi proclamada para os brancos.

A revolução portuguesa de 1820 tem contra si que foi uma revolução de princípios, mas também de interesses<sup>f</sup>.

Estes brigavam com aqueles. Os princípios reclamavam amplas liberdades; os interesses reclamavam o restabelecimento dum estrito monopólio comercial, cuja abolição constituía o mais sério agravo da mãe-pátria para com sua antiga colônia.

As colônias eram, porém, de fato domínios reais e os privilégios que lhes concedera o trono, elas os possuíam como direitos inerentes à sua constituição.

Garantiam tais direitos, em nome da Coroa, instituições emanadas da mesma Coroa. Assim é que a revolução de 1820, após treze anos de residência del rei Dom João VI, no Rio de Janeiro, já encontrava o Brasil organizado como nação, isto é, dotado de instituições judiciais, pedagógicas, comerciais e industriais e com uma estrutura administrativa própria e sobretudo com a consciência de representar uma nova nacionalidade no mapa político do mundo. Foi esta a obra do monarca e dos seus ministros, dalguns pelo menos, como Linhares e Barca.

Por mais que quisessem, as Cortes não puderam mais apagar semelhante obra.

Seria impossível a Portugal readquirir o exclusivo mercantil, pois que nenhum país que uma vez haja gozado da liberdade, consentirá jamais de bom grado em volver à servidão. Aliás, na América, as inteligências respiravam numa atmosfera desafogada, que elas tinham tornado desafogada para seu uso.

Os Estados Unidos insurgiram-se contra a Inglaterra porque o Parlamento britânico se obstinava em lançar sobre as colônias americanas impostos que os seus representantes não tinham votado, pois que não tinham assento em Westminster.

O interesse material não é de resto menos poderoso sobre a marcha da evolução política do que as doutrinas filosóficas ou as preocupações sociais; já alguém observou com verdade que o escritor europeu do século XVIII que maior prestígio exerceu sobre a mentalidade sul-americana, não foi tanto Voltaire com o seu sarcasmo cristalino, nem

Jean Jacques Rousseau com o seu sentimentalismo dissolvente, nem Montesquieu com sua ponderada sagacidade, mas Bentham, com o seu utilitarismo.

A revolução portuguesa de 1820 foi um movimento democrático, mas não propriamente republicano, pois que deixava subsistir um estafermo real às ordens de uma câmara única, imitada da Convenção, na qual se concentrava a soberania nacional e que assumia até funções judiciais.

Dom João VI tinha bem o estofado de um rei constitucional e deveras constitucional. Sem ser, no entanto, um espírito culto, e com o seu vocabulário político limitado, ele possuía perspicácia bastante para ver os acontecimentos, mesmo aqueles que não sentia em si coragem para rebater. Era e seria sempre muito mais do que um simples títere.

O conselho por ele dado ao príncipe real Dom Pedro, que ficava no Rio como regente, para que tomasse a direção do movimento de separação e colocasse sobre a própria cabeça uma coroa que de outro modo corria o risco de ir parar nas mãos de qualquer aventureiro, devia acudir facilmente a quem vira erguerem-se as monarquias improvisadas dos Bonapartes, de Murat e de Bernardotte, mas requeria para ser externada uma dose de decisão intelectual igual à que determinou a retirada para o Brasil num dos momentos mais críticos atravessados pela nacionalidade portuguesa.

Se não passasse mesmo de uma manifestação de senso comum, mereceria ser imortalizada por Cervantes no elogio que deste fez. Dom João VI foi o Sancho Pança de uma atraente novela política em que Bolívar figura como Dom Quixote. E ninguém veja nestas palavras a menor intenção pejorativa, pois que Dom Quixote foi um nobre tipo idealista, assim como Sancho Pança foi um precursor da *Realpolitik*.

A marcha da Independência brasileira foi rápida, mas ainda assim passou por mais de uma fase. A princípio parecia viável a concessão de um *home rule* como o que a Irlanda reclamava antes da guerra; depois passou-se ao dualismo de que foram modelos europeus desaparecidos a Áustria-Hungria e a Suécia-Noruega; por fim a completa independência tornou-se o único desenlace possível.

A marcha referida obedeceu à atitude das Cortes de Lisboa na sua intransigência.

Ordenando o regresso do príncipe real e privando deste modo o Brasil do seu centro de autoridade, as cortes queriam romper uma unidade que se estava cristalizando pode dizer-se a olhos vistos. Se Dom Pedro tivesse partido, o Reino do Brasil ter-se-ia fragmentado como o domínio espanhol, cada uma das suas divisões históricas seguindo seu próprio destino. Foi a Coroa que, no desempenho do seu papel tradicional na história, salvou a unidade brasileira. O jovem príncipe regente era inteligente e animoso, mas a espontaneidade da sua natureza, não raro impulsiva, necessitava de ser temperada por uma maior dose de capacidade reflexiva do que a possuía pela sua aptidão natural para o governo. Quis a sorte que se lhe deparasse um avisado conselheiro na pessoa dum sábio que na maturidade dos anos se dedicou à política e transportou para o governo das sociedades humanas, com toda a vivacidade do seu temperamento, a exatidão das suas observações sobre a natureza e das suas experiências de laboratório.

José Bonifácio de Andrada e Silva pertencia a uma distinta família de São Paulo, mas passara a mocidade e boa parte dos anos que se lhe seguem na Europa, quer figurando conspicuamente nos círculos académicos e científicos de Portugal, quer viajando até à Suécia no intuito de visitar universidades, seguir cursos e conviver com outros homens de ciência, aos quais seu nome era familiar pelas suas descobertas no campo da mineralogia e da química.

José Bonifácio foi secretário geral da Real Academia das Ciências de Portugal, e o seu elogio académico foi escrito por Latino Coelho naquele primoroso estilo de que o grande escritor tinha o segredo.

O plano político do homem de estudo foi induzir sua província a opor-se à partida do príncipe e congregar num esforço comum no mesmo sentido, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Abaixo de São Paulo não havia que temer; na Bahia centralizara-se a resistência portuguesa, mas a sorte das armas dependia da organização naval, do *Sea Power*, e lorde Cochrane, amador de gordas presas, fora contratado para

comandar a jovem esquadra brasileira e chamar ao aprisco as ovelhas transviadas; havia também o obstáculo, não insuperável, porém, das preferências republicanas de Pernambuco, que talvez se pudessem imolar no altar do patriotismo. Revolucionário nas ideias, o movimento da independência no Brasil foi conservador nos seus processos, contrapondo-se a falta de violência com que ele se ultimou à guerra pertinaz que nos países hispano-americanos sustentaram os independentes contra a Espanha durante quinze sangrentos anos<sup>g</sup>.

Quando falo de ideias revolucionárias refiro-me muito mais à sua essência do que à sua exteriorização. O Império democrático que surgiu na América do Sul deveu sua existência à vontade popular, mas o figurino que adotou, foi o romano ou o napoleônico. E sua evolução foi mesmo gradual. Meses antes da aclamação imperial o povo do Rio de Janeiro, pela voz da sua câmara municipal, a qual desde o início do movimento de separação forneceu expressão direta e autêntica aos desejos populares, brindara o príncipe regente, por iniciativa do elemento mais radical em ação, a que se juntaram os demais elementos, com o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Defensor perpétuo e protetor – foi ele assim saudado, mas Dom Pedro desdenhou essa recordação de Cromwell, que considerou humilhante para uma nação que, dizia ele, era capaz de se defender por si.

Dom Pedro nunca renegou expressamente o constitucionalismo que adotara, nem recusou jamais à nação a participação que legalmente lhe cabia no exercício do governo; entendia contudo que lhe competia a ele não abdicar de todo a sua soberania e ficar reduzido a um papel passivo. Neste estado de espírito, que se prolongou, ele teria preferido agir no Brasil em 1822 como veio a agir em Portugal em 1826, quando faleceu el rei Dom João VI, a saber, conceder uma carta; parecia-lhe esta outorga muito mais consentânea com a majestade da coroa do que uma constituição elaborada pelos representantes eleitos do povo no intuito de ser imposta ao trono<sup>h</sup>.

Abstraindo da questão de princípio, e cingindo-nos aos fatos, é evidente que uma carta outorgada pode conter todos os direitos e franquias a que tem jus uma nação.

A Constituinte brasileira, convocada em 1823, foi dissolvida pelo Imperador *manu militari*, quando a lei orgânica do país já se achava redigida e no espírito dum extremo liberalismo.

A culpa do atentado político cabe sobretudo ao soberano, mas não há dúvida que os atritos atinentes à partilha dos privilégios respectivos do monarca e do parlamento foram muitas vezes levantados por uma assembleia de espírito em parte republicano e em todo o caso avançado, que visava à preeminência por uma questão de doutrina, embora o soberano não justificasse suas pretensões contrárias pelo direito divino dos seus antepassados e sim pela investidura nacional.

O Imperador julgava-se, com razão, nas condições em que foi estabelecida sua dinastia, a primeira figura no cenário político, e não era natural que consentisse de bom grado na sobreposição de outra entidade, cuja função constitucional devia ser equiparada no seu parecer à do senado romano, ou à do corpo legislativo francês.

Os representantes das monarquias europeias acreditados no Rio de Janeiro consideravam inevitável a independência, mas consolavam-se do fato de subtrair-se uma nacionalidade mais do novo mundo à influência do velho continente, assim ajudando a formação do “sistema americano”, com ver essa nacionalidade governada o menos possível pelas ideias democráticas.

Por sua vez, Dom Pedro era constitucional por vontade, deliberadamente, mas não podia deixar de ser absolutista por instinto, nas ocasiões especialmente em que a sua opinião entrava em conflito com a dos seus ministros. Se eu quisesse recorrer a uma expressão hoje banal, mas sempre pretensiosa, diria que era subconsciente o seu absolutismo. Tal fora de resto a sua educação ou, melhor dito, sua falta de educação, pois que foi criado à lei da natureza.

No Rio de Janeiro o rei habitava com os filhos a quinta de São Cristóvão; a rainha, com as filhas, o paço da cidade, nome pomposo dado ao casarão dos vice-reis.

Dom Pedro dizia mesmo com frequência, referindo-se aos filhos, que esperava que ele e o “mano Miguel” fossem os últimos malcriados da família, e foi ouvido nas suas esperanças, pois que aqueles filhos foram

a rainha dona Maria II de Portugal, soberana enérgica e bem atilada e mãe admirável, e o imperador Dom Pedro II do Brasil, cuja inteligência e virtudes são proverbiais<sup>1</sup>.

Ele próprio e o “mano Miguel” tinham, porém, caracteres de fina têmpera, pois que o infortúnio a apurou. Renunciando afinal a duas coroas, Dom Pedro deu um exemplo pouco comum de abnegação política, de renúncia ao mando: no Brasil, sua abdicação proveio da convicção, brotada do seu espírito, de que nascera um fundo desacordo com a nação, que não podia mais ser desfeito.

De Dom Miguel, rei legítimo e ídolo popular, sabem todos quão nobre foi no exílio sua atitude, sofrendo privações com perfeito estoicismo, dignificando a natureza humana que, no ostracismo, seu sobrinho Dom Pedro II sublimou, na expressão de Joaquim Nabuco.

O desfecho do conflito constitucional no Brasil foi o seguinte:

O imperador confiou a elaboração da lei básica a uma junta de juriconsultos e outras personalidades de larga experiência administrativa, corpo de escol que foi o embrião do Conselho de Estado tão característico do Império brasileiro e de que tanto prestígio adveio à atividade do governo monárquico. A Constituição que aquela junta redigiu foi verdadeiramente liberal e, com o Ato Adicional de 1834, respondeu às necessidades públicas até a queda do regime em 1889. E não esqueçamos que esse regime foi qualificado pelo grande argentino Mitre de democracia coroada e que Vítor Hugo tratou Dom Pedro II de Marco Aurélio.

Esta breve conferência em que tentei resumir o acontecimento capital da vida política brasileira, teve um exórdio relativo no histórico da fundação desta cadeira que me coube a honra de inaugurar, e convém que tenha uma peroração concernente à fundação, e com maior razão ainda, de uma cadeira de estudos portugueses no Brasil. A influência espiritual sobre a América foi toda ela europeia, como não podia deixar de ser. As colônias britânicas que se revoltaram, obedecendo ao apelo dos chamados direitos naturais e ao princípio da soberania popular, contaram [com] poucos dirigentes espirituais e estes mesmos deviam a Locke a sua orientação doutrinária. A Declaração da Independência contém



muitas frases copiadas quase textualmente por Jefferson do *Tratado do Governo* daquele filósofo inglês<sup>i</sup>.

O Brasil representa uma grande obra portuguesa e não deve ela ser esquecida, isto é, resvalar para a ignorância o conhecimento dessa obra entre os que estudam além-mar, e a quem se ensina em todas as suas minúcias a história, por exemplo, da Revolução Francesa. Para isto é contudo mister que se perca o sestro de fazer consistir a história principalmente numa sequência de guerras, desprezando-se empreendimentos fecundos e incomparavelmente mais interessantes pelo fato de não falarem tanto à imaginação. Este defeito é geral. Um aluno de qualquer liceu fica inteirado dos morticínios de Napoleão e cheio de entusiasmo por esse cabo de guerra, que teria sido apenas um grande malfeitor se a parte construtora da sua obra não resgatasse a parte destruidora, e entretanto adquire apenas uma ideia vaga do que foram a síntese filosófica e o sistema político do grande pensador que foi Augusto Comte, ou então as descobertas científicas de Pasteur, que têm salvado a vida a milhões de criaturas humanas<sup>k</sup>.

O meu amigo belga Paul Otlet, que é um espírito dominado pela paixão do internacionalismo e ao mesmo tempo um grande coração, escreveu com profunda verdade que a grande catástrofe, que ainda perdura, teria sido impossível se as sociedades europeias, ou melhor dito os governos europeus tivessem empregado em organizar a paz metade dos esforços que envidaram para organizar a guerra. Fizeram-no levados pela máxima falaz de que a paz se obtém preparando a guerra: o que se obtém desse modo é a guerra. Já se tem repetido à saciedade, e o senso comum o ensina, que dois indivíduos desarmados custam muito a brigar. Se cada um tiver no bolso um revólver, a troca de tiros é certa<sup>l</sup>.

O meu prezado amigo senhor Fidelino de Figueiredo, com o agudo senso crítico que distingue a sua inteligência tão compreensiva, dizia-me não há muito numa das nossas frequentes trocas de ideias, que mais vantajoso lhe parecia ainda do que o estabelecimento de cadeiras exclusivamente de estudos brasileiros ou portugueses, o introduzir nas cadeiras gerais de História, de Geografia, de Literatura ou de Economia o espírito respectivamente português e brasileiro, concedendo ampla, neste caso adequada parte ao



*Dom Pedro II, jovem*, óleo sobre tela de autor não identificado. Século XIX. Tela rasgada a golpes de espada no gabinete do Ministro da Guerra, ao ser proclamada a República. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

estudo recíproco da nacionalidade mãe e da que esta concebeu. Ainda assim as cadeiras como esta deveriam, no meu entender, subsistir para os que desejem especializar-se no assunto e tenham para isto curiosidade e tempo. Na cadeira de estudos latino-americanos que regi em Harvard, tive 56 alunos que estudavam a valer: destinavam-se uns à diplomacia ou ao professorado; pretendiam outros transladar-se para a América do Sul com intuítos mercantis ou industriais; para alguns tratava-se apenas de desfastio intelectual e do justo desejo de ficarem conhecendo a América, campo de sua expansão material e moral, da qual dizia Bolívar que não haveria quem lhe pudesse resistir à influência soberana quando reunida pelo coração, guiada por um mesmo ideal e iluminada pelo fanal da liberdade.

A América não aprendeu por si só a liberdade. A semente das instituições representativas foi transportada além-mar e ali germinou. A Europa transmitiu ao Novo Mundo a sua cultura. Os fundamentos da civilização brasileira são portugueses. De Portugal vieram-lhe as leis, veio-lhe o direito gerando a paz pelo equilíbrio das energias sociais. A paz é ainda infelizmente um ideal, mas que há de ser atingido, porque, malgrado os seus eclipses, o direito resiste a tudo, como resiste a moral, como resiste a fé, como resistem todas essas criações dos instintos misteriosos da alma coletiva agindo sob a pressão das conveniências sociais. Levantando seu grandioso edifício sobre uma tal base, Portugal deu à nacionalidade brasileira a perpetuidade e fez-se ele próprio imortal na sua obra.

## 2. CARÁTER DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA

O povo brasileiro possui socialmente um tipo seu próprio que o distingue dos outros povos, mas este tipo como que se desdobra, oferecendo vários aspectos derivados do meio físico e também das circunstâncias do desenvolvimento histórico, que variaram de região para região, fazendo, juntamente com as condições geográficas, uma aspiração necessária e uma realidade da federação que, durante o Império, foi um constante anelo político, recebendo inspiração dos Estados Unidos pelo modelo federativo que a União apresentava e, com a República, se tornou a base da estrutura constitucional do país.

A Revolução de 1824, conhecida pelo nome de Confederação do Equador, porque dela resultou a união de algumas províncias do Norte, obedeceu ao desejo instintivo de autonomia local, característico da história brasileira, além da recusa pelos espíritos ultraliberais de uma constituição que não tivesse sido elaborada pelos representantes do povo.

Durante a regência, isto é, de 1831 a 1840, que já foi muito bem caracterizada como um ensaio dum governo republicano, houve que ampliar os direitos políticos das províncias, tomando as assembleias provinciais o lugar dos primeiros conselhos de limitadas atribuições e permanecendo o Império na sua função superiormente centralizadora, como a garantia da unidade nacional.

Até 1849 as tentativas de secessão foram repetidas, o Rio Grande do Sul lutando dez anos, de 1835 a 1845, pela sua separação, a qual teria redundado porventura numa ligação com as repúblicas platinas. Apenas a clemência imperial, evitando as repressões sangrentas, manteve a coesão e impediu a dissolução do majestoso edifício que surgira como efeito da colonização portuguesa.

O gaúcho das cochilas do Rio Grande tem talvez maior número de traços comuns com o *gaucho* argentino ou uruguaio, de fala castelhana, do que com o sertanejo do Norte, que é um criador fixo e não nômade como aquele outro. A diferença é muito mais sensível ainda com o matuto da zona florestal, transformada em zona agrícola, ou com o seringueiro, que nas florestas amazônicas recolhe o leite que se coagula em borracha. Todos eles têm uma feição comum, afora certa melancolia ou sentimentalidade que é peculiar ao português: são dotados de um espírito aventureiro, natural a quem descende de destemidos desbravadores de uma terra nova e misteriosa. A literatura de ficção e a sociologia têm-se ocupado destes diferentes tipos: assim José de Alencar desenhou o gaúcho, Franklin Távora o matuto, Euclides da Cunha o jagunço e Oliveira Viana as populações das várias regiões<sup>m</sup>.

Os fatores essenciais da civilização brasileira no período colonial são em número de três: o colono, que se devotou ao amanho das terras, e que era puramente português; o bandeirante, que em bom número

era mameluco ou mestiço do português e índio, e que subiu rios e galgou montanhas em busca de metais preciosos e pedras finas, tesouros que a terra avara só desvendou no fim do século xvii, entretanto espalhando pelos desertos as manadas de gado que foram outrora o alimento e hoje estão sendo a riqueza; e o missionário, que incutiu certa disciplina no colono e reprimiu os excessos cruéis dos bandeirantes que, na falta de ouro e diamantes, arrebanhavam uma outra mercadoria valiosa, que era o escravo indígena destinado às plantações sob o pretexto de que era resgatado do fado ingrato que o esperava nas mãos de tribos inimigas<sup>n</sup>.

A indústria sacarina e a indústria pastoril foram os primeiros esteios do Brasil econômico, aqueles sobre que assentou sua prosperidade.

A cana de açúcar foi transplantada para o Brasil, cujo solo oferece para essa cultura uma feracidade apenas comparável com a de Cuba, da ilha da Madeira, para onde havia sido levada da Sicília, sob cujo céu luminoso e cálido crescera a que os cruzados tinham trazido da Ásia Menor. Em 1546, onze anos depois do donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, ter desembarcado e iniciado sua obra fecunda de povoamento e de organização da mais aristocrática e ordeira das capitânicas brasileiras, e posto que fossem contínuas as lutas com os franceses e com os índios, o dízimo real era pago em açúcar.

Em 1590 possuía a capitania 66 engenhos.

Cobiçaram os holandeses essa riqueza quando se puseram independentes da Espanha e dispuseram-se a ir em pessoa buscá-la, tanto mais quanto constituiu o açúcar, seja o clássico mel do Himeto ou o moderno produto da beterraba europeia, um gênero de primeira necessidade.

Uma primeira expedição ocupou a Bahia, que foi reconquistada pela esquadra de Dom Fradique de Toledo e pelos terços cosmopolitas que essa esquadra transportava.

Passava-se isto sob o domínio peninsular dos Filipes. Pouco depois, em 1630, ocupavam os holandeses Pernambuco e foram conquistando as terras para o norte e para o sul de forma a possuírem, entre o Amazonas e o São Francisco, um Império que só não perdurou porque era por demais eivado do espírito mercantil. *Verzuimd Brasiel*, diz-se ainda hoje na Holanda;

Brasil perdido por desleixo. Suas conquistas estenderam-se até São Tomé e Angola, assim captando dois mananciais de trabalho negro, pois que os escravos africanos – as peças da Guiné – tinham cedo começado a ser importados para suprirem a deficiência dos escravos aborígenes, pouco avultados em número e pouco resistentes ao trabalho regular.

A Companhia das Índias Ocidentais só enxergava o dinheiro como fito da sua atividade, mas teve um momento de acerto ou de felicidade quando escolheu um príncipe alemão da casa de Nassau, João Maurício, homem de distinção, de capacidade e de gosto, que embarcou com um cortejo, não de lansquenetes brutais, mas de homens de ciência e artistas – astrônomos, naturalistas, físicos, poetas, pintores e arquitetos. Com a bravura militar dum *condottiere* e os talentos dum humanista, Maurício de Nassau tinha a sensualidade dum sibarita.

Nele se refletia o aspecto folgazão e transbordante da vida neerlandesa e flamenga que alguns dos seus pintores reproduziram em telas sugestivas. Construiu palácios, desenhou jardins, povoou viveiros de saboroso peixe, montou jogos de canas e de estafermo<sup>o</sup>, torneios em que se defrontavam portugueses e holandeses, ideou diversões populares.

Não desdenhava Maurício de Nassau para si próprio os lucros do açúcar. Seu palácio na Haia, onde hoje se encontra o museu de pintura, foi construído com madeira do Brasil e com dinheiro vindo do Brasil: o povo, que é sempre malicioso, chamava-lhe a Casa do Açúcar, mas tais ganhos não eram ilícitos, não eram a vil moeda do *profiteur*, eram os lucros, preestabelecidos por contrato, da sua administração militar e civil. Sem outra compensação o príncipe introduziu na terra que fora chamado a governar, muita coisa boa, entre elas as instituições representativas – no Recife reuniu-se a primeira assembleia deste gênero – e a tolerância para com os credos diversos do calvinista, que era o dos mercadores de espírito estreito e ganancioso, saídos duma guerra a um tempo política e religiosa e detestando os portugueses, não só por serem inimigos, como por serem católicos, uma expressão que lhes recordava a personalidade sinistra do duque de Alba e que equivalia assim a opressão e perseguição. Maurício tão liberal era na matéria que até permitia procissões e outras demonstrações externas do culto.

Um monge português, frei Manuel do Salvador<sup>3</sup>, que foi seu comensal e é o autor do *Valeroso Lucideno*, louva-o por tamanha generosidade, que ele próprio contudo não imitava, pois que não cessa de injuriar protestantes e judeus.

Os judeus viviam folgada e regaladamente sob o domínio holandês.

O Tribunal do Santo Ofício nunca funcionou no Brasil, mas não significa isto que até lá se não estendesse a autoridade da Inquisição. As visitas começaram cedo e os réus eram transportados para Lisboa. É de crer que as informações dos hebreus portugueses sobre a terra e a gente do Brasil tivessem servido muito aos holandeses quando entenderam levar além do Equador a sua navegação mercante e de guerra. O número do elemento israelita crescera tanto que em 1654, quando se deu a capitulação do Recife, sua emigração para o Suriname, na Guiana holandesa, tornou-a, antes que tal primazia coubesse à Nova Amsterdam, nome primitivo de Nova York, a mais poderosa colônia judaica do Novo Mundo.

A reconquista do Brasil holandês foi por Oliveira Martins chamada uma nova Ilíada. Representa com efeito um esforço heroico, no qual comungaram as três raças – lusa, índia e africana – e foi ultimado com a simpatia, é claro, da metrópole, mas com escasso auxílio seu, porque Portugal mal podia resistir às hostilidades tenazes da Espanha, que queria a todo o transe reabsorvê-lo.

A tolerância religiosa no Brasil tem, pois, fundas raízes. O senhor presidente da República Portuguesa, num escrito recente, a propósito do que neste terreno observou na sua viagem à América portuguesa, diz não achar boa a palavra tolerância com relação a este direito que no Brasil “todos reconhecem a cada um de pensar como quiser”. De fato o direito exprime neste caso a liberdade organizada e não representa uma mera concessão do poder, à qual quadraria de preferência a palavra tolerância. Se continuo a empregar tal termo é porque, na falta de outro mais compreensivo, o faço precisamente no sentido de liberdade. Durante o Império o regime concordatário produziu conflitos de jurisdição e mesmo de autoridade, tanto a autoridade temporal como a espiritual reclamando em certos casos a primazia e procurando o Estado, na aplicação da doutrina regalista, que fora

contemporânea senão associada da doutrina das igrejas nacionais, a qual em França se chamou o galicanismo e da qual foi expoente nada menos do que o verbo eloquente de Bossuet, o meio mais seguro de reduzir a Igreja Católica a uma estrita obediência. As igrejas nacionais professavam a mesma fé, mas disputavam a autoridade papal em questões de disciplina e mesmo em questões de credo.

Nós tivemos no Brasil um pequeno *Kulturkampf*, proveniente da atitude de dois prelados contra o fato das irmandades religiosas contarem no seu seio adeptos da maçonaria, que mais consideravam no entanto as lojas como grêmios filantrópicos do que anticatólicos. Era o espírito ultramontano que animava aqueles prelados e que os levou a desprezarem o beneplácito da Coroa para a publicação de bulas pontificias<sup>4</sup>.

Ambos esses prelados eram homens altamente respeitados e de verdadeiro mérito. Dom Antônio de Macedo Costa, que morreu arcebispo-primaz da Bahia e era então bispo do Pará, era considerado a primeira figura do episcopado nacional. Dom frei Vital de Oliveira, monge capuchinho elevado a bispo de Olinda, era venerado pelas suas virtudes, mas a sua intransigência era combativa. O papa Pio IX tratava-o benevolmente de *testa calda* e o diplomata brasileiro, barão do Penedo, obteve do cardeal Antonelli, quando enviado a Roma em missão especial, a famosa bula *Gesta tua non laudantur*.

O governo imperial deu virtualmente razão às irmandades e, recusando-se os prelados a mandar reabrir igrejas fechadas por sua ordem, foram presos, sujeitos à ação da justiça civil, julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça, condenados à prisão, e logo depois anistiados.

A Companhia de Jesus fora, como é sabido, instituída para combater o movimento da Reforma, impedir o protestantismo de alastrar-se e ganhar à fé apostólica novos prosélitos, pelo que se constituiu naturalmente a defensora por excelência da autoridade da Santa Sé no seu empenho de predomínio da lei canônica.

A sua atividade nas cortes e entre todas as camadas sociais, no propósito de fazer vingar o seu ideal, foi o que lhe acarretou as antipatias e as hostilidades de ministros poderosos do século XVIII, que



moveram à Companhia de Jesus crua guerra e obtiveram sua extinção temporária.

No Brasil, porém, sobressai seu papel de missionários, de paladinos da liberdade dos índios e de promotores dos princípios de moralidade e de simpatia humana entre os caçadores de escravos. A defesa, pelos jesuítas, da raça indígena, foi por eles levada até diante do trono, refletindo a legislação sobre a matéria as alternativas do seu maior prestígio ou da sua menor influência junto ao rei. A completa liberdade dos aborígenes, compreendendo sua plena admissão aos direitos civis, coincidiu com a expulsão da Companhia, cujo nome permaneceu, no entanto, popular, ainda que o livre pensamento se insurja contra os seus métodos de ensino e de disciplina mental, pretendendo rasgar à inteligência mais dilatados horizontes.

Ninguém melhor do que eles compreendeu, no entanto, o espírito sem desenvolvimento do selvagem e a necessidade de adaptar a tal espírito a catequese com que só era possível inculcar-lhe os rudimentos da civilização.

Também o ensino dos filhos dos colonos era por eles ministrado e, assim, representaram os padres da Companhia o elemento mais positivo do progresso colonial.

A Corte [em Lisboa] atraía os melhores talentos de além-mar: o padre Antônio Vieira, o judeu das óperas, imolado num auto de fé; o espiritualista Alexandre de Gusmão, que consolidou diplomaticamente as conquistas portuguesas além da linha legal de Tordesilhas; seu irmão o padre Bartolomeu Lourenço, o inventor dos aeróstatos; o grande economista Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco e depois de Elvas; foram todos brasileiros transplantados para Portugal e que contribuíram para o brilho do reino<sup>7</sup>.

Em Portugal, de resto, era que eles encontravam a possibilidade de educação superior. O Brasil não teve uma universidade como o México ou o Peru; todavia, quando chegou o momento da separação, estava o Brasil preparado intelectualmente para a vida independente, a ponto tal que o Império encontrou um pessoal adequado à alta administração, à diplomacia e a todos os ramos da atividade política da nação, e que, nas

cortes portuguesas de 1820, o elemento brasileiro foi realmente êmulo do da metrópole na competência e superioridade que os seus membros emprestaram às discussões parlamentares.

O Império do Brasil foi uma feliz combinação do princípio de liberdade e do princípio de autoridade.

Esta empatou aquela de tornar-se anárquica e, por outro lado, foi por ela obstada a degenerar em despotismo.

Não se pode dizer que a opinião não dirigisse verdadeiramente a marcha dos negócios políticos, se bem que o censo eleitoral fosse restrito — cerca de 120 mil eleitores numa população então de dezoito milhões de almas —, e que as instituições oferecessem o caráter conservador que é próprio de um país composto e na sua grande maioria de analfabetos.

A Coroa, porém, fora-se despojando das suas intituladas prerrogativas, e cada dia foi sendo mais respeitada a vontade da maioria, isto é, melhor organizado o sistema realmente representativo. Os grandes proprietários rurais, que dispunham dos votos dos seus dependentes, como os lordes ingleses ao tempo dos burgos podres, não fabricavam diretamente as leis, e o pessoal político em que delegavam esta tarefa era composto de juristas. A eleição direta, implantada em 1878, quando o partido liberal subiu ao poder após um longo ostracismo, redundou numa maior verdade eleitoral, sendo membros do gabinete batidos nas eleições nas suas próprias províncias, prova certa da abstenção das autoridades de todo o processo de corrupção ou intimidação.

A abolição da escravidão foi uma questão verdadeiramente nacional, isto é, guiada do princípio ao fim pela opinião.

Ela agitou todas as camadas da população e pôs em ação o sentimento público. Já outro tanto não aconteceu com a mudança do regime, que se não pode dizer haver sido um movimento popular e foi antes o fruto da sedição militar, se bem que para ele contribuísse a propaganda entre os oficiais pelo ensino positivista, encarnado em Benjamin Constant, e no grande público por jornalistas de grande valor, como Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva<sup>8</sup>.

A alma popular estava, todavia, de preferência com o imperador e com o regime nele encarnado e que era, na verdade, democrático. Foi de resto o

liberalismo extremo de Dom Pedro II que do trono afastou o alto clero, a grande propriedade e até o exército. O alto clero sentia desprotegida a religião do Estado e achincalhada a Igreja; a grande propriedade viu-se reduzida a uma diminuição considerável dos seus lucros pela cessação do trabalho servil, e o exército, que fizera a longa campanha do Paraguai, percebia que o espírito da Coroa, com um tal soberano, era um espírito paisano e que teria de desaparecer algum dia, reduzido a zero como instituição militar, sem aplicação externa pela progressão do pacifismo internacional americano e sem aplicação interna, a qual fora até então o campo da sua maior atividade.

Joaquim Nabuco relembra com acerto que o exército fez a Independência, fez a Abdicação, fez a Abolição e fez, finalmente, a República.

A abolição ele a tornou inadiável no dia em que, dando expressão ao sentimento público, se recusou a perseguir e a capturar os escravos que desertavam das plantações, onde tinham chegado as vozes dos propagandistas, uns políticos, outros humanitários, da Abolição.

A marcha da Abolição foi ordeira e progressiva e representa para o século XIX no Brasil uma honra apenas igualada pela conciliação que presidiu a separação entre Igreja e Estado. Nesta separação deu-se, entretanto, como traço essencial, o respeito da propriedade eclesiástica, quer a das irmandades quer a das ordens religiosas. Algumas destas ordens, por exemplo a dos beneditinos, dispunham de grande riqueza, de que exerciam a administração e gozavam o usufruto, cabendo ao Estado o domínio direto, mas contavam apenas meia dúzia de frades, achando-se proibido o noviciado e sendo muito limitado, desde longo tempo, o número dos noviços. Já o viajante inglês Henry Koster, inglês de Lisboa que foi visitar o Recife para mudar de clima e ali veio a morrer, tendo escrito uma descrição daquelas terras que é um primor, dizia que, chegando em 1810 a uma cidade do norte de Pernambuco, tivera ensejo de assistir à tomada de hábito de um noviço, espetáculo considerado dos mais raros<sup>1</sup>.

A sábia lei de 7 de janeiro de 1890, obra de Rui Barbosa, reconheceu a todas as igrejas e confissões religiosas a personalidade jurídica para adquirirem bens e os administrarem, abrindo o Estado mão do direito de de-

volução do patrimônio congreganista e concedendo a cada uma daquelas entidades o domínio dos seus haveres na sua plenitude, pela abolição da desamortização dos bens imobiliários das ordens regulares.

A população do Rio de Janeiro não viu com bons olhos que fossem chamados monges belgas e alemães a reforçarem a ordem de São Bento, a qual de resto nas suas mãos adquiriu nova atividade, construindo-se em São Paulo uma formosíssima basílica, abrindo-se ali um ginásio para instrução secundária e outro no Rio de Janeiro, fundando-se em Pernambuco uma escola agrícola prática e estabelecendo-se no Rio Branco amplas missões. Os tribunais decidiram, entretanto, que a transferência de propriedade fora perfeitamente legal e o governo sustentou a decisão dos tribunais contra os manifestantes da rua.

No caso da abolição, não houve igual respeito pela propriedade, ou por outra, a propriedade escrava foi considerada tão *sui generis* que não merecia indenização, conquanto sobre ela cobrasse o Estado impostos até o último momento.

Nos dois campos houve exagero, se bem que não comparável com outros países. Nos Estados Unidos, a Bíblia era até invocada para coonestar a escravidão, a qual se encontrava moralmente justificada no Velho Testamento; quanto ao princípio econômico a que obedeciam os fazendeiros do sul da União americana, era o mesmo formulado por Catão, o estoico — que um bom lavrador deve vender o boi doente e o escravo velho<sup>2</sup>.

Dom João VI, que tinha uma natureza misericordiosa, era, todavia, aferrado à escravidão e a classe agrícola com ele pensava, e tanto assim que o tráfico negreiro apenas em 1851 foi abolido por lei expressa, depois que o Brasil sofreu a ignomínia do *bill Aberdeen*, aprovado pelo parlamento britânico e que dava aos cruzadores ingleses o direito de aprisionarem os navios negreiros dentro do limite das águas territoriais brasileiras, à sombra das fortalezas dos portos, cujos canhões tiveram que emudecer contra tão insólita intervenção decretada em nome dos princípios humanitários.

Uma vez estancada a fonte africana, era mister estancar a fonte nacional, e foi o que conseguiu em 1871 o visconde de Rio Branco,

após uma renhida e admirável luta parlamentar de cinco meses. Os escravos nascituros foram declarados livres; queria isto dizer que dentro de um certo número de anos não haveria mais escravos no Brasil. Era, porém, já tarde para se parar por aí. Em 1878, com a subida dos liberais, a questão da abolição total foi transportada da praça para o recinto parlamentar.

Em 1884, propôs-se libertar os escravos sexagenários. No ano imediato, adotaram-se outras medidas para apressar o movimento, aliás ativado pelos próprios senhores de escravos por meio de largas alforrias das suas manadas humanas. Duas províncias, Ceará e Amazonas, declararam-se livres por iniciativa própria. Por fim, em 1888, foi apresentado ao parlamento, relatado, discutido, aprovado nas duas câmaras e sancionado pela primeira regente, tudo isto dentro de cinco dias, um projeto de lei concedendo liberdade incondicional a mais de 700 mil escravos<sup>v</sup>.

Diz-se que, quando o ministro da agricultura leu à Câmara dos Deputados a proposta governamental, o entusiasmo foi tal no recinto e nas galerias (o movimento abolicionista tinha tocado seu auge) que ele não ousou ler um segundo artigo fixando uma indenização aos donos de escravos, assim reduzidos muitos deles a precárias circunstâncias.

Não sei se é verdadeiro este ponto: apenas sei que a abolição da escravidão consumada sem desassossego no país contrasta singularmente com a guerra civil que nos Estados Unidos grassou por quatro anos, vitimando tantos e tão prestimosos cidadãos.

Quando o Senado encerrou a votação, das galerias choveram flores dentro do recinto, e o ministro dos Estados Unidos, apanhando algumas dessas flores, disse que as ia levar para o seu país para mostrar como o Brasil resolveu um problema que na grande União americana comportara o custo de uma guerra tão sangrenta.

É possível dizer-se com acerto que naqueles dias a política do Brasil foi modelada pelos agitadores na capital; em todo o caso, a massa popular achava-se apenas embriagada de sentimentos humanitários. A capital pode, territorialmente e do ponto de vista da população, representar tão somente

uma pequena porção do país, mas é a porção equivalente ao cérebro e ao coração: não é de admirar que lhe caiba a parte preponderante. A distância de resto foi sempre curta no Brasil entre República e Monarquia, e ao Imperador nunca assustaram as concessões políticas. No tocante à Abolição, Dom Pedro II nunca a quis precipitada de forma a prejudicar a economia nacional, mas sempre pensou em resolvê-la pelos meios legais. No tocante à Federação, mostrou-se o soberano pronto a aceitá-la e até a aceitar a República, se tal fosse a vontade popular. E, com efeito, abdicou quando pensou que lhe não acudiam apoios com que devia contar, sem querer provocar derramamento de sangue.

Aos fatores negativos, isto é, aos elementos conservadores que desertaram a causa imperial, há que juntar os positivos, sobretudo a propaganda republicana.

A influência francesa foi sempre espiritualmente forte na América do Sul. Não sei se foi sempre vantajosa, nem quero agora entrar nesta discussão, que reclamaria maior soma de tempo do que aquela de que dispomos.

Um escritor uruguaio, o senhor Herrera, escreveu um livro amplamente documentado e, sobretudo, baseado na grande obra de crítica demolidora de Taine, para provar que a Revolução Francesa só poderia haver exercido uma influência perniciosa entre as sociedades de ascendência ibérica, atribuindo-lhe até a principal responsabilidade nas lutas civis que foram características na América Latina do século XIX, criando-lhe uma reputação de desassossego crônico, da qual ela já se vai libertando.

Outro escritor, este aliás francês, Marius André, lê pela mesma cartilha.

Já vimos que uma das formas por que se manifestou a ação da mentalidade francesa foi pelo movimento ortodoxo comtista entre os jovens oficiais do exército, assim juntando suas aspirações repassadas de filosofia aos ressentimentos dos velhos oficiais da campanha do Paraguai.

O exército no Brasil dizia-se descurado e beliscado pela autoridade civil: surgiu assim uma questão militar, que o governo quis resolver mais pela habilidade do que pela energia; ou por outra, quando quis experimentar a energia, já era tarde. Republicanos de capacidade e de iniciativa souberam





Ex-voto em agradecimento à vitória na *Batalha dos Guararapes*, óleo sobre tela de autor não identifica, c. 1758. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



desviar em favor da República esse descontentamento de classe. Aristides Lobo, que era entre os membros do governo provisório, o único de quem se pode dizer que era jacobino, escreveu textualmente que o povo assistiu bestializado à queda da monarquia.

Se o monarca era um grande homem de bem, a Monarquia, tal como se achava organizada, era uma criação política, pode dizer-se, perfeita no seu funcionamento e nos seus princípios. O trono não tinha regalias ou privilégios que entrassem em conflito com a vontade da nação: cabia-lhe apenas um papel verdadeiramente moderador, desempenhado, aliás, com singular prestígio moral. Já me referi de passagem ao Conselho de Estado, diferente de qualquer outro congêner e no seio do qual eram as questões públicas que se ventilavam estudadas antes de serem objeto da iniciativa governamental ou de serem temporariamente postas de lado. Os luminosos pareceres das sumidades que formavam aquele conselho constituem a melhor história da nossa legislação. O Senado, vitalício e em número reduzido de sessenta membros, não degenerava numa oligarquia, porque acima dele pairava a Coroa. Os senadores eram eleitos diretamente pelas províncias respectivas, e com os mais votados se formava uma lista tríplice, cabendo ao Imperador a escolha de um, que podia ser o menos votado dos três e representar até política infensa à do gabinete no poder, se por acaso o soberano nele descobria maior mérito<sup>w</sup>.

O parlamento no Brasil foi sempre liberal, como liberal foi sempre a suprema magistratura, mesmo quando a exerceu, em tempo da menoridade de Dom Pedro II, o regente Feijó, padre cujas ideias frisavam pela indisciplina religiosa, pois que era um adversário decidido do celibato eclesiástico e político de pulso, que não trepidou em licenciar um exército que chegara no extremo da indisciplina e opor-lhe uma guarda nacional, calcada sobre a que em França inventara a monarquia burguesa de Luís Filipe.

O número dos republicanos *in petto*, isto é, dos que calavam suas preferências, era mais considerável do que o daqueles que combatiam francamente o regime e para os quais um vocábulo deve sempre corresponder à realidade, democracia significando realmente o governo do povo.

A monarquia no Brasil oferecia pouco flanco para ataque e o presidente Roosevelt, de cujo republicanismo não é lícito duvidar, disse uma vez em conversa que nunca pudera compreender por que motivo fora deposto um soberano tão sábio, tão clemente e tão patriota. O regime era de fato moralizado, e o imperador honestíssimo em todos os sentidos.

A República desenvolveu materialmente o país, aproveitando o espírito progressivo da época para utilização e expansão dos seus recursos, tanto mais quanto repudiou a parcimônia administrativa que fora característica do regime anterior; não aumentou, porém, as liberdades públicas, que eram plenas; como fruto, talvez, da época, o que aumentou foi a corrupção, mesmo privada. Um propagandista da República, que era de cor, disse que a monarquia significara de fato a liberdade, mas que a República tinha que implantar a igualdade. Esta, porém, já fora implantada, já brotara e já frutificara. No Brasil colonial, ergueu-se um brado pelo menos de protesto contra a escravidão dos negros, igual ao que no século XVI formulou nas Antilhas o bispo Las Casas contra a escravidão dos índios. Foi um sacerdote o autor do *Etíope Resgatado* e o bispo Azeredo Coutinho, o que foi prelado de Pernambuco e depois de Elvas, fez ver que a abolição só podia trazer vantagens à economia do país<sup>x</sup>.

Durante o Império, nunca houve questão alguma de raça. Dois dos maiores escritores do Brasil, Gonçalves Dias e Machado de Assis, eram um mestiço e o outro mulato. O fato de ser mulato não impediu o barão de Cotegipe de ser presidente do Conselho e chefe do Partido Conservador. Por isso, não existe entre nós esse elemento descontente e ao mesmo tempo insolente que é o negro americano. O benefício que daí se deriva para a vida nacional é imenso e constitui, decerto, um dos fundamentos da impressão de felicidade que o Brasil sugere, se bem que nem tudo por lá corra à perfeição e não haja motivo sério para afirmar que Américo Vespúcio não errou quando ali localizou o Paraíso terreal<sup>y</sup>.

Os negros vão, de resto, desaparecendo paulatinamente na população branca, que não cessa e afluí.

Antes da guerra, o número de imigrantes europeus subia anualmente a mais de cem mil.

Impossível é dizer a quanto sobe a população de cor nos 30 milhões de população nacional: um quinto talvez.

No último recenseamento não figura a qualificação da cor, certamente porque o maior número, senão a totalidade, se daria por brancos.

Desde que, segundo os etnólogos, as raças puras são um erro à luz da história, devendo nós então considerarmos Gobineau, o apologista de raça branca, um filósofo devaneador, devemos admitir que a solução ibero-americana, isto é, a da fusão das raças, é mais promissora, mais benéfica e, especialmente, mais humana do que a da separação ou a da segregação praticada pelos Estados Unidos<sup>2</sup>.

O escravo sofredor e o senhor, que nem sempre era malvado, pertencem hoje às sombras do passado, assim como os padres caudilhos. Perguntava-me um dia, muito ao sério, o grande folhetinista Júlio César Machado se monsenhor Pinto de Campos, o tradutor de Dante, muito conhecido em Lisboa onde viveu anos no antigo hotel Bragança, fora bandido em Pernambuco, pois que lhe tinham contado algumas das suas aventuras bélicas no sertão. As tradições do período tumultuário do Brasil, de 1821 a 1849, evocam na verdade esses *condottieri* tonsurados, de batina arregaçada, com um bacamarte na mão em vez do breviário, alguns galopando com uma guapa rapariga na garupa do cavalo, tal qual Garibaldi com a sua Anita riograndense.

Até a reação eclesiástica, encarnada há uns cinquenta anos ou mais nos prelados educados em Roma, se fazer sentir e o clero brasileiro se tornar exemplar do ponto de vista dos costumes, como o era do ponto de vista das convicções patrióticas, houve abundância daqueles padres e frades de frouxa disciplina e de ardor faccioso. Os padres no Brasil deixaram, porém, igualmente de ser políticos no sentido restrito da palavra, confinando-se puramente na vida religiosa, a qual não se acha, entretanto, inteiramente desassociada dos negócios públicos, porquanto o clero busca, naturalmente, dirigir as almas pelos trilhos ásperos da moral e fornecer ao pensamento nacional uma orientação católica, sem propriamente intervir nas lutas partidárias. Presentemente, não existe sacerdote algum nas duas casas do Congresso, ao passo que as dioceses se multiplicam pelo país e que a hierarquia



Oliveira Lima e Salvador de Mendonça, então seu chefe em Washington, que depois o receberia na Academia Brasileira de Letras, c. 1897. Acervo da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington.

dá às associações católicas o sinal do combate doutrinário ao espírito protestante, que do estrangeiro se infiltra à sombra da completa liberdade de cultos e que, deste modo, encontra a forte resistência do credo tradicional, desdobrado em nacionalista.

Dir-me-eis, talvez, se vos interrogasse a respeito, que na rápida resenha de acontecimentos da história brasileira e das influências a que esta tem obedecido no seu desenvolvimento, resenha que tenho tentado esboçar perante vós ligeiramente, mas procurando não esquecer o essencial, os aspectos favoráveis à minha nacionalidade e a sua cultura têm levado decidida vantagem sobre os que poderiam diminuir-lhe o prestígio. Responder-vos-ia que, em primeiro lugar, não conheço sucesso ou ideal de natureza a marear o lustre da civilização que de vós recebemos como um legado sagrado: não digo como o facho simbólico dos gregos, porque se nós apenas começamos a realizar nossos destinos, vós ainda não cumpristes de todo os vossos; em segundo lugar que, quando fosse diverso o caso, antes me competia passá-lo sob silêncio do que expô-lo à censura.

Toda a história pode encerrar páginas em que se note haver prevalecido alguma orientação falsa; nenhuma deve comportar páginas vergonhosas, e a história luso-brasileira acha-se, felizmente, isenta delas. A caça aos escravos é pecado em demasia generalizado para poder ser-lhe assacado: funde-se na responsabilidade comum.

No prefácio de um interessante trabalho sobre as *Normas Econômicas na Colonização Portuguesa* escreveu o senhor almirante Almeida d'Eça esta bela página, que eu subscrevo gostosamente:

Há duas maneiras de escrever a História. Se o fim a atingir é especialmente educativo, se o que principalmente se pretende é promover, pelo conhecimento e admiração dos grandes nomes e dos grandes fatos, o incitamento da mocidade para ganhar também renome e trabalhar no engrandecimento da pátria, a História, especialmente a História nacional, sem falsificar os fatos nem deturpar a verdade, pode e deve mesmo dar todo o relevo ao que é grande, generoso, altruísta, abnegado e passar de leve sobre as coisas pequenas, as fraquezas, inerentes à fragilidade humana. Se as intenções e, sobretudo, os resultados foram bons para a grei, o resto,

os desfalecimentos intercorrentes, os abusos do poder, os erros de administração, emendados a tempo, tudo isso pode perdoar-se, em vista da excelência da obra considerada no seu conjunto, tudo isso pode passar-se em claro na história educativa da mocidade. Até mesmo as lendas, dentro de certos limites, se devem admitir na História que tenha essa aplicação, tanto mais que rara será a lenda que não tenha um *abstractum* de verdade histórica. Há alguns anos, um crítico julgou demonstrar que a vida de Guilherme Tell era um tecido de lendas e propôs que no ensino da História pátria à juventude suíça, essas lendas fossem suprimidas; mas logo as autoridades que na República Helvética superintendem a instrução pública repudiaram a proposta, afirmando que, lenda ou verdade, a história de Guilherme Tell era um dos fundamentos do espírito nacional, que a todo o transe cumpria manter.

Quando eu residi no Japão, onde me levaram os azares da vida diplomática, lembro-me de que um professor público foi exonerado porque declarou em aula, com ceticismo embebido com a civilização ocidental, que restava provar a descendência do Mikado da deusa Amaterasu, a Diana menos casta que a helênica, da mitologia japonesa. Com o seu senso eminentemente realista, isto é, prático, o governo do Japão sabia perfeitamente que a lua inspira a poesia nacional, mas em nada contribuiu para a dinastia imperial: não podia, porém, consentir de boa mente em que se extirpasse uma velha lenda que empresta orgulho à nacionalidade e patriotismo ao povo. O Japão sentir-se-ia diminuído se privado dessa ligação divina que, através de tantos séculos, se manteve ileso no espírito da gente que está guiando a grande e industriosa raça amarela e pelo destemor e abnegação individual, bem como pela florescência das indústrias e do comércio, predominando no seu continente, berço das maiores civilizações.

### 3. FEIÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

O traço capital da política exterior do Brasil foi herdado da política exterior portuguesa na América do Sul e resultou de uma situação geográfica em conflito com uma situação diplomática. A famosa linha de Tordesilhas alcançava o mar em Laguna, em Santa Catarina, excluindo da soberania

portuguesa a fronteira natural do sul do Brasil, a qual deveria ser o Rio da Prata. Como os convênios internacionais fizeram-se, porém, para não serem respeitados, Portugal estabeleceu-se na margem esquerda do estuário, num local quase fronteiro ao de Buenos Aires, que se denominou a Colônia do Sacramento e constituiu um pomo de contínua discórdia. Os espanhóis da outra margem destruíram a colônia; levantaram-na de novo os portugueses e assim prosseguiu a disputa, com as mesmas alternativas, ora fixada por negociações diretas, ora regulada em congressos de plenipotenciários, como o de Utrecht, onde ocorreu a liquidação da guerra de sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa, representada por Tarouca e Dom Luís da Cunha e ajudada pela diplomacia inglesa, obteve o limite meridional do Rio da Prata e o limite setentrional do rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón. O Congresso de Viena em 1815, que refez o mapa da Europa, tarefa que a diplomacia avoca cada cinquenta anos, sancionou o segundo limite, mas não o primeiro, porque pelos tratados de 1750 e 1777, Portugal abriu mão da margem oriental do Prata em troca do *hinterland*<sup>22</sup>.

Dom João VI aprendera com a França a doutrina dos limites naturais e não deixou de sagazmente referir-se ao Reno e aos Alpes quando a Europa lhe quis fazer ver a justiça dos direitos espanhóis. Seu duplo intuito consistiu em incorporar Montevidéu, trazendo o Brasil até o estuário, e impedir na outra margem a constituição de qualquer nacionalidade forte, que pudesse vir a fazer sombra ao Brasil. Neste ponto concordava sua política com a da Grã-Bretanha, que via com bons olhos a conservação de um Brasil unido, porque contava com a fidelidade ultramarina à velha aliança anglo-lusa, tanto mais quanto seria George Canning o mediador da paz entre Portugal e Brasil, quando este se declarou independente, e sir Charles Stuart o portador do reconhecimento português do Império, mas não enxergava do mesmo modo a formação de grandes e vigorosas nacionalidades hispano-americanas, coesas e prestigiosas.

A política do Império foi a mesma de Dom João VI, que a afirmara anexando a Banda Oriental, que ficou sendo denominada Província Cisplatina, por um processo que hoje chamaríamos de autodeterminação; na verdade por um velho e conhecido processo de corrupção dos dirigentes do momen-

to dessa porção do vice-reinado espanhol do Rio da Prata, a qual por fervor realista se desagregara do todo. A união da Cisplatina não podia contudo durar: língua e tradições históricas separavam-na do resto do Brasil; Buenos Aires acenava-lhe com a reunião e ela própria aspirava à autonomia. Foi o que veio a suceder. Em 1825 rompeu a guerra por esse motivo entre Buenos Aires e o Brasil, guerra que foi mais marítima, isto é, de combates navais e, sobretudo, de presas, do que terrestre, ambos os contendores ainda hoje disputando se em Ituzaingó foram vencedoras as armas imperiais ou as armas argentinas. A Argentina pretende que o seu general Alvear ficou senhor do campo de batalha; o Brasil entende que o seu general Barbacena se retirou por estratégia e que os estandartes e tambores tomados não o foram no encontro, mas sim na ocupação de uma arrecadação militar.

A mediação inglesa trouxe a cessação das hostilidades e a organização do Uruguai em Estado independente, Estado-tampão que devia para todo o sempre preservar os sentimentos conservadores do Rio Grande do Sul contra as tendências demagógicas das desordeiras repúblicas do sistema platino. Assim pensavam os estadistas do Império, preparando-se para transformar a garantia da independência do Uruguai num protetorado brasileiro. Cada um entende a seu modo o chamado *balance of power*, isto é, o equilíbrio dos poderes, e não há nação por enquanto que não desconfie de uma vizinha poderosa.

A situação platina ficou sendo a seguinte: além do Uruguai, em cuja vida interna o Império intervinha frequentemente, um estado interior, o Paraguai, acessível pela via fluvial, fechado pelos seus ditadores Francia e Lopez ao intercurso estrangeiro e preferindo o isolamento à perda da soberania, e uma porção de províncias oficialmente intituladas unidas, mas de fato desunidas, apenas de acordo na oposição à supremacia de Buenos Aires, que pela sua posição topográfica e relativa importância aspirava à condição de capital. A República Argentina passou por grandes provações, das quais a maior foi a tirania desumana de Rosas. Foi, entretanto, o governo dos caudilhos que, consubstanciando o princípio da autoridade de uma sociedade onde a falta de autoridade ameaçava conduzir à anarquia, constituiu a pedra angular de uma ordem social,



que representou o supremo benefício para uma sociedade política, à qual um pujante desenvolvimento econômico tem emprestado um extraordinário progresso material e moral.

A história diplomática do Brasil é, por assim dizer, puramente americana. O reconhecimento do Império não foi difícil. A Inglaterra bafejava-o, apenas pretendendo tirar partido da situação para promover mais rapidamente a abolição da escravidão. Desde as primeiras negociações, ainda oficiosas entre Canning e o marquês de Barbacena, que o governo britânico prometera sua anuência e seu apoio, se o Brasil quisesse fixar um curto prazo para a extinção da instituição servil. Na Áustria, Metternich governava, mas o imperador era o sogro de Dom Pedro, e a grande potência que representava a reação entendia demais de diplomacia para querer fazer o jogo transatlântico da Inglaterra, sempre pronta a segurar posições vantajosas ao seu comércio por todo o mundo e também disposto naquele tempo a atribuir à Liga das Nações, que se chamou a Santa Aliança, o que lord Castlereagh em despacho para o ministro britânico no Rio de Janeiro qualificava, no tocante a intervenções, como um “caráter ilusório”.

As relações entre o Brasil e a Europa, por não serem políticas, não deixaram de ser estreitas e mesmo íntimas do ponto de vista econômico. Na Europa encontrava o Brasil bons fregueses para os seus produtos; seus empréstimos eram lançados em Londres; da Inglaterra e da França ia o capital para suas empresas, especialmente estradas de ferro e portos; do sul da Europa, Itália, Portugal e Espanha, saíram os trabalhadores livres que deviam tomar o lugar dos trabalhadores escravos.

Os Estados Unidos pouco a pouco foram tomando o primeiro lugar na importação de produtos brasileiros, sobretudo café e borracha, que aliás representavam antes da guerra [Primeira Guerra Mundial] 83% das exportações brasileiras. O café ainda hoje mantém a mesma posição no mercado americano, apesar do grande desenvolvimento que essa cultura tem tomado em possessões dos Estados Unidos e, sobretudo, na República de Colômbia, e a borracha vai ultimamente recobrando a anterior importância como artigo de exportação, quando não era considerável, como veio a ser, a produ-

ção das plantações de Ceilão, de Malaca e da África, a qual em 1913 figurava como 44% da produção mundial e, em 1920, subira a 89%. Seu lugar tinha sido tomado, de certo modo, na lista dos gêneros brasileiros pelo arroz, que dantes se importava no valor de 700 mil libras e que, em 1913, entrou a figurar nas estatísticas comerciais como artigo de exportação, avaliado em 2 mil libras, valor que, em 1920, ascendera a 6 milhões de libras. Durante a guerra, ofereceu-se aos Estados Unidos boa oportunidade para conquistar na América do Sul um mercado que até então pertencera à indústria europeia, mas os Estados Unidos não souberam aproveitar-se suficientemente do ensejo.

O seu comércio adotou algumas facilidades, cuja ausência dantes o prejudicava altamente, sendo a primeira a extensão dos créditos mercantis, mas não prestou às encomendas a atenção meticulosa a que a Alemanha habituara o consumidor transatlântico, e demais a atenção estava voltada nos Estados Unidos para os lucros fáceis e abundantes da venda de munições, que entreteve a guerra de que os Estados Unidos vieram, afinal, a ser eles próprios o fator decisivo, depois do presidente Wilson haver entoado os louvores da paz sem vitória.

As relações políticas entre os Estados Unidos e o Brasil foram sempre, e continuam a ser, as mais cordiais.

Pode dizer-se que dois incidentes apenas as turvaram, incidentes, porém, despidos de grande importância. Durante a guerra com a Argentina, de 1825 a 1828, o encarregado de negócios americano protestou, com veemência, contra o que ele opinava serem atentados contra a liberdade dos mares, aspecto essencial do direito das gentes e sem a qual este nunca poderá ser uma realidade. O representante americano não considerava efetivo o nosso bloqueio do Rio da Prata e não queria saber dos bloqueios à distância que a última guerra conheceu; entendia que os navios deviam receber aviso do bloqueio e que fossem apenas sujeitos a captura se deliberassem romper o mesmo bloqueio, e não só repelia as capturas no alto mar só pelo fato de suspeita de que as embarcações se dirigissem para os portos bloqueados, como o recrutamento forçado de marítimos americanos. O Brasil, por seu lado, queixava-se de que navios corsários argentinos tivessem saído de portos nos Estados Unidos, neles aprestados, tripulados e comandados

por cidadãos americanos – em suma, a mesma queixa que os Estados Unidos formularam contra a Inglaterra quarenta anos depois e que deu lugar à questão do Alabama, decidida em corte arbitral, em Genebra, a favor dos Estados Unidos.

O antigo presidente dos Estados Unidos, John Quincy Adams, com sua habitual franqueza escreveu que aquele diplomata seu compatriota tomava a fanfarronada por bravura e a insolência por energia, e por sua vez o secretário de Estado, Henry Clay, honrou-se escrevendo o que tantos governos, mesmo os de hoje, esquecem, a saber, que “nenhuma causa jamais lucrou com a manifestação de paixão ou com o emprego de linguagem rude e descortês” e que “a guerra ou as ameaças de guerra nunca devem ser usadas como instrumentos de reparação, senão depois de malograr-se toda a tentativa de paz”.

O governo americano honrou-se ainda mais retirando do Rio de Janeiro o seu agente, tanto mais quanto o encarregado de negócios do Brasil também pecara por intemperança de linguagem, provocada pelo que ele considerava parcialidade do governo americano pelo governo argentino, por ser este republicano. Em princípio, tinham os Estados Unidos razão, e sua política tem sido invariavelmente no sentido de pôr em execução o enunciado de Grotius, o pai do direito internacional, de que em tempo de guerra toda a nação deve ser livre de comunicar-se e traficar com outra nação; por outras palavras, o princípio da imunidade da captura e da destruição da propriedade particular no mar, exclusão feita do que houver sido razoavelmente classificado como contrabando de guerra. Digo razoavelmente porque, por ocasião da recente guerra, nada houve que não fosse considerado contrabando de guerra, até os víveres, e a liberdade dos mares foi o primeiro dos quatorze famosos princípios que o presidente Wilson imolou<sup>b2</sup>.

A outra controvérsia entre o Brasil e os Estados Unidos foi relativa à abertura do Amazonas ao comércio universal. É mister não esquecer que o Amazonas corre através do Peru e do Brasil por uma distância de 4 mil milhas e é navegável para vapores de alto mar a uma distância de 2,3 mil milhas, desde a foz até Iquitos, no Peru.

A política colonial portuguesa fora a de todos os outros países, inclusive o da Inglaterra de Cromwell, uma política de exclusivismo comercial.

Em 1851, quando de Washington começaram a querer alterar esta situação, que perdurava, o Brasil celebrou com o Peru um tratado limitando a navegação e tráfico mercantil do Amazonas e seus tributários aos Estados ribeirinhos. O Peru agiu evidentemente sob pressão do Rio de Janeiro, pois que já abandonara praticamente a sua política de monopólio, concedendo direitos aos americanos, e a Bolívia fora mesmo até estender tais direitos a todos os países, declarando livre sua navegação fluvial, que abrangia o grande afluente do Amazonas, o Madeira.

Além duma questão de princípio, havia da parte do Brasil a desconfiança de que os Estados Unidos, que acabavam então de anexar grande parte do México, lançavam olhares cobiçosos sobre a região amazônica e suas matérias primas.

Nos Estados Unidos, chamavam à política brasileira de reclusão política japonesa, e no Brasil, os jornais tratavam os americanos de piratas, expressão para que buscavam justificação em certas expedições daquele tempo contra portos hispano-americanos.

De fato os Estados Unidos não alimentavam pretensão alguma de implantarem a sua democracia à sombra dos seringais e apenas visavam a extensão do seu comércio.

Felizmente, a disputa permaneceu no terreno diplomático; no Brasil mesmo, um grande publicista e orador parlamentar, Tavares Bastos, chamou a si advogar a causa da liberdade e o movimento da opinião esclarecida foi rapidamente adotando o seu ponto de vista.

Em 1854, o Conselho de Estado manifestara-se contra a franquia; em 1861, Tavares Bastos apresentava seu projeto de lei em favor dela; em 1866, o Amazonas acolhia os pavilhões dos navios mercantes de todos os países. É um outro exemplo este de que o Brasil sempre se deixou até aqui levar por ideais jurídicos, atingidos por processos ordeiros.

A sua política mesmo de intervenção no Rio da Prata nunca foi ditada pelo espírito de conquista, mas toda a intervenção é irritante e suscetível de perigos para as relações internacionais.

A diplomacia do Império, seguindo nisto os moldes europeus, entrou a fomentar a importância do Paraguai, para servir de contrapeso à da República Argentina. O Paraguai tornou-se uma dependência política do Brasil, como o Uruguai. O Brasil armou-o, dotou-o de obras estratégicas, deu ao seu povo inculto, mas de grande bravura, educação militar e estimulou quanto pôde o sentimento da independência, reconhecida pelo Império em 1843, quando a Argentina se recusou a fazê-lo<sup>2</sup>.

O Brasil, porém, nutriu no Paraguai um inimigo e não um amigo: aliás, sangue, língua e tradições operavam em contrário a um entendimento. Quando a política de intervenção atingiu o seu auge com a missão Saraiva a Montevideú, e o Império, invocando o seu direito de proteção dos seus nacionais e dos interesses destes, sacrificados na constante desordem, sustentou militarmente uma facção uruguaia contra a outra, o ditador paraguaio, Solano Lopez, protestou violentamente contra a atitude do governo do Rio de Janeiro, capturando um navio brasileiro, que se dirigia para Mato Grosso e prendendo até o presidente desta província, que ia tomar posse do seu cargo.

Lopez cometeu, porém, a temeridade de invadir a província argentina de Corrientes, assim virtualmente declarando a guerra pela violação do território estrangeiro e tornando possível uma aliança argentino-brasileira, que não podia ser extremamente popular na Confederação, pois que a principal acusação feita aos unitários era o seu pendor para fazerem concessões ao Brasil. Justamente ocupava a presidência argentina um dos maiores vultos de que se orgulha esse país, o general Mitre, militar, erudito, político sempre dominado pelo espírito de concórdia sul-americana. Lopez sabia que a província brasileira do Rio Grande do Sul se achava em precárias condições de defesa, e resolveu por isso alcançá-la prontamente através de Corrientes e Entre Rios, ao mesmo tempo que, voltando-se para o Norte, invadia a província de Mato Grosso, igualmente sem defesa, pois que não se pode considerar como tal a velha e desmantelada fortaleza colonial do Príncipe

da Beira, a qual ofereceu uma resistência heroica mas vã. Nesta ânsia, Lopez renunciou à prudência mais elementar e cedeu a uma espécie de delírio militar, para o qual contribuía o ressentimento pela falta de consideração, que no seu orgulho ele imaginava haver recebido de Mitre, por ocasião do seu primeiro encontro com ele em 1859.

Mitre não o teria então tratado como potentado guerreiro, a que fazia jus na sua opinião o fato do Paraguai contar com um exército de 80 mil homens, dispostos a morrer ao seu aceno, e uma fortaleza tida por inexpugnável, a de Humaitá, diante da qual, com suas correntes de ferro fechando o rio e seus canhões, estacaram durante anos os navios de guerra e as forças de terra dos aliados. “Já conversamos antes”, disse-lhe Mitre na entrevista que tiveram no decorrer da guerra e da qual poderia ter resultado a paz com a Argentina.

“Sim”, respondeu Lopez, “mas naquela ocasião não conversei Vossa Excelência comigo sobre política; apenas pediu-me informações sobre livros guaranis”.

Como movimento militar, a invasão do Rio Grande foi mal concebida. A coluna paraguaia, ao mando de Estigarribia, foi obrigada a render-se em Uruguaiana, vindo o Imperador do Rio de Janeiro receber a espada do seu chefe.

Na sua tenda de campanha recebeu também Dom Pedro II as credenciais do ministro inglês, acreditado após a ruptura das relações diplomáticas, determinada por incidentes cuja culpa foi atribuída ao lado britânico, pela decisão arbitral do rei Leopoldo I, da Bélgica. Lopez conservou, entretanto, nas suas mãos, Mato Grosso que, na falta então de comunicações ferroviárias, só era dado às forças brasileiras alcançarem exaustas e dizimadas, refazendo as proezas dos bandeirantes. A lição de então aproveitou aos militaristas sul-americanos, que em número felizmente limitado, encaram a hipótese de novas guerras no nosso continente de paz. A invasão da Argentina, diz-se, não deveria ser através do Uruguai ou pela fronteira do sul, mas do norte, através das províncias mesopotâmicas da Argentina e através do Paraguai. É de esperar que esses cálculos estratégicos nunca se realizem e que as missões militares estrangeiras que pretendem entreter o fogo sagrado

do patriotismo, espalhando fagulhas guerreiras, não passem além dos bons negócios das vendas de armamentos para uma eventual defesa. A guerra do Paraguai durou cinco anos, custou muito dinheiro e muito sangue, o Brasil dela não retirou proveito algum, não a tendo mesmo empreendido para engrandecer-se, e a ruína do Paraguai foi terrível, desaparecendo, por assim dizer, sua população masculina.

Lopez morreu como um romano, de espada em punho, defendendo-se já moribundo e exclamando que “perecia com a sua pátria”. As nacionalidades, porém, não perecem.

Como não raro acontece e o estamos vendo presentemente, o período da paz oferece por vezes dificuldades não menores que o da guerra, e a afirmação do grande xogum japonês Ieyasu é frequentemente verdadeira. Depois da batalha em que ele derrotou seus inimigos, viram-no afivelar a máscara de combate em vez de tirá-la; agora, exclamou ele, é que, de fato, começa a guerra, pois precisamos organizar a vitória.

O Tratado da Tríplice-Aliança, de 1º de maio de 1865, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, previa a extensão territorial da Argentina e concordava na incorporação do Chaco, que a República considerava como entrando na fórmula da sua síntese nacional, mas que a Bolívia também cobiçava. O governo argentino recusou a princípio tirar vantagem da vitória para efetuar a anexação, e quando a quis levar por diante, encontrou oposição do Brasil a um passo político, que lhe pareceu prejudicial aos interesses do Império.

A discussão dos tratados de paz foi demorada e agitada, até que o Brasil resolveu *fare da se* e assinar só os convênios impostos e que consagravam o protetorado brasileiro. As negociações entre o Brasil e a Argentina foram transportadas para o Rio de Janeiro e um momento houve em que, com a missão do ministro Tejedor, a guerra das duas nações esteve por um fio. A missão Mitre repôs, porém, as coisas numa condição de harmonia; entre ele e o Imperador havia uma grande simpatia intelectual e também moral, sendo ambos sábios com princípios humanitários, apenas aceitando a solução bélica quando não havia meio algum de esquivá-la.

A controvérsia do Chaco foi entregue ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos, e a Argentina perdeu o pleito, como anos depois perdeu o

que dizia respeito ao distrito de Palmas ou território das Missões, concedido ao Brasil pela sentença do mesmo árbitro.

A Argentina aceitou ambas as decisões com a máxima correção, e qualquer falta de cordialidade que desde então possa ter ocorrido tem outras causas de momento, que o bom senso popular, mais ainda do que a diplomacia, tem sabido e tem logrado ir removendo.

O Brasil é um país fundamentalmente dotado de espírito pacífico: não quero dizer pacifista, em respeito à opinião do meu falecido amigo, o secretário de Estado americano, Robert Bacon, de que pacífico e pacifista são expressões com sentido diferente, como quem diz que o pacifista é um maníaco da paz. A monarquia brasileira era neste ponto *sui generis*. Não lhe faltava espírito combativo, pois que a sua política no Rio da Prata foi constantemente orientada pela ideia de supremacia, mas faltava-lhe espírito militar. Dom Pedro I, IV de Portugal, era pessoalmente afeiçoado às glórias militares e no seu governo o Brasil atingiu o máximo do seu poderio, contando, por ocasião da guerra com a Argentina, 27 mil homens de linha além de 95 mil de milícias, algarismos que apenas se tornaram a ver por ocasião da guerra do Paraguai, quando se exerceu um severo recrutamento. Dom Pedro I aumentou mesmo o exército com mercenários estrangeiros – irlandeses, suíços e alemães – que o povo detestava, porque eram desordeiros, dados à embriaguez e até à pilhagem, e constituíam uma espécie de guarda pretoriana, cuja presença trazia impopularidade ao monarca e ao regime, dando a este uma tonalidade europeia de mau gênero. As guerras estrangeiras como métodos políticos foram sempre encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e neste sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo: os voluntários que a ela acudiram eram, de fato, muito pouco por vontade própria<sup>d2</sup>.

Para o segundo Imperador, cujo longo reinado se estende desde 1840 até 1889, os louros dos campos de batalha não possuíram a menor atração e mais paisano ficou ainda o seu espírito após a prolongada e cruenta guerra do Paraguai, quando verdadeiramente se formou em redor do trono uma classe que até então não existia, a classe militar, tendo por chefes ge-



nerais aureolados pela vitória e que, se a Coroa não pairasse acima deles, se transformariam facilmente em caudilhos representantes de uma casta. O marechal Deodoro da Fonseca, que esteve à frente do pronunciamento, do qual resultou a queda do Império, foi um dos que regressaram da campanha com fama e prestígio.

Dom Pedro II, pressentindo o perigo que para a dinastia e para as instituições constituía a organização dos militares em classe, partia da justa observação de que os oficiais brasileiros em constante camaradagem durante cinco anos com os oficiais hispano-americanos, deviam ter forçosamente adquirido o espírito republicano, que os levava a quererem acentuar a interferência do exército no desenvolvimento das questões nacionais.

Quando me refiro a classes, não é porque as tenha por incompatíveis com o progresso dum país. Um americano das minhas relações diz mesmo que é de classes que os Estados Unidos mais carecem para uma perfeita organização social. Que me perdoe, pois, a memória de Tocqueville, campeão da igualdade: as classes são legítimas e úteis, mas, no dizer de um escritor francês, e raro é o que não seja militarista, um exército pode facilmente degenerar de uma instituição inútil numa instituição pernicioso, quando à sua mercê se deixa a interferência na política. Esse escritor entende que quando não empenhado na sua missão essencial, que deve ser a defesa nacional, ao exército cumpriria contribuir para os trabalhos públicos, por exemplo para a construção de caminhos de ferro, servindo um propósito tanto estratégico como econômico.

É de senso comum que se a nação coopera com o exército em tempo de guerra, deve em boa justiça o exército cooperar com a nação em tempo de paz. Sem isto é difícil manter na ociosidade a disciplina, assaltada a cada passo pela tentação de desempenhar na evolução nacional um papel preponderante, quando não pela tentação ainda mais grave de dar expansão aos zelos internacionais pela solução violenta da guerra.

Um estado de paz armada é a perversão daquilo de que a América mais necessita, a saber, pôr de lado ideias de hegemonia, obstáculo de maior monta à solução comum do problema fundamental do Novo Mundo, que é o desenvolvimento dos seus recursos econômicos.

Um jovem e já ilustre escritor brasileiro, que desde os bancos acadêmicos se dedica exclusivamente ao estudo das questões relativas à educação e neste momento dirige com atividade e proficiência a instrução no Distrito Federal, o senhor Antônio Carneiro Leão, escreveu não há muito, quando nos deu a febre dos armamentos, que semelhante militarismo é todo convencional e que ser militarista num país que nenhum perigo externo ameaça e tem tantos problemas seus que encarar e resolver, é nada mais nada menos do que um crime de lesa-pátria.

Temos que intensificar a nossa produção para compensar a desvalorização da moeda, que faz com que aumentem as exportações e diminua, ao mesmo tempo, o seu rendimento; temos que procurar estabelecer uma mais justa e razoável proporção entre o ouro em depósito, que diminuiu consideravelmente, e as emissões em papel, que aumentaram extremamente; temos que ativar nossa produção industrial desde o momento em que as importações se restringiram grandemente, por efeito da enorme diferença de câmbio, e que um país novo não pode dispensar a entrada de maquinismos, trilhos, automóveis, todo o aparelho indispensável ao progresso hodierno; temos que aumentar a capacidade produtora do trabalhador, que atualmente, por motivo de doenças de que a higiene o libertará, não produz mais do que 30 a 40% da energia individual possível, em condições normais, conforme se calcula com relação a mais de 50% da população brasileira<sup>22</sup>.

Em tais condições, a política de armamentos pode ser taxada de um crime de lesa-civilização e de lesa-humanidade. Não podemos ter receios uns dos outros, porque não há no Novo Mundo interesses vitais em conflito, nem questões de honra a dividir-nos.

A União americana defendeu ciosamente o continente de qualquer intromissão europeia, mas não aspira a pesar sobre os destinos de tantas nações soberanas, com vivo pundonor e com elementos de vida própria. E se alguma jamais tiver que se queixar do fado é porque contribuiu ela mesma para torná-lo inglório ou lastimável.

É próprio das sociedades humanas que nelas lavre a desconfiança, e o imperialismo norte-americano não é uma mera sombra de apavorar povos pusilânimes. Os Estados Unidos fizeram-se a golpes de anexações, por meio

de compras e conquistas, e, porventura, nenhum outro país se há engrandecido tão rapidamente na Idade Moderna. Os organismos que crescem carecem de maior soma de alimentação, e o crescimento da União foi tamanho que despertou um apetite formidável – apetite de terras e de mercados. O Golfo do México, quero dizer, o Mar das Antilhas, apesar de algumas ilhas onde flutua ainda o pavilhão britânico ou o pavilhão francês, já é um lago norte-americano, conquanto o México conserve e defenda galhardamente sua independência. Da saída do Atlântico para o Pacífico dispõem os Estados Unidos com o canal do Panamá, que mutilou a Colômbia e fez surgir a pequenina República do Panamá da cabeça de Roosevelt, com menos dores do que Palas surgiu outrora da cabeça de Zeus a meio de uma enxaqueca, que a mitologia imortalizou. Roosevelt capacitou-se depois de que com os ibero-americanos mais vale empregar a persuasão do que a violência. O episódio colombiano, em seguida ao episódio cubano, retardou a marcha da influência norte-americana, a qual os Estados Unidos tratam de fazer suprema em toda a América, servindo-se do sentimento da solidariedade.

Solidariedade supõe cooperação, mas não fusão. Esta implica abdicação da independência, portanto de soberania. Por isso não é popular no continente a ideia de aliança. Na recente conferência pan-americana de Santiago gorou o projeto de uma sociedade das nações americanas, e antes disso os Estados Unidos afirmaram de modo inequívoco sua relutância a aderirem à liga criada pelo tratado de Versalhes, porque, como bem escreve nos fundamentos do seu voto no Instituto de Direito Internacional, na reunião de 1920, o ministro da Venezuela em Lisboa, senhor Planas Suarez, que é um internacionalista distinto, a organização daquela liga dela fez um instrumento político, uma aliança de Estados com propósito definido e não uma sociedade de nações, senão de certas nações europeias, momentaneamente unidas para garantir a execução de um tratado iníquo.

Os Estados Unidos, abstendo-se de figurar nesse pacto, encarnaram o espírito americano de igualdade das nações, avesso a um conselho diretor, compreendendo membros de direito e permanentes, quando todo ele deve ser eleito e periódico. O sentimento ibero-americano é hostil a toda a cria-

ção oligárquica no seio do Novo Mundo, mas não tem em si força bastante para contrariar, se a tanto se abalançasse, a expansão dos Estados Unidos, quer política, quer econômica. Semelhante expansão é característica das nações fortes. Nenhuma deixa de traduzir essa feição. Trata-se duma das fatalidades da história, e este caráter de fatalismo os publicistas e sociólogos americanos o fixaram no intitulado “destino manifesto”<sup>12</sup>.

Um momento houve na evolução norte-americana em que as universidades, isto é, o elemento pensante, constituíam o contrapeso do elemento ativo da política e timbravam em ser o refúgio do idealismo. Nesse momento da História da civilização, o idealismo aparecia pacifista e desdenhava, como sucedeu depois, celebrar a força e, como consequência, endeusar a política dos interesses positivos acima da dos sentimentos. Naquele tempo os Estados Unidos, de norte a sul e de leste a oeste, deixavam-se fascinar pela figura dum soberano, que não levava na sua bagagem um só uniforme militar, e que, de sobrecasaca comprida de pastor, colete de xadrez e chapéu desabado, percorria o país como qualquer professor, desdenhando quartéis e querendo sobretudo visitar escolas. Esse soberano era Dom Pedro II, o melhor agente da cordialidade entre as duas nações<sup>13</sup>. Hoje, qualquer marechal, constelado de dourados, tem mais probabilidades de ser aclamado, depois que as universidades americanas, dantes tão segregadas do bulício guerreiro, se vestiram de cáqui, oferecendo ensejo às aguias para ensaiarem seus voos belicosos e participarem de lutas atrozes, bem diferentes das lutas dos reitores, em que a construção filosófica cedia o passo ao sofisma literário. Nessas outras lutas, a animalidade humana sobrepuja, porém, sua espiritualidade, e não são demais os esforços paralelos de todas as nações americanas, para que se restabeleça a condição anterior em que, em vez de se educar a mocidade para a guerra, a saber para a destruição, a educavam na América, de preferência, para a paz, a saber para o progresso. A paz é a igualdade jurídica; a guerra, o avassalamento dos outros povos, para maior glória de um só, sem a desculpa sequer de que saxões e latinos pensam diferentemente, porque, na frase incisiva do eminente doutor Zeballos, a gente decente pensa toda ela da mesma forma.

#### 4. O BRASIL COMO POTÊNCIA AMERICANA

A constituição republicana do Brasil, votada em 1891, veda expressamente as guerras de conquista e manda recorrer ao arbitramento para solução dos conflitos internacionais em que o país se veja por acaso empenhado. Não sei de outra constituição que encerre disposições idênticas e que não são apenas o fruto duma tendência pacífica peculiar ao Brasil, mas o produto, senão dum estado de espírito, que ainda se não pôde cristalizar, duma aspiração comum a todo o continente. Esta aspiração, nalguns casos consciente, noutros instintiva, indubitavelmente existe e não raro se tem já convertido numa realidade, impedindo hostilidades que na Europa não deixariam de surgir de questões semelhantes. Toda a questão internacional é irritante e perigosa, mas sobretudo o são as questões de limites. Ora são estas precisamente as que o Brasil, a Argentina e o Chile têm resolvido pelo arbitramento.

Não quer isto dizer que o Novo Mundo não conte seus conflitos armados. A tradição histórica do Velho Mundo, envolta muito embora nas vestes duma civilização brilhante e fecunda, é uma tradição de guerra. Malgrado o espírito cristão que entrara a animá-las, as nações europeias saídas da dissolução do Império Romano, quando submergido pela inundaçã dos bárbaros, nações que pelos séculos adiante pretenderam realizar, cada uma em proveito próprio, o mesmo sonho de domínio universal dos césares, continuam a manter entre si constantes lutas sanguinolentas, já pela posse de terras, já pelo primado mercantil, sempre por uma hegemonia política ou econômica, melhor dito, ambas as coisas.

Tal espírito de rivalidade e de conquista passou para o Novo Mundo com os seus colonizadores e não só engendrou pugnas entre as respectivas metrópoles, como deixou vivaz um sentimento de violência que levou os Estados Unidos a despojarem o México e a Espanha, alimentou até agora na costa ocidental da América do Sul as desavenças chileno-peruano-bolivianas e fomentou no lado oriental a guerra prolongada e cruel de que saiu quase aniquilada a nação paraguaia.

Não se pode no entanto comparar o espetáculo europeu com o americano. Existem no Novo Mundo elementos de paz em contínua ação. Em

primeiro lugar, as desavenças coloniais localizaram-se forçosamente. Entre portugueses e castelhanos foi o Rio da Prata seu único cenário porquanto no resto da América do Sul, cuja configuração geográfica vai cada vez ampliando mais o continente na direção do equador, a penetração era difícil e demorada. Quando o embate das forças contrárias se ia tornando possível, já havia falado a diplomacia, regulando o domínio a que cada um dos contendores tinha jus.

Na Europa mesmo se encontram elementos de coesão: a religião cristã, o direito romano, a disciplina canônica, a organização monárquica, o anelo democrático; cada um desses fatores operando isoladamente, quando não os dois últimos em sentido oposto, e dando origem a grupos de unidades nem sempre homogêneos. No Novo Mundo os mesmos elementos de coesão apresentam-se mais robustos ou os de desagregação não operam com igual franqueza, além de que na América Espanhola a formação moral foi uniforme, sobrepondo-se nestas condições facilmente o sentimento de solidariedade a dissensões passageiras. Dá-se também uma situação de equilíbrio político pelo fato de nenhuma fração do todo ser, por enquanto pelo menos, em demasia pujante para pensar em mandar nas outras (a desproporção está entre esses países e os Estados Unidos) e do progresso industrial das mais adiantadas entre elas não ser ainda bastante para tender a acirrar antagonismos irreconciliáveis como os temperados pelo ferro e pelo aço<sup>h2</sup>.

As intrigas de cortes e as cizânias entre nações só tiveram além mar um efeito reflexo, desconhecendo a sociedade ibero-americana na sua expressão aguda ou violenta as querelas de raças, de credos ou de dinastias. Não se formaram, como na Europa, alianças de reis contra os povos, nem por contraposição alianças de povos contra os reis. Quando muito gerou-se certa desconfiança entre a América Espanhola, constelação de repúblicas, e o Brasil, grande astro imperial; mas neste caso prevaleciam sobre um puro antagonismo de formas de governo antipatias herdadas de raça. O nosso maior inimigo argentino foi o grande Alberdi, o inspirador da liberalíssima constituição argentina de 1853, essa constituição singular que diz ter sido elaborada para os nacionais, para sua posteridade e para todos os homens

do mundo que quiserem ir habitar a terra argentina. E se assim se disse melhor se fez: o grande jurista e publicista doutor Zeballos escreveu com razão que a constituição dos Estados Unidos corresponde a uma concepção nacionalista, ao passo que a constituição da nação argentina modelou um tipo de Estado humanitário.

O pomo de discórdia entre o Brasil e a Argentina, o que envenenou as relações entre os dois países, já vimos que foi a incorporação portuguesa do Uruguai, que o Império manteve e defendeu pelas armas. Se o apelo internacional do insigne Silvestre Pinheiro Ferreira houvesse sido escutado; se, quando o movimento constitucional do Rio de Janeiro em 1821 o elevou a ministro dos negócios estrangeiros de el rei Dom João VI, cargo que exercia quando a corte se trasladou de novo para Lisboa, as cortes e o monarca se tivessem combinado para darem andamento ao plano político do estadista constitucional, a cordialidade argentino-brasileira, que hoje vive metade de expansões e metade de sobressaltos, seria um fato indiscutível.

O plano político de Silvestre Pinheiro Ferreira consistia em reconhecer logo Brasil e Argentina a independência do Uruguai e organizar-se uma liga das nações com os países americanos, ibéricos e saxônicos, Portugal, Espanha e Inglaterra, a saber uma liga ocidental e liberal para se opor à Santa Aliança. A reação que logo sobreveio na Espanha e em Portugal teria aliás desfeito essa liga na sua parte europeia: teria porém subsistido a sua parte transatlântica caso os Estados Unidos a ela tivessem aderido, porque os Estados Unidos foram sempre infensos a alianças, quer continentais quer transoceânicas, e sem eles como constituir um sistema americano baseado no equilíbrio? Os Estados Unidos desde cedo praticaram o imperialismo, conquanto república: a compra da Louisiana, a anexação do Texas, a conquista de boa parte do México, a formação dum poderio colonial pela incorporação de Porto Rico, praticamente de Cuba e do Panamá, de arquipélagos no Pacífico desde Havaí até às Filipinas, são os diferentes passos da sua carreira romana. O Brasil era pelo contrário um Império que não podia dar-se ao luxo de ser imperialista, mas ainda assim o ardente democrata Teófilo Ottoni, cabeça da agitação política que no ano de 1860 determinou o advento do nosso *empire* liberal, disse mais duma vez que se no Brasil houvesse

como na Itália surgido um Cavour, Dom Pedro II poderia ter sido o Vítor Manuel da América do Sul, as repúblicas do Rio da Prata desempenhando o papel dos ducados italianos<sup>12</sup>.

São estes, resquícios de civilizações que se julgam progressivas e são ainda bárbaras. O verdadeiro espírito americano falava mais em Mitre quando recusava a proteção chilena por ocasião da Guerra do Paraguai, como falava no patético apelo do enviado da república pernambucana de 1817, o Cruz Cabugá, ao presidente dos Estados Unidos, invocando como razão capital a identidade dos princípios democráticos. Democracia de brancos não é porém democracia de pardos, e Cabugá era mulato.

Uma boa inteligência pode porém dar-se com a diversidade dos sistemas políticos. Três anos antes de se declarar independente, o Brasil confessava-se abertamente potência americana e a sugestão do almirante português Pinto Guedes, depois barão do Rio da Prata, tendia à formação duma liga americana de proteção da liberdade dos destinos do Novo Mundo.

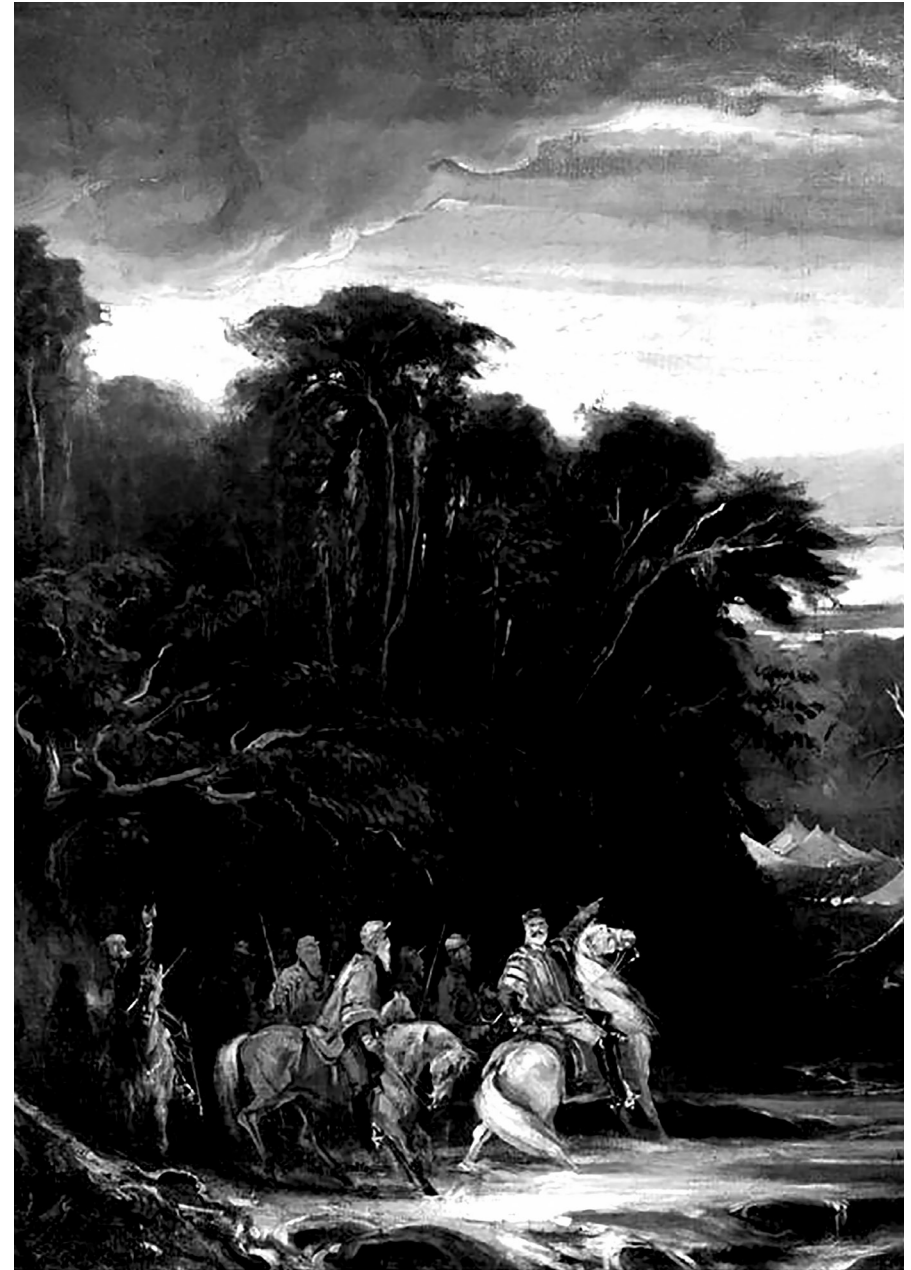
As relações diplomáticas entre o governo do Rio de Janeiro e o governo federal de Washington datam de 1810. Os Estados Unidos reconheceram o Império do Brasil em 1824, não enxergando nesta monarquia propósito algum hostil: já outro tanto não aconteceu 40 anos depois, quando negaram o reconhecimento ao Império mexicano de Maximiliano, porque o fito de Napoleão III ao levantar esse trono foi deter a expansão norte-americana e oferecer-lhe a barreira duma poderosa nacionalidade latina. Chamaram a isto os turiferários<sup>12</sup> do Império napoleônico *la plus grande pensée du règne*: terminou por um fiasco, mas não há ainda muitos anos o sociólogo argentino, senhor Ingenieros, observava-me, ao encontrarmo-nos no Canadá, quão grata deveria a América Ibérica ser a esses milhões de índios mexicanos que tinham oposto um dique à maré avassaladora do jingoísmo<sup>k2</sup> americano.

Por sua vez o Império brasileiro, pouco se importando com que a doutrina de Monroe assentasse moralmente sobre uma base democrática, antes pensando com razão que o sistema americano não carecia de ser republicano, bastando que fosse independente, imediatamente reconheceu aquela doutrina, formulada na mensagem ao Congresso do presidente Monroe de 3 de dezembro de 1823. Datam com efeito de 31 de janeiro de 1824 as instru-





Em cima: *Combate naval do Riachuelo, em 2 de junho de 1865*, óleo sobre tela de Edoardo de Martino, 1870. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Em baixo: *Bombardeio de Curuzu (Guerra do Paraguai)*, óleo sobre tela de Edoardo de Martino, Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro



[Estudo para] *Passagem do Chaco*, óleo sobre tela de Pedro Américo, c.1860-c.1879. Acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

ções expedidas pela nossa chancelaria à legação em Washington aderindo à política americana. Reza textualmente o documento em questão no seu tópico essencial que

[...] a natureza dos princípios políticos dos Estados Unidos era suficiente para apressar o reconhecimento brasileiro e que semelhantes princípios derivavam da mensagem presidencial uma aplicação mais lata a todas as nações do continente, pois que ali se expressava a necessidade duma união americana para a defesa dos direitos e territórios das suas respectivas partes componentes.

O encarregado de negócios do Brasil em Washington, que era José Silvestre Rebelo, quis deduzir da doutrina o que lhe pareceu dever ser suas legítimas consequências, e propôs ao Departamento de Estado, em primeiro lugar, um acordo entre as potências americanas, e logo depois uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos afim do Império poder resistir à interferência do Velho Mundo no caso de Portugal chamar em seu auxílio uma potência europeia, que bem poderia ser a Espanha, onde as armas francesas do duque de Angoulême tinham reposto o sistema reacionário de Fernando VII, o qual como Jano tinha duas caras, cada qual mais feia, e Chateaubriand exultava por haver assim emprestado aos Bourbons um pouco da glória marcial de Napoleão.

Uma vez estendida a aliança aos países hispano-americanos, estaria feita a liga pan-americana de defesa contra a Europa; mas os Estados Unidos de então, como os de hoje, são avessos a ligas que possam de algum modo restringir a sua independência de ação: Washington, o Pai da Pátria, fora o primeiro a acautelar seus compatriotas contra o que denominou *entangling alliances*. Ao representante brasileiro foi dada a segurança de que qualquer tentativa de recolonização do Novo Mundo seria encarada segundo sua significação e importância. Como as duas nações representavam as duas maiores unidades americanas e procuravam ambas consolidar suas instituições por meio da ordem interna, a aproximação dar-se-ia fatalmente em face da América espanhola turbulenta. Este movimento não brigava aliás com o aventado dogma político de isolamento, concretizado na doutrina de Monroe que a Inglaterra, governada por Canning, fora a primeira a insinuar aos

Estados Unidos para quebrar a influência da Santa Aliança e na confiança de que era inexpugnável a situação política britânica e sobretudo a sua situação comercial.

Na Europa julga-se mal a doutrina de Monroe, que a América Espanhola tampouco acolheu jamais com favor. Essa doutrina teve porém suas vantagens quando as colônias ibéricas, que se tinham emancipado, estavam ainda à mercê dum golpe de mão das suas metrópoles se estas apenas possuísem mais força. Pelo tempo adiante é que a doutrina foi acentuando sua feição de proteção, que nos últimos tempos, antes da grande guerra, somente a Alemanha imperial lhe não reconhecia. A Inglaterra, que por ocasião da controvérsia venezuelana, quando lorde Salisbury estava no poder, ainda definia a doutrina uma norma de política americana, já na conferência de Versalhes admitia a existência duma inteligência a que se deu o nome de regional (*regional understanding*), e de resto anuíra em suspender toda intromissão com as fronteiras de Venezuela até que os estudos históricos e geográficos permitissem ao árbitro lavrar uma sentença imparcial, quando em 1884 o presidente Cleveland declarou que a vontade dos Estados Unidos era o *fiat* do continente. A doutrina de Monroe não foi portanto o resultado de uma deliberação internacional, mas o enunciado de um princípio cardeal da política exterior dos Estados Unidos, a base do seu projetado domínio político e econômico no Novo Mundo. Teve desde o princípio um caráter egoísta: à concepção altruísta de Bolívar, quando pretendeu estabelecer no Panamá, coração do continente, um conselho anfictionico, não aderiram os Estados Unidos e para essa projetada liga, fundada sobre a igualdade jurídica das nações, olhou também de esguelha o Brasil: 1º – por blasonar de democrática a liga; e 2º – porque um dos tópicos do programa era a abolição da escravidão, e nem o Brasil nem os Estados Unidos se achavam dispostos a pô-la em prática.

A doutrina de Monroe era pois e continua a ser urna doutrina exclusivista. Teve aliás seus precedentes no próprio continente americano. Espanha e Portugal, estabelecendo o monopólio das terras descobertas e exploradas por seus filhos, firmaram uma doutrina semelhante, a negação da porta aberta. É verdade que os Estados Unidos nunca quiseram impedir as

nações europeias de promoverem seus interesses mercantis além mar, contentando-se com vedar a transformação da América num campo de novas experiências de colonização<sup>12</sup>.

A doutrina constitui, porém, um instrumento para seu uso. Foi formulada como um passo defensivo quando as ambições russas pretenderam, numa explosão americana de expansionismo eslavo, descer a costa do Pacífico do Alasca até à Califórnia, mas o fato é que nenhum estadista americano, assim como nenhum publicista americano, ousaria dizer que tal instrumento possa ser manejado por outro país que não aquele que teve a iniciativa da sua aplicação.

Hoje, ou antes de certo tempo para cá, fala-se na extensão ou mais precisamente talvez na generalização da doutrina, assumindo todas as nações do continente a sua responsabilidade comum, proporcionalmente ao valor de cada parte. O discurso com que o ministro Salvador de Mendonça, um dos diplomatas brasileiros de maior alcance de visão e de maior habilidade de processos, entregou sua carta revocatória ao presidente Mackinley, em 1898 – audiência em que o acompanhei na qualidade de secretário da legação – pregava aquela distribuição do encargo avocado pelos Estados Unidos e causou em toda a União uma viva impressão. Salvador de Mendonça era um dos homens mais inteligentes que eu tenho conhecido e sabia exatamente em que teclas tocar para obter certa combinação de sentimentos e daí derivar a harmonia internacional. Nem é outra a essência da diplomacia.

A doutrina de Monroe nunca teve popularidade fora dos Estados Unidos, especialmente, como disse, na seção hispano-americana do continente. Quando o antigo presidente Roosevelt andou pela América do Sul a caçar onças e a colocar no mapa geográfico, na sua exata longitude e latitude, rios que as canoas dos habitantes do interior já faziam servir ao comércio, o doutor Zeballos, estadista e jurisconsulto de largo e merecido renome, uma das figuras primaciais da América latina, em cujo espírito se unem as preocupações patrióticas às preocupações humanas, declarou-lhe com altivez numa oração pública que a doutrina de Monroe não tinha mais o que buscar na República Argentina, nação à qual cabiam os direitos e privilégios duma civilização superior, que não receava agressões no seu território, quer por par-

te da Europa, quer por parte da América, nem ameaças à sua integridade. Roosevelt, que era muito menos impulsivo do que à primeira vista parecia, e que tinha a fazer-se perdoar certa doutrina chamada do cacetão (*big stick*) com que, no seu dizer, deviam ser levadas as irmãs latinas do continente, não hesitou em concordar com o doutor Zeballos em que não podia ser outra senão a igualdade a base do intercurso entre a República Argentina e os Estados Unidos<sup>m2</sup>.

Após a guerra mais impopular se tornou ainda a doutrina, na razão direta da alta do dólar, a qual as pessoas menos familiares com os assuntos financeiros, e sobretudo as que sofrem com tal alta nos seus interesses particulares, mais prementes do que os afetos, atribuem ao que apontam como a ganância americana, desprezando explicações duma natureza mais técnica, com um verniz científico que lhe garante a exatidão.

Entretanto, antes da guerra, a obra de saneamento do continente, a que se tinham votado os institutos criados com os milhões de Carnegie e de Rockefeller, estava fazendo muito em prol da popularidade americana e, à sombra da simpatia humana inspirada por aquelas fundações, achara até favor a doutrina da abstinência – a *prohibition* das bebidas com qualquer percentagem de álcool, que fora reputada vantajosa para a higiene social. De longe perdiam-se de vista os seus exageros e vexames.

Menos caminho tem feito o sufrágio feminino, com o qual as mulheres norte-americanas que levaram a cabo a proibição, aproveitando a estada nos acampamentos da França de dois milhões de homens moços e válidos, que não eram inimigos nem do vinho nem da cerveja, pretendem dotar o belo sexo sul-americano.

Na América Ibérica existem na verdade algumas *leaders* do pensamento, que aspiram ao direito do voto como envolvendo um justo reconhecimento da igualdade intelectual e moral dos dois sexos: no geral, porém, o elemento feminino desdenha militar no campo dos negócios públicos e apenas durante a guerra foi na sua maioria belicoso, mas no sentido de restabelecer a harmonia entre os beligerantes. Assim foi também boa parte da opinião feminina nos Estados Unidos e não posso concordar com o pessimismo dum



meu conhecido americano quando diz que a proibição e o sufrágio feminino estão fazendo dos Estados Unidos uma terra de homens hipócritas e de mulheres intrigantes.

É uma grave injustiça. Há muito homem sustentado por princípio, muita mulher de alma cristã, e o povo nem faz alarde de militarismo, nem é inclinado às soluções violentas das controvérsias internacionais. Na última guerra os interesses materiais pesaram mais sobre o seu proceder do que as considerações morais. Melhor do que os seus estadistas pensaram, por exemplo, os estadistas argentinos. O senhor Ayarragaray, ministro em Roma, indicou com singular previsão a circunstância de que, fosse qual fosse o vencedor da luta medonha, não haveria indenização bastante para compensar os sacrifícios feitos. Este lado utilitário da paz surgiu como um aspecto novo e imprevisível da guerra, aliás fadado a concorrer para sua extinção mais do que o progresso das ideias ou o refinamento dos sentimentos. A propaganda pacifista deixa assim de ser sentimental para ser prática, mostrando que a paz é mais proveitosa que a guerra, mais valendo conservar a vida do freguês e mesmo do concorrente do que exterminá-la. Também a escravidão só cessou como instituição social quando imperou a convicção de que o trabalho livre representava uma superioridade econômica sobre o trabalho servil.

O Brasil acompanhou na guerra os Estados Unidos, adaptando o ponto de vista de que a guerra fora declarada pela Alemanha ao pôr em prática a política da destruição pelos submarinos, sem prévio aviso, dos navios mercantes e de passageiros. Não existe entre as duas nações aliança alguma expressa ou exarada em tratado, mas existe um como que entendimento tácito. É a esta espécie de aliança que em 1857 se referia o ministro americano Richard Kidder Meade, ao entregar suas credenciais ao imperador Dom Pedro II. Dessas duas potências, as maiores do Novo Mundo, dependiam os destinos dos dois grandes continentes onde elas se acham respectivamente situadas. “Semelhante aliança, disse no seu discurso o ministro americano, assegurará para a defesa mútua uma unidade de ação e de sentimento que de futuro provará ser invencível”.

Estava subentendido que tal ação se exerceria apenas em prol da paz, mas as circunstâncias não permitiram que assim sucedesse sem discrepância. O dia chegou em que a comunidade de ideias e de interesses levou a atitude internacional dos dois países para um terreno menos pacífico. A concepção duma América neutra, mas neutra sem hipocrisias, pertence ao grande presidente argentino Irigoyen, cujo mandato há pouco expirou. Ele deu-me a honra de expor-me o seu plano numa das duas longas conversas que tivemos, o que me levava a dizer a respeito numa conferência feita na Faculdade de Direito de Buenos Aires sobre a sociedade das nações americanas e o direito das gentes, em seis de agosto de 1918:

Se a América, se o Novo Mundo num bloco generoso houvesse podido manter nesta conflagração uma contínua e perfeita neutralidade, compadecendo-se do desvario europeu antes do que tomando partido entre os beligerantes, teria assumido a altíssima missão da defesa integral do direito, violado por gregos e por troianos, com a inteira força moral que lhe adviria da sua isenção. Mas para isto teria sido preciso que o embargo sobre os víveres, com que os Estados Unidos coagiram os países neutros do norte da Europa que podiam continuar a comerciar por terra com a Alemanha – a Holanda por exemplo, à qual são indispensáveis o carvão e o ferro, que só podia receber do Império vizinho – houvesse sido aplicado de começo à exportação de armas e munições para um só dos lados beligerantes, assim contribuindo de modo eficaz e inequívoco para a prolongação da guerra. Teria sido preciso que os Estados Unidos, e com eles a América Latina, houvessem protestado igualmente contra os atentados de que foram vítimas a neutralidade orgânica da Bélgica e a neutralidade voluntária da Grécia; contra as desumanidades praticadas pelos submarinos alemães, e contra o bloqueio ilegal pelos aliados de populações inteiras, milhões de combatentes e muitos milhões mais de não combatentes que se procurava fazer capitular pela fome; contra a colocação de minas flutuantes em todo um mar, deste modo declarando-o em estado de clausura, e contra a destruição de cidades, que são centros civis, pelas bombas explosivas lançadas dos aeroplanos; contra o emprego de gases asfixiantes matando nas contorções duma horrível dispneia, e contra a devastação do patrimônio particular de propósito deliberado; contra a captura e detenção de malas de correio, e contra as listas de proscricção comercial, operando sem o respeito devido à soberania alheia; contra a inclusão dos gêneros alimentícios nas listas de contrabando de guerra, e



contra a requisição forçada da tonelagem neutra; contra tudo enfim quanto afeta as regras fundamentais do direito das gentes, que a civilização já ia conseguindo codificar. Os Estados Unidos, porém, antes de entrarem para o número dos beligerantes, recusaram juntar-se às nações escandinavas e aos Países Baixos – o que equivaleria a guiar essas nações emprestando-lhes segurança na emergência – num projetado protesto conjunto, o qual derivaria força daquela união, erguido contra todos os transgressores sem discrepância da lei jurídica e da lei humana. Estes princípios de direito e de humanidade, a América entretanto os reclamou das suas metrópoles quando se levantou para se emancipar e as metrópoles queriam considerar suas colônias rebeldes, não como beligerantes mas como fora da lei, a guerra como civil e não como internacional, a liberdade como um crime e não como um apanágio. Tanto mais razão assistiria um século mais tarde à América em sustentar semelhantes princípios sem fazer discriminação entre os que pecam contra eles, antes os condenando igualmente a todos para mais facilmente os chamar à razão.

Fui um partidário decidido da neutralidade antes e depois do Brasil ter entrado na guerra e meu maior pesar ao ver circunscrever-se dia a dia o campo dos neutros, é que eram elementos perdidos para a luta do dia imediato, porque eu previa, e para isto não era necessário ser-se profeta, que com o espírito de ódio reinante, a luta ingente não cessaria com a paz, posto que os beligerantes se tornassem oficialmente pacíficos. E nós vemos bem que na Europa prosseguiu a conflagração, aguda nalguns pontos, surda em outros<sup>12</sup>.

A participação do Brasil na guerra foi *sui generis*, não envolvendo felizmente sacrifícios de vidas, senão as vitimadas pela peste, fiel acólita da guerra. No seu proceder com o inimigo o Brasil foi também duma correção *sui generis*: requisitou os navios alemães internados nos seus portos e até arrendou parte deles à França, mas não os confiscou, respeitando a propriedade particular, e para seu pagamento operou-se um encontro de contas com o café existente nos depósitos de Hamburgo e de Antuérpia e do qual os alemães se tinham aproveitado, pagando todavia juros sobre o capital representado por esse artigo. Também os negociantes alemães continuaram suas transações sem vexames por parte das autoridades brasileiras e seus prejuízos provieram todos da aplicação

das odiosas *black lists* inglesas que país algum, nem mesmo os Estados Unidos, com o seu ciúme de independência, teve o desassombro de repelir, o que continuará a ser o caso enquanto a *Britannia Rule the Waves* empunhar o tridente de Netuno. É igualmente consolador mencionar que alguns raros desacatos cometidos, não contra as vidas mas contra as propriedades alemãs, foram invariavelmente a obra de colônias e particularmente de companhias estrangeiras, servindo-se muito embora de elementos populares nacionais aliciados pela propaganda, que toda ela é sempre feita em doses variáveis de verdade e de falsidade. Às vezes a verdade entra numa bem pequena percentagem.

A doutrina de Monroe, segundo apregoam os seus defensores, age no sentido da paz, e na sua carreira de um século tem na verdade livrado o continente americano de agressões externas e mesmo de intrigas europeias. Dentro do continente seu efeito não há sido igualmente salutar porque, através das interpretações por que ela tem passado, mantêm-se de pé o seu caráter unilateral. Uma doutrina política formulada como ela foi para responder às necessidades de um dado momento da vida das nações pode, quando passa este momento, ser adaptada às circunstâncias, possivelmente diferentes, que se seguem, obedecendo sempre ao mesmo propósito inicial. O maior número nos Estados Unidos julga-a intangível e, depois do abatimento da Alemanha, inatacável; mas há pessoas que pensam diversamente. Assim o professor Bingham, da Universidade de Yale, escreveu um livro para tratá-la de “fetiche obsoleto”. Este professor entende que as duas Américas, a saxônica e a latina, são profundamente incompatíveis por motivo duma compreensão perfeitamente oposta da questão de raça. De fato, ao passo que na América Ibérica se concedem ao mulato os privilégios sociais do branco, nos Estados Unidos um branco com um pouco de sangue de cor, será sempre considerado negro e posto à margem.

E tão cheia de contradição é a natureza humana que um negro americano não considerará no mesmo pé um país onde não exista como no seu o mesmo orgulho de raça, o sentimento duma raça superior como o que ele vê exibido em redor de si. Mais facilmente cederá do seu preconceito o norte americano branco, hoje já disposto a reconhecer na raça hispânica um comparativo superior refinamento de maneiras, de língua, de

sentimentos, em suma, de cultura que indica uma transplantação mais antiga da vida aristocrática para o continente meridional.

A doutrina de Monroe tem sido nas mãos dos Estados Unidos um instrumento muito útil e muito elástico de predomínio. O tempo virá porém, em que seu gume se embotará por falta de uso, a rivalidade estrangeira tendo desaparecido com a confusão – não quero dizer a decadência – da Europa e as repúblicas americanas mostrando fraco entusiasmo para apelarem para tal proteção, exceto quando ela um dia se converter num espírito de transação.

O fetiche do monroísmo será então derrubado, mas no seu lugar figurará como doutrina continental o pan-americanismo, palavra que não traduz um chamariz, mas que forma o alicerce da grandeza do Novo Mundo, sobretudo porque o pan-americanismo nunca pôde ser reputado ambicioso ou violento como o pan-germanismo ou o pan-eslavismo, visto que nesse ideal comungam as nações fortes e as nações fracas do continente, de raça ibérica ou de raça saxônica. Agora mesmo, na conferência de Santiago, onde se não pôde chegar a um acordo sobre desarmamento porque o trabalho prévio foi diplomaticamente mal conduzido e a atmosfera de todo o mundo político é carregada, senão caliginosa, o desfecho deu-se sem rompimento, antes com a promessa dum próximo entendimento<sup>02</sup>.

A atividade do Novo Mundo só pode exercer-se no terreno internacional em benefício da equidade pública – porque a sua situação geográfica, tradições modernas que, do ponto de vista doutrinário pelo menos, se avantajam moralmente às antigas, e as aspirações das nações que aí prosperam sem ódios irreconciliáveis para um regime de recíproca justiça, produzem necessariamente entre elas uma comunidade de interesses, na qual prevalece a fórmula do direito em vez da força. Podem ocorrer e têm na verdade ocorrido quebras dessa fórmula, mas a consciência, que logo após se verifica, da violação do direito das gentes é, pode dizer-se, meio caminho andado para a reparação do mal.

A proposta de desarmamento proveio do Chile, que é considerado o país de mais espírito guerreiro da América Ibérica, tendo entretanto concordado em entregar ao arbitramento dos Estados Unidos o desenlace dum conflito de quarenta anos, que é o destino definitivo das províncias peruanas de

Tacna e Arica, das quais o Chile se apossou e que guardou sem o ulterior plebiscito previsto no tratado de Ancón.

O pan-americanismo, na sua forma consciente e não somente numa modalidade instintiva, precedeu aliás a doutrina de Monroe como uma garantia protetora da liberdade americana. Como programa continental dispensa a generalização do monroísmo, que seria preciso arquitetar, oferecendo a vantagem prática de pertencer ao continente no seu conjunto e não exclusivamente aos Estados Unidos... Podemos qualificar o pan-americanismo de expressão purificada e superior da doutrina de Monroe.

É muito em honra da América Hispânica que coube a Bolívar formular a concepção científica do pan-americanismo, do qual o nosso enviado Cabugá, despachado pelos revolucionários de 1817, tinha tido uma ideia empírica. A política de Bolívar foi determinada por um ideal mais alto que a de Monroe. Ele pretendeu que ela fosse uma expressão coletiva duma aspiração que tem que prevalecer se o progresso moral se não acha condenado a desaparecer. Essa aspiração tende à concórdia internacional sobre a base dum mútuo respeito entre os povos. O pan-americanismo pode ser definido como a manifestação natural da cordialidade entre os diferentes membros políticos dum grupo de nações destinadas a formar uma sociedade sem laços legais, nem compromissos especificados, nem as com obrigações morais, mais fortes precisamente porque são inspiradas por um senso comum de responsabilidade que se deriva dum sentimento compreensivo e salutar do dever humano.

É com viva saudade que me despeço hoje do meu auditório, agradecendo cordialmente sua benevolência, traduzida pela atenção prestada a estas poucas conferências, o que constitui um excelente augúrio para o interesse despertado pela cadeira quando sua regência for confiada aos professores que se sucederão, cada qual decerto eminente na sua especialidade. Para mim representou uma satisfação intensa abrir-lhes a porta e só almejo que aqui me possam trazer de novo e em breve os fados amigos, a rever os lugares onde se passaram a minha adolescência e primeira mocidade e a contar-vos a meu modo alguns dos feitos da gente luso-brasileira ou a evocar com

minhas palavras alguns dos mestres escritores que no Brasil ajudaram a dar lustre à nossa língua portuguesa.

#### NOTAS DO ORGANIZADOR

- <sup>a</sup>. O texto foi originalmente publicado na plaquete *Aspectos da História e da Cultura do Brasil. Conferências Inaugurais por M. de Oliveira Lima. Precedidas do Discurso de Apresentação por J. M. de Queiroz Velloso, Diretor da Faculdade de Letras Lisboa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>a</sup> (Filhos), 1923. Conferências realizadas a 9, 16, 23 e 30 de junho de 1923: I. A Independência do Brasil como movimento a um tempo conservador e revolucionário. II. Caráter da evolução histórica brasileira. III. Feições da política externa e do desenvolvimento econômico do Brasil. IV. O Brasil como potência americana. Optou-se por excluir da presente publicação os textos que não eram da autoria de Oliveira Lima.
- <sup>b</sup>. Mau olhado, feitiço, agouro.
- <sup>c</sup>. As comemorações do primeiro centenário da Independência, em 1922, foram precedidas e provocadas por uma intensa campanha dos jornais do Rio de Janeiro no sentido de pressionar o governo a adotar medidas concretas para a realização de uma grande comemoração. E essas medidas não tardaram a vir: começou-se a executar um amplo programa de obras públicas, entre elas o desmonte do Morro do Castelo, o marco zero da *urbs* carioca, no lugar do qual seriam erguidos os pavilhões de uma Exposição Internacional. Entre esses pavilhões, o francês, réplica do Petit Trianon, hoje sede da Academia Brasileira de Letras. Entre as obras historiográficas, elaborou-se um *Livro de Ouro do Museu Histórico Nacional*, instituição criada para comemorar o primeiro centenário, e a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, da qual Oliveira Lima participou com o ensaio “A Nova Lusitânia”, republicado pela primeira vez no presente volume. Não deixa de ser curioso notar a intensidade com que os portugueses, em teoria os principais prejudicados com a Independência do Brasil, ajudaram e participaram dessas comemorações.
- <sup>d</sup>. Cesarismo democrático define um sistema no qual o governo é centrado na autoridade suprema de um chefe militar e na crença em sua capacidade pessoal, à qual são atribuídos traços heroicos. Este chefe, cujo modelo é Júlio César, tem por objetivo alegado regenerar a sociedade ou conjurar hipotéticos perigos internos e externos.
- <sup>e</sup> Oliveira Lima revela aqui a sua faceta pacifista, mais presente nos seus últimos anos de vida, talvez por conta das desilusões que esta lhe havia proporcionado...
- <sup>f</sup> Especificamente, a “recolonização” do Brasil, ou a recuperação da supremacia portuguesa.
- <sup>g</sup> Em várias ocasiões Oliveira Lima procurou contextualizar o movimento da Independência brasileiro, ao compará-lo com os procedimentos históricos da América Hispânica e da Península Ibérica, o que confirma um dos seus outros pioneirismos, o que se refere à história comparada.
- <sup>h</sup> Dom Pedro I (IV de Portugal), entre suas várias originalidades e exclusividades, possui a de ter outorgado duas cartas constitucionais não somente em dois países distintos, mas em dois continentes diferentes. Recorde-se, a esse respeito, que a Constituição por ele outorgada a Portugal em 1826, que vigeu até a proclamação da República, em 1910, era denominada “carta brasileira”, por ter sido elaborada no e a partir do Brasil, com cuja carta constitucional, que vigeu também aquém-mar até a proclamação da República, só que em 1889, guardava grandes semelhanças.
- <sup>i</sup> Sobre os filhos de Dom Pedro e de Dona Leopoldina, uma outra particularidade, pouco lembrada: da mesma forma que o pai fora o primeiro monarca, nascido na Europa, a ser proclamado imperador de um país do Novo Mundo, a sua filha, dona Maria da Glória, foi a primeira soberana portuguesa, ou mesmo europeia, a ter nascido em terras americanas. Ela, a exemplo da Constituição de 1826, era “brasileira”.
- <sup>j</sup> A arte da retórica, segundo Aristóteles, tem quatro partes: a primeira, o exórdio, o começo da discussão; a segunda, a narração, o tema propriamente dito, onde os fatos são apresentados e os eventos indicados; a terceira, as provas, na qual se busca provar o que se diz; e a quarta é a peroração, o epílogo, a conclusão.
- <sup>k</sup> Anos antes, em artigo intitulado “O que Deve Ser uma História do Brasil” (Bruxelas, agosto de 1909, em: *Obra Seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971, pp. 696, 697 e 698), Oliveira Lima afirmara: “O que entre nos efetivamente se há feito é a história dos sucessos, não a das instituições, a história política e militar, não a econômica e social. [...]Ninguém ainda considerou as relações precisas das classes da população entre si, a posição exata dos fidalgos do reino e de outras partes afluídos à aventura, dos peões que os acompanhavam ou que por si embarcavam nas mesmas disposições, dos índios defendidos pelos jesuítas e dos africanos condenados por todos ao cativeiro, faltando-nos portanto a história do povo, se bem que sobrando a das guerras. [...]É necessário reconstituir a

atmosfera moral do Brasil colonial. Se esta fase histórica foi toda de obscurantismo, de atraso e de servidão. [...] Um confronto seria curioso traçar sob este ponto de vista entre a colônia portuguesa e as colônias espanholas da América, bem mais favorecidas, pois que desde seus começos contaram imprensa e universidades. [...] Outra comparação deveras interessante seria a que se estabelecesse entre as nossas câmaras municipais, às quais nunca foi dado se reunirem e confederarem para deliberações em comum, como aconteceu mesmo em Venezuela [...] e os cabildos das possessões espanholas. [...] Entre outros tópicos a esquadrihar e a fixar, encontram-se por exemplo as relações de dependência social na colônia entre senhores e escravos, entre funcionários e naturais, entre fazendeiros e agregados, relações que todos nós conhecemos nos tempos de ontem ou de hoje, mas que não sabemos como se vieram a formar. [...] Ignoramos também a exata filiação dessa aristocracia territorial muito característica, que durante o Império constituiu a classe preponderante e diretiva e que descendia de nobreza emigrada do reino, com cruzamentos locais na maior parte dos casos. Prolongou-se assim na colônia a aristocracia europeia, mas de fato nunca foi, depois de ali aclimada, tratada de modo igual pela Corte portuguesa. [...] Em resumo há duas faces sob as quais a história brasileira oferece especial atração, e de nenhuma delas ainda se cuidou a sério [...] uma é a que diz respeito à conquista do interior, à sequência das expedições dos bandeirantes [...] é a história geográfica; a outra é a crônica íntima das relações incessantes entre as autoridades da metrópole e as populações de ultramar, modelando um novo organismo político – é a história social”.

<sup>l</sup> O pacifismo de Oliveira Lima, aqui reafirmado, custou-lhe caro. Durante a Primeira Guerra Mundial ele foi acusado de ter simpatias pelos alemães, por conta desse pacifismo, e um desafeto seu, o também pernambucano e imortal Medeiros e Albuquerque, fez campanha na imprensa nesse sentido, levando o governo britânico a recusar a Oliveira Lima a possibilidade, que ele tanto almejava, de se instalar em Londres com sua biblioteca.

<sup>m</sup> Recorde-se que José de Alencar “desenhou” também o sertanejo, em romance talvez mais conhecido que o seu referente aos gaúchos, e que Euclides da Cunha também “desenhou” o caboclo amazônico, em páginas menos conhecidas que as dos *Sertões*. A caracterização do gaúcho como um criador nômade, por outro lado, é problemática.

<sup>n</sup> Oliveira Lima, com sua enorme capacidade de síntese, antecipou-se aqui à obra de um dos maiores medievalistas franceses, Georges Duby, que em seu livro *Les Trois Ordres*

ou *l'Imaginaire du Féodalisme*, da década de 1970, retoma essa caracterização tripartite, só que para a explicação da ordem feudal: “uns são dedicados particularmente ao serviço de Deus; outros a conservar o Estado pelas armas; outros a alimentá-lo e a mantê-lo pelos exercícios dos tempos de paz”. Essa concepção tripartite, retirada por Duby do *Traité des Ordres et Simple Dignitez*, de Charles Loyseau, caracterizava, segundo Georges Duby, a ordem social e a ordem política da França medieval e do Antigo Regime. Três ordens complementares que sustentavam o Estado: a do sacerdote, a do camponês, a do soldado (“celle du prêtre, celle du paysan, celle du soldat”), os que rezam, os que trabalham, os que guerreiam. Essa concepção trifuncional, devidamente adaptada, é a que Oliveira Lima atribui à sociedade colonial brasileira, que ele considerava feudal sob certos aspectos. O camponês seria o colono; o sacerdote, o missionário, encarregado da conversão das almas dos gentios; e o guerreiro o bandeirante, que assumiu sob múltiplos e variados aspectos funções militares e foi responsável não somente pela defesa do Estado, mas também pela sua expansão territorial. Os três a base da sociedade: os que trabalham, os que rezam e pregam, os que guerreiam e conquistam. Homem de grandes e frequentes leituras e bibliófilo que era, Oliveira Lima bem pode ter lido ou ao menos tomado conhecimento do livro de Loyseau – o que seria uma investigação interessante a fazer em sua biblioteca – e adaptado os seus termos à realidade colonial brasileira. O fato que resta inegável, no entanto, é que antecipou, em cerca de cinquenta anos, uma das contribuições básicas de um dos maiores medievalistas franceses aos estudos historiográficos, o da sociedade de três ordens. Pena é que, nesse caso como em tantos outros, Oliveira Lima não teve tempo para aprofundar suas sínteses e seus achados, o que acabou sendo feito por seus seguidores, conscientemente ou não.

<sup>o</sup> Estafermo era um boneco, geralmente de metal, com arma e escudo, usado nos torneios de cavalaria na Idade Média.

<sup>p</sup> Mais conhecido como frei Manuel Calado.

<sup>q</sup> Trata-se da famosa Questão Religiosa, que envolveu os bispos de Olinda, dom frei Vital Gonçalves de Oliveira, e o de Belém, dom Antônio de Macedo Costa. *Kulturkampf*: em alemão, luta pela cultura; refere-se às disputas entre os Estados-nação europeus e a Igreja Católica sobre o lugar e o papel da religião na política moderna.

<sup>r</sup> Há toda uma geração, ou mais de uma geração, de luso-brasileiros que, tendo estudado em Coimbra, se destacaram em funções de relevo na máquina burocrática portuguesa e nas suas ciências. Além dos mencionados, citem-se Alexandre Rodrigues Ferreira, La-



cerda e Almeida, João da Silva Feijó e José Bonifácio de Andrada e Silva. Há também o caso de Manuel de Arruda Câmara, naturalista pernambucano-paraibano que estudou em Montpellier.

<sup>s</sup> Vale sempre a pena lembrar o comentário de Aristides Lobo, prócer republicano dos primeiros tempos, segundo o qual a população brasileira assistiu à Proclamação da República “bestializada”.

<sup>t</sup> Henry Koster faleceu no Recife em 1820.

<sup>u</sup> Trata-se da maldição de Noé sobre seu filho Cam, condenando-o e a seus descendentes à servidão, por ter zombado da embriaguez paterna.

<sup>v</sup> Recorde-se que, abstraído o idealismo da maioria dos defensores da Abolição, havia também motivos econômicos para ela. Assim, uma das causas que levaram o Amazonas e o Ceará a serem pioneiros no processo foi a pouca quantidade de escravos existentes, no caso do Ceará reduzida ainda mais pela histórica seca de 1877.

<sup>w</sup> Alguns desses pareceres foram publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão – Funag: *O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1875-1889*. Centro de História e Documentação Diplomática, Rio de Janeiro/CHDD; Brasília/Funag, 2009.

<sup>x</sup> O livro *Étiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado* foi publicado em 1758 pelo padre Manuel Ribeiro Rocha, português estabelecido em Salvador, e procurava indicar a “maneira cristã de tratar os escravos”, buscando conciliar a prática da escravidão com a pacificação da consciência dos que faziam o tráfico negreiro.

<sup>y</sup> A situação é, no entanto, mais complexa: a questão não é apenas saber se, por exemplo, Machado de Assis era mulato, mas como ele se considerava, e como ele era visto. Joaquim Nabuco fez um comentário revelador a esse propósito em carta a José Veríssimo logo após a morte do grande Machado: “Mulato, ele foi de fato um grego da melhor época. Eu não teria chamado Machado de Assis de mulato e penso que lhe doeria mais essa síntese. [...] O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho isso nada alterava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego”. Esse comentário é tanto mais revelador quanto foi da lavra de um dos principais abolicionistas. O fato é que Machado de Assis era considerado membro da elite carioca e, portanto, um branco, como foi anotado no seu atestado de óbito.

<sup>z</sup> Sobre esse tema vejam-se os seguintes comentários: “O embaquecimento pela imigração europeia, anulando ou mitigando os efeitos negativos produzidos pela presença massiva das ‘raças inferiores’ e a educação [...] constituem, pois, na projeção de Oliveira Lima, os caminhos para a entrada da civilização na porção da América a ela historicamente refratária[...]é interessante ver, nessa perspectiva, a forma pela qual o autor converte a mestiçagem em fator positivo [...]” (Helder Gondim da Silveira, *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*, Porto Alegre, EdIPUCRS, 2003, p. 237).

E este: “Na questão racial, Oliveira Lima não seria de todo infenso a uma atitude, senão de segregação, ao menos de hierarquia de raças. [...] ele já admitia algumas dúvidas quanto à atitude norte-americana de segregação total. [...] Não obstante, sua escala de valores continuava sob uma relativa influência arianista. O progresso da América Latina estaria, para ele, em função da maior ou menor pureza do sangue das raças brancas, na resistência aos cruzamentos que lhe parecessem inferiores. Deixava de lado, como preconceito de cor [...] o julgamento no plano individual, o respeito dos predicados do mestiço considerado em si mesmo, o que vale dizer que admitia mestiços de inteligência mais apurada. O que o impressionava era a influência desse cruzamento no plano nacional, quando diante dos olhos o panorama da América Latina... [...] A questão étnica não o impressionava tanto quanto a diferenciação social, numa estrutura agrária. [...] Nesse ponto, as duas Américas, a latina e a inglesa, se separavam, com a intransigente segregação de raças nos Estados Unidos e a tolerância maior na América Latina, que não vedava a convivência, nem mesmo a mistura, em face do “embrulho inextricável de hibridismos”, condenado, aliás, a uma extinção não muito remota, em face do desaparecimento gradual do negro e do índio, na elaboração constante dos cruzamentos” (Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, “Oliveira Lima: Sua Vida e sua Obra”, em Manuel de Oliveira Lima, *Obra Seleta*, Rio de Janeiro, INL, 1971, p. 17-131, pp. III e II2).

<sup>a2</sup> Se o senso comum indica que Alexandre de Gusmão é o avô da diplomacia brasileira, Dom Luís da Cunha, grande diplomata português, será o seu bisavô, capaz de sínteses plenas de pragmatismo, como essa: “O rei não pode manter Portugal sem o Brasil, entretanto que, para manter o Brasil, não necessita de Portugal” (citado por Oliveira Lima, *Movimento da Independência*, p. 252), tendo sido inclusive um dos precursores da ideia de transferir a sede da monarquia para o Brasil, em caso de ameaça externa, sobretudo do vizinho espanhol.

<sup>b2</sup> A diplomacia britânica, na concepção de Oliveira Lima, sempre foi extremamente pragmática, unindo, aos interesses humanitários, sem dúvida existentes no que se refere à campanha contra a escravidão, os interesses “maiores” do seu comércio. Com efeito, mais do que qualquer outra coisa, o que guiou a atuação britânica no caso das independências do Novo Mundo foi a ampliação do mercado consumidor dos produtos britânicos, bem como a tranquilidade desses novos mercados. Também não deixou de estar presente, sobretudo no caso brasileiro, o cálculo de Canning de, estabelecendo sua influência sobre os países americanos do sul, formar um contrapeso valioso em suas disputas com as potências continentais. Para a Áustria, potência cujo imperador era o sogro de Dom Pedro I, o reconhecimento da Independência do Brasil interessava sobretudo porque fortaleceria o princípio monárquico em um continente dominado por repúblicas. A Independência do Brasil foi, assim, peça importante no tabuleiro diplomático europeu, envolvendo jogadas das potências da Santa Aliança (Áustria, França, Rússia e Espanha) de um lado, e da Grã-Bretanha, como foi muito bem explicado por Oliveira Lima no seu *Reconhecimento do Império*. Não se pode abstrair, entretanto, a atuação de uma atriz importante deste processo: “a facilidade com que foi reconhecido o título imperial de Dom Pedro contrasta com a dificuldade que experimentou Pedro, o Grande, da Rússia, recorda Cairu. [...] Na benevolência com que a Santa Aliança distinguiu o Brasil não entrou somente a circunstância de a colônia continuar monarquia em vez de tornar-se república, mas dependeu também da ação pessoal de dona Leopoldina” (Oliveira Lima, *Movimento da Independência*, p. 253). Sobre a atuação da Grã-Bretanha, convém notar a evolução do seu comportamento, ainda segundo Oliveira Lima: “A mesma política egoísta, de inobservância dos privilégios doados e garantidos, que foi a da Inglaterra com relação às colônias da América do Norte, foi a de Portugal com relação ao seu grande domínio da América do Sul: faltou a ambos o toque de espiritualidade e de justiça que teria prolongado a união, conforme pretendem, num caso o Canadá e no outro o Pará-Maranhão”. (Oliveira Lima, *Movimento da Independência*, pp. 264 e 265).

<sup>c2</sup> O Paraguai, assim, como o Uruguai, tornou-se um “Estado tampão” entre os dois gigantes da América do Sul, Brasil e Argentina. Estados-tampão que, diga-se de passagem, muitas vezes contribuíram para desestabilizar a região, como foi o caso na Guerra do Paraguai.

<sup>d2</sup> São frequentes as narrativas contemporâneas da guerra do recrutamento forçado nas periferias das cidades e nos sertões, em que a “sorte” recaía sobre os mais pobres e desvalidos. Quem podia, entregava escravos em seu lugar como recrutados, ou utilizava influências políticas para escapar à conscrição. E havia também os que pura e simplesmente “caíam no mato”, nos termos daquele antigo provérbio: “Deus é grande, mas o mato é maior”.

<sup>e2</sup> Oliveira Lima insere-se aqui na análise, feita por higienistas do porte de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Pena, Afrânio Peixoto e outros, de que o grande problema da população brasileira não era a indolência, mas as precárias condições de saúde, expressa naquela frase famosa: “o Brasil é um grande hospital”.

<sup>f2</sup> “Destino manifesto” foi uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O’Sullivan, em 1845, quando os americanos estavam ocupando o Oeste. A expressão se refere ao fato de acreditarem os povoadores da nova nação que seria sua missão expandir sua civilização e instituições ao longo do território entre o Atlântico e o Pacífico.

<sup>g2</sup> Oliveira Lima escreveria, anos depois, em livro que somente se publicou postumamente: “Um senador da República, Moniz Freire, assim apreciava, 24 anos decorridos do novo regime [...]: ‘O país anda [...] entregue às tenazes de um sistema que não é mais do que o poder pessoal universalmente organizado. Poder pessoal praticamente irresponsável do presidente da República; poder pessoal dos indivíduos, famílias ou facções que se assenhorearam dos Estados, pior, muito mais direto, muito mais ofensivo, muito mais em contato com a carne do que o outro; poder pessoal dos chefes políticos que dirigem o serviço da servidão parlamentar. [...] O Império desmoronou-se, o poder pessoal do monarca foi destruído e no seu lugar surgiu essa vegetação daninha de poderes pessoais muito mais intoleráveis. [...] O objetivo do poder pessoal que hoje domina em toda a parte é de garantir aos seus detentores, suas famílias, seus parentes e sequazes o emprego que fornece o ganha-pão ou a posição que dá prestígio à sombra do qual aumentam os bens, se fazem as fortunas, honradamente quando se é honrado, por todos os meios, mesmo os mais cínicos e criminosos, quando se não possui escrúpulo, nem probidade, nem decoro[...]” (“Discurso de 26 de agosto de 1913”, Manuel de Oliveira Lima, *O Império Brasileiro: 1822-1889*, Brasília, UNB, 1986, pp. 54-57).

<sup>h2</sup> Oliveira Lima estuda com mais detalhe a evolução comparada das Américas espanhola, inglesa e portuguesa no livro *América Latina e América Inglesa*, já mencionado.

<sup>i2.</sup> O Brasil independente nasceu com praticamente a sua configuração atual, exceção feita do Acre. Conquanto suas fronteiras tivessem sido delimitadas praticamente um século antes do que o foram as norte-americanas, havia que ocupar e integrar o que já era de direito seu. Esta é a diferença entre o Brasil, os Estados Unidos e as nações europeias em sua atuação na África, este é o motivo pelo qual o Brasil nunca precisou, ou não quis, praticar aquilo que no transcurso do século XIX e XX era denominado imperialismo, com as exceções temporárias da Banda Oriental e da Guiana Francesa. O Brasil sempre foi um país “geopoliticamente satisfeito”, que não necessitava adquirir mais território para se expandir.

<sup>j2.</sup> Turiferários: aqueles que, nas cerimônias da igreja, levam o turíbulo; adutores.

<sup>k2.</sup> Jingoísmo: chauvinismo arrogante e agressivo.

<sup>l2.</sup> Tal como ocorria na África e em menor escala na Ásia. Experiências desse gênero, no Novo Mundo, somente aquelas implementadas pelos Estados Unidos...

<sup>m2.</sup> Nota-se aqui um certo tom de provocação, característica limiana: em primeiro lugar, a Roosevelt; em segundo lugar, ao marechal Rondon, que o acompanhou durante sua “caçada” de onças no Mato Grosso, do qual resultou mais de um relato; e por último ao falecido barão do Rio Branco, desafeto de Zeballos.

<sup>n2.</sup> O Brasil teve uma participação cosmética – e médica – na Primeira Guerra Mundial, já que se limitou a enviar um navio tripulado maiormente por oficiais médicos, que chegou ao teatro da guerra após esta concluída, mas que teve função destacada na administração de hospitais de guerra, como o de Marselha. Quanto à sua proclamada neutralidade, esta teve consequências negativas para Oliveira Lima, como se viu notas atrás.

<sup>o2.</sup> Oliveira Lima escreveu um livro sobre o pan-americanismo: *Pan-americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*, Paris/Rio de Janeiro, Garnier, 1907.

TÍTULO	<i>O Descobrimento do Brasil e Outros Ensaios</i>
AUTOR	Oliveira Lima
ORGANIZADOR	André Heráclio do Rêgo
EDITOR	Plinio Martins Filho
EDITORA ASSISTENTE	Millena Santana Machado
TRANSCRIÇÃO E PREPARAÇÃO	Claudia Alejandra Sarmiento Moreno, Isabella Silva Teixeira, Manoel Davi Carneiro, Millena Santana Machado, Pedro Salles
REVISÃO DE PROVAS	André Heráclio do Rêgo, Isac Araujo dos Santos
PROJETO GRÁFICO, PAGINAÇÃO E CAPA	Isac Araujo dos Santos
TIPOGRAFIA	Adobe Jenson Pro (miolo) Sabon MT Std (capa)
FORMATO	16 x 23cm
PAPEL	Polen Soft 70 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
TIRAGEM	500
NÚMERO DE PÁGINAS	352
CTP, IMPRESSÃO E ACABAMENTO	Lis Gráfica